

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

FERNANDA TRENTINI AMBIEDO

IMIGRANTE, FILANTROPO E CONFEITEIRO: A VIDA DE NICOLAU ROCCO (1856 – 1932)

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

FERNANDA TRENTINI AMBIEDO

IMIGRANTE, FILANTROPO E CONFEITEIRO:
A VIDA DE NICOLAU ROCCO (1856 – 1932)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Ruggiero

Porto Alegre
2023

Ficha Catalográfica

A492i Ambiedo, Fernanda Trentini

Imigrante, filantropo e confeitiro : A vida de Nicolau Rocco
(1856 - 1932) / Fernanda Trentini Ambiedo. – 2023.

223 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História,
PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Ruggiero.

1. Imigração Italiana. 2. Porto Alegre. 3. Análise de Trajetória.
4. Micro-História. I. de Ruggiero, Antonio. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

FERNANDA TRENTINI AMBIEDO

**IMIGRANTE, FILANTROPO E CONFEITEIRO:
A VIDA DE NICOLAU ROCCO (1856 – 1932)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero (orientador) – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Máira Inês Vendrame – UNISINOS

Prof. Dr. Alberto Barausse – Università Degli Studi del Molise

Prof. Dr. Leonardo Conedera – UDESC

Prof^a. Dr^a. Vania Beatriz Merlotti Herédia - IHSL

À Olga Marth.

AGRADECIMENTOS

Oficialmente, um doutorado tem a duração de quatro anos, porém, as aprendizagens que culminaram nesta tese têm o percurso de toda a minha vida “adulta”. Por isso, não poderia agradecer apenas os que estiveram presentes nesses últimos quatro anos.

Agradeço aos meus pais, Carmem Lucia e Paulo César, e ao meu irmão, Eduardo, pois sem eles eu não teria chegado até aqui.

Ao meu companheiro Diogo, que esteve presente durante todo o processo, desde o final da graduação até aqui.

À minha tia Olga que, mesmo com todos os percalços, está aqui representada também.

Aos queridos amigos que estiveram comigo nesses últimos anos, em especial, Clarissa, Bárbara, Maicon, Kristine e Nielly.

Aos membros da Como Tem Que Ser (CTQS), representados por Will, Lore e Laís.

Aos membros do Doses de Leitura, que me fizeram companhia durante toda a pandemia e, especialmente, durante a minha experiência do Doutorado Sanduíche, como Guga, Bela, Yas, Ana Clara, Estella, Marina, Laís, Zay e tantos outros que não caberão nestes agradecimentos.

Às queridas amigas que conheci durante os seis meses que estive na Itália, Evelyne e Ana Carolina.

Ringrazio le sorelle Chiara e Federica Germino, Deborah Ciccone, Federica Ferrara e Beatrice Castrico che hanno mi aiutato e fatto la esperienza di vivere in altro paese la migliore possibile.

Apprezzo anche l'aiuto di Giuseppe Zio e dell'Associazione Lagrandeonda, Roberto di Bernardo e Angelo Rocco a San Martino in Pensilis.

Agradeço ao querido amigo José Gabriel Irace, que desde quando esta pesquisa estava “apenas no campo das ideias” esteve disponível para o que estivesse ao seu alcance para ajudar.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, em especial Caroline Atencio, Isabela Dall'acqua Cé, Alexandre Guilhão e João Luz pelo companheirismo nesses quatro anos.

Ao meu orientador, Antonio de Ruggiero, que desde o mestrado me orienta e confiou na minha capacidade de pesquisadora para esta tese.

Aos professores membros da banca, professora Máira Vendrame, professora Vania Herédia e professor Leonardo Conedera, agradeço a disponibilidade.

Agradeço também ao professor Alberto Barausse, orientador no exterior durante o Doutorado Sanduíche na Università degli Studi del Molise e membro da banca, por todo apoio e ajuda.

Por fim, ao Conselho Nacional de Pesquisa, agradeço a bolsa de doutorado no país. E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de doutorado sanduíche na Itália.

Memória que nos pressiona e que já não é mais a nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida. Apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga a considerar com um olhar frio a herança e inventariá-la. Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semioficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica (NORA, Pierre, 1993, p. 13-14).

Resumo

A presente tese tem como tema a imigração italiana urbana em Porto Alegre no final do século XIX e início do XX. Para isso, investigaremos a trajetória do imigrante molisano Nicolau Rocco que chegou em Porto Alegre em 1895 e – a partir de sua capacidade de interagir tanto com nacionais como com italianos radicados na capital gaúcha – desenvolveu seu empreendimento, a Confeitaria Rocco. Logo, esta tese tem como problemática principal compreender as estratégias desse indivíduo como imigrante, filantropo e confeitoiro na Porto Alegre da virada do século XIX para o XX e, assim, entender como ele alcançou uma relevância social, cultural e politicamente ativa durante a sua vida. Com esse propósito, analisaremos a imigração molisana para o Brasil, as organizações associativistas dos peninsulares em Porto Alegre, bem como a presença desses em associações como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Grande Oriente do Rio Grande do Sul e, por fim, a estrutura de funcionamento da Confeitaria Rocco. Como metodologia utilizaremos os preceitos da micro-história italiana, sendo os principais o método onomástico e o uso de fontes de naturezas diversas. Os acervos utilizados são desde hemerotecas, documentos oficiais e arquivos familiares.

Palavras-chave: Imigração Italiana. Imigração Qualificada. Imigração Urbana. Porto Alegre. Molise.

Resume

This thesis has as theme the Italian urban immigration to Porto Alegre in the end of XIX and XX century. For that, we will investigate the life of the Molisan immigrant Nicolau Rocco, that arrived in Porto Alegre in 1895 and with his capacity of interaction with nationals and Italians radicating in the capital gaúcha has developed his enterprise, the Confeitaria Rocco. So this thesis has as central problematic the understanding of his strategies as immigrant, philanthropist and baker in Porto Alegre and understand how he achieved a socially, culturally and politically active relevance during his lifetime. With this propose we going to analyse the Molisano immigration to Brazil, the associative organization of peninsular people in Porto Alegre, as well as their presence in associations such as Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Grande Oriente do Rio Grande do Sul and the operating structure of Confeitaria Rocco. As methodology we will use the precepts of microhistory, as the onomastic method and curated from several sources. The collections used range from newspaper libraries, official documents and family archives.

Key-Words: Italian immigration. Qualify immigration. Urban immigration. Porto Alegre. Molise.

RIASSUNTO

La presente tesi analizza la tematica dell'immigrazione italiana a Porto Alegre tra la fine dell'Ottocento e l'inizio del secolo successivo. Con questa finalità investighiamo la traiettoria dell'emigrante molisano Nicolau Rocco, che arrivò a Porto Alegre nel 1895 e -grazie alle sue capacità di relazionarsi sia con i brasiliani che con gli italiani stabiliti nella capitale del Rio Grande do Sul-, fu capace di costruire un importante esercizio commerciale, la "Confeitaria Rocco". Attraverso la ricerca si vogliono comprendere le strategie adottate da questo individuo come immigrato, filantropo e pasticcere nella Porto Alegre a cavallo tra il diciannovesimo e ventesimo secolo, con lo scopo di intendere meglio la sua ascesa sociale, e l'impegno culturale e politico durante la sua vita. A tal fine, analizzeremo l'emigrazione molisana verso il Brasile, il ruolo dell'associazionismo italiano a Porto Alegre e la partecipazione in istituzioni come la confraternita della "Santa Casa de Misericordia" e la massoneria locale, prima di approfondire le dinamiche relative alla nascita e al funzionamento della pasticceria di Rocco. Dal punto di vista metodologico si utilizzeranno i concetti legati alla microstoria italiana, principalmente attraverso il metodo onomastico e l'utilizzo di fonti di diversa natura. I fondi consultati spaziano dalle emeroteche ai documenti ufficiali e agli archivi familiari.

Parole-chiave: Immigrazione italiana. immigrazione qualificata. immigrazione urbana. Porto Alegre. Molise.

Lista de figuras

Figura 1: Monumento aos Caídos de Guerra	30
Figura 2: Símbolo em homenagem a Nicolau Rocco no monumento	31
Figura 3: Brasão familiar – De Rocco/Rocco.....	32
Figura 4: Material publicitário - Navigazione Generale Italiana	51
Figura 5: Mapa do Molise	54
Figura 6: Fotos de comércios italianos de origem molisana.....	58
Figura 7: Quadro de funcionários de Confeitería del Gás - 1905	69
Figura 8: Lista diretiva da Loja Ausônia	110
Figura 9: Recibo para Loja Luz e Ordem em 1903.....	113
Figura 10: Recibo Confeitaria Sul Americana ao Grande Oriente em 1910 ...	113
Figura 11: Praça Conde de Porto Alegre com a Confeitaria Rocco ao fundo	143
Figura 12: Quadro de Funcionários Confeitaria Rocco	147
Figura 13: Salão da Confeitaria Rocco.....	149
Figura 14: Pastelaria	149
Figura 15: Outro aspecto da Pastelaria.....	149
Figura 16: Fábrica de Doces	150
Figura 17: Fábrica de Doces	150
Figura 18: Um dos fornos	150
Figura 19: Cigarreira de recordação da Confeitaria Rocco (frente).....	153
Figura 20: Cigarreira de recordação de Nicolau Rocco (atrás)	153
Figura 21: Chá Oferecido à Embaixada na Confeitaria Rocco	161
Figura 22: Outra foto do chá oferecido à Embaixada	162
Figura 23: Festa do Consulado italiano.....	163
Figura 24: Festa da colônia italiana em 1925.....	165
Figura 25: Convite para sarau oferecido à Marina Neves	168
Figura 26: Baile de Gala da Tenentes do Diabo.....	169
Figura 27: Baile Burlesco da Tenentes do Diabo na Confeitaria Rocco	169
Figura 28: Baile Burlesco - Sociedade Eden Familiar	170
Figura 29: Baile Burlesco - Eden familiar no primeiro pavimento da Confeitaria Rocco	170
Figura 30: Baile oferecido por Nicolau Rocco à Sociedade Esmeralda	171
Figura 31: Movimento do Público nos dias de Carnavais.....	171
Figura 32: "Grupo de Senhoritas que tomaram parte do banquete e baile" ...	172
Figura 33: Banquete político em homenagem ao Dr. Moraes Fernandes	179
Figura 34: Caixa de charutos exclusivos Confeitaria Rocco	179
Figura 35: Caixa de charutos exclusivos Confeitaria Rocco	180
Figura 36: Carta de bebidas e anúncio do serviço de bordo promovido pela confeitaria.....	181
Figura 37: Confraternização do Centro Republicano Júlio de Castilhos	183
Figura 38: Nicolau Rocco e amigos em Veneza.....	186
Figura 39: Jazigo Família Rocco	187
Figura 40: Jazigo família Rocco	188
Figura 41: "La Carrese" San Martino in Pensilis.....	189
Figura 42: Hidráulica Municipal (DMAE)	197
Figura 43: Praça Argentina - Década 1920	198
Figura 44: Festa de casamento na Confeitaria Rocco (década 1920)	199
Figura 45: Envelope com identificação da fotografia.....	200
Figura 46: Casamento de Alberto Bopp	200

Lista de gráficos

Gráfico 1: Idade dos Emigrantes da II e III jurisdições do Distrito de Larino. ...	62
Gráfico 2: Divisão por gênero da II e III jurisdições do Distrito de Larino.	62
Gráfico 3: Divisão por gênero pela totalidade dos emigrantes do Distrito de Larino	63
Gráfico 4: Crescimento do movimento migratório (1880 – 1903)	64
Gráfico 5: Totalidade de imigrantes mortos entre 1880 e 1910.....	65
Gráfico 6: Divisão de emigrantes por idade no Distrito de Larino.....	65
Gráfico 7: Totalidade de imigrantes do Distrito de Larino conforme por destino	67
Gráfico 8: Presença de estrangeiros nas Lojas Fidelidade e Firmeza, Luz e Ordem, Progresso da Humanidade e Orientação	106
Gráfico 9: Nacionalidades dos membros da Loja Fidelidade e Firmeza.....	107
Gráfico 10: Nacionalidades dos membros da Loja Luz e Ordem	107
Gráfico 11: Nacionalidades dos membros da Loja Orientação.....	107
Gráfico 12: Nacionalidades dos membros da Loja Progresso da Humanidade	108
Gráfico 13: Italianos iniciados nas Lojas do GORGS	111
Gráfico 14: Principais profissões dos membros da Loja Ausônia.....	112
Gráfico 15: Estrangeiros da Irmandade da Santa Casa (1873 – 1924).....	121
Gráfico 16: Profissões dos italianos na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia	123

Lista de Tabelas

Tabela 1: Lista de atos notariais.....	38
Tabela 2: Compras e Vendas.....	39
Tabela 3: População de San Martino in Pensilis	47
Tabela 4: Partidas no mês de dezembro/1911	52
Tabela 5: Emigração para Argentina, Brasil e Estados Unidos	53
Tabela 6: Jurisdições no Distrito de Larino	60
Tabela 7: Dados gerais emigração Distrito de Larino.....	61
Tabela 8: Italianos e respectivos profissões em Porto Alegre (1850-1880)	76
Tabela 9: Comerciantes italianos em Porto Alegre (1875 – 1899)	79
Tabela 10: Lista de Funcionários da Confeitaria Rocco	148
Tabela 11: Expositores italianos e italo-brasileiros.....	157
Tabela 12: Imóveis tombados em Porto Alegre (1980 - 2000) – Em ordem alfabética.....	136

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DO MOLISE À AMÉRICA LATINA	28
2.1 Organização Familiar	28
2.2 A cultura migratória na região de origem.....	43
2.3 Em direção à América: Argentina e Brasil	68
3 A INSERÇÃO SOCIAL EM PORTO ALEGRE	83
3.1 Recursos étnicos e estratégias de integração.....	83
3.2 Conexões com a Maçonaria	97
3.3 Participação na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia	114
3.4 A filantropia como estratégia	124
4 A CONFEITARIA ROCCO	135
4.1 Estrutura e funcionamento da Confeitaria	135
4.2 A coletividade italiana e a Confeitaria Rocco.....	154
4.3 As festas da burguesia porto-alegrense	166
4.4 A confeitaria como cenário da política na capital.....	174
4.5 Últimos anos em Porto Alegre	185
4.6 A Confeitaria e a memória da cidade de Porto Alegre.....	196
5 CONCLUSÃO	203
REFERÊNCIAS.....	207
ANEXOS	220

1 INTRODUÇÃO

Quem foi Nicolau Rocco? Como esse italiano proveniente da região do Molise se inseriu em Porto Alegre e conseguiu construir um dos maiores prédios da capital em sua época, ganhando notoriedade suficiente para ser lembrado ainda nos dias de hoje, quando já se somam 90 anos de sua morte? Esses foram os questionamentos iniciais que impulsionaram esse trabalho.

Com a experiência da pesquisa anteriormente feita para o mestrado em História, conheci um pouco sobre o empreendedor Nicolau Rocco, pois um dos temas, à época, era entender o contexto porto-alegrense em relação à presença dos peninsulares empreendedores, fossem eles comerciantes ou industrialistas. Com isso, sabia que Rocco era italiano, que havia passado por uma experiência na capital argentina antes de vir para Porto Alegre e, o principal, que sua confeitaria havia sido tombada em 1997 e se tornado parte do acervo patrimonial da cidade.

Quando a possibilidade de realizar uma pesquisa em que tal indivíduo fosse o “protagonista” se tornou concreta, iniciei minha busca pela tão conhecida plataforma de pesquisas Google, pois, sabendo do tombamento, imaginei que encontraria lá algumas informações. Quando procuramos pelo nome de Nicolau Rocco, aparece a página do Wikipedia sobre ele, feita com base na pesquisa da historiadora Rosemary Brum (2003)¹ e no Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo na UFRGS de Gabriela Barbosa Soska (2018) intitulado Confeitaria Rocco: Instituto de Gastronomia, no qual a autora buscou resgatar brevemente a história da Confeitaria e fazer um planejamento de reestruturação e reformas do prédio tombado². Pesquisando pelas palavras “Confeitaria Rocco”, encontramos mais informações, entre elas o Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Arquitetura Comercial na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) de Karina Radünz (2018) intitulado Confeitaria Rocco³, que analisa questões relacionadas à conservação do prédio.

¹Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Rocco>. Acesso em 22 jul. 2021.

² Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182815/001076234.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2021.

³ Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7765>>. Acesso em 24 jul. 2021.

Buscando mais informações, recorri à Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPERS), onde tive acesso a uma pasta com recortes sobre a Confeitaria Rocco desde seu tombamento.

Dito isso, a memória coletiva construída sobre o grupo de italianos em Porto Alegre faz parte de uma representação, “membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros deste grupo” (CANDAU, 2019, p. 24). Essa memória coletiva referente à preponderância de calabreses, oriundos da cidade de Morano Calabro na Itália, foi reiterada a partir da tradição, tanto sociocultural quanto historiográfica, sobre essa massa imigratória. Não podemos negar que italianos de origem calabresa se destacaram em número e organização na capital gaúcha. Essa imponência transpareceu principalmente nos trabalhos de Constantino (1991) e Brum (2003), que ao analisarem esta presença em Porto Alegre, ajudaram a justificar uma memória e uma identidade dentro de outros grupos. As autoras relataram em suas pesquisas como os moraneses procuraram formas de manter suas referências italianas organizadas na sociedade receptora.

As peculiaridades do grupo deveriam desaparecer como aconteceu com outros grupos de imigrantes meridionais, especialmente sicilianos e napolitanos, em razoável número na cidade. Mas os italianos de Morano Calabro apresentam resistência à perda de identidade, mantêm identidade étnica, permanecem identificados e se identificam como moraneses até os nossos dias, formando com seus descendentes um grande grupo maciçamente posicionado nas classes intermediárias (CONSTANTINO, 1991 p. 309).

Os questionamentos anteriores levaram a novos. Entre eles: Como a imigração da região do Molise/Abruzzo ocorreu no Brasil? Onde esses imigrantes estão em Porto Alegre? A partir da oportunidade de realizar um doutorado sanduíche na Itália em 2021/2 foi possível buscar fontes para tentar responder ou, pelo menos, auxiliar a esclarecer essas questões. Quanto às pesquisas sobre essa imigração regional específica, encontramos o livro de Marlene Suano, *Italiani nel Molise*, Italianos do Brasil (1999), que possui um caráter pioneiro sobre o tema, e o Trabalho de Conclusão de Curso de Eugênio Saboya, *A imigração molisana na América do Sul: um olhar historiográfico*, defendida na UNIFESP (2021).

A minha busca principal em relação ao sujeito investigado se deu a partir de fontes contemporâneas a sua vivência em Porto Alegre. O primeiro passo foi

pesquisar na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A possibilidade de realizar a busca por termos facilitou o acesso às fontes. Através de termos como “Confeitaria Rocco”, “Palacete Rocco”, “Nicolau Rocco”, “Nicola Rocco”, pude fazer um levantamento de 480 citações apenas no periódico A Federação, entre os anos de 1908 e 1932. O próximo passo foi o rastreamento do testamento e inventário de Nicolau Rocco, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Através deste documento, foi possível obter diversas informações sobre sua família, suas posses e seus relacionamentos. Além disso, pesquisei no Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moyses Vellinho, onde pude acessar o acervo do jornal O Independente (1900 – 1919), que circulou nas primeiras décadas do século XX em Porto Alegre apresentando os principais acontecimentos sociais da cidade, relacionados aos membros da elite política, econômica e cultural. Para retratar melhor as motivações da imigração de Rocco, tive a oportunidade de realizar o Doutorado Sanduíche na Università degli Studi del Molise onde acessei as documentações relativas aos processos migratórios da região; o funcionamento dos laços quase feudais do período, e consegui mapear como e para onde foi essa população molisana no primeiro período da Grande Imigração (1875 – 1914). Essas fontes consistem em: contratos de compra e venda, mútuo, aluguel, além dos atos de mortes que mapeavam sujeitos naturais das cidades que haviam falecido em outro lugar. Para analisar essa documentação fiz um recorte a partir da microrregião específica chamada Larino, que englobava a cidade de origem do Rocco, San Martino in Pensilis.

O problema dessa pesquisa está em entender como a trajetória de Nicolau Rocco pode exemplificar uma ascensão social de um grupo de peninsulares comerciantes que escolheram Porto Alegre para se estabelecer e, a partir disso, identificar a teia de relações que propiciaram este crescimento. Para isso, além das fontes citadas, também utilizamos os acervos do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS) e do Centro Histórico-cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que foram de grande valia para compreender como uma característica que perpassava a todos, a filantropia, pode ter sido o meio e o modo para ascender.

A partir dos questionamentos anteriormente apresentados sobre os meios de inserção social de Nicolau Rocco em Porto Alegre, optamos pelo método da análise biográfica. Pesquisar a vida de outrem pode ser interpretado a partir de

três vieses, sendo eles: a construção de uma análise biográfica tradicional, que envolve a narrativa factual e linear dos “grandes homens”, desde o nascimento até a morte, onde o biografado deve ser apresentado como um modelo de conduta a ser seguido; a biografia sensacionalista, destinada a satisfazer as imaginações dos leitores. Entretanto, no último viés, o que eu escolhi, a biografia pode ser considerada como um “ponta pé inicial” que, a partir das experiências de um indivíduo, pode fornecer elementos e questões mais gerais relacionadas à época na qual ele viveu (SCHMIDT, 2004 p. 21).

O retorno da biografia ao campo do conhecimento histórico trouxe o indivíduo ao primeiro plano da cena historiográfica, não como herói, mas como um “pequeno grande homem”, capaz de nos inspirar não a imitá-lo, mas a admirar as brechas de liberdade que “cavava”, mesmo quando inserido em sistemas normativos extremamente opressivos, como o quixotesto Menocchio, de Carlo Ginzburg (1977) (SCHMIDT, 2018 p. 21). A micro história nos propicia o retorno aos atores sociais efetivos dos processos históricos, as experiências de homens e mulheres se convertem a um ponto de partida e o motor principal para explicar os processos históricos, decodificando conceitos como de classe, grupos sociais, entre outros (IMÍZCOZ, 2004, p. 118).

Com isso, partir de uma análise micro histórica possibilita mapear a cultura, descrevendo o sistema social e relacional, ao ver as categorias próprias dos atores e seus significados, compreendendo os comportamentos individuais que surgem na interdependência (CARNEIRO, 2018 p. 39). Reduzir a escala de análise propõe uma busca pelo nome dos indivíduos, “Um registro cartorial apresenta os indivíduos apenas enquanto compradores, vendedores, realizando uma hipoteca, etc.; os eclesiásticos enquanto pai, mãe, padrinho; os processos criminais como réu, testemunha, vítima”. No entanto, limitando-se a essas informações ou a somente a consulta de um desses documentos, “corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada” (MOREIRA e MATHEUS, 2010 p. 4).

Perseguindo o nome do biografado será possível compor uma espécie de “teia”, reconstruindo o tecido social no qual o indivíduo esteve inserido, para, desse modo, entender os processos que envolveram sua trajetória (CARNEIRO, 2018 p. 49). Com isso, o método onomástico servirá como o fio condutor para

poder explorar o máximo de fontes possíveis em torno das perguntas de pesquisa, tal como foi exemplificado por Ginzburg e Poni (1989):

Mas o método onomástico pode ser alargado muito para lá das fontes estritamente demográficas. Nos registos das paróquias rurais em zona de arrendamento a meias – referência direta aos campos de Bolonha – ao lado do nome e apelido do ‘gerente’ e dos membros da sua família está também o nome da casa agrícola e da propriedade cultivada (Casa Vermelha; Casa Branca; Palácio; etc.). Tomando este último nome como guia não é difícil encontrar nos registos cadastrais (portanto, num outro arquivo) um dado importante, que é o da área da propriedade. Mas ao lado do nome e da área da propriedade encontra-se no cadastro o nome do proprietário. A partir deste nome, é fácil recorrer ao arquivo privado da propriedade, onde, com um pouco de sorte, poderemos encontrar nos registos de administração as contas agrícolas anuais e portanto, juntamente com o nome do rendeiro e da propriedade que cultiva, também o andamento da produção agrícola (anual), com a discriminação do tipo de planta cultivada (trigo, cânhamo, milho, videira, floresta, etc.), a divisão por dois do produto líquido e o movimento do débito agrícola por cada propriedade e cada família arrendatária. Por outras palavras, encontramos dados seriais (em geral de período curto, mas nem sempre) com os quais é possível reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas (PONI; GINZBURG, 1989, p. 174).

Portanto, construir uma biografia a partir de estudos micro-históricos nunca aparecerá apenas como uma narrativa de uma trajetória individual estudada por si mesma, mas se baseia sobretudo na interrogação acerca do que tornou possível e pensável a ocorrência dessa trajetória em um contexto que é necessário reconstruir (CARNEIRO, 2018 p. 34). Para reconstituir uma trajetória é necessário que o(a) historiador(a) tenha o máximo possível de fontes e que elas sejam de naturezas diferentes, a fim de reconstruir os diferentes contextos em que o indivíduo esteve inserido (KARSBURG, 2015 p. 34).

Uma das saídas é confrontar sistematicamente nosso sujeito ao grupo que era semelhante a ele. Para isso, a análise detalhada das fontes é imprescindível, fontes que prezam pela qualidade, e não tanto pela quantidade. A leitura atenta, lenta, por vezes nas ‘margens’ do documento, pode revelar pormenores negligenciados pela historiografia, levando-nos a novas pistas e constatações. Com isso, mais próximo chegaremos das particularidades que diferenciavam o sujeito do grupo a que pertencia ou se assemelhava (KARSBURG, p. 48, 2015).

Desse modo, o “historiador-biógrafo” tentará reconstruir o funcionamento concreto de determinados contextos sociais e sistemas normativos, analisando a pluralidade de possibilidades de interação entre grupo e instituições, normalmente entendidos como homogêneos, mapeando a construção discursiva

e não discursiva dos indivíduos, observado e descrevendo as margens de liberdade disponíveis às pessoas em distintas épocas (CARNEIRO, 2018 p. 42). Em vista disso, propomos uma análise biográfica a partir da reconstrução das redes de relacionamentos de Nicolau Rocco, tanto com outros peninsulares quanto com brasileiros.

Os conceitos de cadeias e de redes migratórias são semelhantes, sendo necessário um olhar mais atento sobre eles. O conceito de cadeias migratórias surgiu a partir da divisão das tipologias migratórias classificadas como a) locais: o indivíduo se desloca a um local já familiar; b) circulares: existe um intervalo de tempo definido entre a ida e a volta; c) de carreira: se desloca respondendo oportunidades de trabalho, normalmente; d) em cadeia: deslocamentos de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino. Ressaltamos com isso que muitas vezes as migrações locais podem ter contribuído para a formação de uma cultura migratória, que pode se tornar intercontinental (TRUZZI, 2008, p. 200).

O historiador argentino Fernando Devoto (1988) delimitou as possibilidades do uso do termo “cadeias migratórias”. Segundo ele, elas ocorrem a) por meio de mecanismos de assistência impessoais; b) por meio de mecanismos semi-espontâneos, incentivados por informações de parentes/conterrâneos; c) por intermédio de *padroni* ou de outros sistemas mais difusos de mediação e clientelismo, em que a gestão do processo está em mãos de intermediários externos à cadeia (DEVOTO *apud* TRUZZI, 2008, p. 202-203). Em relação às cadeias, a historiadora Constantino, constatou que:

As cadeias surgiram para os imigrantes não pioneiros, como movimento que informa aos futuros imigrantes sobre as possibilidades de trabalho que encontrará, como podem se alojar, como podem se deslocar e, por vezes, até mesmo os meios para realizar a emigração. Pode-se definir cadeia como um conjunto de contatos pessoais, comunicações, favores entre famílias, amigos, conterrâneos, seja na sociedade emissora ou na receptora (CONSTANTINO, 2015, p. 37).

Já o conceito de redes migratórias deve-se entender como “um campo de relações entre os indivíduos; não se trata de um grupo bem definido e limitado, é apenas uma abstração para facilitar a descrição de um conjunto de relações em um determinado espaço social” (CONSTANTINO, 2015, p. 36). Normalmente

são “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si” (KELLY *apud* TRUZZI, 2008, p. 203).

Tanto nas cadeias como nas redes os indivíduos se informam das oportunidades e dificuldades com imigrantes anteriores, essas informações podem ser perspectivas de emprego, alojamentos, ou até mesmo recursos para viabilizar e financiar as viagens (TRUZZI, 2008, p. 203). Essas redes podem existir entre pessoas, organizações ou instituições e denotam algum grau de relação já existente, sejam de amizade, familiar, trabalho ou até mesmo sociabilidade (CAMPOS, 2015, p. 17), porém é importante ressaltar que não podem se confundir com redes pessoais, “elas precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar” (SOARES; RODRIGUES *apud* AMBIEDO, 2018, p. 36).

Quando suas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, uma rede migratória é, também, um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras: portanto, consiste em “uma rede de redes um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras: portanto, consiste em “uma rede de redes sociais”. Por fim, uma “rede migratória” implica origem e destino – isto é: recortes territoriais, países, estados, microrregiões, municípios, cidades etc., que se articulam por intermédio de fluxos migratórios (SOARES; RODRIGUES *apud* AMBIEDO, 2018, p. 36).

Com isso, as redes migratórias se sustentam a partir de dois tipos de capitais sociais. O capital social de solidariedade é o que gera uma sustentação mútua entre os integrantes da rede, enquanto o capital social de reciprocidade se refere às relações tecidas externamente à rede com outros grupos e com a rede primeira que gerou a mobilidade. Ainda em torno das redes é importante determinar qual é o grau de autonomia e de dependência dos indivíduos dentro das teias relacionais (TRUZZI, 2008, p. 212). Em diversas pesquisas acadêmicas vemos a importância do uso das redes migratórias e de relacionamentos para a constituição das investigações históricas. São os casos de Gil (2003;2009); Farinatti (2007); Vargas (2007;2013); Karsburg (2012); Conedera (2012; 2017), Vendrame (2013); Manfroi (2013); Trindade (2015); Charão (2015); Francisco (2017); Guilherme (2019); Jaques (2021); entre outros.

Uma das principais estratégias dessas redes era o uso de recursos étnicos. Eles funcionavam como uma forma de inserção na sociedade receptora

e é fundamental entender que eles diziam respeito à aspectos culturais e demográficos da integralidade de um grupo e não apenas de indivíduos que estimularam atividades empresariais (TRUZZI e NETO, 2007, p. 42). A utilização desses recursos pode ser considerada um “entre-lugar”, tal como Bhabha definiu, sendo “um terreno para elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletivas – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e (...) no ato de definir a própria ideia de sociedade” (2005, p. 20). O imigrante é o viajante em potencial, como definido por Simmel, embora não tenha continuado a viajar, não abandonou completamente a liberdade de ir e vir, por isso, investigar esses indivíduos que se caracterizam pela imigração e pela condição transnacional, demonstra uma caracterização clássica da sociologia sobre o tema (1990, p. 53-54). Definimos transnacionalismo, a partir de Zanfrini (2007), como uma forma de adaptação de estrangeiros na sociedade de acolhimento, sem que se dissolvam os laços com a sua origem, mesmo que haja a integração na realidade onde estão radicados.

No caso dos italianos em Porto Alegre, vemos aquilo que Ambrosini definiu como empreendedorismo transnacional, que utiliza esses recursos como forma de inserção na sociedade receptora, em geral, investindo em setores econômicos de melhor perspectiva, muitas vezes, aqueles que podemos considerar como “vazios” empresariais, com demandas favoráveis para o desenvolvimento. (TRUZZI; NETO, 2007, p. 45). Logo, estudar a categoria dos comerciantes italianos na capital gaúcha é compreender como esses imigrantes investiram em manter características. No caso de Rocco ele recepcionava as festividades ítalo-brasileiras, o que de um modo ou de outro, garantia uma clientela étnica dentre o grupo de peninsulares radicados na cidade. Esse empreendedorismo transnacional resultava em um veículo de transmissão de significados simbólicos e culturais (AMBROSINI, 2005, p. 81). Além disso, a historiadora Vania Merlotti Herédia, em seus estudos sobre a imigração italiana na região colonial de Caxias do Sul, remontou no artigo “O Mito do imigrante no imaginário da cultura” diversos aspectos culturais e de memória que encontramos personificados na trajetória de Nicolau Rocco e de tantos outros italianos na cidade e na colônia. São eles o espírito empreendedor, a integração, a importância dada a Igreja Católica e a construção de uma identidade cultural própria de um grupo, mesmo que ela se edifique a partir do encontro de pessoas

de diversas regiões italianas em mesmo centro e assim se transforme como um concerto de diversas notas (HERÉDIA, 2005, p. 240).

Desse modo, o comércio étnico, apoiado no empreendedorismo transnacional, começa seu funcionamento e expansão desde os primeiros anos do século XX (FRANKLIN, 2015, p. 174). Ele se constituiu como uma rede de apoio e cooperação entre os estrangeiros, muitas vezes auxiliando os recém-chegados a se introduzirem na sociedade receptora, desde a chegada até seu estabelecimento. O comércio funciona na experiência da imigração como um apoio para aqueles que chegam à cidade, existindo a partir de um círculo social-étnico seguro e dinâmico (FRANKLIN, 2015, p. 175). No caso dos italianos em Porto Alegre, essa relação com o transnacionalismo se desenvolveu a partir dos comerciantes, que utilizaram suas capacitações e relações para se integrarem na sociedade receptora (AMBIEDO, 2018, p. 40).

Quanto aos temas relativos à imigração italiana urbana, percebemos a presença desses em diversas esferas das cidades, como descreve Júnior:

O italiano é essencialmente artista, qualquer que seja o seu meio de vida ou luta pela existência. Nas viagens que fizemos no interior do estado, tivemos a prova disso. Até hábeis artilheiros, além de mecânicos, pintores e músicos, encontramos nos trabalhos do campo e em empregos comerciais. De artes liberais, não há italianos que não perceba alguma coisa [...]. É incalculável o número de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, de graxa, de óleos, de tintas de escrever, fundições, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus que funcionam em estalagens, em fundos de armazéns, em resumo: em lugares que o público não vê (JUNIOR, Bandeira *apud* TRUZZI; NETTO, 2015, p. 47).

Logo, as possibilidades de pesquisar a imigração italiana nos contextos urbanos no Brasil são múltiplas. Em relação à presença italiana em São Paulo, a historiadora Zuleika Alvim (1986), na obra *Brava Gente: Os italianos em São Paulo*, procurou rastrear os meios de inserção, as relações familiares e principalmente os meios de resistências do grupo, como, por exemplo, o repatriamento. Maria do Rosário Salles (1997), Mario Carelli (1985), Luciana Facchinetti (2003) e Antonio de Ruggiero (2010) também se dedicaram a estudar a presença de italianos na cidade de São Paulo.

Maria do Rosário Salles publicou a obra *Médicos italianos em São Paulo (1890-1930)*, na qual visou mostrar o impacto do grupo sobre a estrutura social paulista, tanto na capital como no interior, e como essa presença propiciou a

ascensão social dos médicos peninsulares⁴. A obra de Mario Carelli, *Carcamanos e comendadores: os italianos de São Paulo. Da realidade à ficção-1919-1930*, tem como foco a reação da elite de São Paulo à massiva imigração italiana no início do século XX, buscando analisar os processos de assimilação do grupo na sociedade paulista (FRENCH, 1988, p. 99). Na dissertação intitulada *A imigração italiana no segundo pós-guerra e a indústria brasileira nos anos 50*, Luciana Facchinetti buscou analisar as influências do grupo de italianos imigrados no segundo pós-guerra em São Paulo, especialmente no setor industriário da cidade. Na tese de Antonio de Ruggiero, *Emigranti toscani nel Brasile meridionale 1875-1914*, o pesquisador rastreou os imigrantes de origem toscana no Brasil, principalmente aqueles que se direcionaram para as cidades,.

Quanto à presença de peninsulares nos núcleos urbanos no Rio Grande do Sul, podemos citar a historiadora Núncia Constantino (1991; 2000) que pesquisou a presença de oriundos da cidade de Morano Calabro entre o final do século XIX e início do XX, tendo em vista suas inserções no comércio e, principalmente, a manutenção da identidade moranesa em Porto Alegre. Na sequência, temos a pesquisa de Stella Borges (1993) dedicada à participação de italianos em movimentos operários na capital gaúcha entre 1875 a 1919, fazendo uso principalmente dos dados de pacientes na Santa Casa de Misericórdia e processos comerciais disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Também pesquisando a presença moranesa na capital, temos o trabalho de Rosemary Brum (2003) que, a partir do recorte temporal de 1920 a 1937, buscou “reconstruir” as vivências da capital gaúcha a partir da ótica dos imigrantes calabreses.

Ainda relativo à presença de italianos nas cidades do Rio Grande do Sul, podemos citar os trabalhos de Leonor Schwartzmann (2013), Zelinda Scotti (2013), Egiselda Charão (2015) e Angela Pomatti (2014). Leonor Schwartzmann em sua tese intitulada *Entre a mobilidade e as inovações: A presença de médicos italianos no Rio Grande do Sul (1892 - 1938)*, analisou o processo de mobilidade de médicos e como eles se destacaram nos campos cirúrgicos e de tratamento de doenças como tuberculose e sífilis. Na obra *Loucas e loucos italianos no*

⁴ Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/79620/os-medicos-italianos-em-sao-paulo-1890-1930-um-projeto-de-ascensao-social/>>. Acesso em 24 jul. 2021.

Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925)”, a historiadora Zelinda Scotti rastreou os casos de italianos hospitalizados no Hospício São Pedro entre 1900 e 1925, buscando discutir questões de identidade, gênero e o discurso médico em torno dos peninsulares. Ingressando nas questões de gênero e imigração, a pesquisadora Egiselda Charão em sua dissertação *Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945-1965)*, mapeou as imigrantes italianas na capital gaúcha a partir de entrevistas de História Oral, levando em consideração suas redes e ingresso no trabalho assalariado.

Nos distanciando um pouco de Porto Alegre, temos a pesquisa de Angela Pomatti intitulada *Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura - 1890 a 1930*, na qual a autora traçou o perfil do italiano doente que buscava ajuda hospitalar. A partir de prontuários médicos, a pesquisadora pôde perceber a profissão, gênero e estado civil, além de outras informações fundamentais, para entender as dinâmicas organizativas da coletividade italiana em Pelotas.

Mais recentemente, podemos destacar as pesquisas de Leonardo Conedera (2012; 2017), Fernanda Ambiedo (2018) e Regina Guilherme (2019). Na dissertação intitulada *A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976)*, o pesquisador Leonardo Conedera (2012), ao investigar o grupo de peninsulares sicilianos na capital a partir da História Oral, analisou as memórias e identidades, contrapondo à tradição identitária de imigrantes provenientes da Calábria e da Sicília, que possuíam diferentes formas de inserção e identificação na capital gaúcha. Já em *Músicos no novo mundo: a presença de musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925 - 1950)*, sua tese de doutorado, o pesquisador, ao perceber a presença de um elevado número de peninsulares compondo a Banda Municipal de Porto Alegre - “no elenco inicial desse conjunto, 40 dos 60 integrantes eram italianos, formados musicalmente na Península” (CONEDERA, 2017, p. 16) - buscou investigar os músicos através de suas participações artísticas, mostrando também como mantiveram um elo com o seu grupo étnico e cultural italiano.

Em *Fábrica de Massas Alimentícias José Pappalardo: Um imigrante italiano em Porto Alegre (1932 - 1968)*, minha dissertação em História, busquei, a partir da trajetória de um peninsular, analisar os meios de inserção desse na capital gaúcha e entender como, graças à sua fábrica de massas alimentícias,

pôde perpetuar ligações entre o Brasil e a Itália, utilizando-me de conceitos como transnacionalismo e recursos étnicos. A historiadora Regina Guilherme (2019) em sua dissertação *O marmorista italiano Leone Domenico Lonardi em Porto Alegre (1927-1961): Um estudo de caso sobre imigração qualificada, redes sociais e transnacionalismo*, a partir do estudo de trajetória de um marmorista, analisou a participação de imigrantes qualificados no desenvolvimento urbano da capital gaúcha, desde o final do século XIX.

Procuramos esclarecer nesta introdução os princípios metodológicos e historiográficos que estão em torno desta pesquisa. A tese foi desenvolvida em três capítulos. O primeiro capítulo chama-se *Do Molise à América Latina* e trata da contextualização das origens familiares de Nicolau Rocco, partindo do princípio do histórico molisano perante os processos migratórios que permearam o contexto italiano desde a Unificação. Para isso, buscamos compreender a origem familiar de Nicolau em San Martino in Pensilis, como os indivíduos dessa família se organizavam numa região massivamente agrária, quais eram as condições econômicas e como elas poderiam ter propiciado a saída de Rocco em direção à América. Num plano maior, verificaremos a construção das redes migratórias do período na cidade e na região de Larino, com o objetivo de compreendermos se a sua existência pode ter influenciado Nicolau Rocco na escolha do destino. Para tal, foram utilizadas fontes disponíveis no Arquivo de Estado de Campobasso, que propiciaram a investigação dos atos notariais e relatórios oficiais dos governos no período. Com isso, a imigração da região de Larino para o continente americano pôde ser mapeada a partir dos atos de mortes que listavam todos os naturais da região que haviam morrido em outra cidade, região ou até mesmo país. Logo, podemos compreender como o processo migratório se dava e quais eram os principais destinos daqueles que decidiram migrar. No final do capítulo, fazemos a análise da presença molisana em Buenos Aires, primeiro destino de Nicolau Rocco, e como se ocorreu a sua permanência nos primeiros dez anos em que esteve na capital argentina.

No segundo capítulo, *A inserção social em Porto Alegre*, analisamos os modos de inserção na sociedade porto-alegrense do grupo de peninsulares ao qual Nicolau Rocco pertencia, fortalecendo as conexões tanto entre os nacionais como com os conterrâneos. Primeiramente, percorremos as estratégias dos italianos em se organizar em associações étnicas em Porto Alegre e, assim,

estabelecer conexões fundamentais para o comércio, pois, como veremos, a Confeitaria de Nicolau Rocco se tornou um ponto de encontro para os peninsulares pertencentes a essas associações. Em um segundo momento, focamos no ingresso em duas instituições que tinham por princípio a filantropia: a Maçonaria Gaúcha – representada pelo Grande Oriente do Rio Grande do Sul – e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. A primeira, uma instituição local em que os líderes do poder governamental eram ativos. A segunda, uma instituição que, apesar de majoritariamente lusitana, representava o poder católico e a “moral e bons costumes”. Associar-se a esses dois grupos, como veremos, pode ter sido fundamental para a ascensão social.

Por fim, no terceiro capítulo, A Confeitaria Rocco, trataremos do funcionamento da empresa sob o domínio de Nicolau Rocco, até 1932. Para isso, iniciamos o mesmo com a apresentação do tombamento e patrimonialização, em 1997, do edifício onde ficava a Confeitaria Rocco. Em seguida, analisamos o funcionamento da empresa instalada no palacete, buscando compreender as relações com os funcionários, a idealização arquitetônica do prédio, a sua inauguração em 20 de setembro de 1913 (junto com a instalação do Monumento de Garibaldi em Porto Alegre). Para isso, utilizamos periódicos da época como A Federação, O Independente e Correio do Povo. No final, descrevemos as características do funcionamento da Confeitaria como receptora dos eventos ítalo-brasileiros, porto-alegrenses e nacionais, a partir de uma lógica dos dois principais públicos da confeitaria, o nacional e o italiano.

2 DO MOLISE À AMÉRICA LATINA

2.1 Organização Familiar

Em 1927, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o italiano Nicolau Rocco escrevia seu testamento a próprio punho e se reconhecia como um cidadão do mundo, contando que era “Cidadão brasileiro nascido em *San Martino in Pensilis* na Itália”⁵. Esse documento é o único que possuímos onde Rocco menciona informações pessoais referentes a sua origem e as relações com os familiares italianos que não tinham emigrado.

Filho de Francesco Rocco e Luisa Carriero, era o quinto de um total de oito irmãos, nascido em 28 de junho de 1858. Tornou-se quase consenso entre os que um dia escreveram sobre a trajetória de Rocco, tanto no Brasil como na Itália, de que ele viera muito jovem para a América em busca de trabalho e sucesso financeiro. Luigi Sassi, autor do livro *Uomini e Fatti della Storia di San Martino in Pensilis*, finalizado em 1947, organizado e publicado recentemente pelo historiador local, Giuseppe Zio, dedicou um capítulo à trajetória de Nicolau e como seu percurso se tornou um exemplo emblemático de emigração da pequena localidade na região do Molise. Sassi apontou o que possivelmente poderia ter motivado a migração de Rocco para a América:

Seu pai Francesco Rocco, era um modesto agricultor que cultivava pessoalmente a terra de sua própria fazenda que ficava a poucas distâncias do seu *paese*, porém, a agricultura não oferecia um grande futuro a sua família. Vendo que o negócio da família estava indo muito mal, seu filho Nicolau decidiu ir para a América em busca de sua fortuna. [...] Em 1884 parte para a Argentina [...] (SASSI, p. 264).⁶

Logo, ao emigrar, Nicolau possuía 26 anos, diferente do que os jornais porto-alegrenses como *Diário de Notícias* e *A Federação* relatavam. Ambos os periódicos, diziam que ele havia partido em direção a Buenos Aires aos 13 anos.

⁵ Testamento de Nicolaó Rocco, Provedoria de Porto Alegre, nº 36, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS, Porto Alegre.

⁶ *Suo padre Francesco Rocco, era un modesto agricoltore che coltivava personalmente la terra della propria masseria che restava a poca distanza del paese, però l'agricoltura non offriva un bell'avvenire alla sua famiglia. Vedendo che gli affari di casa andavano piuttosto male, suo figlio Nicola decise di andarsene in America e cercar fortuna. (...) Nel 1884 partì per l'Argentina (...).*

Apesar da divergência de datas, havia uma concordância entre as diferentes fontes: Nicolau Rocco havia partido da Itália para fugir da miséria.

Partimos do princípio de que a motivação da imigração foi a fuga da pobreza, tal como as fontes apontam. Contudo, retomando o texto de Sassi, após a decisão de emigrar, Rocco teria partido para Nápoles. Importante ressaltar que essa cidade era uma das principais cidades meridionais à época e que, até poucos anos antes, era capital do Reino das Duas Sicílias. Lá havia frequentado um curso em uma confeitaria renomada da cidade para aprender a fabricar doces, confeitos e licores⁷ e, após isso, partiu para Buenos Aires, sob influência do pároco Donato Barrucco e de Leone Sassi, tio do escritor. Se a família de Nicolau vivia na miséria e ele era considerado um “modesto agricultor”, como teria conseguido ir para Nápoles estudar em uma confeitaria de, aparentemente, renome local e depois partir para Buenos Aires?

Infelizmente não conseguimos informações sobre o local onde o curso foi feito, porém, sabemos que ao chegar em Buenos Aires, Rocco já se empregou numa das principais confeitarias locais chamada *Confiteria del Gas*. Ou seja, acreditamos na possibilidade de que esse curso preparou o jovem “molisano” para ocupar cargos de reconhecimento no ramo gastronômico de doces, com uma qualificação reconhecida tanto na Itália como na América Latina.

As evidências históricas nos dizem, então, que Nicolau Rocco, oriundo de San Martino in Pensilis, emigrou em 1884, aos 26 anos, para Buenos Aires, após se tornar confeitoiro especialista em doces, confeitos e licores em Nápoles. Abandonou a sua família que vivia dos rendimentos de uma pequena propriedade e essencialmente da agricultura familiar e se tornou um grande empresário, que construiu um dos principais estabelecimentos para produção de doces e organização de festas de Porto Alegre. Como isso foi possível? Se na origem tinha uma vida miserável, motivo que o fez ir para a América e lá “vencer” tanto social quanto economicamente? Para compreendermos como se deu e se foi conforme conta a memória coletiva local e as fontes que se dedicaram em remontar parte da história de Nicolau, teremos que retroceder à sociedade *sanmartinense* e buscar a gênese familiar e estrutura desse local.

⁷ [...] si recò a Napoli dove frequentò le più rinomate pasticcerie per apprendere a confezionare dolci, confetture e liquori (SASSI, 2021, p. 264).

Enquanto pesquisava *in loco*, ouvi muitas vezes, tanto de historiadores locais como de pessoas que não se dedicam à pesquisa, que a famosa família de Nicolau Rocco se dividia em dois grupos, uma muito rica e outra muito pobre e isso acabou estimulando uma pesquisa para tentar encaixar e compreender onde esse personagem estava inserido.

Claro que a memória coletiva é estruturada como um fato social, tal qual Halbwachs contextualizou em sua obra. As lembranças permanecem coletivas mesmo quando ocorrem apenas consigo e com objetos com os quais nós tivemos contatos (2004, p. 30). A problematização feita por Pierre Nora (1993) reflete sobre como a preservação da memória em lugares se torna fundamental para compreender como a memória coletiva sempre deve se atualizar nas mudanças de gerações dentro de um mesmo grupo e assim a memória sempre vai aparentar ser contínua e viva. Por isso, há uma reprodução da história de Nicolau Rocco construída a partir da crença de uma sociedade que conta essa história como a vitória de um *sanmartinense*.

Além disso, a questão da preservação da memória em lugares está representada no centro de San Martino in Pensilis, na praça principal, próximo à prefeitura e à igreja central. No monumento aos falecidos de guerra (figura 1), há uma placa em representação e homenagem a Nicolau Rocco como um expatriado que obteve sucesso no exterior (figura 2).

Figura 1: Monumento aos Caídos de Guerra



Fonte: Disponível em: <11nq.com/Pjj8z>. Acesso em: 4 ago. 2022.

Figura 2: Símbolo em homenagem a Nicolau Rocco no monumento



Fonte: autora, 2022.

O conhecimento da “existência de duas famílias” Rocco me direcionou para a análise das certidões de nascimento, óbito e, especialmente, os atos notariais para buscar responder as questões sobre a origem de Nicolau. A partir da árvore genealógica (anexo 1) disponibilizada pela família em San Martino in Pensilis, rastreamos a origem deles em Praiano, cidade litorânea da região da Campânia. Maria Vittoria De Rocco, filha de Andrea De Rocco e Giovanna Crescuolo, nascida no início de 1700, casou-se com Domenico Antonio e juntos tiveram cinco filhos. Um deles é referido como Doutor Giuseppe Rocco, isso nos leva a crer que tenha sido médico. Os outros, Serafina, Saverio (era frade) Giacchino e Vincenzo Rocco. Em algum momento, entre o final do século XVIII e início do XIX, houve a mudança dos cinco filhos de Maria Vittoria e Domenico para San Martino in Pensilis. Com isso, nos questionamos: como foi essa migração interna?

Em primeiro lugar, a migração provavelmente ocorreu em resposta à expansão agrícola no litoral molisano, afinal, as fontes indicam que era uma família de posses em Praiano, que poderia estar buscando expandir seus negócios. A população de San Martino em 1878 alcançava 4320 habitantes,

sendo que cerca de 84% eram analfabetos, totalizando 3663 (MANCINI, 2009, p.?). A família de Rocco era composta por pessoas alfabetizadas.

Outro fator que demonstra certa relevância social da família é a existência de um brasão familiar (figura 3). Resta difícil identificarmos quando e como o brasão da família De Rocco de Praiano, e posteriormente Rocco de San Martino in Pensilis surgiu. Há a possibilidade de remontar vínculos aristocráticos militares e de propriedade de terras em um período distante, ou até mesmo a partir da ascensão da burguesia, desde o final do século XVIII, em face de que brasões foram adotados como símbolos de prestígio. Mueller (p. 26) identificou que os brasões foram aproveitados por “pessoas não-integrantes da nobreza ou da classe militar, como os ricos burgueses patrícios, na Itália; a burguesia, na França; os proprietários fundiários rurais, na Suíça, Áustria e Alemanha; e, nos séculos XVI e XVII, os abastados comerciantes da Inglaterra, etc.”⁸.

Figura 3: Brasão familiar – De Rocco/Rocco



Fonte: Árvore genealógica família De Rocco/Rocco (foto autora).

⁸ Disponível em: <<http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/07/heraldica.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2022.

Para identificarmos as redes familiares que propiciaram e alimentaram essa migração, consideramos duas possibilidades: a primeira é que o primeiro Rocco a migrar para San Martino in Pensilis foi Giuseppe Rocco (nascido em 1757 e morto em 1805⁹), que era referido como “Doutor” na árvore genealógica familiar; a segunda é que o primeiro tenha sido Saverio (frade), nascido em 1762 e morto em 1833, em San Martino in Pensilis.¹⁰ Essas duas possibilidades se desenvolvem partindo do pressuposto e que San Martino in Pensilis era uma das principais cidades do Distrito de Larino, conforme a bibliografia sobre o tema e as fontes disponíveis. Quanto à primeira possibilidade, considera-se que em San Martino in Pensilis se desenvolveu uma elite intelectual admirável aos olhos dos historiadores que se dedicaram a escrever sobre ela, e que isso poderia se tornar um fator atrativo por Giuseppe Rocco, que, ao que parece, possuía formação em nível superior.

Tal como o historiador Mancini ilustrou na citação abaixo,

Apesar do analfabetismo difundido, era visível uma presença de um discreto grupo de intelectuais, que pertenciam a diversos campos (científico, artístico, histórico e literário). Os jovens iam estudar em Nápoles e depois retornavam ao *paese* com o conhecimento adquirido na viagem de estudos, procurando reproduzir àquilo aprendido (MANCINI, 2009, p. 76).

Além disso, Vittorio Romanelli no seu inquérito parlamentar sobre as condições dos agricultores no Distrito de Larino, após a unificação, constatou que:

[...] no distrito existem três ou quatro graduados em veterinária, com residências em Guglionesi, S. Martino e Montorio; em outros países, os ferradores fornecem veterinários. Em San Martino acredito que o

⁹ Apesar de não termos a certidão de óbito de Giuseppe Rocco, possuímos a de sua esposa, onde consta que ela faleceu em 1826 em San Martino in Pensilis (Certidão de Óbito de Maria Concetta Ricciutti, 23/10/1826, Livro Atto di Morte – Nº: 51; Página 26/1826 – San Martino in Pensilis). Disponível em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/ark:/12657/an_ua15563579/wRpQAXY>. Acesso em: 30 jul. 2022.

¹⁰ Certidão de óbito de Saverio Rocco, 16/12/1833, Livro Atto di Morte, nº 69, página 45/1833 – San Martino in Pensilis. Disponível em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/ark:/12657/an_ua15563588/0AzDMID>. Acesso em: 30 jul. 2022.

veterinário tem a conduta para o país, mas não pude garantir com certeza (ROMANELLI, ?).¹¹

A partir dessa bibliografia, percebemos que na região de San Martino havia a demanda de profissionais qualificados desde antes da unificação e era um polo de atração de intelectuais na região meridional italiana.

No caso da segunda possibilidade em que o Monge Saverio foi o primeiro “Rocco” a migrar para San Martino, a bibliografia nos leva a crer que, possivelmente, esse foi o processo ocorrido para propiciar a migração familiar, pois é aquela que faz mais sentido historiográfico dentro do panorama analisado.

San Martino in Pensilis se tornou conhecida principalmente pela sua dedicação religiosa ao catolicismo. Em uma cidade de pouco mais de 1500 habitantes, distribuídos em 100km² de área em 1795, existiam cinco igrejas: San Pietro Apostolo, que contém o corpo do santo padroeiro da cidade desde 1728; San Martino, provavelmente a igreja mais antiga da cidade, fundada por volta de 1410; Santa Maria in Pensili, construída no século XVIII em substituição de uma antiga capela com o mesmo nome, capela essa que abrigava o corpo do padroeiro da cidade entre 1300 e 1728; Madonna delle Grazie, igreja mais afastada da parte urbana da cidade e destino de muitos peregrinos; e, por fim, o convento Gesù e Maria, fundado em 1490, localizado na estrada entre San Martino e Ururi.

Além disso, também havia quatro mosteiros: San Nicola, com fundação em 1089, Santa Maria em Casalpiano, San Felice e San Bartolomeo (ZIO, 2020¹²). Dessa forma, a tradição católica da cidade era tamanha ao ponto de se tornar uma referência às outras cidades meridionais, e isso pode ter propiciado a ida de Saverio para lá. Ademais, é importante ressaltar que, historicamente, locais chamados “piedosos”, ou seja, igrejas, mosteiros e conventos, foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região.

¹¹ “Nel circondario vi sono tre o quattro veterinarie laureati, colla residenza a Guglionesi, a S. Martino ed a Montorio; negli altri paesi i maniscalchi suppliscono ai veterinari. A S. Martino credo che il veterinario abbia la condotta per il paese, ma non potrei assicurarlo con certezza”

¹² ZIO, Giuseppe. I benedettini a San Martino in Pensilis: Il Muraglione e il Monastero di San Nicola. 2020. Disponível em: <<https://www.quartadimensione.eu/2020/05/15/i-benedettini-a-san-martino-in-pensilis-il-muraglione-e-il-monastero-di-san-nicola-di-giuseppe-zio/>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

A irmã Serafina, nascida em 1770, casou-se duas vezes, porém, sobre ela, não encontramos registros em San Martino. Os nomes dos outros irmãos, Giacchino e Vincenzo, aparecem em documentos de um período posterior a esse. Acreditamos que essa migração do resto da família Rocco possa ter ocorrido entre 1817 e 1821, aproximadamente. Constatamos isso a partir do rastreio das certidões de nascimento e óbito dos cinco irmãos e de seus respectivos cônjuges e filhos. Giacchino, nascido em 1754 e morto em 1840 em *San Martino in Pensilis*, era casado com Fortunata Buonocuore e não deixaram herdeiros. Vincenzo Rocco, nascido em 1767 e morto em 1844, casou-se com Catterina Rocco e teve cinco filhos, e é a partir do nascimento desses que constatamos a mudança familiar.

Das três filhas mais velhas, encontramos registros apenas de Maria Vittoria, nascida em 1804 e morta em 1848 em San Martino in Pensilis. Entretanto, são os dados de nascimento dos dois filhos mais novos de Vincenzo Rocco que nos interessam: Francesco Rocco, pai de Nicolau, nasceu em 1816 em Praiano e o seu irmão, Leo Maria, nasceu em 1820 na cidade de San Martino. Ou seja, entre o nascimento dos dois houve a mudança para a cidade molisana e assim podemos estabelecer um recorte temporal para uma primeira experiência migratória familiar. O único filho homem a chegar à idade adulta foi Francesco Rocco, que se casou com Luisa Carriero, proveniente de uma família de pequenos agricultores de San Martino¹³. Mesmo as relações dessa parte da família Rocco sendo de pequenos campesinos, a esposa de Vincenzo, Catterina Rocco, era identificada como *gentildonna*¹⁴, nome relacionado a mulheres de uma alta posição na sociedade agrária meridional. A descendência de Vincenzo, e posteriormente a de Francesco, será um dos elos da memória coletiva sobre as origens dessa família.

Outro elo são os descendentes do Doutor Giuseppe Rocco. Ele e sua esposa tiveram cinco filhos e todos construíram suas vidas em San Martino. Sobre eles, encontramos mais dados nos atos notariais da cidade. Os

¹³ Ato Notarial de Antonio Carriero, Acervo Vietri Maria Michele, Archivio di Stato di Campobasso - Número 27, Página 23, 28/07/1869;

¹⁴ Certidão de óbito de Catterina Rocco, 23/08/1827, Livro Atto di Morte, nº 47, página 24/1827 – San Martino in Pensilis Disponível em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/ark:/12657/an_ua15563580/LebrMgl>. Acesso em: 30 jul 2022.

descendentes do Doutor Giuseppe se relacionaram com a alta sociedade sanmartinense, principalmente por meio de casamentos, e isso pode ser um dos fatores que tenha agregado, à memória coletiva, a existência de dois elos opostos dentro da mesma família.

A partir dessas informações, conseguimos distanciar esses dois irmãos, Vincenzo e Giuseppe. Enquanto o primeiro se relacionou com pequenos proprietários e agricultores locais e, tal como Luigi Sassi colocou em seu livro, era uma família de proprietários de terras que as cultivavam com as próprias mãos. O segundo vai se caracterizar por uma série de relações interpessoais que puderam alavancar seu status na sociedade sanmartinense. Isso se tornou mais claro com os atos notariais pesquisados no *Archivio di Stato di Campobasso* entre outubro de 2021 e janeiro de 2022.

Para realizar a pesquisa e a seleção dos atos notariais que seriam importantes para as perguntas que abrangem este capítulo: Qual era a origem familiar de Nicolau Rocco? E, quando sua decisão de migrar esteve relacionada às condições familiares na sua cidade de origem? Ao realizar um primeiro levantamento de dados, estabelecemos como recorte temporal os anos de 1860 e 1906. A primeira data por ser próxima ao nascimento de Nicolau Rocco, ocorrido em 1858, e a segunda, sendo o limite dado pelas regras do arquivo. Durante o período de pós-unificação foi vendida uma grande quantidade de terras, que eram bens eclesiásticos. Estima-se que, entre 1861 e 1877, milhares de hectares de terras da Itália Meridional foram vendidas a pequenos e médios proprietários e as somas acumuladas pelo Estado ultrapassavam de 218.000.000 de liras (BEVILACQUA, 2005, p. 75).

Durante esse período, o movimento de redistribuição fundiária foi fundamental para a formação de pequenos e médios proprietários. Não eram raros os casos de pequenos arrendatários, comerciantes, carvoeiros ou pastores se tornarem pequenos proprietários prósperos, que propiciariam à próxima geração a possibilidade de carreiras liberais (BEVILACQUA, 2005, p. 76).

Além disso, buscamos rastrear todas as vezes que o sobrenome Rocco aparecia em algum tipo de contrato, bem como as famílias que possuíam ligações com a casa de Nicolau Rocco, como os Irace, Sbrocco e Macrellino. Essas relações se davam a partir do casamento das irmãs de Nicolau. Maria Vittoria se casou com Michele Irace, um proprietário de terras pertencente a uma

das principais famílias de *galantuomini* de San Martino. Maria Concetta se casou com Abelardo Sbrocco, um político e proprietário de terras da cidade. Por fim, Bassomaria, irmão mais novo de Nicolau, casou-se com Marianna Macrellino, filha de trabalhadores do campo analfabetos e proprietários de poucas terras em San Martino. Esses três casamentos exemplificam como as relações não se concentravam apenas dentro de uma classe social, mas, que, preferencialmente, se mantinham entre o núcleo que possuía terras, não importando a quantidade, mas sim o fato de as possuir.

Foram identificados cinquenta e um registros notariais dentre as quatro famílias pesquisadas. Desses, trinta e um pertenciam à família Rocco (tabela 1) e se dividiam entre venda, testamento, inventários, compra e venda e mútuo¹⁵. Dos trinta e um documentos, apenas nove são dos familiares de Nicolau Rocco e surgem a partir de 1880, data próxima à partida de Nicolau. Os nove documentos estão destacados em negrito na tabela abaixo.

¹⁵ O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade (Art. 586). Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/comodato-x-mutuo#:~:text=O%20m%C3%BAtuo%20%C3%A9%20o%20empr%C3%A9stimo,mesmo%20g%C3%AAnero%2C%20qualidade%20e%20quantidade>>. Acesso em 21 fev. 2023.

Tabela 1: Lista de atos notariais

ANO	NOME	TIPO
1868	Rocco, Maria Felicia	Venda
1868	Rocco, Maria Felicia	Venda
1873	Rocco, Rafaele	[Ilegível]
1874	Rocco, Rafaele	Testamento
1876	Rocco, Rafaele	Compra
1876	Rocco, Rafaele	Inventário
1880	Rocco, Francesco	Compra e venda
1880	Rocco, Francesco	Mútuo
1881	Rocco, Domenicantonio	Compra e venda
1881	Rocco, Maria Felicia	Compra e venda
1881	Rocco, Maria Felicia	Compra e venda
1881	Rocco, Francesco	Retrovenda
1881	Rocco, Francesco	Compra e venda
1882	Rocco, Domenicantonio	Quietanza
1883	Rocco, Angelo	Quietanza
1883	Rocco, Francesco	Compra e venda
1886	Rocco, Bassomaria	Venda
1886	Rocco, Bassomaria	Inventário
1889	Rocco, Concetta	Renúncia de créditos
1889	Rocco, Bassomaria ¹⁶	Venda e quietanza
1889	Rocco, Francesco	Constituição de data
1892	Rocco, Bassomaria	[Ilegível]
1898	Rocco, Vincenzo	Retrovenda
1900	Rocco, Concetta	Quietanza
1900	Rocco, Vincenzo	Venda
1902	Rocco, Bassomaria	Venda
1902	Rocco, Domenico	Venda
1902	Rocco, Domenico	Venda de hipoteca
1902	Rocco, fu Giuseppe	Venda

Fonte: Autora – Atos Notariais – Vietri Maria Michele – 1868 – 1902.

Para mensurar, se torna claro que os descendentes de Doutor Giuseppe Rocco tiveram maiores tramitações comerciais do que os familiares de Nicolau Rocco. Porém, durante a década da emigração de Rocco (1880 – 1890) vemos que há cinco ocorrências, tal como, após a chegada dele ao Brasil (1895) também vemos uma retomada nas ocorrências, o que sugere o início da chegada de remessas do exterior. Com isso, faremos um novo recorte para favorecer a análise das condições das famílias Rocco. Analisaremos os atos notariais na

¹⁶ Bassomaria Rocco filho de Domenicantonio Rocco e não o irmão de Nicolau.

década da emigração de Nicolau e aqueles processos de compra e venda, pois eles podem nos exemplificar melhor as relações sociais e o poder de compra das famílias. Na tabela abaixo foram selecionados oito processos entre os anos de 1876 e 1883, exclusivamente de vendas de terras.

Tabela 2: Compras e Vendas

Nº	Ano	Quem vende	Quem compra	Terra	Valor (ducados)	Valor (liras)
19	1876	Rafaella Rocco	Irmãos Gasbarro	03,70ha	310	1.355,75
28	1880	Francesco Rocco	Nicola Galuppo	02,90ha	X	1.700,00
200	1881	Irmãs Sazio	Domenicantonio Rocco	13,72ha	X	11.900,00
19	1881	Maria F. Rocco	Giuseppe M. Raimondo	62,73m	200	550,00
22	1881	Giuseppe M. Rocco	Maria F. Rocco	X	122	510,00
259	1881	Francesco Rocco	Nicola Galuppo	02,46ha	X	850,00
173	1881	Nicola Galuppo	Francesco Rocco	02,90ha	X	1.700,00
184	1883	Francesco Rocco	Leo Macrellino	04,92ha	X	2.550,00

Fonte: Autora – Atos Notariais – Vietri Maria Michele – 1868 – 1902.

Em um primeiro panorama, percebemos claramente que Domenicantonio, Maria Felicia e Rafaella Rocco – descendentes de Giuseppe Rocco - fizeram transações de terras maiores do que aquelas feitas por Francesco Rocco. Vittorio Romanelli, no seu inquérito, identificava a classe social dos *galantuomini* como a dos grandes proprietários da terra e que detinham a maioria dela. Isso é, possuíam entre dez e cinquenta *versure* (ROMANELLI *apud* MANCINI, 2009, p. 93), que equivale a um hectare, vinte e três ares e quarenta e cinco metros quadrados (MANCINI, 2009, p. 71).

Na primeira metade do século XIX houve o crescimento quantitativo na região de agricultores donos de suas próprias terras que se transformaram em pequenos proprietários produtores de grãos. Esse tipo de trabalho se contrapôs às grandes famílias molisanas, que possuíam um estilo feudal de controle das terras. Usualmente, esses pequenos agricultores trabalhavam em sua própria terra e cuidavam dos animais nas chamadas *masseria* (MASSULO, 2006, p. 73).

Esses pequenos agricultores estavam incluídos na categoria social dos chamados *massari* ou *cafoni proprietari*. No caso de San Martino, a agropecuária da cidade se dedicava à produção de cereais, hortaliças e azeitonas. Algumas famílias possuíam bois, mulas e cavalos para o arado da terra (MANCINI *apud*

ROSSI, 2009, p. 45). Quanto às condições econômicas desses pequenos agricultores, muitas vezes se equivaliam aos dos *galantuomini*¹⁷. Em nível comparativo, esses pequenos agricultores, por trabalharem nas suas próprias terras e dificilmente usarem mão de obra dos *zampettari*¹⁸, acabavam economizando e utilizando melhores meios de sustento que os *galantuomini*, que em geral eram grandes proprietários e provinham de famílias que ainda remontavam alguns aspectos feudais de produção e manejo da terra.

Com isso, Francesco Rocco, pai de Nicolau, vendeu o total de 10,28 hectares de terras durante esses anos e continuou possuindo terras. Então, teoricamente, ele pertenceria à classe dos *galantuomini*, conforme os pré-requisitos dados por Romanelli. Partindo desse princípio, os dois elos dessa família estavam no mesmo nível social, afinal, Rafaella Rocco, em 1876, vendia 03,40 hectares, quantidade proporcional a do pai de Nicolau. Porém, quando retornarmos ao texto de Sassi, que diz que “Seu pai Francesco Rocco, era um modesto agricultor que cultivava pessoalmente a terra de sua própria fazenda que ficava a poucas distâncias do seu *paese*”. Isso nos leva a crer que provavelmente a família de Rocco estava inserida numa posição entre a dos *galantuomini* e dos *massari*.

Trabalhar a sua própria fazenda, como dito pelo escritor Luigi Sassi, era algo comum no Molise e no Abruzzo: “Os agricultores que trabalhavam terrenos próprios eram particularmente numerosos no Abruzzo e Molise, 163 a cada mil habitantes (...).”. Em comparação com outras regiões meridionais, a Calábria possuía apenas 44 agricultores proprietários de terras a cada mil habitantes (BEVILACQUA, 2005, p. 77). Ou seja, o trabalho agrícola feito pela própria família não era sinônimo de uma pobreza extrema. Portanto, categorizar que as duas famílias eram colocadas nos extremos de uma hierarquização social se

¹⁷ Grandes proprietários de terras, que cultivavam apenas uma pequena parte delas. Utilizavam, em sua maioria, a mão de obra de trabalhadores diários.

¹⁸ Categoria de trabalhadores diários provenientes das montanhas do Matese e de aldeias montanhosas do distrito. Eles semeavam, capinavam a terra, colhiam e debulhavam o trigo nas terras dos *Galantuomini*, os grandes proprietários de terras. Além dos *zampettari*, também havia a categoria dos *garzoni salariati*, isto é, trabalhadores assalariados que faziam todos os outros trabalhos campestres e de casa (ROMANELLI, 1879, p. 39). Os trabalhadores também chamados de *braccianti* eram 173 a cada mil habitantes no Abruzzo e no Molise durante a década de 1870 (BEVILACQUA, 2005, p. 77).

torna passível de questionamentos. Então, qual foi o motivo para que esse distanciamento ocorresse na memória coletiva de uma cidade?

Aprofundando-nos um pouco mais nos atos notariais, percebemos que a família Rocco, descendente do primeiro elo desse grupo, manteve relações com pessoas de um alto nível social, econômico e político em San Martino in Pensilis.

Por exemplo, Raffaella Rocco, filha de Doutor Giuseppe, a mesma que apareceu nos atos em 1876 realizando vendas de terras, casou-se com Don Federico Sassi, pertencente a uma das principais famílias *sanmartinense*. Posteriormente a filha desse casal se casou com o filho de Domenico Farina. Domenico era um dos principais políticos da cidade e foi prefeito de San Martino no início da década de 1860. A divisão social do *paese* estava muito bem definida, conforme a citação abaixo:

O palácio baronial continuava a ser o edifício mais imponente, mas já não era o centro do poder, onde o destino dos habitantes tinha sido muitas vezes decidido no passado. A vida, não apenas econômica, começou a se desenrolar em outros lugares, as decisões foram tomadas em outros espaços, principalmente nos palácios das famílias: Pollice, Sassi, Bevilacqua, Tozzi, Rossi, Facciolla, De Tullio, Farina, Sorella (2009, p. 70).

A partir disso, começamos a conhecer um pouco da relevância e interações familiares que os Rocco possuíam. O historiador Mancini escreveu que “Existiam duas realidades, dois mundos, que quase não se comunicavam e eram contrastantes entre eles, existia um abismo que os mantinham afastados”¹⁹ (2006, p. 80). Ou seja, a interação que essa parte da família Rocco representada por Doutor Giuseppe realizou com famílias representantes da elite sanmartinense - como Sassi, Bevilacqua e Farina - só foi possível pela inclusão de Giuseppe a uma elite intelectual já existente na cidade, tanto que os seus descendentes foram médicos e parte de uma elite militar que aos poucos, provavelmente, adquiriram o renome e as terras e assim passaram a participar do jogo econômico e comercial da cidade.

¹⁹ “Due realtà (due mondi) quasi mai comunicanti, e spesso in contrasto tra loro, tanto e tale essendo l’abisso che li teneva separati” (MANCINI, 2006, p. 80)

Enquanto isso, os familiares diretos de Nicolau Rocco interagiram em sua maioria com pequenos agricultores e analfabetos²⁰. Os registros notariais encontrados entre 1880 e 1883, período que antecedeu à viagem de Nicolau, ajudam-nos a entender melhor quais eram e com quem se davam essas relações. Como exemplo, podemos destacar um contrato de mútuo ocorrido em 02 de novembro de 1880, pelo qual, além das vendas de terras e grãos, a família também procurava obter renda de outros modos, como por aluguel e o mútuo de suas propriedades. Nesse contrato, Francesco Rocco, pai de Nicolau, declarou que recebeu como pagamento de um mútuo anterior, o total de 70 grãos de saragolla²¹ e entregou ao inquilino mais 88 hectolitros de grãos que deveriam ser restituídos em novembro de 1883. Além disso, Francesco também cedia ao inquilino 13 versure de terreno, ou seja, 13 hectares e 50 acres de terras semi-aráveis.

Ou seja, nesse contrato de mútuo, Francesco estava demonstrando não ser apenas um agricultor que sobrevivia puramente do trabalho de suas terras, mas também às utilizava alugando-as e cedendo grãos para outrem. Nesse caso, como nos casos de vendas de terras, um dos compradores, o cidadão Antonio Lanese, também declarava ser analfabeto, como a maioria da população de San Martino. Esse fato se repetiu nos outros contratos já citados, Galuppo e Macrellino também eram analfabetos e pertencentes a classe social dos *contadin*²².

²⁰ Ato Notarial nº 28 – Compra e Venda – Nicola Galuppo e Francesco Rocco, Acervo Vietri Maria Michele, Archivio di Stato di Campobasso – 14/08/1880; Ato Notarial nº 173 – Retrovenda – Nicola Galuppo e Francesco Rocco, Acervo Vietri Maria Michele, Archivio di Stato di Campobasso – 09/08/1881; Ato Notarial nº 259 – Compra e Venda – Nicola Galuppo e Francesco Rocco, Acervo Vietri Maria Michele, Archivio di Stato di Campobasso – 08/11/1881; Ato Notarial nº 184 – Compra e Venda – Leo Macrellino e Francesco Rocco, Acervo Vietri Maria Michele, Archivio di Stato di Campobasso – 12/09/1883;

²¹ Variedade de grão de trigo do tipo “*grano duro*”.

²² Eles representavam a categoria mais pobre e explorada de trabalhadores do distrito, constituindo o núcleo do proletariado agrícola subordinado. Estes usufruíam de um adiantamento de dinheiro e outros meios de sustento para a família, por parte do proprietário, porém esse adiantamento deveria ser ressarcido ao senhor proprietário. Era necessário pagar um quarto extra por cada item recebido, o que equivalia a uma restituição de cerca de 25% (em alguns casos na devolução era solicitada uma taxa de 40 e 50% a mais). Com isso, muitas vezes o colono era obrigado a abandonar toda a colheita anual como pagamento do que foi recebido no ano anterior. Romanelli conta que esse movimento de abandono não era incomum, ocorria subitamente,

Claro que não podemos ignorar que posteriormente os irmãos de Nicolau, principalmente as irmãs, fizeram casamentos com membros de uma elite campesina, como a família Sbrocco e Irace, ambas proeminentes nas relações comerciais de terras e grãos na cidade. Porém, a definição de que havia uma origem miserável e que essa mesma origem foi o motivo do migrar continua a ser perpetuada por aqueles que contavam parte da trajetória de Nicolau ainda na Itália.

Com isso, podemos definir que a percepção da origem pobre de Nicolau Rocco estava muito mais ligada a uma noção de classe e de relações do que propriamente a questões econômicas e, por isso, se torna peculiar agregar apenas a pobreza à decisão de emigrar. Possivelmente, outros motivos podem ter sido os que fizeram Nicolau partir da península em direção a Buenos Aires.

Então, se não foi a questão econômica, o que proporcionou o migrar de Nicolau Rocco para a América Latina? Para respondermos essa questão devemos compreender os fatores culturais e econômicos que podem ter propiciado o êxodo não apenas de Rocco, mas de diversos outros indivíduos do Baixo Molise em direção ao novo mundo. Para isso, iremos analisar como a região de onde ele provinha estava vocacionada para uma migração e como até mesmo a sua família de origem remonta uma mudança entre regiões e cidades.

2.2 A cultura migratória na região de origem

A região de onde Rocco emigrou possuía uma “vocação” a deslocamentos humanos, principalmente movimentos temporários e outras práticas nas áreas vizinhas. Em particular, a região possui uma estrutura montanhosa, o que estimulou nos seus habitantes uma cultura de mobilidade pendular. Em alguns períodos do ano, exerciam competências agrícolas e nos outros exerciam pequenos trabalhos artesanais e comerciais, em especial, nos meses de menor produ o rural (PESARESI, 2014, p. 391-392).

especialmente se o ano tivesse sido ruim e a devolu o do investimento inicial simbolizasse uma perda total de rendimentos. Era uma classe muito difundida em todo o Molise e era a mais explorada pelos latifundiários, que lhes confiavam as piores terras e com isso dificultavam a possibilidade de haver uma boa colheita que cobrisse o valor inicial investido (CAVALLARO, 1986, p. 24).

Além disso, existia a cultura da transumância. Estruturada a partir do século II essa surgiu como “pastorícia transumante” de longas distâncias, principalmente, entre as montanhas do Abruzzo e a planície da Puglia. Nesse momento, foram criados quatro “tratturi” principais. Eles podem ser definidos como “caminhos do gado”, que eram grandes estradas de cerca de 111,6 metros de largura. Elas cortavam o sul italiano (AVRAM, 2009, p. 154), iniciavam no Abruzzo e tinham como destino a região da Puglia, atravessando todo o território molisano. Os caminhos eram: Aquila – Foggia, Celano – Foggia, Pescasseroli – Candela, Castel di sangro – Lucera e Ateleta – Biferno (DI CICCICO, 1997, p. 15).

Ao longo desses caminhos foram criadas rotas do tipo “tratturelli”, que definimos como “pequenos caminhos de gado”, ou seja, pequenas estradas de cerca de 18,5m, 25,75m, ou 37m (AVRAM, 2009, p. 154), que atravessavam grandes estradas e ligavam localidades próximas. De Cicco ressaltou, entre as mais importantes, as de: *Ururi, Serracapriola, Centurelle, Montesecco, Sant’Andrea, Biferno, Castel del Giudice, Sprondascino e Pescolanciano – Sprondascino*. Por fim, ainda temos os chamados “*Braccio*”, na tradução, Braços, que eram pequenas conexões entre os caminhos dos “tratturi” e “tratturalli” (AVRAM, 2009, p. 154). Dessas, o pesquisador resalta a localizada entre Cortile e Centocelle.

Por esses caminhos em que os pastores passavam com os seus rebanhos que constituíram parte da cultura migratória do local em que gravitavam dois polos, o sul do Abruzzo e a planície da Puglia, região onde o Molise está localizado, constituindo um espaço territorial homogêneo e integrado. Muitas vezes, a referência a “abruzzeses”, em documentos e literatura pertinente, engloba os molisanos. Afinal, as duas regiões estiveram unidas por séculos, eles reuniam pelo menos 10% do total das ovelhas transumantes (RUSSO, 2006, p. 185).

Não apenas proprietários privados faziam uso da transumância. De Cicco ressaltou que muitos locais “piedosos”, como conventos e mosteiros, investiram na compra de rebanhos. Entre os mais notáveis estavam a Capela de Madonna di Loreto di Capracotta, a Capela de S. Sacramento di Vastogirardi e as Capelas de Sacramento di Pescopennataro, Sant’Angelo del Pescopennataro, San Pietro Avellana, Rionero e Castel del Giudice, que adquiriram milhares de ovelhas para a transmigração à Puglia (DE CICCICO, 1997, p. 15). Para conseguirmos mensurar

a importância dentro desse âmbito, vale dizer que o Castel del Giudice se tornou parte dos “tratturi”, ou seja, um dos grandes caminhos da transumância.

Por estar localizado entre o Abruzzo e a Puglia, regiões com tradição transumante – o transporte de ovelhas de uma região para outra – o Molise estava englobado dentro dessa dinâmica. A chamada “grande transumância meridional” era irradiada de Foggia, cidade ao norte da região da Puglia, em direção à Áquila, capital da região do Abruzzo, ambas regiões próximas ao Molise. Por exemplo, o alfundegário de Fabrizio di Sangro, em 1574, no Molise, efetuou o reconhecimento de vários ramos “tratturalli” na região, como nas cidades de San Martino, Guglionesi, Montenero vizinho ao rio Trigno, Civitanova, Civitavecchia, Torello, Castropignano, Oratino, Ripamolisan, Campodipietra, Toro, Riccia, Pietracatella, Gambatesa, do Valle di Fortore até Lucera, de Lanciano até a marina de Vasto e de Termoli até Serracapriola (DI CICCIO, 1997, p. 15), assim demonstrando a importância da região para a economia local.

A partir do domínio napoleônico na região, houve a chamada “mudança do eixo da transumância”, ou seja, o eixo principal que anteriormente era aquele norte-sul (Abruzzo-Puglia), passou a ser o eixo leste-oeste, ou seja, do Adriático à Nápoles. Essa mudança ocorreu a partir da nova cultura de produção de grãos em substituição da transumância dos pastores de ovelhas. Haja vista que, essa alteração se iniciou no final do século XVI e foi estruturada com o Império Napoleônico, quando existiu a chamada “expansão agrícola no litoral molisano”, pois a região se tornou um território central de processos econômicos meridionais (MASSULO, 2006, XII). Dessa forma, as relações entre os originários do Condado do Molise e os napolitanos aconteciam pela exportação dos grãos molisanos que era controlada exclusivamente pelos napolitanos. Para dimensionar essa expansão, que ocorreu tanto em nível populacional, mas também de produção, retrocederemos até o final do século XVI:

“As maiores densidades, entre 70 e 40 habitantes por quilômetro quadrado, são registradas no distrito do médio Biferno ao redor de Campobasso e em alguns municípios do planalto nas encostas de Matese. As densidades mais baixas, abaixo de 10 habitantes por quilômetro quadrado, concentram-se no curso inferior dos rios Trigno e Biferno, onde nas localidades mais próximas da costa, Ururi, S. Martino em Pensilis, Campomarino, caem em média cerca de 7, assim como em alguns municípios montanhosos do Alto Molise, onde

Pescolanciano tem a menor densidade com apenas 6 habitantes por quilômetro quadrado.” (MASSULO, 2006, p. 54)²³

Observamos que entre esse período e o final do século XVIII, mesmo havendo a queda demográfica causada pela peste em 1656, houve um alargamento demográfico notável. Diferentemente da citação anterior, que mostra que a densidade demográfica das regiões dos rios Trigno e Biferno era de 7 habitantes por quilometro quadrado, no século XVIII “(...) na localidade das melhores regiões agrárias de semi-planalto entre o médio Trigno e médio Biferno chegaram a 100 habitantes por quilômetro quadrado, colocando a região no ranking das mais populosas do Reino (...)” (2006, p. 68).

Para dimensionarmos, a população molisana duplicou em 10 anos, chegando em 1780 a 180.000 habitantes. Já no século XIX, houve duas crises que desencadearam a queda da população, a primeira decorrente das crises econômicas que geraram a fome de 1817, causando 20 mil vítimas, e a segunda, causada pela epidemia de cólera de 1838 (2006, p. 68). A cidade de San Martino in Pensilis acompanhou o processo geral de decréscimo populacional do Molise. Em 1835 a cidade possuía 2642 habitantes e em 1845 passou para 1600, número similar de indivíduos que a cidade possuía em 1795 (1500 habitantes). As causas da queda, nessa última, foram a fome entre 1816 e 1818 e doenças como tifo, varíola e cólera – até 1855 (MANCINI, 2009, p. 50). Vemos com maiores detalhes essa evolução demográfica, na tabela abaixo:

²³ “Le densità maggiori, comprese tra i 70 e i 40 abitanti per kmq, si registrano nel comprensorio del medio Biferno intorno a Campobasso e in alcuni comuni dell’altopiano alle pendici del Matese. Le densità minori, quelle al di sotto dei 10 abitanti per chilometro quadrato, risultano invece concentrate nel basso corso del Trigno e del Biferno, dove nelle località più prossime al litorale, Ururi, S. Martino in Pensilis, Campomarino scendono mediamente intorno ai 7, come pure in alcuni comuni montani dell’Alto Molise, dove Pescolanciano presenta la minore densità con appena 6 abitanti per kmq.”

Tabela 3: População de San Martino in Pensilis

Ano	Habitantes
1532	166
1545	253
1561	292
1595	215
1648	215
1669	110
1730	1500
1795	1500
1835	2642
1861	3966
1881	3966

Fonte: Ver livro – monografia sobre as cidades do Circondario de Larino.

Ou seja, a região onde Rocco nasceu, possuía uma tradição migratória profundamente enraizada na cultura particular, que por estar localizada centralmente foi paisagem de uma série de movimentos populacionais. Até mesmo a família Rocco de San Martino in Pensilis fez parte desses movimentos, possivelmente respondendo aos estímulos. O alargamento demográfico é perceptivo quanto aos números totais de habitantes do *mezzogiorno* continental, “Dos 6.500.000 habitantes em 1861 o *Mezzogiorno* continental atingiu um pouco menos de 7.300.000 em 1881, enquanto a Sicília de 2.100.000 passou para quase 3.000.000 (BEVILACQUA, 2005, p. 86)”.

Logo, a migração possivelmente ocorreu em busca de crescimento econômico e as novas possibilidades de desenvolvimento agrário propiciaram a mudança, afinal estavam respondendo ao estímulo de reorganização econômica da região. Isso demonstra não somente que o processo migratório não é apenas individual, mas que, muitas vezes, responde a chamados e a criação de redes que a propiciam, e, principalmente, que devemos compreender o contexto em que o nosso personagem estava inserido. Como tratado no subcapítulo anterior, a família Rocco de San Martino in Pensilis era formada por proprietários de terra. Acreditamos que fossem da classe dos *massari*. Interagiam com outros pequenos proprietários e, principalmente, não pertenciam à classe de

*contadin*²⁴. Isso é muito importante para compreendermos os motivos e as possíveis intenções de Nicolau Rocco ao migrar. É de conhecimento geral que o contingente principal da migração fora de pequenos proprietários de terra e agricultores que não tinham seu próprio terreno e buscaram na migração uma forma de crescimento econômico e social para, talvez, um dia retornar a sua terra natal.

Por isso, devemos compreender como o processo migratório da Grande Emigração, período em que Nicolau Rocco veio para América do Sul, se deu no Molise. É importante também entender as condições e a malha migratória das cidades do Distrito de Larino, onde San Martino in Pensilis está localizada. A dissertação de Guglielmo Josa, *L'Emigrazione nel Molise* (1907); e o inquérito analítico de Vittorio Romanelli sobre as condições agrárias do Distrito de Larino, que parte da *Inchiesta Jacini* (1879); por fim, a *Inchiesta Jarach* (1909) sobre as condições dos agricultores nas províncias meridionais e na Sicília, são fontes inestimáveis para compreender tanto a visão parlamentar e intelectual da migração como a sociedade da época. Além disso, para nos aprofundarmos na questão social migratória e compreender a escolha de destinos, vamos analisar os registros de morte das cidades pertencentes ao Distrito de Larino entre 1877 e 1900.

Durante a “Grande Emigração” (1875 – 1914), período de maior fluxo migratório registrado até então de imigrantes italianos para países da América e Oceania, o Molise foi um dos principais palcos da emigração, principalmente em direção à Argentina e aos Estados Unidos. A região foi um dos exemplos precoces e significativos de um processo mais geral que assumiu consistência em grandes áreas do sul italiano “alimentando uma corrente intensa e fluída” (LOMBARDI *apud* PESARESI, 2014, p. 393).

Uma das principais causas do processo migratório ter atingido em especial a Itália Meridional foi a crença durante a década de 1880 de que a agricultura levaria ao desenvolvimento nacional do país. Porém, a competição com os grãos russos e americanos que ingressavam na Europa no período, tornou o planejamento desastroso. Os grãos italianos perderam o espaço que poderiam conquistar na economia do continente Europeu (BEVILACQUA, 2005,

p. 91). Os agricultores sofreram duras perdas com os preços das *commodities* agrícolas desabando, os grãos que ficavam armazenados sem certeza da venda e as dívidas que se acumulavam, com isso, os agricultores, em especial os que alugavam terras, ampliaram as suas dívidas sem nenhum tipo de retorno efetivo e muitos decidiram pela venda e emigração como rota de fuga (BEVILACQUA, 2005, p. 78).

Desde a unificação, os investimentos na produção de grãos e sua exportação fora o principal elemento de relação entre os dirigentes políticos e a região meridional. Por exemplo, em 1863 houve um tratado comercial com a França que favorecia a exportação dos principais produtos da agricultura meridional, como óleos, amêndoas e frutas cítricas. Com isso, houve um incremento econômico enviado inicialmente para a Sicília e a Calábria, as regiões mais importantes na exportação do *Mezzogiorno* (BEVILACQUA, 2005, p. 74).

Naquele período também se realizou a redistribuição fundiária, primeiramente com a venda de bens da igreja católica. Foram colocados milhares de hectares de terra à venda e somente o sul italiano conseguiu arrecadar 218.000.000 de liras, um pouco menos da metade do valor adquirido nacionalmente (BEVILACQUA, 2005, p. 75). Além disso, parte dos proprietários adquiriram as terras a partir da instituição da enfiteuse²⁵, em que as terras adquiridas garantia o poder perpétuo sobre elas sem a necessidade de pagamento de dívidas anteriores (BEVILACQUA, 2005, p. 76).

O Molise, que tinha como principal item de exportação os grãos produzidos, também foi atingido por tal crise a partir de 1880. A historiadora Ilaria Zilli ao analisar a grande onda migratória molisana associava o estopim à crise: “uma agricultura que vivia à beira da subsistência só poderia ser esmagada pela queda dos preços agrícolas na sequência da unidade (em particular do trigo) e

²⁵ “Direito real, transmissível por ato entre vivo ou por disposição de última vontade, por meio do qual o proprietário atribui perpetuamente a outrem o domínio útil de sua propriedade. A título de sinalagma, o enfiteuta deverá pagar ao senhor um foro anual”. Disponível em: <<https://www.fazenda.niteroi.rj.gov.br/blog/2022/04/19/voce-sabe-o-que-e-enfiteuse/#:~:text=%E2%80%9CDireito%20real%2C%20transmiss%C3%ADvel%20por%20ato,ao%20senhor%20um%20foro%20anual%E2%80%9D>>. Acesso em 23 jul. 2022.

pelo colapso simultâneo da procura de mão-de-obra proveniente dos setores extra agrícolas das áreas vizinhas, também em crise” (2006, p. 135).

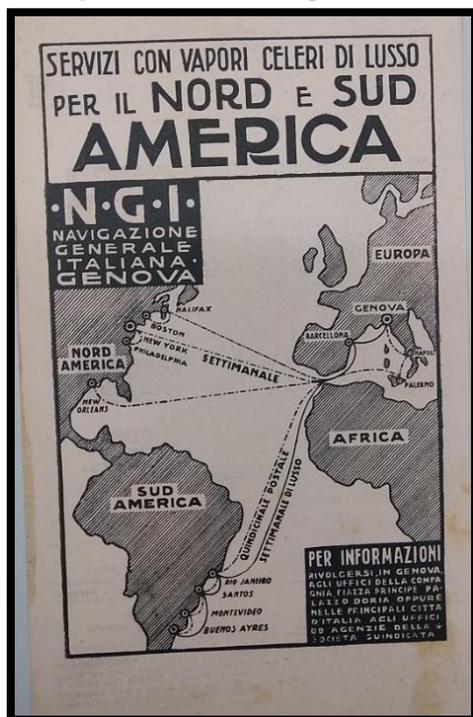
Numa análise da emigração molisana ocorrida no século XIX, o professor Guglielmo Josa, identificava novamente como o problema das terras era o principal motivo que expulsou milhares de pequenos agricultores do território molisano:

A terra pertencente a poucos continuava a ser cultivada por muitos, um exército infinito de trabalhadores e agricultores, que recebiam pelo trabalho deles uma remuneração deficiente. A velha produção de grãos e do grão turco já havia exposto o solo ao extremo e cada colheita era uma nova desilusão. Por mais de uma volta a produção não bastava para pagar o aluguel das terras; normalmente não se produzia nem mesmo a semente; o grão turco não bastava para alimentar a numerosa família que cada vez crescia mais do agricultor que era a vítima mais implacável da usura (JOSA, 1907, p. 4).

Além disso, no panorama mundial, o avanço tecnológico de transporte, como os navios transatlânticos, a navegação à vapor e as ferrovias, propiciavam uma nova era de mobilidade. Também havia a crescente dificuldade financeira, descrita anteriormente, dos trabalhadores rurais e o interesse de países como Brasil e Argentina que estimulavam o ingresso desses trabalhadores, propiciando assim a emigração transoceânica (BEVILACQUA, 2005, p. 91 e 92). Foram encontrados no acervo privado “Valente”, no Arquivo Estadual de Campobasso, materiais publicitários e bilhetes de embarque de diversas companhias de navegações que faziam o transporte dos viajantes e que, além disso, em sua maioria, também ofereciam o serviço postal.

Por mais que esses materiais publicitários tenham como recorte temporal os anos de 1910 e 1912, conseguimos mensurar a importância deles para o transporte dos migrantes e comunicação entre os familiares que partiram e permaneceram. As principais companhias de navegação que faziam propaganda na região molisana tinham como porto de saída as cidades de Nápoles ou Gênova e faziam o itinerário com destino à América do Sul com paradas no Rio de Janeiro, Santos, Montevideo e, por fim, Buenos Aires. Quando partiam com destino à América do Norte, os destinos eram em Boston, Nova York, Filadelfia, Nova Orleans e a cidade de Halifax no Canadá (figura 4). Todas as viagens eram semanais e ofereciam serviço postal quinzenal.

Figura 4: Material publicitário - Navigazione Generale Italiana²⁶



Fonte: Foto autora. Arquivo Estadual de Campobasso, acervo privado “Valente”.

Outro material publicitário interessante é o “Boletim Mensal” do Serviço Especial de Transporte para América M. Gioseffi & C. com sede em Nápoles. Possuímos dois exemplares dele, o primeiro de dezembro de 1911 e o segundo de setembro de 1912. Na segunda edição, que informava que estavam em atividade desde 1908, com viagens mensais para a América do Sul e Norte. Transcrevemos os destinos na tabela abaixo para melhor visualização:

²⁶ Material publicitário – *dépliants* e bilhetes de embarque de algumas agências de navegação e transporte italiano americano, 1910 – 1912, 1949. Pasta 01, fascículo 19, Campobasso, Arquivo privado “Valente”.

Tabela 4: Partidas no mês de dezembro/1911

América do Norte			
Data	Vapores	Companhia	Destino
02	Perugia	Anchor Line	Nova York
05	Principe di Piemonte	Lloyd Sabaudo	Nova York
08	Uttonia	Cunard Line	Nova York
08	Prinzess Irene	Norddeutscher Lloyd	Nova York
12	Duca d'Aosta	Navigaz. Gener. Italiana	Nova York
13	S. Guglielmo	Sicula Americana	Nova York
14	Roma	Fabre Line	Nova York
17	Taormina	Italia	Nova York e Filadélfia
23	Adriatic	White Star Line	Nova York
América do Sul			
04	Szengend	Adria	Bahia, Pernambuco, Santos, Rio de Janeiro
08	Lombardia	Navigaz. Gener. Italiana	Rio de Janeiro, Santos, Buenos Aires
10	Mafalda	Lloyd Italiano	Buenos Aires
14	Regina Elena	Navigaz. Gener. Italiana	Rio de Janeiro, Santos, Montevidéu, B. Aires.
15	Cordova	Lloyd Italiano	Rio de Janeiro, Santos, Buenos Aires
16	Sardegna	Navigaz. Gener. Italiana	Rio de Janeiro, Santos, Montevidéu, B. Aires.
21	Emma	Armatori Genovesi	Rosário e Buenos Aires.

Fonte: Material publicitário, pasta 01, fascículo 19.3 – Arquivo de Campobasso, Acervo privado “Valente”, janeiro 2022.

Eles também ofereciam o transporte de cargas como vinhos e óleos, disponibilizando vapores celeiros e comerciais para América do Sul, além de disponibilizarem o transporte apenas de bagagens que não puderam serem transportadas juntamente com os emigrantes. Outrossim, também ofereciam um seguro para os emigrantes, chamado *La Transocenica* com sede em Nápoles, que assegurava ao emigrante duzentos e dez liras para quaisquer problemas que pudessem ter no porto de destino. Outra empresa de vapores que disponibilizava o serviço de transportes para América era a D. De Dominicis, com sede em Nápoles, Messina e Gênova. Ela fazia o transporte tanto de remessas bancárias, cartas e encomendas, como também possuía vapores para o transporte de passageiros.

Essa empresa possuía o serviço de “bilhete de retorno” de qualquer cidade da América do Norte, entenda-se que quando se referem a essa parte do continente estão se referindo especificamente aos Estados Unidos. Embora fosse oferecido esse tipo de serviço para diversas cidades estadunidenses, eles não estavam disponíveis para cidades do Brasil e da Argentina. No anexo XX, encontramos o documento na íntegra.

Esses documentos exemplificam a maciça existência de empresas de transporte naval na região molisana, respondendo aos estímulos migratórios mundiais do período da Grande Imigração (1875 – 1914). Os agricultores meridionais emigraram para a Argentina e Brasil por volta da década de 1880, porém, em maneira quase exclusiva mudaram o itinerário para os Estados Unidos nos últimos anos do século XIX. No início dos Novecentos, a emigração meridional se tornou a “força motriz” do êxodo rural italiano. Eram famílias que partiam para pequenas e grandes cidades que uniam-se a partir de redes e deixavam suas casas com destino aos Estados Unidos. Lá trabalhavam em construções de estradas e como mineradores. Bevilacqua estimou que entre 1876 e 1914 cerca de 5.400.000 meridionais deixaram a Itália com destino à América (2006, p. 92). No inquérito parlamentar feito por Cesare Jarach em 1909, apresentavam-se dados compilados sobre a emigração molisana em direção a Argentina, Brasil e Estados Unidos:

Tabela 5: Emigração para Argentina, Brasil e Estados Unidos

ANO	VALOR ABSOLUTO			PORCENTAGEM		
	Argentina	Brasil	Estados unidos	Argentina	Brasil	Estados unidos
CAMPOBASSO						
1881 – 1883	3,476	1,578	8,259	25%	11%	60%
1884 – 1886	5,962	2,868	25,752	17%	7%	72%
1892-1895	8,854	9,750	20,807	11%	28%	60%
1896 – 1901	7,854	9,886	21,491	19%	24%	53%
1902-1906	5,599	4,569	50,571	9%	7%	82%

Fonte: Inchiesta Parlamentare sulle condizioni dei contadini nelle Province Meridionali e nella Sicilia - Volume II - Abruzzi e Molise - Tomo I.

Quanto ao específico da primeira onda migratória molisana, ela teve como ponto de partida o Distrito de Isernia (figura 05), que possuía como característica pequenas propriedades agrícolas dedicadas essencialmente à cultura dos cereais, que não conseguiam dar a subsistência necessária para a sua população, diferentemente da cultura da zona costeira molisana que possuía um campo mais amplo de possibilidades e de culturas de produção (ZILLI, 2006, p. 135).

Figura 5: Mapa do Molise



Fonte: Mapa referido na nota de rodapé²⁷.

Dentre as cidades do distrito de Isernia, Agnone foi a pioneira. Os emigrantes em sua maioria se direcionaram às cidades latino-americanas no início da década de 1870 (LOMBARDI, 2006, p. 535). Um dos principais pesquisadores molisanos que se dedicam aos estudos das migrações, Norberto Lombardi, ao analisar o início do processo migratório molisano constatou que ela adquire a característica de uma emigração em massa na década de 1880 e que, naquele período, cerca de 1/3 da população do alto Molise— região onde se localiza a cidade de Agnone – emigrou com destino à Argentina.

Essa migração de Agnone foi um exemplo consolidado do funcionamento de uma rede migratória fluída com capacidade de se afirmar dentro de uma das principais comunidades de imigração italiana na sociedade de recebimento (LOMBARDI, 2006, p. 542). A trama construída com a migração de agnoneses para Argentina foi interpretada como uma “forma particular de investimento familiar” (PESARESI, 2014, p. 394). Entre 1885 e 1953, cerca de 9.954 agnoneses emitiram seus passaportes e emigraram, dentre esses 42% foram para a Argentina, cerca de 4.180 indivíduos.

²⁷Disponível em: <https://cp.shb-cdn.com/cdn/app/statics/contents/books/CPAC67_4263088A/html/152/assets/images/152_a.jpg>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Segundo os dados gerais da migração molisana para a Argentina, cerca de 71.060 abruzzeses-molisanos foram para o país até 1905, desses 26.745 (38,5%) eram da província de Campobasso que começaram o período de mobilidade na segunda metade da década de 1880 até a segunda parte dos 1890. Calcula-se que cerca de 50.000 molisanos chegaram à Argentina durante o período da Grande Imigração (LOMBARDI, 2006, p. 543). Além da rede migratória constituída por *agnonese* para Buenos Aires, a migração dos oriundos de Ripalimosani também se destacam pelas redes formadas. Impulsionados pelo esforço de colonização na província de Santa Fé, milhares de ripalimosanos partiram nos últimos anos do século XIX para Rosário. Lá desenvolveram redes de comércio graças ao porto ativo, que era um dos principais pontos burocráticos e comerciais na Argentina (LOMBARDI, 2006, p. 544).

A emigração de molisanos para os Estados Unidos vai substituir aquela que em um primeiro momento buscou migrar para Argentina. Ela se estabeleceu nos últimos anos do século XIX e os primeiros cinco anos do século sucessivo. Calcula-se que entre 1880 e 1905 cerca de 410.000 pessoas provenientes do Abruzzo-Molise chegaram aos portos estadunidenses, sendo 45% oriundos de Campobasso. Pesquisadores analisam que “A cada molisano que chegava na América do Sul, cinco chegavam em Ellis Island (o principal porto de ingresso nos EUA)” (LOMBARDI, 2006, p. 555). O perfil do imigrante que chegava aos Estados Unidos era de homens (91,2%), em idade de trabalho e com o objetivo de economizar e depois retornar. Quanto à imigração feminina, era normalmente com o objetivo de reunião familiar. Diferente da migração para a Argentina que em sua maioria a migração tinha como característica ser familiar e com o objetivo de assentar-se.

A união das regiões remonta o período medieval em que Federico II instituiu a Jurisprudência de Abruzzo, o tornando um distrito administrativo do reino da Sicília. Essa região foi repartida posteriormente entre Abruzzo Ulterior e Abruzzo Citeriore, sendo o Sul a união do Abruzzo Citra, Condado do Molise e Capitanata. Esta divisão ocorreu a partir do entendimento de que estas três regiões possuíam uma continuidade territorial que dificultava outro tipo de formação fronteiriça e administração das mesmas. No início do século XIX houve a constituição da Província do Molise, criando uma autonomia da região. É importante ressaltar que ambas as regiões faziam parte do Reino de Nápoles e

das Duas Sicílias, então a união era por via das províncias (MASSULO, Gino, 2006, p. 48). Após a unificação, essa união foi reconhecida e durou até 1963, com a emancipação do Molise.

Os molisanos que partiram para América tinham como idade média entre 25 e 32 anos. Durante os primeiros quinze anos de emigração, jovens de 15 a 29 anos emigraram baseados na ideia de serem “os primeiros a abrir a estrada” e, posteriormente, no segundo quinquênio, adultos de 30 a 44 anos emigraram. Quanto ao nível profissional, em sua maioria havia uma baixa qualificação e profissões ligadas à atividade agrícola (88,8%), quando pertencentes a outras atividades eram geralmente alfaiates, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, padeiros, fiandeiros, pedreiros, pintores e escultores (LOMBARDI, 2006, p. 555 e 556).

Sobre a emigração direcionada ao Brasil, os estudiosos do tema veem como o menos documentado dentre os principais destinos na América. Estima-se que, entre o final dos anos de 1870 e a década sucessiva, cerca de 78.000 abruzzeses-molisanos chegaram ao Brasil, desses, cerca 37 %, ou seja, em torno de 29.000 eram do Molise, porém, torna-se difícil estimar quantos molisanos emigraram para o Brasil, principalmente no período anterior à Primeira Guerra Mundial.

Quanto à origem desses emigrantes, acredita-se que em sua maioria eram de Bojano, Macchiagodena e Cercammaggiore. Eles ocuparam posições como trabalhadores agrícolas, comerciantes, atividades artesanais, pequenos industriários e, sobretudo, o trabalhador industrial em São Paulo. Para o historiador Norberto Lombardi, mesmo que tenhamos esses dados superficiais, as características e experiências de italianidade molisana no Brasil se perderam, principalmente pela adaptação e integração com a comunidade italiana radicada no país latino-americano (2006, p. 553).

Apesar disso, em 1998-1999, o Arquivo de Estado de Campobasso organizou a mostra-documentária *Italiani del Molise, Italiani del Brasil*, que buscou rastrear a experiência molisana no país. Nessa obra, foi possível discutir os locais ocupados por molisanos e como eles se adaptaram ao país, em especial, na cidade de São Paulo. Eles focalizaram primeiramente na experiência dos imigrantes que ocuparam terras devolutas como agricultores. O documento intitulado *Emigrazione al Brasile – Vantaggi offerti agli molisano*

descrevia que os emigrantes que, sem compromisso ou contrato, escolhessem partir para o Brasil, poderiam escolher o local de residência nas colônias do estado onde trabalhariam como agricultores, nas terras que estavam disponíveis. Que as despesas de transporte do porto de desembarque até a colônia escolhida eram gratuitas, e que receberiam um lote de terreno, que eram divididos em três classes: a primeira sendo de 125,000 *braccia quadrate*²⁸, equivalentes a 605 metros quadrados; a segunda sendo de 62,500 *braccia quadrate*, equivalente a 302,500 metros quadrados; e a última de 31,250 *braccia quadrate*, equivalente a 151,350 metros quadrados. Cada *braccio quadrato* tinha seu preço variado entre 2 e 8 reis (ANEXO xxx).

A principal colônia escolhida por molisanos foi a de São Caetano, estabelecida em 1877, com cerca de 90 famílias venezianas. Os pioneiros molisanos foram Carmine Barille (1881), Antonio Barille (1884) e Giandomenico Perrela (1886), todos de Bojano. Tal como Lombardi constatou, todos se estabeleceram como comerciantes contribuindo assim no crescimento da cidade (1999, p. 25). A presença molisana também estava descrita no comércio e nas indústrias abertas em São Paulo, como percebemos na figura 6 abaixo:

²⁸ Referência a uma antiga medida do Distrito de Florença. Disponível em: <https://it.wikipedia.org/wiki/Antiche_unit%C3%A0_di_misura_del_circondario_di_Firenze>. Acesso em 25 jul. 2022.

Figura 6: Fotos de comércios italianos de origem molisana



Fonte: Italiani del Molise, Italiani del Brasile. Catalogo a cura dell'Archivio di Stato di Campobasso, página 58.

A mobilidade migratória de Nicolau Rocco, provavelmente, foi ocasionada por causas econômicas e culturais e a escolha de destino para Buenos Aires se condicionou a partir do contexto em que ele estava inserido no Distrito de Larino. Esse distrito ficava localizado na região do “Baixo Molise” e parte de sua população que emigrou partiu para os Estados Unidos e Argentina, por isso, para compreendermos as motivações estruturais que direcionaram Rocco para Buenos Aires necessitamos entender as divisões geográficas, sociais e políticas do distrito de Larino.

O distrito de Larino estava dividido em nove jurisdições, compreendendo 34 cidades na região fronteira com a Puglia e no litoral adriático molisano. Em 1811, o distrito possuía uma população de 70.235 habitantes. A superfície do distrito era de 1464km², e o maior região rural municipal era o de Guglionesi, que era o mais vasto de toda a província, com 10.198 hectares. Em 1889, Vittorio Romanelli identificava que o distrito possuía um sistema agrícola ultrapassado, com terras abandonadas por causa do fluxo imigratório e uma estrutura de classe

rígida, tal como vimos anteriormente na discussão sobre a origem de Nicolau Rocco.

Os principais produtos eram grãos, óleos, lã e outros tipos de produtos eram parte de um autoconsumo. Porém, havia dois aspectos que prejudicavam a produção e o comércio: a primeira foi a ausência de construções para guiar o curso d'água, como diques, e pontes; já o segundo era a ausência de dinheiro em espécie. Essa segunda característica foi notada na análise dos atos notariais. Normalmente, os pagamentos eram efetuados com grãos e/ou títulos bancários, dificilmente havia a movimentação de moedas nos pagamentos ocorridos durante os anos de 1880. Além disso, conforme Romanelli, era uma população massivamente analfabeta (1889, p. 81), que não possuía acesso a médicos, não possuíam nenhum hospital, nenhuma beneficência pública, a não ser na cidade de Rotello, onde foi implementado um hospital privado (1889, p. 80).

Quanto à emigração do distrito de Larino, o parlamentar Cesare Jarach descreveu, em 1909, que o “despertar” da migração foi mais vivo lá do que em qualquer outro local, pois de um dia para o outro se tornou imponente, refletindo uma sociedade destruída e desestabilizada economicamente. Os motivos da emigração são difíceis de definir, Jarach descreve que ao depender das informações recolhidas verbalmente pelos habitantes locais podemos definir diferentes motivações. Quando um camponês afirma que emigrou ou vai emigrar, ou que vai deixar os seus filhos emigrarem para a América, é porque não pôde mais viver da produção da aldeia. Já os proprietários do Distrito de Larino reconhecem que, no início, a emigração foi determinada por uma grave dificuldade econômica, porém, desde o final do século XIX, o migrar tinha se tornado uma corrida para a riqueza, para um futuro melhor e maior. Basicamente, Jarach interpreta que a motivação vai sempre refletir as necessidades e os interesses de quem narra²⁹.

Com isso, buscando identificar no específico os dados sobre a emigração do distrito de Larino, nos debruçamos nas fontes das certidões de morte entre os anos de 1877 e 1900 de todas as cidades pertencentes ao distrito. Guiamos a pesquisa a partir dessas certidões pela justificativa de que havia, desde o final

²⁹ JARACH, Cesare. 2.1: *Abruzzi e Molise / relazione del delegato tecnico Cesare Jarach; introduzione di Umberto Dante. - Rist. anast.

da década de 1870, o costume de recolher os dados de todos aqueles ex-moradores que haviam morrido em uma localidade diversa, sendo ela na Itália, no resto da Europa ou até mesmo no exterior. Porém, é importante entender que, quando essa certidão de morte provinha de um lugar de fora do território italiano, poderia demorar até ser remetido pela embaixada e/ou consulado italiano local. Foram totalizados cento e setenta e nove registros divididos entre as trinta e quatro cidades do distrito. Foram selecionados apenas aqueles que se direcionavam para o continente americano no recorte temporal anteriormente citado. Na tabela abaixo podemos visualizar as divisões das nove jurisdições que se dividiam o distrito.

Tabela 6: Jurisdições no Distrito de Larino

Jurisdição	Cidades pertencentes
Jurisdição I: Bonefro	Bonefro, Colletorto, San Giuliano di Puglia
Jurisdição II: Casacalenda	Casacalenda, Morrone del Sannio, Provvidenti, Ripabottoni
Jurisdição III: Civitacampomariano	Castelbottaccio, Castelmauro, Civitacampomariano, Guardiafiera, Lucito, Lupara
Jurisdição IV: Guglionesi	Guglionesi, Montecilfone, Portocannone
Jurisdição V: Larino	Larino, Montorio nei Frentani, San Martino in Pensilis, Ururi
Jurisdição VI: Montefalcone nel Sannio	Montefalcone nel Sannio, Roccavivara, San Felice Slavo
Jurisdição VII: Palata	Acquaviva Collecroce, Montenero di Bisaccia, Palata, Ripalda, Tavenna
Jurisdição VIII: Santa Croce di Magliano	Montelongo, Rottello, Santa Croce di Magliano
Jurisdição IX: Termoli	Campomarino, San Giacomo, Termoli

Fonte: Ministero di Grazia e Giustizia e dei Culti (a cura di), Dizionario dei comuni del Regno d'Italia e tavole statistiche e sinottiche della circoscrizione amministrativa elettorale ed ecclesiastica con la indicazione della popolazione giusta l'ultimo censimento, Torino, Stamperia Reale, 1863.

Nas certidões de óbito é perceptível as diferenças entre os dados enviados de um país para outro. Claramente os dados enviados pelos Estados Unidos são os mais detalhados. Em geral, informam há quanto tempo a pessoa estava morando lá, a causa da morte, onde a morte ocorreu, a idade, nome completo e se era casado ou não. Enquanto os dados enviados pelos consulados/embaixadas do Uruguai, Argentina e Brasil, comumente, eram superficiais, apontando apenas idade, nome completo, causa da morte e estado civil. A partir disso, dividimos a análise primeiramente em grau quantitativo, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 7: Dados gerais emigração Distrito de Larino

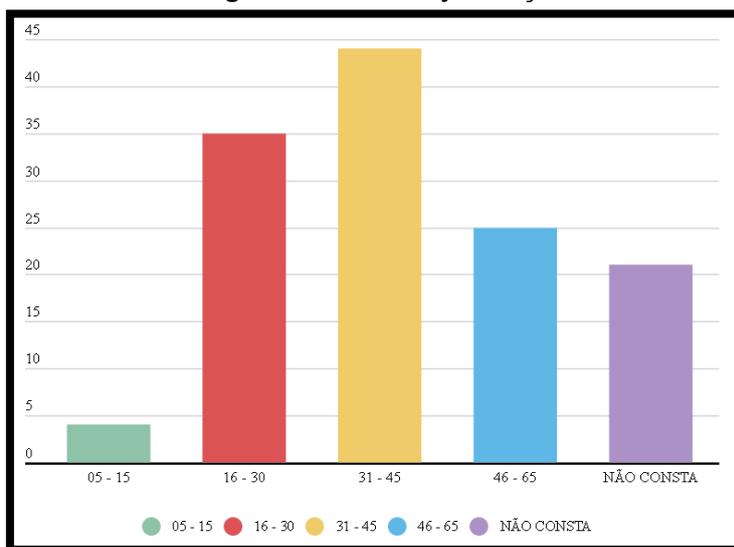
Cidades	Números Geral de emigrantes (1877 – 1900)	Emigrantes para América do Norte	Emigrantes para América do Sul
Bonefro	11	11	0
Colletorto	3	0	3
San Giuliano di Puglia	0	0	0
Casacalenda	12	8	4
Morrone del Sannio	12	10	2
Provvidenti	3	2	1
Ripabottoni	17	16	1
Castelbottaccio	14	4	10
Castelmauro	15	11	5
Civita Campomariano	21	1	20
Guardia Alfiera	2	1	1
Lucito	18	15	3
Lupara	14	5	9
Guglionesi	0	0	0
Montecilfone	2	0	3
Portocannone	0	0	0
Larino	5	2	3
Montorio Nei Frentani	3	2	1
San Martino in Pensilis	3	0	3
Ururi	1	0	1
Montefalcone nel Sannio	5	3	2
Roccapivara	2	1	1
San Felice Slavo	3	3	0
Acquaviva Collecroce	3	1	2
Montenero di Bisaccia	4	1	3
Palata	0	0	0
Ripalda	2	0	2
Tavenna	2	0	2
Montelongo	1	0	1
Rotello	0	0	0
Santa Croce di Magliano	2	1	1
Campomarino	0	0	0
San Giacomo	0	0	0
Termoli	0	0	0

Fonte: Dados compilados a partir de certidões de óbito das cidades do Distrito de Larino (1877-1900) – Disponíveis: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

As jurisdições II e III tiveram um movimento migratório mais consistente, foram quarenta e quatro registros encontrados para as cidades que respondiam à jurisdição de Casacalenda, e foram oitenta e quatro àqueles que respondiam

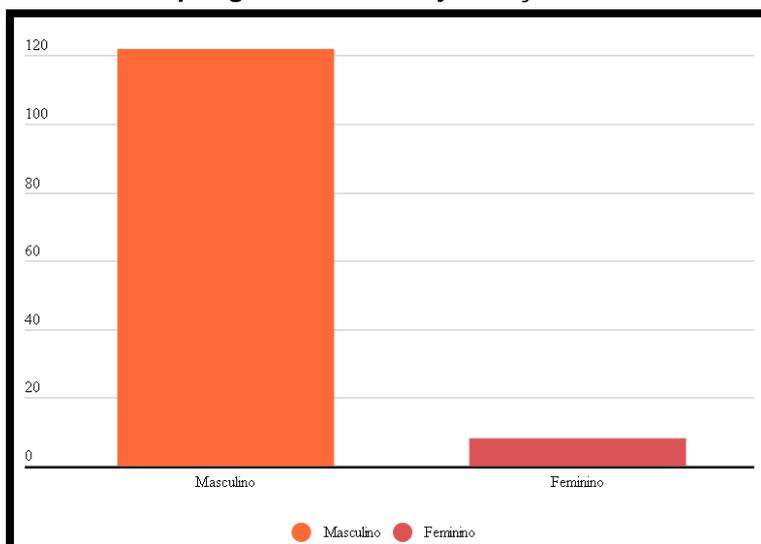
à de Civitacampomarano. Ou seja, dos cento e oitenta registros, cento e vinte oito eram apenas de um grupo de dez cidades. Quem eram esses emigrantes? Conforme os gráficos abaixo, a idade média dos emigrados era de 31 e 45 anos, do sexo masculino, em sua maioria jornaleiros e operários, porém não são todos que informam a profissão. Quando são mulheres que morrem no exterior, são identificadas como donas de casa, sendo, também, que algumas morrem durante a quarentena obrigatória ao chegarem aos EUA.

Gráfico 1: Idade dos Emigrantes da II e III jurisdições do Distrito de Larino



Fonte: Dados compilados a partir de certidões de óbito das cidades do Jurisdições de Casacalenda e Civitacampomarano (1877-1900) – Disponíveis em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/>.

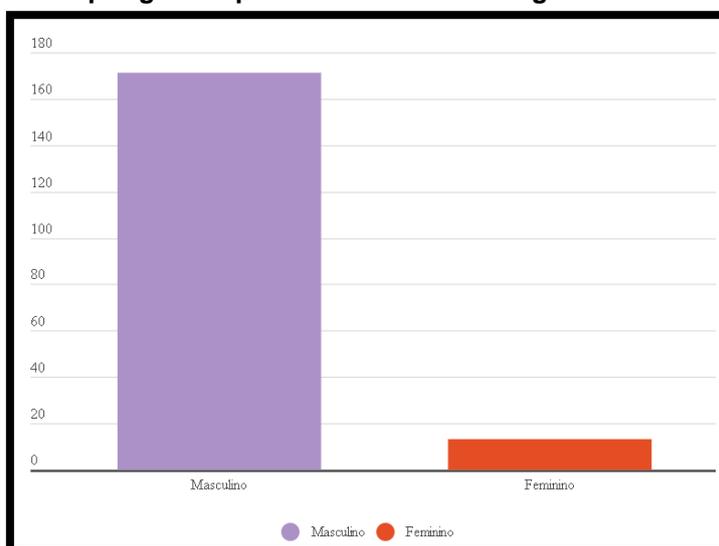
Gráfico 2: Divisão por gênero da II e III jurisdições do Distrito de Larino



Fonte: Dados compilados a partir de certidões de óbito das cidades do Jurisdições de Casacalenda e Civitacampomarano (1877-1900) – Disponíveis em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/>.

Os registros demonstram uma maioria de homens em idade de trabalho, mortos no exterior. Isso reflete às análises feitas pelos historiadores que se dedicaram a estudar a emigração do Alto Molise, ou seja, na região do Baixo Molise o fenômeno se repetiu. Porém, devemos levar em consideração que esses dados são apenas de mortos no exterior e além de refletirem uma migração de caráter masculino também demonstram que em sua maioria são de homens com idade de trabalho, as suas mortes também estão relacionadas às baixas condições de trabalho. Nos dois gráficos abaixo, vemos, respectivamente, os dados referentes a gênero e idade de morte no exterior de provenientes de todas as cidades do Distrito de Larino.

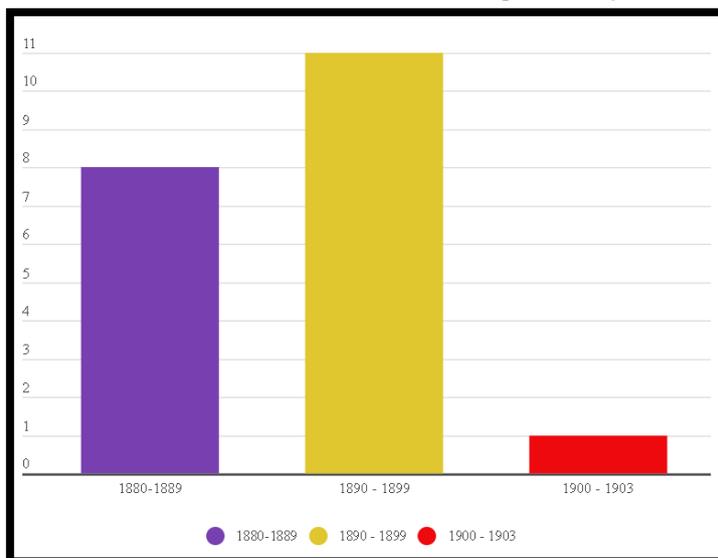
Gráfico 3: Divisão por gênero pela totalidade dos emigrantes do Distrito de Larino



Fonte: Dados compilados a partir de certidões de óbito das cidades do Distrito de Larino (1877-1900) – Disponível em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/>.

Não são todas as certidões de morte que nos apresentam o período da emigração do distrito de Larino em direção ao continente americano. Porém, dentre os que demonstram, em sua maioria, são de emigrantes que foram para os Estados Unidos, o que mostra uma preocupação maior dos representantes consulares e dos entes administrativos em manter um rastreamento dos que chegavam ao país. São vinte e um registros que contém a informação sobre essa questão temporal. No gráfico abaixo vemos que, em sua maioria, eram emigrantes que chegaram aos Estados Unidos na década de 1890, tal como Jarach trouxe em sua análise de 1909, que o movimento migratório iniciou “tarde”, perto do restante da região, porém com “força”.

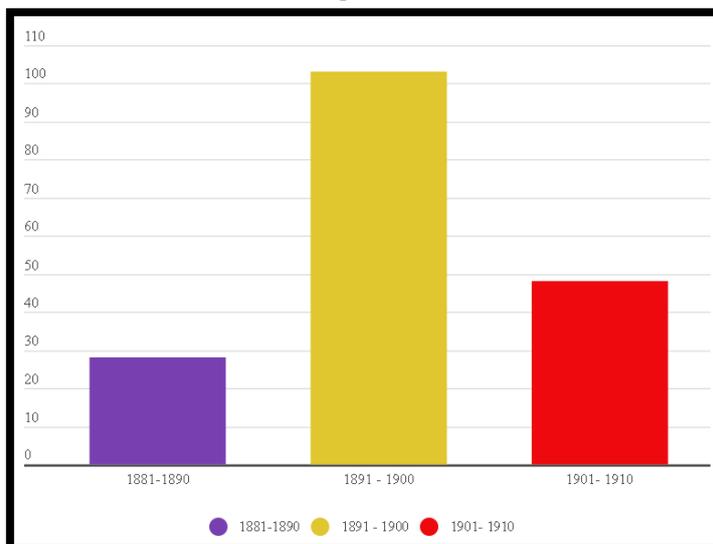
Gráfico 4: Crescimento do movimento migratório (1880 – 1903)



Fonte: Dados compilados a partir de certidões de óbito das cidades do Distrito de Larino (1877-1900) – Disponível em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/>.

No entanto, ao vermos a totalidade dos dados, percebemos que a década de 1880, diferentemente do gráfico anterior, foi a que teve menos mortes de emigrantes. Isso leva a crer que o número de chegadas possivelmente foi menor do que na década sucessiva. A respeito da primeira década do século XX, infelizmente, não contamos com todos os dados de todas as cidades do distrito pelo sistema de disponibilização de fontes no site *antenati*. Crê-se que, possivelmente, nessa década, o número de emigrantes pode ter sido maior do que nos anos anteriores, mostrando assim como o sistema de cadeia das relações dos emigrantes foi fundamental para o movimento.

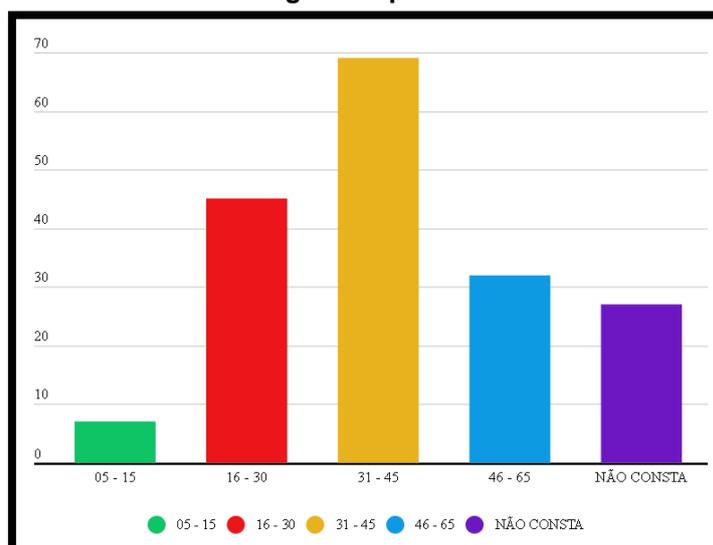
Gráfico 5: Totalidade de imigrantes mortos entre 1880 e 1910



Fonte: Dados compilados a partir de certidões de óbito das cidades do Distrito de Larino (1877-1900) – Disponível em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/>.

Partindo do contexto geral do processo imigratório para a América, o êxodo de oriundos do distrito de Larino se deu em sua maioria por homens, de idade entre 16 e 45 anos. Os mais jovens geralmente faleciam por causa da viagem entre os continentes, enquanto as mortes dos mais velhos ocorriam por acidente de trabalho, por problemas respiratórios ou intoxicações.

Gráfico 6: Divisão de emigrantes por idade no Distrito de Larino



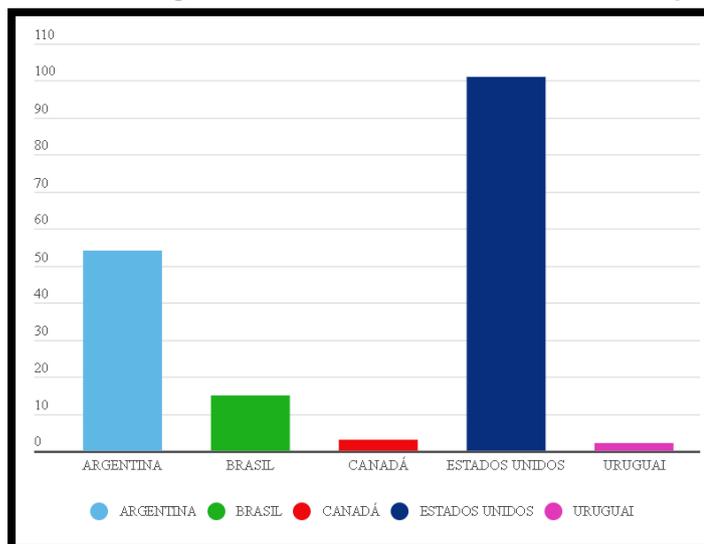
Fonte: Dados compilados a partir de certidões de óbito das cidades do Distrito de Larino (1877-1900) – Disponível em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/>.

No caso do destino, em geral se direcionavam para os Estados Unidos ou Argentina. Quando vinham para o Brasil é interessante notar que, em sua maioria, eram para cidades do interior de São Paulo, das quais faziam parte as colônias de italianos no estado, tal como dito anteriormente, destino principal de molisanos no país. Entretanto, quando era para Argentina, a capital Buenos Aires recebeu a maior parte dos imigrantes, tal como o movimento iniciado pela cidade de Agnone no Alto Molise. Por fim, o país que mais recebeu molisanos do distrito de Larino foi os Estados Unidos, do mesmo modo que o modelo de migração se redefine nas outras partes da região. Sobre as diferenças das duas regiões e o porquê os Estados Unidos atraíam mais emigrantes:

Pouco importava se as ocupações disponíveis não fossem prestigiosas ou exigissem grandes sacrifícios, como cavar valas ou mesmo engraxar sapatos, recolher lixo, limpar ruas e até catar ferro e papel do lixo. Para muitos emigrantes do sul que tinham grande expectativa de retorno, o importante era trabalhar, economizar e retornar, não importava o tipo de profissão. Além disso, pouco interessava que na Argentina, além da possibilidade de realizar essas mesmas obras, embora certamente em proporção muito menor (acordeonistas, engraxates), existiam muitas outras ocupações que, por mais modestas que fossem (vendedores de frutas e verduras, sapateiros, para citar dois exemplos bem visíveis) eram certamente mais citadas em termos relativos. A ideia para aqueles emigrantes não era privilegiar o tipo de magia ou a qualidade do trabalho ou instalar-se numa sociedade menos hostil, mas sim poupar o máximo possível no menor tempo possível. Assim, os depoimentos da época concordavam em relatar que as duas vantagens dos Estados Unidos sobre a Argentina eram os salários mais altos e o tipo de câmbio (cujas variações imprevisíveis no Prata se apresentavam como um fator negativo). Embora a Argentina tenha restabelecido um sistema de câmbio entre peso e ouro em 1899, que permitiu a revalorização da moeda, a melhor oferta permaneceu para esse tipo de emigrante na América do Norte (DEVOTO, 2006, p. 249 e 250).

Esses trabalhadores que se direcionavam para Buenos Aires e Nova York, em geral, buscavam oportunidades como trabalhadores em construções de obras portuárias, de expansão e infraestrutura urbana e desenvolvimento de serviços, principalmente de rede ferroviária (LOMBARDI, 2006, p. 537). Essa característica pode ser um dos motivos que atraíram tantos italianos para esses destinos.

Gráfico 7: Totalidade de imigrantes do Distrito de Larino conforme por destino



Fonte: Dados compilados a partir de certidões de óbito das cidades do Distrito de Larino (1877-1900) – Disponível em: <https://www.antenati.san.beniculturali.it/>.

Ao olharmos no micro do movimento migratório, apenas da jurisdição que Nicolau Rocco era proveniente, percebemos uma migração direcionada para a América Latina, diferentemente das outras jurisdições que preferencialmente iam para os Estados Unidos. A Jurisdição V de Larino compreendia as cidades de Larino, Montorio Nei Frentani, San Martino in Pensilis e Ururi. Mesmo que apresente poucos dados, comparado com as jurisdições de Casacalenda e Civitacampomarano, esses elementos demonstram um direcionamento bem estabelecido.

Foram encontrados doze registros no recorte proposto e a cidade de Larino foi a mais variado quanto ao direcionamento dos emigrantes. Dos cinco registros, duas pessoas foram para os Estados Unidos, duas para a Argentina e uma para o Brasil. Acreditamos que a questão de Larino ser o centro daquele distrito pode ter influenciado para que houvesse uma dinâmica com múltiplas possibilidades de destino àqueles que emigravam. Já a cidade de Montorio nei Frentani tinha três registros, sendo que uma das mortes ocorreu no transporte para Buenos Aires e Montevideú, e as outras duas nos Estados Unidos. A cidade de Ururi possuía apenas um caso e a morte ocorreu em Buenos Aires. San Martino in Pensilis, a cidade de onde Nicolau Rocco era oriundo, possuía três registros e todos para a América do Sul, sendo dois para Argentina e um para o Uruguai. Isso demonstra que o movimento migratório feito por Nicolau Rocco

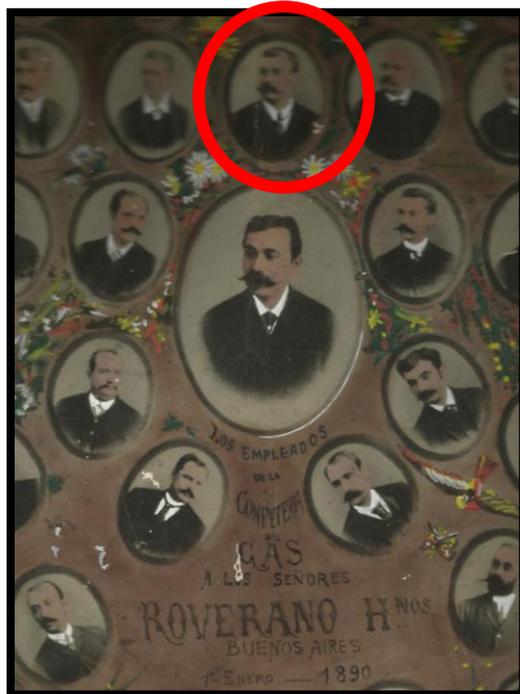
para Buenos Aires pode ter seguido uma lógica de mobilidade que outros conterrâneos também seguiam para o sul-americano.

2.3 Em direção à América: Argentina e Brasil

Com base nessas informações tratadas no subcapítulo anterior, foi possível complementar com outras fontes, como o livro de Don Donato Barruco, para tentar reconstruir a trajetória de Nicolau Rocco ao emigrar em 1884. A escolha de partir para a Argentina, além da influência dos conterrâneos Donato Barruco e Leone Sassi, tinha a questão do forte fluxo direcionado para a América do Sul de sua região de origem. Entre os anos de 1879 e 1888, desembarcaram nos portos argentinos um pouco mais de 400.000 italianos, e somente no ano de 1889 o número de ingressantes foi de 89 mil pessoas, dentre eles Nicolau Rocco (DEVOTO, 2006, p. 94). A imigração dele ocorreu durante o ano de 1884 e por 10 anos ele permaneceu na capital argentina. Lá, Rocco se ocupou como confeitiro em duas grandes confeitarias da cidade³⁰, sendo elas a “Confeitaria El Molino” e a “Confitería del Gás”, essa última acreditamos que tenha sido o seu último trabalho em Buenos Aires (figura 7).

³⁰ Essas confeitarias são: Confiteria El Molino, onde foi o último local que trabalhou antes da reemigração, e Confiteria del Gás, conforme informações disponibilizadas pela família Irace, Nicolau foi “estagiário” durante seus primeiros anos na capital argentina.

Figura 7: Quadro de funcionários de Confitería del Gás - 1905



Fonte: Acervo da Família Irace – Nicolau Rocco em destaque.

Os jornais da época, como “A Federação”, contavam que Rocco atingiu um sucesso notável na cidade e “impondo-se desde logo ao apreço e a confiança dos chefes” pôde obter capital financeiro suficiente e reemigrar³¹. A Confitería del Gas foi fundada por Francisco Roverano, um imigrante proveniente de Gênova. Originalmente, chamava-se Confitería del León³² e foi fundada durante na década de 1850 em Buenos Aires, quando a presença de peninsulares já estava bem estabelecida na capital argentina.

Para dimensionarmos, no censo de 1855, apenas de Buenos Aires, de 91.000 habitantes, cerca de 35% eram estrangeiros e os italianos faziam parte do contingente mais numeroso, cerca de 10.000 (11% da população). Era uma imigração prevalentemente masculina, existiam 236 homens a cada 100 mulheres, de idade entre vinte e quarenta anos, sendo 28 a idade média dos imigrantes italianos. Nicolau Rocco possuía 26 anos, ou seja, se encaixava no

³¹ O INDEPENDENTE, Porto Alegre, 09/12/1918 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho) A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30/06/1932 (Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.).

³² A alteração de nomes ocorre no início de 1870 quando a confeitaria muda para outra avenida em Buenos Aires, próxima da Compañía Primitiva de Gas que começava a iluminar as ruas da capital argentina. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/lifestyle/confiteria-del-gas-los-objetos-tiempo-dejo-nid2318853/>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

recorte de idade desse grupo. O mesmo censo mostra que as profissões exercidas por peninsulares eram, em sua maioria, no ramo da construção (745), setor alimentar (418), agricultores (397), serviço doméstico (229) e comerciantes (144). Outras profissões como universitários, maestros e agentes de câmbio também estão descritas (DEVOTO, 2006, p. 51 e 52).

No período em que Nicolau Rocco trabalhou na *Confitería del Gas*, as características de trabalho na capital argentina não haviam mudado tanto quanto aquela do censo em 1855. As oportunidades de emprego continuavam sendo no setor privado de construção, comércio e indústria, porém percebemos uma alteração nos setores de prestação de serviços. Devoto identificava que o aumento da população e assim o aumento da procura por serviços propiciava novas áreas para os imigrantes se envolverem. Em 1882 existiam 133 médicos, dos quais 19 eram italianos, e das 105 farmácias existentes, 40 eram de italianos. Além da área médica, as profissões ligadas ao setor alimentar representavam um palco importante para os italianos desenvolverem suas profissões. Dos 198 padeiros que existiam na capital argentina, 126 eram italianos e das 688 bancas de mercado, 528 eram peninsulares (DEVOTO, 2006, p. 121).

Ainda no ramo comercial e industrial os italianos eram pouco mais de 50% das pessoas no censo feito em 1887. Dentre os cargos de manejo de alimentos, vemos uma crescente, em poucos anos, da quantidade de trabalhadores nessas áreas. No cargo específico que Nicolau Rocco ocupou durante a sua vida após a imigração, padeiros e confeitores, de 256 que existiam na cidade, 148 eram italianos. Outras áreas que estavam detalhadas no censo: dos 61 fabricantes de licores, 41 eram peninsulares; dos 2186 fabricantes de gêneros alimentares, 1504 eram italianos; dos 29 produtores de queijo e manteiga, quase a totalidade era de origem italiana; dos 67 produtores de massa alimentícia, 48 eram italianos; dos 101 produtores de bebidas, 72 eram italianos (DEVOTO, 2006, p. 122).

Em 1895 houve a reemigração³³ de Nicolau Rocco intermediada por Giuseppe Viale³⁴, que foi um dos italianos pioneiros na capital gaúcha. Era proprietário de diversos estabelecimentos na cidade, mas os principais eram o “Casino Italiano” e o “Café Internacional”. Uma carta do Vice-Consul Brandolini à “Legação Italiana” no Rio de Janeiro, em 1897, caracterizava Viale como “homem de conduta normal, muita ambição e caráter irascível” referindo-se a ele como “O Consulado”, pois Viale se envolvia com qualquer questão que envolvesse os italianos no Rio Grande do Sul (CONSTANTINO, 1991, p. 51). As relações criadas por Nicolau Rocco a partir de Giuseppe Viale podem ter sido fundamentais para o seu futuro. Porém, devemos pensar que o migrar entre os países do Conesul americano não era uma singularidade. O cônsul italiano Pasquale Corte relatava em 1884 que havia uma grande movimentação de peninsulares na fronteira do Brasil, Argentina e Uruguai (CONSTANTINO, 1991, p. 62).

Entre os anos de 1877 e 1880, percebeu-se a quantidade de imigrantes meridionais que se dirigiam para Porto Alegre e que tinham como ponto de partida as cidades de Montevideu e Buenos Aires. Sendo esses indivíduos, Francesco e Pasqual Santoro, Giuseppe D’Angelo, Antonio, Saverio e Pietro Papaleo, Giovanni Comte, Salvatore Lauria, Nicola Rocco, Pasquale Castellano, Franciscantonio Cosenza, Giovanni Mainieri e Francesco Marrone, em sua maioria oriundos da região da Calábria (CONSTANTINO, 1991, p. 62). É possível inferir que havia uma frequência e uma procura pela reemigração, sendo diretamente para a capital do estado gaúcho, ou para as regiões mais a sua fronteira.

Por definição, no Rio Grande do Sul, as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas foram os principais centros urbanos que se desenvolveram e atraíram imigrantes durante o século XIX e XX, pelas suas características estruturais que se tornaram sedutoras. Esses lugares foram ocupados pelos diversos estrangeiros que, muitas vezes, foram atraídos pelas possibilidades de negócios, pois eram centros exportadores e produtores de mercadoria

³³ “Giunse nel Rio Grande del Sud nel 1895 e si stabilí in Porto Alegre” CINQUANTENARIO, 1925, p. 364.

³⁴ O INDEPENDENTE, Porto Alegre, 09/12/1918, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

(CONSTANTINO, 1991, p. 81). O início da industrialização, nas últimas décadas do século XIX, no Rio Grande do Sul, decorreu da relação da economia agropecuária colonial, referente às regiões de colonização no estado, e os mercados consumidores das principais cidades do estado (Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre) com a intervenção de comerciantes. De acordo com Pesavento, o monopólio exercido por esses, em sua maioria imigrantes europeus, foi o que tornou possível a formação de uma indústria sul-riograndense que se dedicou aos setores de alimentos, tecidos, móveis e calçados (PESAVENTO *apud* BRITTO, 2011 p. 47 e 48).

Considerando apenas os recortes urbanos da indústria e do comércio, podemos dividir o Rio Grande do Sul em dois polos. O primeiro composto pelas cidades de Rio Grande e Pelotas, e o segundo por Porto Alegre. Quanto à indústria pertencente à região sul do estado gaúcho, definimos que ela se originou com o objetivo de exportar a sua produção para o mercado nacional e aproveitou o contexto exportador já existente na região, relacionado à tradição histórica de venda de produtos pecuários. As empresas buscaram se instalar nesses núcleos industriais pelo melhor acesso ao único porto de mar do estado, na época. O mercado desses estabelecimentos se especializou, principalmente, nos segmentos têxtil, de conservas alimentícias, fumos e curtumes, buscando atrair o mercado nacional e não regional.

O segundo polo era localizado na capital gaúcha e na respectiva região metropolitana, sendo voltado para o mercado regional. Nesse caso, teremos o capital originado do comércio com as colônias de imigração buscando a diversificação dos produtos e a ampliação de pequenas empresas, muitas dessas se desenvolvendo em um momento posterior (MERTZ *apud* NERY, 2020, p. 110). Nos casos de Rio Grande e Pelotas, que já possuíam articulação com mercados consumidores de outros estados do Brasil, a articulação está ligada à expansão da economia colonial no período anterior, tornando-as ligeiramente autônomas. Por serem cidades portuárias, mantinham contato direto entre os consumidores internos e estrangeiros, favorecendo assim o processo de comercialização e industrialização da região (BRITTO, 2011, p. 51). Consideramos que a região industrial no Rio Grande do Sul se desenvolveu a partir do surgimento, inicialmente, de um comércio base e que, a partir dele, em

contato com a presença imigrante, surgiram os primeiros investimentos e a industrialização primária dessas regiões (MARTINS *apud* NERY, 2020, 115).

Outro fator que reitera o interesse dessas regiões no recebimento de imigrantes são as duas primeiras casas de hospedagens a estrangeiros do Rio Grande do Sul terem sido alocadas nessas cidades, Rio Grande e Porto Alegre. A primeira hospedaria foi construída em 1857 na cidade de Rio Grande, a partir de uma Lei Orçamentária de 04 de março que autorizava o presidente da província a utilizar a quantia de 1,241:924\$256 réis para a construção de casas destinadas à hospedagem e à alimentação dos imigrantes (SILVA, 2014, p. 68). Porém, em 1866 ordenou-se o fechamento dessa casa. No ano seguinte, após o recebimento de novos recursos, procurou-se abrir uma nova hospedaria, também em Rio Grande, que podia receber cerca de 200 pessoas, e o valor das diárias era de 410 réis diários para pessoa adulta e 200 réis para menores de 12 anos (SILVA, 2014, p. 69).

No mesmo período surgiu em Porto Alegre a primeira hospedaria de imigrantes (1857). Primeiramente, foi utilizado o “Quartel dos Guaranis”, um depósito provincial. Posteriormente, foi estabelecido “no terreno beira-rio em frente à Praça da Harmonia, um grande barracão, onde os imigrantes que chegassem à capital pudessem ser alojados” (SILVA, 2014, p. 70). Havia capacidade de alojar quase dois mil imigrantes (LORENZONI *apud* SILVA, 2014, p. 70). Depois de cerca de 20 anos de funcionamento da hospedaria da Praça da Harmonia, construíram um novo edifício em 1886, pois o anterior não tinha mais condições de higiene e nem capacidade para hospedar os novos imigrantes que chegavam.

Os relatos sobre o tempo de permanência nesses ambientes nos demonstram que era um período curto, conforme o relato de Josef Umann. Esse imigrante alemão chegou ao Brasil em 1877 e veio para o Rio Grande do Sul em busca de melhores condições de vida e trabalho, passou tanto pelas hospedarias de Rio Grande como na de Porto Alegre. Na de Rio Grande passou apenas dois dias, pois aguardava o seu embarque para capital (SILVA, 2014, p. 69).

Em 1885, o viajante italiano Andrea Pozzobon descreveu a hospedaria da Harmonia como “galpões” (FILHO; FRANCO *apud* SILVA, 2014, p. 72), acredita-se que esse termo “aponta para a hipótese de que o prédio da hospedaria, de fato, já estava com sua capacidade máxima atingida, sendo necessário instalar

galpões na sua proximidade para acomodar os imigrantes que continuavam a chegar” (SILVA, 2014, p. 72). A “Hospedaria de Imigrantes” da Praça da Harmonia foi desativada 1887 após alugarem um novo prédio para que pudessem receber os estrangeiros (SILVA, 2014, p. 72).

Em 1890, inaugurou-se a “Hospedaria de Imigrantes do Cristal”, possuindo condições de hospedar até 3.000 pessoas era caracterizada como um “imenso edifício” (FILHO; FRANCO *apud* SILVA, 2014, p. 81). A partir dos boletins diários de entrada à hospedaria, a historiadora Gabriela da Silva notou que entre 1891 e 1895 cerca de 16.701 italianos passaram por ela, esses poderiam estar vindo da Itália, das regiões coloniais ou apenas de passagem por Porto Alegre (SILVA, 2014, p. 82 – 83).

Quanto à presença italiana no estado gaúcho nos contextos urbanos, além das cidades já citadas, foi notável a existência desse grupo étnico nas cidades fronteiriças gaúchas. Cidades como Santa Vitória do Palmar, Alegrete, Bagé, Sant’Ana do Livramento e Uruguai foram pioneiras na organização de sociedades de mútuo socorro de italianos ainda durante o século XIX, como definiu o historiador De Ruggiero (2015):

Por exemplo, a mais antiga do Estado, a Società Italiana di Mutuo Soccorso Beneficienza nasceu em Bagé em 1870; depois, em Pelotas, a Unione e Filantropia (1873); em Sant’Ana do Livramento, a Società Italiana di Mutuo Soccorso “Giuseppe Garibaldi” (1873); em Uruguai, a Società Unione e Beneficienza (1879); a Società Benevolenza, em Santa Victoria do Palmar, em 1880; três anos mais tarde foi inaugurada em Alegrete a Società di Mutuo Soccorso Unione Italiana (CINQUANTENARIO, 1925, p. 364-397). (DE RUGGIERO, 2015, p. 171).

Pela proximidade com a fronteira da Argentina e do Uruguai, os peninsulares que se fixaram nessa região se caracterizaram como “intermediária econômica dos fluxos entre os dois países, em um período de grande desenvolvimento comercial na região inteira” (DE RUGGIERO, 2015, p. 173). Em um dos relatórios do cônsul italiano Pasquale Corte em 1884, na época diplomata em Montevideú, dizia que teria provavelmente “favorecido a introdução de 100 mil colonos italianos no Rio Grande do Sul com uma propaganda dirigida aos centros agrícolas do Vêneto e da Lombardia” (DE RUGGIERO, 2015, p. 172).

Quanto às condições econômicas dos peninsulares nas regiões urbanas, o cônsul Brichanteau, em 1893, esboçou um esquema de “classes” de imigrantes italianos registrando quase todos os núcleos urbanos do Estado. A historiadora Núncia Constantino, demonstrou que quase sempre houve a seguinte divisão:

[...] dois ou três comerciantes em boa situação econômica, com crédito ilimitado e com um giro de capital que supera mais de cinquenta vezes o capital social efetivo. Estes comerciantes quase sempre são destacadas e honestas pessoas, além de bons patriotas, são os “magnatas” da colônia. Exercem a presidência das sociedades de socorro mútuo, proporcionam trabalho a um número considerável de vendedores ambulantes; - os vendedores ambulantes obtêm a crédito dos comerciantes atacadistas uma determinada quantidade de mercadorias que colocam em baú com tampa de vidro. Carregam tal baú nas costas por muitas léguas para vender na campanha; retornam à cidade quando vendem toda a mercadoria. Pagam então ao comerciante, reabastecem o baú e empreendem nova viagem. O cônsul, depois de revelar interesse pelas atividades dos mascates, observa que as mesmas dão excelente lucro e que a maioria dos comerciantes começaram no Brasil como mascates. Divide, ainda, a categoria dos vendedores ambulantes: alguns, diz ele, especialmente os meridionais, reúnem um pequeno capital e retornam à pátria; outros, principalmente genoveses, toscanos e lombardos, transformam-se em pequenos negociantes; - outra classe de gente, para Brichanteau, é a dos artistas. Exemplifica com professores de música e de canto. Este último seria, em geral, um antigo tenor ou barítono de alguma companhia teatral perdida nessas paragens. Frequentemente fazem ótimos negócios e bendizem o dia no qual o empresário faliu; - uma última classe de imigrantes italianos é constituída por artesões em número considerável: alfaiates, sapateiros, ferreiros, latoeiros, marceneiros, pedreiros etc., além de jardineiros, cocheiros, garçons, camareiros de hotel, músicos ambulantes e engraxates. (CONSTANTINO, 1991, p. 117 e 118).

As ocupações listadas acima não eram encontradas apenas no Rio Grande do Sul, mas também podem ser observadas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros. Independentemente do Estado brasileiro investigado, os italianos sempre estiveram ligados ao trabalho nas áreas comercial, artesanal ou industrial.

O italiano, ao chegar à cidade, fosse adulto ou criança, começava a trabalhar na rua. Vendia jornais, engraxava botinas, comprava e vendia garrafas. Era o peixeiro ambulante, o fendedor de bilhetes de loteria, de castanhas assadas; era o músico do realejo (...), mas, com o tempo, italianos apropriaram-se de determinadas atividades, constituindo verdadeiros monopólios (CONSTANTINO, 2000, p. 39).

Os italianos se inseriram de forma contundente na capital gaúcha, principalmente no ramo comercial. Vemos que essa relação entre economia e

imigração se tornou fundamental para compreender o processo de mobilidade em Porto Alegre, em especial, quando tratamos sobre a presença desses em diversos ramos empreendedores. Para uma noção de contexto, antes do período da Grande Imigração (1875–1914) foram rastreadas cerca de 41 famílias de origem peninsular. Para constatar isso, a pesquisadora Núncia Constantino utilizou fontes batismais e levantou os seguintes dados: entre 1820 e 1850 foram batizadas onze crianças que tinham, pelo menos, um dos pais de origem peninsular, e entre 1850 e 1880 foram registrados dezoito filhos de italianos, sendo discriminadas as crianças batizadas como “filhos de colonos italianos”, demonstrando assim que havia uma “fixação lenta e gradual se efetivando na cidade” (CONSTANTINO, 1991, p. 41).

São considerados pioneiros os indivíduos Giuseppe Viale, Ilario Azzarini, Giovanni Muratore. A segunda leva de imigrantes foi representada por Agostinho Piccardo, Carlos Fossati, Giuseppe Viarengo, Carlo Marino, Antonio Raffo e representantes das famílias Pratti e Cadermatori. Eles correspondiam à parte dos comerciantes da capital que chegaram a Porto Alegre entre 1850 e 1880, conforme podemos analisar na tabela abaixo (CONSTANTINO, 1991, p. 42).

Tabela 8: Italianos e respectivos profissões em Porto Alegre (1850-1880)

Sobrenome	Nome	Profissão	Observações
Amoretti	João Batista	Comerciante	Padaria à Rua Riachuelo
Azzarini	Ilario	Comerciante	Café na Rua dos Andradas
Azzarini	Hyppolito	Comerciante	Café na Rua dos Andradas
Blengini	João Batista	Comerciante	Café na Rua Nova
Cavedagni	Luigi	Artista	Músico e empresário de espetáculos líricos
Florio	Raffaele	Comerciante	Loja de sapatos à Rua dos Andradas
Fossati	Carlo	Artista	Escultor
Grasselli	Bernardo	Artista	Pintor
Muratore	Giovanni	Comerciante	Açougue na Rua do Rosário
Piccardo	Agostino	Comerciante	Loja e fábricas de sombrinhas
Pittanti	Adriano	Artista	Escultor e marmorista
Ratto	Pascale	Comerciante	Armazém de secos e molhados e serviço de transporte por carroças
Roberti	Luigi	Artista	Diretor de sociedade e de revista musical
Viale	Giuseppe	Comerciante	Café

Fonte: CONSTANTINO, 1991, p. 43.

Em sua maioria, o grupo era composto de microempresários, donos de médios e pequenos comércios, como açougues, confeitarias e sorveterias e quando trabalhadores autônomos, eram alfaiates, sapateiros, marmoristas,

joalheiros (CONSTANTINO, 1991, p. 03). Em 1885 foram encontrados anúncios de profissionais liberais italianos nos periódicos da capital, eles aparecem como médicos, músicos, sapateiros e operários à procura de trabalho e buscavam, em suma, atividades de prestação de serviços e no comércio (CONSTANTINO, 1991, p. 31).

Dentre os profissionais liberais, foram encontrados 43 médicos de origem italiana entre 1898 e 1920, totalizando, assim, 10% dos médicos em Porto Alegre (SCHWARTSMANN, 2013, p. 80). Dentre eles destacamos Biaggio Rocco, Arrigo Cini, Virgili, Lourenço Cicheno, J. B. di Poli e G. Lanzara como os que por mais tempo permaneceram na capital gaúcha. A atuação desses se dava tanto em consultórios próprios como em hospitais, como a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e o Hospital de Beneficência Portuguesa (SCHWARTSMANN, 2013, p. 81 e 82).

A partir de dados consulares consultados pela historiadora Stella Borges, nota-se que havia engenheiros trabalhando nas estradas de ferro gaúchas em 1884, tanto naquelas em construção como nas em funcionamento, tal como os empreiteiros de pontes e edifícios em construção também eram italianos (BORGES *apud* GUILHERME, 2019, p. 22). Relacionados com construção civil, percebe-se que “havia canteiros, pedreiros, pintores, carpinteiros, sapateiros, cozinheiros, funileiros, ferreiros, fundidores, alfaiates, padeiros e mineiros italianos em Porto Alegre” (BORGES *apud* GUILHERME, 2019, p. 22). Essas profissões foram relacionadas de um modo mais aprofundado pela pesquisadora Regina Guilherme (2019), como podemos verificar a descrição relacional profissional:

Algumas destas profissões estavam vinculadas ao trabalho dos marmoristas. O canteiro desbastava a pedra bruta, dando o formato às peças – como lápides ou cabeceiras de túmulos, por exemplo - ou retirava as rebarbas da pedra, marcada anteriormente pelo escultor que finalizaria, dando forma à escultura. Neste período, geralmente, denominava-se pedreiros os trabalhadores da pedra, aqueles que retiravam as pedras das jazidas (pedreiras) e faziam os primeiros cortes, em barras de vários tamanhos, de acordo com a destinação. Os funileiros e ferreiros produziam peças para fixação das esculturas ou adornos e acabamentos para a construção civil. Os fundidores produziam adornos, placas e letreiros em cobre e bronze que, geralmente, acompanhavam as esculturas públicas ou funerárias e, mais tarde, quando o bronze substituiu o mármore, nas esculturas, o trabalho do fundidor foi de extrema importância para o marmorista, que passou a produzir moldes e formas para suas obras, em vez de

esculpir. Da mesma forma, o carpinteiro auxiliava o trabalho do marmorista, produzindo andaimes, formas, pedestais, armações, entre outros trabalhos em madeira. O trabalho dos pintores também era procurado pelas marmorarias. Portanto, uma marmoraria costumava empregar ou contratar os serviços de todos estes profissionais (GUILHERME, 2019, p. 23).

Em categorias profissionais ligadas às artes, como fotógrafos, também encontramos uma consistente presença de peninsulares. Destacamos os estúdios fotográficos dos irmãos Ferrari e de Virgílio Calegari, ambos migraram no século XIX e se radicaram na capital gaúcha. Indica-se que Rafael Ferrari migrou junto com seus três filhos Carlos, Jacintho e Rafael. Em 1885 a família já possuía o “Photographia Ferrari & Irmão”, e Boris Kossoy considerou que essa data foi o início de “uma verdadeira tradição na fotografia na capital gaúcha” (KOSSOY *apud* ETCHEVERRY, 2007, p. 84 e 85).

Virgílio Calegari, por sua vez, chegou a Porto Alegre em 1881, imigrando junto com a sua família. Assim como ele, todos seus irmãos pertenciam ao ramo das artes, trabalhando como cenógrafos, atores e pintores. Em 1895 abriu seu ateliê na rua dos Andradas, o qual poderia causar “inveja” aos grandes ateliês da Europa e América do Norte³⁵. Virgílio foi membro ativo de sociedades italianas, como a “Vitorio Emanuele II”, grupo que outros ítalo-brasileiros de renome participavam (ETCHEVERRY, 2007, p. 105). Enquanto Ferrari ocupou o campo das fotografias de paisagens, Calegari ficou conhecido pela fama de retratista, principalmente pelo processo de colorização e confecção de miniaturas (SANTOS *apud* ETCHEVERRY, 2007, p. 112) e foi reconhecido com uma série de prêmios nacionais e internacionais³⁶.

Apesar de contarmos com vários exemplos de peninsulares que vieram à capital gaúcha prestar seus serviços, a grande maioria dos italianos que se encontravam em Porto Alegre se estabeleceram de modo perceptível na pequena indústria e comércio. Propomos a análise dos comerciantes italianos em Porto Alegre entre os anos de 1875 e 1899 que possuíam estabelecimentos comerciais ou industriais de renome. Porém, no caso de Porto Alegre, e possivelmente das outras cidades explanadas neste capítulo, haveremos outros

³⁵ CINQUANTENARIO, 1925, p. 353.

³⁶ O INDEPENDENTE, Porto Alegre, 09/04/1908, capa, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

italianos tão renomados quanto, mas que não estão apresentados no álbum comemorativo. Com isso, dividiremos esta parte em duas, a primeira retomando as trajetórias e escolhas do grupo exemplificado abaixo na tabela 09. Posteriormente, faremos a análise de um grupo específico de imigrantes que possuíam relações de amizade e trocas sociais durante o mesmo período.

Tabela 9: Comerciantes italianos em Porto Alegre (1875 – 1899)

Nome	Origem	Profissão	Chegada
Andrea Grimaldi	Nocera Superiore (Salerno)	Industrialista	1885
Santo Meneghetti	Vicenza	Serralheiro	1895
Amante Carrato & Irmãos	Treviso	Hotelaria	1886
Francesco Bonomo	Tanaro (Piemonte)	Sorveteiro	1897

Fonte: CINQUANTENARIO, 1925.

Andrea Grimaldi emigrou de Nocera Superiore para Porto Alegre em meados da década de 1880. Em 1885 fundou sua fábrica de massas alimentícias “Grimaldi”. O moderno pastifício contou apenas com a sua administração até 1888, quando seu irmão Natale Grimaldi chegou à capital gaúcha. Nesse período, a fábrica passou a ser administrada pelos dois irmãos e foi ganhando destaque cada dia mais no comércio varejista da capital gaúcha. Porém, em 1903, Andrea Grimaldi decidiu retornar a sua pátria, deixando o seu empreendimento totalmente nas mãos de seu irmão Natale. Especificamente, sobre a indústria “Grimaldi”, a matéria prima era importada, parte da Argentina e parte do Brasil, e foi considerada a primeira fábrica do tipo no estado gaúcho, alcançando níveis de reconhecimento no Brasil e no exterior (CINQUANTENARIO, 1925, p. 358 – 360).

O serralheiro Santo Meneghetti emigrou de Vincenza para o município de Alfredo Chaves (atual Veranópolis) onde permaneceu por alguns anos, logo após se transferiu para Passo Fundo e posteriormente a Porto Alegre. Na capital gaúcha fundou, em 1895, uma serralheria em sociedade com outros dois gaúchos de nascimento. Esse estabelecimento possuía uma rede de importações e exportações internas ao Rio Grande do Sul, principalmente pela localização das filiais de Passo Fundo e Porto Alegre, podendo assim atender grande parte do estado (CINQUANTENARIO, 1925, p. 367).

O italiano Fernando Carraro, nascido em Treviso, imigrou para Porto Alegre junto ao seu filho, Amante, em 1886. Iniciou no comércio de bebidas na cidade. Seu filho o ajudava como garçom. Posteriormente, conseguiu alcançar o posto de gerente do restaurante do “Club do Comércio”. Conforme Almanaque Cinquentenario, a família Carraro se dedicou ao serviço de gerente por quase 33 anos consecutivos. Posteriormente ao falecimento de Fernando Carraro, os seus filhos adquiriram o “Lagache Hotel Moderno”, localizado na região central de Porto Alegre, sendo à época um dos principais hotéis da cidade (CINQUANTENARIO, 1925, p. 381).

Em 1897 chegou ao Brasil o peninsular Francesco Bonomo. Oriundo de Rocchetta Tanaro, no Piemonte, emigrou já possuindo seus conhecimentos de sorveteiro e em Porto Alegre as utilizou para se estabelecer como comercialmente. No início, inseriu-se como fabricante e especialista em sorvetes típicos italianos. Posteriormente, começou a importar vinhos italianos, principalmente da região de Asti. Foi então que Bonomo inaugurou o seu estabelecimento “Gelateria e imbottigliamento di vini” (Sorveteria e engarrafamento de vinhos), contando com os melhores vinhos importados e as melhores técnicas de fazer o sorvete. Passou a distribuir pela cidade os seus produtos, alcançando o reconhecimento das mais diversas camadas da sociedade (CINQUANTENARIO, 1925, p. 396).

Esses comerciantes de prestígio e destaque eram parte das organizações sociais da capital (CONSTANTINO, 1991, p. 45). Em Porto Alegre, a “Società Muturo Soccorso e Benevolenza Vitorio Emanuele II” foi fundada em 1877 e tinha por objetivo o auxílio mútuo. “Para fazer parte da Sociedade; no art. 3 lê-se: ‘Podem fazer parte da sociedade os italianos, filhos de italianos nascidos no estrangeiro e aqueles que sendo de outras nacionalidades e a ela quiserem pertencer’.” (BORGES, 1993, p. 34).

Como um dos objetivos dessa sociedade era o socorro dos sócios nas doenças, foi possível saber que para usufruir dos benefícios, era necessário um pagamento de auxílio médico, caso a consulta fosse feita na farmácia ou na casa do médico, o valor era de 2.000 réis, sendo que o pagamento deveria ser feito no ato da consulta, caso contrário, haveria a perda dos benefícios (BORGES, 1993, p. 35). Em 1895, no bairro Tristeza, em Porto Alegre, surgiu a *Società*

Giuseppe Mazzini, também com a finalidade de promover a assistência médica entre seus membros (BORGES, 1993, p. 36).

Logo, quando Nicolau Rocco chegou à capital gaúcha encontrou uma coletividade já organizada de peninsulares, sendo assim, um local propício para empreender. Em busca da independência e crescimento³⁷, vemos que, na virada do século XIX para XX, Rocco já dirigia seu próprio comércio. Ao alugar uma velha casa, a transformou em uma modesta fábrica de doces e a chamou de “Confeitaria Sul América”³⁸. Com ela, dedicava-se à produção de doces e caramelos e se localizava na rua Riachuelo, esquina da Praça Conde de Porto Alegre, onde mais tarde se localizaria a Pharmacia Providencia³⁹. Sobre essa confeitaria, o *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, ressalta que Rocco era “doceiro de profissão”, que sempre procurou “profissionalizar-se mais e mais” buscando aumentar “sua clientela da qual conquistou a máxima estima e confiança”, que percebia a sua dedicação e o mesmo foco desde quando tinha um pequeno comércio e que, com a ajuda de terceiros e economias próprias, poderia crescer⁴⁰.

O periódico *Correio do Povo* também procurou reforçar essa imagem de “laboriosidade e contração ao trabalho” ligados ao seu sucesso como empreendedor. Foi nessa mesma rua Riachuelo, onde, em 1902, segundo José Gabriel Irace⁴¹, iniciou-se a construção do que seria a grandiosa Confeitaria Rocco. E seria com ela que Nicolau entraria para a história. O suntuoso prédio no centro da capital gaúcha seria, por muito tempo, um dos prédios mais altos da cidade e atrairia os olhares de todas as classes sociais. A história de Rocco quase se confunde com a do empreendimento, sendo difícil desassociar os dois, o criador e a criatura. O jornal *A Federação* trazia em suas páginas que “(...) a

³⁷ “Sognava però Nicola Rocco co una vita indipendente e accarezzava il pensiero di elevarsi e di diventare un giorno lui pure padrone.” CINQUANTENARIO, 1925, p. 364;

³⁸ “(...) che affittò la vecchia casa di cui é fatta illustrazione in questa pagina e dove si dette in forma modesta ala fabbricazione dei dolci.” CINQUANTENARIO, 1925, p. 364; Entrevista

³⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30/06/1932. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁴⁰ “Offelliere di professione, sí dedico a tale lavoro in piccola scala, per conto di terzi e per conto próprio (...)” CINQUANTENARIO, 1925, p. 364;

⁴¹ Entrevista com José Gabriel Irace concedida para Fernanda Trentini Ambiedo, em outubro de 2018. Disponível no Laboratório de Pesquisa em História Oral da PUCRS (LAPHO).

Confeitaria Rocco, que se transformou num dos mais notáveis estabelecimentos do sul do país, entre os do seu gênero”⁴².

Associado a isso, Rocco adquiriu fortuna, priorizando o melhor para o seu empreendimento, “Inútil dizer que os maquinários são os mais perfeitos e modernos e a equipe foi escolhida entre as mais capazes da capital”⁴³. Com o “entusiasmo e júbilo dos compatriotas e dos hospedeiros”⁴⁴ em que a Confeitaria Rocco foi inaugurada em 20 de setembro de 1913, “dia de festa comum a dois povos, o brasileiro e o italiano”⁴⁵. A confeitaria se tornou um local frequentado tanto pela alta sociedade porto-alegrense quanto pela sociedade italiana, que usavam os seus salões a partir de festas e confraternizações em prol da filantropia, muitas vezes oferecidas pelo próprio Rocco⁴⁶, isso o tornou um expoente da colônia italiana porto-alegrense (CONSTANTINO, 1991, p. 50). As relações construídas entre Rocco e outros peninsulares com instituições locais como a Santa Casa de Misericórdia e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul, assim como a interação com membros do Partido Republicano Rio-Grandense e a Guarda Nacional, propiciaram a conexão com nacionais que alicerçou o sucesso político, econômico e social destes sujeitos. Nicolau Rocco ao inaugurar seu principal empreendimento já estava inserido numa sociabilidade específica como veremos no próximo capítulo.

⁴² A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30/06/1932. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁴³ “Inutile dire che i macchinari sono dei piú perfetti e moderni e che il personale é scelto fra il piú capace della capitale.” CINQUANTENARIO, 1925, p. 365;

⁴⁴ “(...) inaugurava tra l’entusiasmo e il giubilo dei connazionali e degli ospiti.” CINQUANTENARIO, 1925, p. 365;

⁴⁵ “(...) giorno di festa comune ai due popoli il brasiliano e l’italiano” CINQUANTENARIO, 1925, p. 365;

⁴⁶ “Vengono pure serviti egregiamente banchetti all’alta società portoalegrense e vengono ceduti molte volte grátis- a Società italiane, perfeste di beneficenza, offrendo inoltre il sig. Rocco, generosamente, dolci e thé.” CINQUANTENARIO, 1925, p. 365;

3 A INSERÇÃO SOCIAL EM PORTO ALEGRE

3.1 Recursos étnicos e estratégias de integração

No início do século XX, Nicolau Rocco já estava estabelecido como um comerciante e confeitiro reconhecido na capital gaúcha. As fontes indicam que esse reconhecimento foi propiciado pelas relações entre ele e José Viale. Como referido anteriormente, Viale foi um dos pioneiros na imigração italiana urbana em Porto Alegre e seu “Café Internacional” era o centro da sociabilidade peninsular durante o final do século XIX e início do XX. Alguns anos após a chegada de Rocco em Porto Alegre, na década de 1890, ele e Viale foram sócios do Café Internacional⁴⁷e, desde essa época, já se dedicava à confeitaria. O local estava na Rua dos Andradas e foi inaugurado em 1894⁴⁸, exatamente um ano antes da migração de Nicolau para o Rio Grande do Sul.

A existência de cafés, restaurantes e salões de festas que recebiam essa coletividade era um fator de atração para novos empreendedores. Como percebemos na tese de Rosemary Brum Fritsch (2004), a comunidade italiana possuía em Porto Alegre locais, desde o final do século XIX, que se dedicavam a receber, tanto os conterrâneos como os nacionais. Esses estabelecimentos, normalmente, estavam localizados nas principais ruas do que hoje é conhecido como Centro Histórico, de uma cidade que à época estava em pleno desenvolvimento.

Porto Alegre, durante as primeiras décadas do século XX, foi palco de mudanças instauradas por José Montauray, intendente da cidade por vinte e sete anos, que se propôs a realizar melhorias estruturais, seguindo o modelo de Pereira Passos no Rio de Janeiro. Foram implementadas a primeira rede de esgotos, prestação de serviços como primeiros socorros e a melhoria da iluminação e transportes públicos. Entre 1893 e 1911 houve o crescimento populacional, de 53 mil habitantes para 130 mil habitantes. A capital gaúcha precisava, urgentemente, se atualizar para conseguir suportar uma população que se expandia rapidamente.

⁴⁷ Galeria Industrial, Jornal O Independente, Capa, Nicolau Rocco, 09/12/1918 - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁴⁸ A Federação – Nota – 07/04/1894; 03/04/1894, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

Foram reestruturadas várias ruas e abertas novas avenidas para uma maior mobilidade populacional. O surgimento de novos espaços de sociabilidade como clubes sociais e desportivos, cafés, confeitarias e restaurantes, representou uma oportunidade para os imigrantes que chegavam à capital gaúcha (BRUM, 2003, p. 205). Esses estrangeiros se dedicavam a diversos segmentos, em especial, no terceiro setor, como comerciantes, trabalhadores autônomos e profissionais liberais (BORGES, 1993, p. 31). Encontramos desde 1885 publicidade de profissionais italianos em Porto Alegre, em especial, médicos, sapateiros, operários e músicos. Os italianos estavam presentes, principalmente, em atividades de prestação de serviços e em diversos nichos comerciais (CONSTANTINO, 1991, p. 31).

Por isso, não é de se estranhar que Nicolau Rocco tenha inaugurado sua primeira Confeitaria, chamada Sul Americana, na Rua Riachuelo, nº 338. Naquele momento, ele se unia a uma coletividade de italianos que se dedicavam à venda e confecção de produtos alimentícios. Nos anúncios encontrados, divulgava que era uma “grande fábrica de doces” com uma “luxuosa sala de bebidas” e que Nicolau Rocco era o confeitoiro. Anunciava também que preparava doces para batizados e casamentos e que recentemente havia feito grandes reformas e que poderia receber os “mais exigentes fregueses” para experimentação de “toda a sorte de bebidas”. Além disso, contava com a existência de um grande depósito de marmelada, frutas em calda e geleias, tudo de fabricação própria⁴⁹.

A localização da Confeitaria seguia o movimento de estabelecimentos de peninsulares que se concentravam na região central da capital. Esses italianos se fixaram nas Ruas dos Andradas e General Vitorino, na Avenida Voluntários da Pátria e no Mercado Público. Nesta região, encontravam-se numerosos comerciantes, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Os peninsulares eram, em sua maioria, compostos de microempresários, donos de médias e pequenas empresas (CONSTANTINO, 1991, p. 81).

Realizamos um recorte desses imigrantes que interagem tanto na área central de Porto Alegre quanto na sociabilidade e estavam intimamente

⁴⁹ Jornal O Independente, 10/03/1905, página 4, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

relacionados com Nicolau Rocco. Para investigarmos essas relações nos guiamos pelo testamento de Rocco. Nele eram citados como testemunhas os seguintes italianos: Francisco Provenzano, Rocco Gallo, Luiz Guaragna, Lourenço Piccardo, João Spolidoro e Jacintho Rainoni⁵⁰. A escolha desse documento como guia específico se deu a partir da confrontação dele com periódicos da época, onde, ao rastreamos Rocco, víamos que ele estava acompanhado desses mesmos indivíduos. Com isso, percebemos que esses indivíduos, em especial Provenzano, Guaragna e Gallo, interagiam com Nicolau Rocco e construíram, juntos, redes com nacionais e estrangeiros. Esses três indivíduos tiveram um percurso similar ao de Nicolau Rocco, todos eram oriundos do sul italiano e se tornaram comerciantes da região central da capital gaúcha. Por esse motivo, é fundamental compreendermos a trajetória deles, pois, assim conseguiremos vislumbrar as respostas necessárias para os questionamentos desta tese.

Esses italianos e descendentes faziam parte do conglomerado comercial que, desde meados do século XIX, era ocupado por peninsulares. Esse conglomerado foi descrito pelo cônsul italiano Ciapelli em 1905, como um “centro dinâmico e quase frenético”:

Não existe rua na cidade ou nos arredores que não conte com uma ou mais lojas de proprietários italianos, e a todo momento se encontram vendedores de gêneros alimentícios e frutas e, principalmente, vendedores de bilhetes da loteria, que formam um verdadeiro exército. Hoteleiros, trabalhadores têxteis, barbeiros, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, ferreiros, pedreiros e carregadores são abundantes, e no mercado quase todas as bancas são ocupadas por italianos, os quais, provavelmente, parecem ser em maior número do que realmente são, pois se movimentam muito, o que contrasta com o comportamento calmo e compassado do restante da população; de todo modo estão em número certamente relevante e ninguém está ocioso. Existem vários negociantes, quatro médicos, três farmacêuticos, alguns professores, muitos atendentes de loja e funcionários da área comercial (LO STATO *apud* DE RUGGIERO, 2022, p. 142).

Logo, tanto Nicolau Rocco como os demais indivíduos que iremos investigar e apresentar, brevemente, fazem parte dessa coletividade comercial que se ocupa de se integrar na sociedade porto-alegrense e se inserir em

⁵⁰ Testamento de Nicolaó Rocco, Provedoria de Porto Alegre, nº 36, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, Porto Alegre.

espaços comerciais ainda em desenvolvimento, como o ramo alimentício e os trabalhos qualificados, como de sapateiros e barbeiros.

Francisco Provenzano era proveniente de Leonforte, na Sicília e emigrou junto ao seu pai nos últimos anos da década de 1870. A tipologia migratória foi de uma imigração familiar. Depois da estabilização financeira dos dois, Maria Molinaro, mãe de Francisco, e seus dois irmãos chegaram a Porto Alegre (CONSTANTINO *apud* BORGES, 1993, p. 155). Francisco e seu pai, Antonio, iniciaram trajetórias comerciais como exportadores de ovos no Mercado Público e em 1879 se dedicavam “ao commercio de aves, fructas e ovos, estabelecendo-se no Mercado Público, onde, até então, commerciavam unicamente ‘tias minas’⁵¹ que armavam suas bancas em taboleiros, que em geral transportavam na cabeça”.⁵²

Antonio Provenzano foi um dos peninsulares que ajudou a mudar “completamente a feição do Mercado”, onde não apenas comerciava os seus produtos como também residia. Entre 1888 e 1900 o “carro-chefe” das atividades era a exportação de ovos, iniciada com meia dúzia de caixas, chegando posteriormente a mil caixas semanais, atingindo o total de quarenta e cinco mil dúzias⁵³.

Naquelle tempo, as nossas colônias não eram tão desenvolvidas como agora, tanto na agricultura como na indústria, motivo por que a exportação de ovos era tida como uma das mais lucrativas, dando em média de 9 a 18 contos de réis por semana, tomando-se por base o preço de 400 réis por dúzia. Pelos esforços sempre empregados pelo desenvolvimento desse commercio chegou a ser cognominado o “rei da exportação de ovos” (CORREIO DO POVO, 1932, p. 6).

Francisco se tornou o responsável por parte do comércio de seu pai em 1900 e transformou a simples revenda de ovos em um açougue de renome, que competia com outros, como o “Matadouro Kroeff”, casa de carnes de destaque na região do Vale dos Sinos, de colonização alemã, mais especificamente em

⁵¹ Acredita-se que “tias minas” fossem as quitandeiras que tinham como local de comércio de seus produtos o Mercado Público de Porto Alegre, para mais informações ver o TCC “Práticas alimentares e resistência das quitandeiras em Porto Alegre nas últimas décadas do século XIX” por André Damas (UFRGS - 2018).

⁵² CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 26 julho de 1932, p. 6, Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

⁵³ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 26 de julho de 1932, p. 6, Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Novo Hamburgo (LUZ, 2011, p. 137). Além do açougue, foi dono de um café chamado Café Provenzano, também localizado no Mercado Público de Porto Alegre.

Outro membro do mesmo grupo era Rocco Gallo, nascido em 1879 em Morano Calabro e emigrado para Porto Alegre junto com seus irmãos em meados de 1890. A emigração de Morano Calabro para a capital gaúcha foi estudada em detalhe por Constantino (1991) e Brum (2003), as quais se debruçaram sobre o estudo da mobilidade de italianos e como esses se inseriram nas atividades urbanas. Em sua tese, posteriormente publicada como o livro “O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense”, Constantino apontou que, entre 1880 e 1914, a maior parte dos imigrantes italianos vindos a Porto Alegre eram provenientes do Sul daquele país, em sua maioria, da cidade de Morano Calabro (1991, p. 67).

Gallo constituiu sociedade com seus familiares e estabeleceu o famoso “Salão Roma” na rua dos Andradas⁵⁴. Vemos nos registros de eleitores publicados no Jornal “A Federação” em 1907 uma indicação sobre Gallo. Na época ele tinha 30 anos, era solteiro, e barbeiro⁵⁵. Até 1911 ainda mantinha a sociedade com seus irmãos na barbearia mais famosa da capital⁵⁶. Nela, circulavam os mais altos elementos da administração civil, militar e eclesiástica⁵⁷. As qualidades profissionais de Gallo eram admiradas por todos, sendo que Archimedes Fortini, jornalista do “Correio do Povo” escreveu que Gallo se tornou “elemento grandemente popular em todos os círculos da capital”⁵⁸, mesmo quando a sociedade com seu irmão se desmanchou e surgiu um novo salão, então chamado Gallo (FORTINI, 1959, p. 149).

Tal como Gallo, outro moranês que escolheu Porto Alegre como seu lar foi Luiz Guaragna. Sapateiro e político nascido em 1869, veio para o Brasil em 1880 e viveu primeiramente em Jaguarão, região Sul do Rio Grande do Sul. Lá, aprendeu o ofício de sapateiro e, aproveitando-se da proximidade fronteiriça da

⁵⁴ FORTINI, Archimedes. O passado através da fotografia, 1959, p. 158 e 159. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 15/06/1907. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁵⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 29/7/1911. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁵⁷ FORTINI, Archimedes. O passado através da fotografia, 1959, p. 158 e 159. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁸ FORTINI, Archimedes. O passado através da fotografia, 1959, p. 158 e 159. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

cidade, foi para o Estado Oriental do Uruguai onde permaneceu por 4 anos⁵⁹. Em 1891 chegou a Porto Alegre onde abriu uma loja de calçados na rua General Câmara, nº 55, no centro da capital. Se naturalizou brasileiro após alguns anos e filiou-se “ao partido republicano, no qual tem desempenhado em várias comissões”⁶⁰. Em 1904 possuía 35 anos, era solteiro e identificava-se como comerciante⁶¹, com indicação de que fazia parte do ramo calçadista da capital. Posteriormente, em 1908, foi eleito pela primeira vez como conselheiro municipal de Porto Alegre com 872 votos⁶².

Sobre outros indivíduos que testemunharam o testamento de Nicolau Rocco - Luiz Piccardo, João Spolidoro e Jacintho Rainoni – foram encontradas poucas informações. As mais gerais são aquelas sobre a família Piccardo. Provenientes de um quarteirão chamado Voltri em Gênova, imigrou para o Rio Grande do Sul, possivelmente, durante a década de 1880. Essa possibilidade se desenha a partir da presença de Nicolau Piccardo, irmão de Luiz, em publicidades da época. A primeira encontrada era datada de 24 de setembro de 1884, quando o italiano divulgava a produção e comercialização de chapéus de sol⁶³ na Rua Bragança, número 21⁶⁴. João Spolidoro, por sua vez, era filho de José Spolidoro, que imigrou para Porto Alegre em 1871⁶⁵. A família se dedicou à distribuição de jornais na cidade, sendo que, mais tarde, João se tornou um dos sócios fundadores da “Sociedade de Amparo e Educação aos Menores Vendedores de Jornais: Casa do Garoto” em 1934⁶⁶. Por fim, as referências sobre Rainoni são escassas, encontramos apenas informações relativas ao seu

⁵⁹ O INDEPENDENTE, Porto Alegre, 05/1908, p. 3, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁶⁰ O INDEPENDENTE, Porto Alegre, 05/1908, p. 3, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁶¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 11/03/1904, p. 4. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁶² A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, sem data. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁶³ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 24/09/1884, p. 4. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁶⁴ Atual Rua Marechal Floriano Peixoto, no bairro Centro Histórico em Porto Alegre.

⁶⁵ A Federação, Porto Alegre, 26/02/1918, p. 3. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁶⁶ A Federação, Porto Alegre, 23/01/1934, p. 2. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

velório e missa de sétimo dia, sem mais indicações sobre a sua posição na cidade⁶⁷.

Entre a última década do século XIX e a primeira do século XX vemos a inserção desses indivíduos nos mais diversos nichos de sociabilidade e de crescimento econômico. É a partir desse período que a estabilização deles ocorreu.

Esses italianos vão se envolver em diversos grupos associativistas, sejam eles ligados às questões étnicas, com objetivo de manutenção da cultura e identidade; ou de caráter filantrópico com um maior relacionamento com nacionais, formando assim redes benéficas tanto socialmente quanto economicamente. A primeira sociedade italiana de Porto Alegre, chamada Vittorio Emanuele II, foi fundada em 1877 por iniciativa do vice-cônsul Alessandro Weingartner. Os membros, em sua maioria, eram comerciantes, profissionais liberais e artesãos, camadas sociais na qual os italianos, em grande parte, ingressaram também sucessivamente (DE RUGGIERO, 2021, p. 399).

Posteriormente, esse mesmo grupo, patrocinado e estimulado pelo cônsul italiano Pasquale Corte, teve a iniciativa de construir um hospital italiano chamado Regina Margherita, a partir de 1884. O projeto não se concretizou, mas em 1892 a Vittorio Emanuele II tinha 400 sócios registrados e era a principal instituição representativa de peninsulares no Rio Grande do Sul (RAPPORTO, *apud* DE RUGGIERO, 2021, p. 400). Durante a década de 1890, surgiram outras agremiações italianas, como a “Bella Aurora” em 1893, formada por um grupo de operários que pediam atividades de recreação e aprendizagem. Posteriormente, em 1896, ela se tornou a sociedade “Elena di Montenegro”, que também tinha por finalidade a mútua assistência.

Hoje é difícil rastrear os membros de cada uma dessas associações⁶⁸, afinal, muitos documentos foram perdidos e destruídos durante a repressão do

⁶⁷ A Federação, Porto Alegre, 20/03/1933, p. 2. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁶⁸ Um bom indício para tentar fazer esse rastreio são algumas listas publicadas em periódicos da capital, como, por exemplo, o Jornal Independente, que em 1902 publicou a lista dos alunos que estavam matriculados na Escola da Associação Elena de Montenegro, que se segue: Vincenzo Crivella, Emanuele Monterosse, Zenari Giovanni, Pedrolo Pietro, Autonelli Antonio, Gentili Antonio, Fossati Carlo, Fossati Paquale, Alvaro Casali, Adalgisa Borsato, Italia Valiera, Liberina Casali, Annita

Estado Novo. Então, para compreendermos quais eram os membros dessas instituições, necessitamos retornar aos jornais da época. Dentre os periódicos pesquisados, o jornal “O Independente”⁶⁹ demonstrou ser uma rica fonte para o rastreamento de estrangeiros em Porto Alegre, em especial italianos.

Durante o primeiro ano do periódico, abriu-se uma seção chamada *Sezione Italiana*. O redator era Benvenuto Crocetta, que também era secretário da sociedade de mútuo socorro Princesa Elena de Montenegro em Porto Alegre (BARAUSSE, BASTOS, DE RUGGIERO, 2017⁷⁰), e se dedicava a tratar de assuntos pertinentes à comunidade ítalo-brasileira de Porto Alegre. Muitas vezes, por ser membro da dita sociedade, Crocetta discorria sobre assuntos pertinentes a ela, como no caso do pedido feito pelo Conselho Diretivo da sociedade ao Ministério das Relações Exteriores Italiano, de subsídio pecuniário para a manutenção e sobrevivência da escola italiana apoiada pela Sociedade⁷¹. Nessa mesma publicação, o presidente da Sociedade, Pietro Bonotto, agradecia aos sócios que ofereceram doações e participaram da festa de arrecadação ocorrida em novembro de 1901.

Essa seção também buscava divulgar eventos e convidar os ítalo-brasileiros a participar das subscrições para doações, como para a Assembleia do Circolo Filarmonico Italiano, que em novembro de 1901 buscava arrecadar dinheiro suficiente para o pagamento dos instrumentos musicais. Sobre isso, Crocetta escrevia que a colônia italiana gaúcha “não poderia negar ajuda à uma instituição patriótica e civil”⁷². Outra pauta muito recorrente era a atividade em

Paganini, Bianchini Giuseppina, Guglielmina Scandinazi, Ida Borsato, Essaria Crivella. A partir destes nomes é possível rastrear suas relações com italianos da capital em outros documentos.

⁶⁹ “O Independente” foi um periódico bissemanal fundado por Octaviano Manoel de Oliveira, esteve em circulação entre 1900 e 1923 e era publicado às terças e quintas-feiras, e excepcionalmente aos domingos. Tinha como lema ser “Defensor das classes populares”. Publicava matérias sobre movimento operário, porém nunca se declarou oficialmente como pertencente a tal classe. Na estrutura, possuíam quatro páginas e foi um dos pioneiros na cobertura jornalística fotográfica. A sede do jornal era na Praça Marechal Deodoro, nº 22, em Porto Alegre. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/hemeroteca_-_parte_iii.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022. página 58.

⁷⁰ Disponível em: <<http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stelladitalia-1902-1925/>>. Acesso em: 27 out. 2022.

⁷¹ O Independente, 02/12/1901, p. 2. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁷² “non vorrà negarei l suo aiuto ad uma istituzione patriottica e civile”, 30/11/1901, p. 2, O Independente. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

prol da construção do hospital italiano Regina Margherita: à época, se discutia a formação da comissão necessária para que o projeto saísse do papel. Esse grupo estava sob a presidência de Nicolau Dapelo, que se responsabilizava pela resposta de uma petição enviada ao rei italiano, a qual discutia as vantagens de haver um hospital para a colônia italiana de Porto Alegre, tal qual existia em São Paulo⁷³.

Algumas edições depois, a discussão sobre o Hospital Italiano Regina Margherita volta à pauta. Crocetta intitula seu artigo de “Nós e vós”⁷⁴, dirigindo-o no formato de uma carta para a comissão responsável pela edificação.

Somos nós, humildes filhos da Itália que usamos do direito de questionar, em nome de uma coletividade de conacionais – a razão dos atos praticados por vocês em detrimento ou a favor deles; já que no mandato representativo (embora incompatível no caso, já que durou 12 anos) emerge a responsabilidade comum dos eleitos e dos eleitores.⁷⁵

É importante dizer que esse hospital nunca saiu do papel, nunca foi edificado, e ainda não tivemos uma investigação historiográfica para saber os motivos disso. Essa preocupação com a saúde dos conacionais se reitera quando, na edição seguinte – 14 de janeiro de 1902, Crocetta anuncia que a Sociedade Princesa Elena de Montenegro possuía médicos associados para consulta gratuita para os membros da sociedade. Eles eram Gennaro Lanzara, o médico oficial, e, na ausência desse, deveriam se dirigir aos médicos Lorenzo Cichero e Arrigo Cini, sendo que ambos atendiam no centro de Porto Alegre. Em um momento anterior, Crocetta trazia o caso do tipógrafo Graziano Tubello, que se recuperava na Santa Casa de Misericórdia e pedia doações para ajudar a sua família. Dentre os doadores, apenas dois estavam identificados: o jornal O Independente e Guglielmo Scanduzzi, ou seja, havia também a preocupação filantrópica do grupo para os seus conacionais.

⁷³ O Independente, 15/12/1901, p. 2. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁷⁴ O Independente, 12/01/1902, p. 2. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁷⁵ Siamo noi, umilissimi figli d'Italia, che usiamo del diritto di domandare, a nome di una collettività di connazionali – la ragione di atti da voi compiuti a danno o in favore della medesima; giacché nel mandato rappresentativo (per quanto incompatibile nel caso vostro, poiché perdura da 12 anni) emerge la responsabilità comune degli eletti e degli elettori. CROCETTA, Benvenuto. (Sezione Italiana, O Independente, 12/01/1902, p. 2). Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

A seção divulgava muito mais a Sociedade Elena di Montenegro que as outras, são poucas as vezes em que se faz referência a outras associações. Fora a Elena di Montenegro, por vezes os anúncios se faziam em prol da manutenção do Circolo Filarmonio Italiano e, quando eram sobre outras associações, eram pequenas notas, como por exemplo sobre a Sociedade “Unione Trentina” e a eleição da nova Comissão Diretiva para o ano de 1902⁷⁶. A “Sezione Italiana” encerra seus trabalhos em 1903 com a publicação do jornal étnico “Stella d’Italia”, sob comando de Adelchi Colnaghi e do próprio Benvenuto Crocetta.

Fora dessa seção, o jornal O Independente se interessava em divulgar as associações italianas, como quando do anúncio da nova diretoria de uma Sociedade Italiana de Mútuos Socorros - não sendo esclarecido qual delas - que reunia comerciantes notáveis da capital: como José Viale, o mesmo que trouxe Rocco para Porto Alegre, Andrea Grimaldi, proprietário do principal pastifício de Porto Alegre à época, e Nicolau Piccardo, um dos irmãos comerciantes de chapéus de sol em Porto Alegre⁷⁷.

Como se percebe, havia uma pluralidade de associações com as mesmas metas, em especial a mútua assistência. Isso já era criticado desde o final do século XIX, onde relatórios diplomáticos denunciavam a dispersão entre as associações e salientavam ser necessário formar uma única sociedade de beneficência para “ultrapassar as limitações da mútua assistência entre os sócios, para ajudar indistintamente todos os compatriotas” (RAPPORTO *apud* DE RUGGIERO, 2021, p. 400).

Em 1895 existiam nove associações italianas em Porto Alegre. Como Angelo Legrenzi atestava, elas se formaram a partir de 1877 e funcionavam em prol dos 7000 italianos em Porto Alegre. Na sua análise, ele contava que “(...) quatro tinham a finalidade de mútua assistência duas de diversão, duas de artes dramáticas, e uma última era a loja maçônica Ausonia, fundada em 1894 e

⁷⁶ Constam como membros desta comissão os seguintes indivíduos: Isacco A. Pollini (presidente), Giuseppe Santuari (secretario) M.G. Tessadori (tesoureiro), Antonio Divan, Cesare Ognibeni, Giovanni Maria Paldaof, Giovanni Cattani, Giuseppe Fava, conselheiros. (O INDEPENDENTE, 19/01/1902, p. 2). Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

⁷⁷ Outros indivíduos eram: Presidente: Stefano Rocco, Secretário: J. Paldaof, Conselheiros: L. Pasqualato, F. V. Carlucci, G. Larco, N. Mucillo, R. Sirangelo, N. Ceroni, F. Baldini, L.L. Rose, C. Zuchelli, P. Marsicano, D. Donti, L. Mancuso, A. Frasca, F. Pirillo, G. Limongi (O INDEPENDENTE, 20/01/1901, p. 3.) Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

contando com 48 sócios” (DE RUGGIERO, 2021, p. 400). Diante disso, lamentava a existência de tantas agremiações que se dedicavam à mútua assistência, beneficência e educação, caracterizando uma “excessiva dispersão, devido à defesa dos particularismos e regionalismos, com pequenos capitais investidos e com escassa força numérica” (DE RUGGIERO, 2021, p. 401).

Esses relacionamentos desenvolvidos por Nicolau Rocco, com os vários sócios das principais associações, foram benéficos para a confeitaria, afinal, ela era colocada à disposição dessas associações, tal como veremos no capítulo seguinte. As festas étnicas da coletividade italiana normalmente organizadas por essas associações ocorriam nos salões do palacete, principalmente, nos dias e datas comemorativas da comunidade peninsular em Porto Alegre.

Essa fragmentação denunciada no final do século XIX se tornou foco de críticas quando da organização de uma nova associação chamada *Unione Meridionale Vittorio Emanuele III* em 1903. Em 05 de outubro de 1903 foi publicada uma reportagem referente à primeira reunião dessa organização, ocorrida no dia anterior, no edifício do Consulado Italiano de Porto Alegre, autorizada pelo então cônsul Cav. Ciapelli. Ela se definia como uma “associação instrutiva que presava pelo cultivo da língua pátria e da portuguesa” e que não fosse apenas para italianos meridionais, mas também todos àqueles que tinham interesse em participar. Porém, na reportagem alegavam que, ao contrário do que havia sido noticiado pelo “Correio do Povo”, não havia tido nenhuma perturbação de italianos do norte à frente do consulado. No entanto, admitiam ter pedido providências da polícia para que a paz fosse mantida. Nessa primeira reunião foi escolhida a diretoria, que se segue:

Presidente, Giovanni Marsicano; vice-presidente, Antonio Pepe; thesoureiro, Francesco Provenzano; secretario, Mario de Candia; Membros: Conte Domenico, Medaglia Angelo, Greco Nicola, Fedullo Aniello, Guaragna Luigi, Miraglia Massimo, Severini Francesco, Mucillo Nicola, Perrone Francesco, Postiglione Rocco, Grimaldi Natali, Ceroni Luigi e Rocco Nicola. Supplentes: Enrico Amabile, Bellaneo Onofrio, Ceroni Nicola, Celiberti Antonio, Crivella Pietro, De Crescenzi Francesco e Rocco Gallo. Inspector escolar, Sante Ceroni (A FEDERAÇÃO, 05/10/1903, p. 02).

Apesar do nome da associação se referir apenas aos meridionais, era alegado que era uma associação aberta a italianos de todas as regiões, porém percebemos que os membros fundadores eram de origem meridional. Além

disso, é a única vez que vemos o nome de Nicolau Rocco relacionado a uma associação italiana, o que se torna interessante, porque, além dele, também vemos os outros indivíduos acima citados, que faziam parte da coletividade mais próxima de Rocco: Rocco Gallo, Luis (Luigi) Guaragna, Francisco (Francesco) Provenzano. Ou seja, podemos crer que essa organização fosse o início e até mesmo o caminho da estabilização e criação de laços entre esses indivíduos que posteriormente se tornariam íntimos.

A criação dessa associação se torna polêmica dentro da coletividade italiana de Porto Alegre. No periódico étnico *Stella d'Italia* foi publicada uma crítica à posição do cônsul Ciapelli em relação à *Unione Meridionale*. Como já comentamos, haviam críticas sobre a divisão e a multiplicidade de associações que existiam na capital gaúcha com objetivos comuns, educação e instrução, e que tinham por característica o regionalismo. As críticas apontavam para o fato dessas associações exaltarem “apenas o elemento sulista”.⁷⁸ Isso foi considerado ofensivo aos italianos do centro e do norte, “vindo a abrir uma ferida regional na colônia – que nunca existiu – repercutiram dolorosamente em todos os corações”⁷⁹.

A desaprovação se concentrava no papel do Cônsul, que deveria representar os interesses de todos os italianos e não apenas dos do Sul. Em referência aos meridionais que faziam parte dessa associação: “os sulistas, reunindo-se, exercem um direito comum: podem também repudiar seus irmãos do centro e do norte, se quiserem, mas gravíssima falta cometem os delegados da nação que se prestam a favorecer apenas uma região”⁸⁰. Além do discurso que criticava o regionalismo, o motivo central das críticas eram o favorecimento financeiro que a associação teria recebido do consulado. Logo, a discussão era pautada na seguinte questão: Porque financiar uma associação que seria

⁷⁸ “Causò tuttavia pessima impressione la circolare diramata all'uopo in data 2 ottobre corrente, nella quale ostentoriamente si scriveva che a detto sodalizio prenderà parte solamente l'elemento meridionale”. *Stella d'Italia*, 08/10/1903, p. 2.

⁷⁹ “Queste improvide e sconsigliate parole intenzionalmente offensive agli italiani del Centro e del Nord, venenti ad aprire fra la colonia una piaga regionale – giammai esistita – ripercossero dolorosamente in tutti” *Stella d'Italia*, 08/10/1903, p. 2.

⁸⁰ “I meridionali, riunendosi, eserciscono un diritto comune: possono anche ripudiare i fratelli del centro e del nord, se così lor piace, ma commette gravissimo fallo chi delegato dalla nazione si presta a prediligere una regione soltanto” *Stella d'Italia*, 08/10/1903, p. 3.

regionalista, enquanto existiam associações de cunho nacional e com renome já pré-estabelecido na cidade, como a Elena di Montenegro e Vittorio Emanuele II?

Em um artigo, o jornalista Adelchi Colnaghi ainda ressaltava a importância das associações da capital (Vittorio Emanuele II, Umberto I e Giovanni Emanuel), que concentravam os mesmos objetivos da nova sociedade. Além disso, eles reiteravam que essas associações também precisavam da atenção especial do consulado, afinal a Vittorio Emanuele II e a Umberto I buscavam construir uma sede e a Giovanni Emanuel uma escola.

Na reportagem seguinte, retorna o debate sobre o regionalismo, em um artigo escrito por M. Vitale Palazzo, imigrante italiano que vivia em São João do Montenegro, que contava que era implícito na existência da *Unione Meridionale Vittorio Emanuele III* a divisão e imposição de um regionalismo, criando um antagonismo entre os imigrantes meridionais e setentrionais e que isso deveria ter sido já superado, afinal,

[...] de minha parte, não quero entrar na descrição dos muitos danos que causa a todos nós e ao bom nome italiano, ao continuar a mostrar dissensão e antagonismo entre sulistas e nortistas. Todos nós, uns mais e outros menos, sabemos das muitas vantagens significativas que podemos ter quando reinam entre nós a união e a proteção mútua, nem podemos ignorar os graves males morais e materiais que nos infligimos graças ao desacordo imperdoável absurdo originário de antagonismo regional.”⁸¹

Essa discussão permeou todo o mês de outubro de 1903 no Stella d'Italia. O último texto publicado sobre essa discussão era sobre a segunda reunião da associação que agora aceitava italianos de quaisquer regiões e ainda aqueles nascidos em regiões “geograficamente” italianas, como os trentinos. Em tom de ironia, o autor publicava que “Primeiro, apenas os sulistas eram desejados e, no segundo encontro, as fronteiras foram alargadas ao extremo e os alemães irredentos, os franceses irredentos, os ingleses irredentos foram chamados sob

⁸¹ “Da parte mia non voglio addentrarmi a descrivere i molteplici danni che arreca a noi tutti e al buon nome italiano, continuando a dar mostra di dissidio e antagonismo tra meridionali e settentrionali. Tutti, chi più e chi meno, sappiamo i non pochi e rilevanti vantaggi che possiamo averne quando regna l'unione e la reciproca protezione fra di noi, come pure non possiamo sconoscere i gravi mali morali e materiali che ci procacciamo mercé l'assurdo quanto imperdonabile dissidio originato dall'antagonismo di regione.” Stella d'Italia, 15/10/1903. p. 2

as bandeiras; Lamento que não haja russos não redimidos apenas porque a união do sul se tornaria uma confederação europeia”⁸²

Claro que essa crítica teve por objetivo demonstrar que talvez não houvesse um real motivo para a existência dessa associação. Essa última reportagem é cheia de meandros e críticas mais ácidas à permanência e funcionalidade dessa associação e sobre como poderiam propor uma escola em que as crianças aprendessem tanto o idioma italiano quanto o português. E, então, a chamam de “Unione Italo-Brasiliana”. Ainda criticavam a escolha de chamá-la de Vittorio Emanuele III, que não era apenas o rei dos meridionais, e sim, de todos, centrais e setentrionais⁸³.

Essa associação vai sumir das páginas dos jornais, tanto os de conteúdo nacional como os de conteúdo étnico, e se perder na história das associações italianas existentes em Porto Alegre. Com isso, não conseguimos saber se houve um efetivo vínculo dessa sociedade com as propostas que possuíam. Porém, levantamos um questionamento que poderá ser respondido com pesquisas mais concentradas sobre as sociedades de mútuo-socorro italianas da capital: será que houve a mesma reação à Sociedade Moranesi Uniti⁸⁴ inaugurada em 1924? Importante ressaltar que alguns membros da Sociedade Vittorio Emanuele III também foram membros fundadores da Moranesi Uniti, como Rocco Gallo e Luiz Guaragna. Provavelmente, como demonstra a historiografia do tema, naquele período, o grupo de moraneses já era maioria dos peninsulares da capital gaúcha, logo, a reação ocorrida em 1903 não correspondia à esperada em 1924.

As conexões construídas entre esses peninsulares e as associações italianas em Porto Alegre nos demonstram um dos principais meios de organização dessa coletividade. Porém, é importante ressaltar que tanto Nicolau Rocco, como Provenzano, Guaragna e Gallo, foram mais ativos em associações locais, como a Santa Casa de Misericórdia e a Maçonaria.

⁸² Prima si volevano unicamente i meridionali, ed alla seconda riunione si allargano i confini all'estremo e si chiamano sotto le bandiere, irredenti tedeschi, irredenti francesi, irredenti inglesi; lamento che non ci siano i russi irredenti solo perché l'*Unione Meridionale* diventerebbe allora una confederazione europea. Stella d'Italia, 22/10/1903, Capa.

⁸³ Stella d'Italia, 22/10/1903, Capa.

⁸⁴ Pode-se encontrar detalhes sobre essa sociedade nos trabalhos de Núncia Santoro de Constantino e Rosemary Brum Fritsch.

Por isso, ao rastreamos a trajetória desses indivíduos, nos deparamos com o fato de terem sido membros de instituições nacionais, entre elas a Maçonaria e a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, ambas instituições que têm por finalidade a filantropia. Para compreendermos a presença italiana nos dois grupos, contextualizaremos a institucionalidade e formação deles, porque é importante entender o seu funcionamento, para assim compreender os motivos que levam à interação entre esses grupos e os peninsulares ser importante para as suas estratégias.

3.2 Conexões com a Maçonaria

A participação de peninsulares na maçonaria brasileira foi notável durante o início do século XX. A organização maçônica estava estabelecida como um grupo que criava espaços de sociabilidade e ampliava as práticas de cidadania no Brasil, com seus membros atuando pró ou contra os governos de cada período (MOREL, Marco. *Verbetes Maçonaria*, p. 1). A historiadora Eliane Colussi definiu a maçonaria gaúcha como “um espaço por onde circulavam principalmente os políticos, os intelectuais, os ricos e seus afilhados, os quais formavam um grupo não *a parte* do restante da elite, mas que era *parte* da elite regional.” (1998, p. 31).

A Maçonaria se estrutura em lojas (unidades de base) que, reunidas, formam um Grande Oriente, ou uma Grande Loja ou um Supremo Conselho. Essa definição depende dos ritos escolhidos e do perfil de atuação, sendo esse último dividido entre simbólico ou filosófico. Para administrar as Lojas Maçônicas existem as chamadas Obediências, “(...) também denominadas Potências Maçônicas. As Potências podem ter jurisdição sobre todo o país, como o Grande Oriente do Brasil (GOB), ou sobre um Estado da federação, como o Grande Oriente Paulista (GOP), o Grande Oriente do Paraná (GOP), etc. (MANSUR NETO, 2005, p.25).”. A primeira Obediência na sociedade brasileira surgiu na virada do século XVIII e XIX e foi o Grande Oriente do Brasil (GOB). Ou seja, existia uma hierarquia fechada tanto entre as lojas como internamente a elas, organizadas em graus ascendentes. Dentro das lojas, as divisões se davam a partir dos níveis básicos, aprendiz, companheiro e mestre e o grau o superior era

o de Grão-Mestre. Por mais que cada loja tenha a sua própria hierarquia, o posto de venerável sempre era o mais alto (CPDOC, p. 02).

Quanto aos ritos, a maçonaria identificada como “regular” ou ortodoxa, que era reconhecida pela Grande Loja da Inglaterra, que era considerada a Loja-mãe de diversas maçonarias como a americana, filipina, alemã, austríaca, escandinava e holandesa, e a Grande Loja Nacional Francesa. Todas elas têm por condição o imperativo de crença em Deus e da presença do Livro Sagrado nas reuniões.

Naquelas que eram consideradas “irregulares” ou heterodoxas estão as maçonarias que seguem a tradição laica e anticlerical do Grande Oriente da França, que desde 1877 declarou desnecessária a exigência da crença em Deus e do juramento sobre a Bíblia. As que seguiam essa tradição eram as maçonarias da Itália, Bélgica, Portugal, Espanha e alguns países latino-americanos. Nesta relação com o divino e a Bíblia, não existe conhecimento de que no Brasil haja negação deles, por isso, autores tratam a existência de diversas maçonarias e não apenas uma (SILVA e MONTEIRO, 2008, p. 195).

Com isso, surge o questionamento sobre a Maçonaria ser ou não uma religião. Os autores Silva e Monteiro trazem uma discussão sobre os autores clássicos que trataram desse assunto:

Para alguns, como Ankerberg e Weldon (1999), a Maçonaria é uma religião. Para outros, como Camino (2005), a Maçonaria é uma religião *sui generis*, por não implicar renúncia do maçom à sua religião de nascimento e de fé. Mas, a maioria dos maçons é inflexível em declarar que a Maçonaria não é religião. Esse, aliás, é o posicionamento do Grande Oriente Paulista, ao afirmar que “a Maçonaria é uma Ordem, uma corporação disciplinada, não uma sociedade comum, não sendo religião, nem seita, como julgam alguns não iniciados, não esclarecidos (SILVA e MONTEIRO *apud* COMPÊNDIO, 2006, p.18).

Esse entendimento é fundamental para podermos prosseguir na discussão sobre um dos principais preceitos da Maçonaria, a filantropia. A existência dela está historicamente conectada com as religiões, principalmente de origem cristã, e ver a importância dela dentro das Lojas Maçônicas e como elas se desenvolveram e são fundamentais para a continuidade das associações.

Entre o final do século XIX e o início do século XX houve uma atividade mais efetiva dos maçons no âmbito da beneficência, como construção e

financiamentos de escolas (BARATA, 1999, p. 133). A Maçonaria esteve incluída dentro das associações filantrópicas surgidas no período. Essas associações possuíam uma “natureza multifuncional”, como Silva e Monteiro analisaram, pois uniam atividades econômicas, filantrópicas, pedagógicas, corporativas, políticas e culturais (2008, p. 196).

A filantropia, entendida como um importante motor do movimento associativo do século XIX identifica-se como forma de legitimação do poder, uma vez movida pelo espírito das Luzes, era o movimento dos que podiam ajudar em direção aos despossuídos e um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela (MOREL; Souza, 2008). Além disso, era uma das poucas práticas maçônicas que ultrapassa a porta dos Templos, para tornar-se visível à sociedade (SILVA e MONTEIRO, 2008, p. 196).

A filantropia integra o rol de princípios da Maçonaria. O pesquisador Alexandre Barata, ao tratar desse assunto, traz que a importância da fraternidade entre os maçons e com as pessoas fora das Lojas é essencial para a permanência e existência da Maçonaria. Esse ideal de fraternidade deve ser estendido a todos os homens, ou seja, a todos os irmãos, buscando o estabelecimento de uma igualdade real e não apenas jurídica, e isso não pode ser apenas discurso, deve ser praticado e essa prática se traduz na solidez da instituição (1999, p. 135).

A lei da fraternidade é o próprio ritmo da afinidade posta em ação em busca de novas polaridades. Quanto mais exercitardes, mais se dilatará ela. Porque, na natureza, há lei segundo que somos aptos, pelo esforço e pela educação, a ampliar cada uma das possibilidades maravilhosas que estão em nós adormecidas, em estado potencial. [...] De maneira que a fraternidade com a exclusão de pátrias, como quer e ensina a Maçonaria, visa um duplo sentido de progresso: é o progresso para os indivíduos que, exercitando aquela lei, ampliam suas possibilidades físicas: é o progresso dos povos que já não encontram no limite de suas fronteiras, a fonte das vicissitudes que separam, engendra os ódios e são germes perniciosos das guerras (BARATA *apud* BASTOS, 1999, p. 135).

Ou seja, a filantropia se apresenta com duas frentes: a primeira, do fortalecimento dos vínculos internos; a segunda, como um mecanismo de divulgação e enaltecimento da ordem (SILVA e MONTEIRO *apud* MOREL e SOUZA, 2008, p. 250). As ações sociais praticadas pela maioria das lojas, muitas vezes, podem se dar na manutenção de uma entidade de assistência social ou nas campanhas sociais constantes para a comunidade local (SILVA e

MONTEIRO, 2008, p. 197). Com isso, o ato da filantropia ajuda na manutenção das redes de poder e, às vezes, nos laços clientelistas entre os indivíduos, o que garantia a estabilidade e presença dos membros em diversos círculos de sociabilidade (SILVA e MONTEIRO *apud* MOREL e SOUZA, 2008, p. 197). Com isso, peninsulares como Rocco e seu grupo poderiam se beneficiar ao máximo de conexões com pessoas que estavam ativamente dentro do Grande Oriente.

A organização filantrópica maçônica no Brasil se desenvolveu com mais força no início do século XX com a construção e financiamento de asilos, orfanatos e hospitais. Alexandre Barata cita como exemplos o “Asilo de Mendicidade, mantido pela Loja Renascença Maranhense; o Asilo da Mendicidade do Ceará, mantido por todas as lojas da cidade de Fortaleza; o Asilo dos Órfãos, mantido pela Loja Estrela do Oeste da cidade de Ribeirão Preto; o Asilo Henrique Valladares, encampado, em 1914, pelo Grande Oriente do Brasil” (1999, p. 135). O auxílio mútuo feito por esta instituição a partir do início do século XX responde aos estímulos previstos no Boletim do Grande Oriente do Brasil de 1871: “A bondade, a tolerância, a união, a caridade, o amor fraternal são elementos que acoroçoam a fraternidade universal, esse sentimento que deve existir enraizado no coração dos verdadeiros Maçons, possuindo a Ordem uma forte alavanca para a realização de sua nobre missão que é a igualdade, essa igualdade, que eleva e que mantém o patriotismo e o amor à liberdade.” (dez, 1871, 1(1):6).

A definição desses preceitos se torna fundamental para a compreensão do seguimento que será dado a este capítulo. Teremos agora a contextualização do surgimento do GORGS e das principais lojas maçônicas da capital gaúcha desde o final do século XIX e início do XX, procurando delimitar quais eram os estrangeiros que faziam parte delas, quais eram as suas profissões e quais eram as relações possíveis desses com Nicolau Rocco. Por fim, daremos uma atenção especial à Loja Maçônica Ausônia, que tinha como objetivo ser uma organização de maçons italianos ou ítalo-brasileiros, e vamos analisar como ela se desenvolveu.

A origem do Grande Oriente do Rio Grande do Sul se deve a uma série de fatores internos e externos às Lojas gaúchas. Primeiramente, respondendo às discussões ocorridas na sociedade brasileira após Proclamação da República, foi necessária a criação da primeira constituição Maçônica em 1892,

que criava duas Grandes Lojas Estaduais federadas ao GOB, as de São Paulo e da Bahia. Porém, em 1893, houve desentendimentos internos que geraram a desagregação do Grande Oriente do Brasil com a fundação de grandes orientes regionais, tornando o GOSP (Grande Oriente de São Paulo) o primeiro independente do órgão central. Seguiu-se a esse acontecimento a criação do Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul (1893) e o Grande Oriente Mineiro (1894) (CPDOC, p. 4).

A maçonaria gaúcha, no período em questão, rompeu com o GOB e assim nasceu o Grande Oriente do Rio Grande do Sul, grupo que agregou muitas das lojas da capital gaúcha (COLUSSI, 1998, p. 34). Em maio de 1893, o Irmão Luiz Affonso de Azambuja recebeu um documento de São Paulo sobre as vantagens que a criação de um Grande Oriente regional poderia agregar à Maçonaria Gaúcha. Nesse debate, o Irmão Dr. Maciel Sobrinho foi favorável que o assunto fosse apresentado aos Veneráveis das lojas da capital e que, se houvesse a concordância, deveriam institucionalizar esse novo Grande Oriente (DIENSTBACH, 1993, p. 31). Essa reunião ocorreu na Loja Luz e Ordem sob a organização do Irmão Mucio Teixeira que, após apresentar o panorama, pediu para o Venerável Irmão Luiz Affonso de Azambuja ler o Manifesto de junho de 1893. A comissão que aprovou a fundação do Grande Oriente do Rio Grande era composta pelos Poderosos Irmãos :: Balduino Rohring Gr :: 33; João Pereira Maciel Sobrinho Gr :: 33; Affonso Herbert Gr :: 33; Joaquim Marques da Cunha Gr :: 33; Domingos Jose Ferreira Bastos Gr :: 33; Dr. João Damasceno Ferreira Gr :: 33 e Mucio Scévola Lopes Teixeira Gr :: 33.

Em junho de 1893 foi publicado um Boletim da Grande Comissão Central que tratava sobre a separação dos Grande Orientes e justificavam a decisão. Lá diziam que a Maçonaria Rio Grandense “era, de há muito, uma aspiração palpitante, que obedecia fatalmente às leis evolutivas” e reiteravam a importância do período histórico que viviam que tinha “a poderosa ação do transformismo”, referência à então Proclamação da República e a corrente Revolução Federalista que ocorria no estado gaúcho. Sobre isso, justificavam a separação como:

O próprio meio em que laboramos no mundo profano, além da completa transformação política que ultimamente se operou na nossa Pátria, são exemplos estes que atravessamos numa época de

movimento geral e de reformas radicais, verdadeiro momento história das mais completas reorganizações, - como podem ser, por notável coincidência, todos os fins de séculos (DIENSTBACH, 1993, p. 32).

Após a publicação desse boletim, todos os irmãos presentes na sessão seguinte, do dia 14 de junho, declararam-se a favor da separação. Participaram quatorze Lojas. Dessas, três eram de Porto Alegre, sendo elas: Luz e Ordem, Progresso da Humanidade e Luz e Progresso. A criação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul foi o resultado de um conjunto de fatores e se tornou efetivo a partir da iniciativa dessas três lojas citadas (COLUSSI, 1998, p. 223). Nas reuniões que se seguiram foram delimitados os atos e a comissão responsável para formalizar a separação e a criação do GORGS. Ressalto a reunião de 02 de julho de 1893 como fundamental para a decisão da separação, onde foi redigido um manifesto com as resoluções da separação e convidando todas as lojas do interior para participarem do movimento. Esse manifesto contava que o Gr.: Or.: do Rio Grande do Sul “deverá formar uma federação com outros GGr.: OOr.: no Brasil, devendo o Gr.: Or.: do Rio de Janeiro ficar considerado como um Poder Superior de ordem puramente moral e consultiva.” (DIENSTBACH, 1993, p. 37).

Agora que se vai instalar o Gr.: Or.: do Rio Grande do Sul, convém que os esforços de todos os OOb.: convirjam para a definitiva consolidação de uma obra tão gloriosamente levada a cabo e que se acha sem dúvida alguma destinada a produzir os mais salutareos efeitos. Principalmente da Resp.: e Pod.: Ass.: constituída pelas GGr.: DDig.: da Ord.: e RRep.: de todas as corporações MMAç.: dependem da vida, o futuro e a tranquilidade da família Maç.: Rio-Grandense, portanto, é ela a competente para nos dotar com uma Const.: própria e fechar o ciclo revolucionário tão eficazmente percorrido. Parece ser essa a preocupação primordial de uma corporação que traz consigo o caráter nato de uma verdadeira assembleia constituinte. Por essas palavras ficam consignados o nosso pensamento, as nossas esperanças com relação ao primeiro passo que certamente ter que dar o Gr.: Or.: Rio Grandense. (DIENSTBACH, 1993, p. 38).

A adesão ao GORGS foi notável dentro do Partido Republicano Rio-Grandense, tanto que os principais dirigentes da nova potência faziam parte dele. Destacamos que havia uma divisão regional entre as oficinas que pertenciam ao GORGS e ao GOB. Enquanto ao norte do estado, local em que o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) havia fortes aliados, as oficinas se

mantinham fiéis ao GORGS. Ao sul, as lojas se mantiveram subordinadas ao GOB, local onde os federalistas tinham sua base (COLUSSI, 1998, p. 222).

Morel define que o final do século XIX e início do XX foi o período da expansão da atividade maçônica brasileira, explicado pelo processo de federalização e pela abertura de novas lojas pelo Brasil (CPDOC, p. 3). Para contabilizar a presença desses na sociedade, os registros demonstram “244 lojas maçônicas entre 1886 e 1890, 280 entre 1891 e 1895, 497 entre 1896 e 1900, 615 entre 1901 e 1905, 553 entre 1906 e 1910, 507 entre 1911 e 1915 e 417 entre 1916 e 1920. Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram os estados com maior número de lojas” (CPDOC, p. 3). Existiam, em 1909, 62 Lojas no Rio Grande do Sul: destas, 26 Lojas e três Triângulos⁸⁵ eram pertencentes ao GORGS e o restante, 33 Lojas pertenciam ao GOB (DIENSTBACH, 1993, p. 44).

As lojas de Porto Alegre com maior longevidade são Fidelidade e Firmeza, Luz e Ordem, Zur Eintracht, Orientação e Progresso de Humanidade, que estão em funcionamento desde as últimas décadas do século XIX. Dentro destas lojas procuraremos fazer um recorte de nacionalidade para compreendermos a presença estrangeira nelas.

Começando pela Loja Fidelidade e Firmeza fundada em 1833, que é a terceira Loja mais antiga do estado. Porém, ela passou por períodos de fechamento⁸⁶ até a reabertura final em 1895. O irmão ∴ de maior projeção foi Manoel Marques de Souza, “Conde de Porto Alegre” que pertenceu à Loja durante a Guerra do Paraguai. No texto de Dienstbach (1993, p. 458) foi retomado o quadro de irmãos mais antigo da Fidelidade e Firmeza, datado de 10 de março de 1897. Nele, encontramos o nome de Guilherme Calegari, provavelmente irmão do notável fotógrafo italiano Virgílio Calegari, que posteriormente encontraremos em outras listas de outra Loja.

Já a Loja Zur Eintracht, hoje chamada de Harmonia IV, foi fundada em 1875 pelo Grande Oriente Unido, sendo incorporada ao GOB em 1883, porém quatro anos depois, abateu colunas⁸⁷ e passou o seu templo para a Sociedade

⁸⁶ A Loja Fidelidade e Firmeza abateu colunas em 1859, sendo reaberta em 1874, adormecida em 1884 e por fim reerguida pelo GOB em 1895 e está em funcionamento até os dias atuais (DIENSTBACH, 1993, p. 457).

⁸⁷ Fechou.

Filantrópica Alemã. Posteriormente, o fundador Karl von Koseritz⁸⁸ junto com outros irmãos⁸⁹, a reergueu em 1894, e foi filiada ao GORGS no mesmo ano. Em 1899, ocorreu na sala da sociedade “Gemeinnütziger Verein”, na rua Senhor dos Passos, o ato de colocação da pedra fundamental para a construção da Loja, sendo ela localizada no mesmo local onde anteriormente estava localizado o Templo levantado em 13 de fevereiro de 1876 (DIENSTBACH, 1993, p. 462 e 463).

A sétima Loja da Fundação do GORGS é a Orientação, fundada em 13 de agosto e regularizada em 26 de agosto de 1893, que completou seus cem anos junto ao GORGS⁹⁰. A primeira reunião ocorreu no Templo da Loja Luz e Ordem, onde reuniram-se Mestres Maçons para formarem uma oficina ao Grande Arquiteto do Universo chamada Orientação. Ressaltamos que esta primeira ata de abertura contou com trinta e um maçons, entre eles, irmãos que tiveram participação ativa na formação do GORGS, como o irmão Mucio Teixeira e João Pereira Maciel (DIENSTBACH, 1993).

A Loja Progresso da Humanidade foi fundada em 27 de maio de 1855. Em 1872 ela estava filiada ao Grande Oriente Unido e construiu seu Templo em 1875. Em 1883, com a absorção do Grande Oriente Unido ao GOB, ela adormeceu. Quase uma década depois, em 1891, os irmãos remanescentes reergueram a Loja que passou a trabalhar no Templo da Loja Luz e Ordem. Destacamos que nas discussões sobre a fundação do GORGS ela foi a única Loja em que não houve divergências e onde os membros foram unânimes sobre a fundação de uma Maçonaria Rio-Grandense. Tanto é assim que a maioria da equipe diretiva do GORGS provinha da Progresso da Humanidade. Porém, em 1900 alguns irmãos formaram uma dissidência, fundaram uma nova Loja de mesmo nome e filiaram-se ao GOB. É reconhecido que a Progresso da Humanidade é uma das poucas Lojas que permaneceu na Potência gaúcha (DIENSTBACH, 1993).

⁸⁸ Karl von Koseritz, ou Carlos von Koseritz, foi um professor, folclorista, empresário, político, jornalista e escritor teuto-brasileiro. Foi um dos mais completos e eruditos jornalistas do século XIX no Rio Grande do Sul (<https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/p3355>).

⁸⁹ Carlos Dienstbach conta que estes irmãos seriam da Legião dos Brumers, porém, diz que não foi possível conseguir os nomes, logo não podemos confirmar este fato.

⁹⁰ Fundado em 14 de outubro de 1893.

A Loja Luz e Ordem foi inaugurada em 24 de setembro de 1869, em que 15 irmãos assinaram a ata de instalação. Foi deliberada a abertura na Loja Progresso da Humanidade em 17 de setembro de 1869. A loja foi fundada sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brasil e, posteriormente, outros obreiros constituíram uma loja com o mesmo nome na Obediência do Grande Oriente dos Beneditinos. Esta Obediência foi incorporada ao GOB em 1872, porém já existia uma Loja com o mesmo nome na Potência. Logo, as duas foram fundidas em 1884. Posteriormente, foi uma das três Lojas que iniciaram as conversas para a fundação do GORGS (DIENSTBACH, 1993, p. 469 e 470).

Partindo da contextualização dessas cinco Lojas, podemos partir para o objetivo deste subcapítulo: a investigação da presença de estrangeiros, em especial italianos, nessas Lojas. Ao fazermos um levantamento dos inscritos nessas cinco lojas, verificamos que, com exceção da loja *Zur Eintracht*, que possuía um grupo apenas de germânicos, as outras tinham maçons de origens diversas. Por exemplo, a Fidelidade e Firmeza tinha em seu quadro de irmãos os italianos ou ítalo-brasileiros Roberto Penachi, Francisco Conminale e João Sicole em 1897.

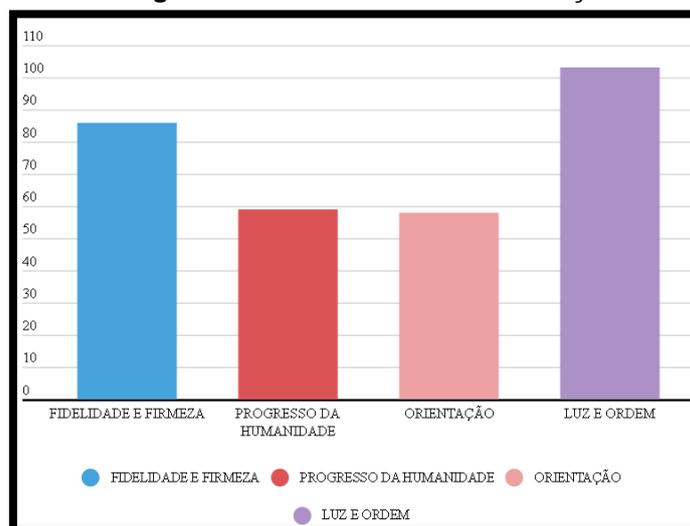
Em dados gerais, a partir do Registro de Maçons da Capital (1900 - 1930), buscamos rastrear apenas os estrangeiros que estavam inscritos nessas quatro lojas, ignorando apenas *Zur Eintracht*. No total existiam 286 irmãos na Loja Fidelidade e Firmeza, 392 irmãos na Luz e Ordem, 247 na Loja Progresso da Humanidade, e 284 irmãos na Loja Orientação. Para fator comparativo, a Loja *Zur Eintracht* possuía 50 irmãos e todos de origem germânica.

Com esses números totais de irmãos, partimos para a seleção dos estrangeiros, proposta anteriormente, que se desenvolveu a partir das informações contidas em cada uma das páginas do Livro de Registros. Nele se pediam: nome, dados sobre o nascimento (tanto data como local), estado civil, profissão, grau, quando foi iniciado, e qual oficina se iniciou (anexo XXX). A partir dos dados sobre o nascimento podemos rastrear a origem de cada membro.

Conforme o gráfico 08, percebemos que as Oficinas Luz e Ordem e Fidelidade e Firmeza são aquelas com presença mais proeminente de estrangeiros na capital gaúcha. Com isso, vemos que na Loja Luz e Ordem a presença estrangeira é de cerca de 1/3 dos membros, enquanto nas outras era menos da metade. Porém, percebemos uma constância da presença de não

nacionais nas quatro Lojas. Mesmo na Luz e Ordem, que detinha o maior número de estrangeiros, a diferença é de apenas dezessete membros entre ela e a Loja Fidelidade e Firmeza.

Gráfico 8: Presença de estrangeiros nas Lojas Fidelidade e Firmeza, Luz e Ordem, Progresso da Humanidade e Orientação

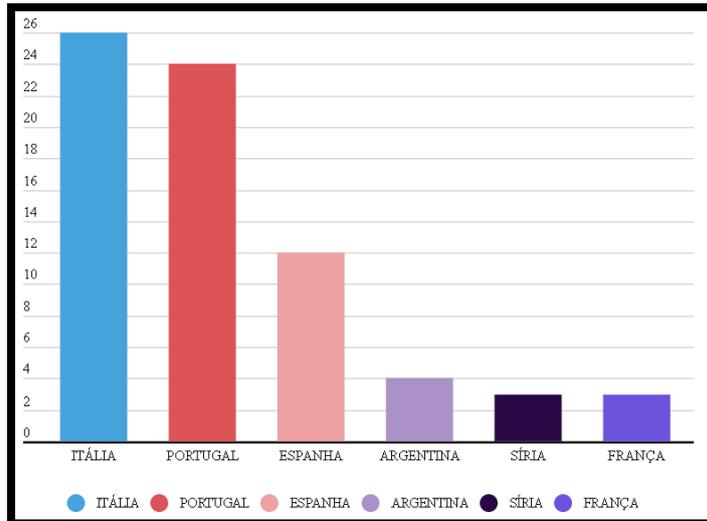


Fonte: Registro de Membros - Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Podemos supor que essa presença proeminente na Luz e Ordem pode estar conectada com a origem da Loja em 1869. Na ata de abertura é possível observar diversos nomes de origem estrangeira, como dos irmãos Luiz Ferragno, Pedro Mosan de Suc, Carlos Leom Dubois, Lozar Debire, Constant Ginatu, Jorge Rudolpho Mulstatt, João Batista Anorutty. Ou seja, desde o início, a Loja esteve permeada por estrangeiros, mostrando assim uma espécie de coletividade entre esses irmãos, afinal, para ingressar nas Lojas era necessário ser indicado por outro Irmão e passar por uma avaliação dos membros da direção.

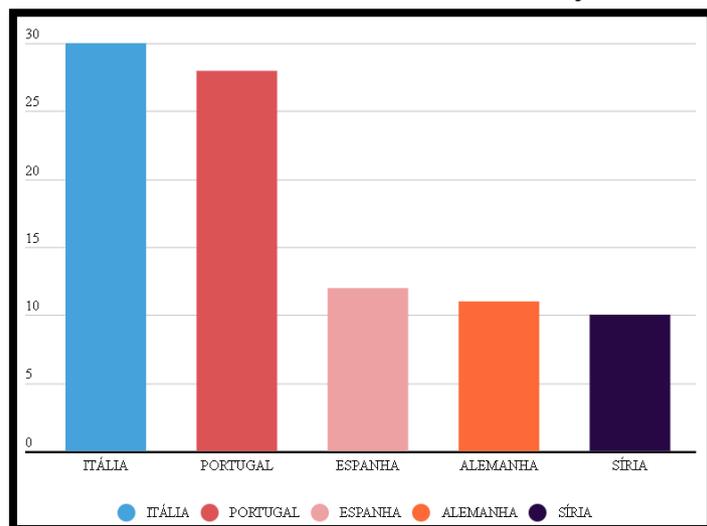
Os quatro gráficos que seguem demonstram a divisão étnica dos irmãos de cada Loja, sendo que já percebemos a presença maciça de italianos em todas. Eles são o principal grupo da maçonaria gaúcha porto-alegrense do final do século XIX e início do XX. Foram selecionados os cinco grupos de estrangeiros mais numerosos presentes em cada uma das lojas, havia muitas nacionalidades com um ou dois representantes cada, porém, a seleção ocorre apenas por fator de melhor análise e compreensão dos dados.

Gráfico 9: Nacionalidades dos membros da Loja Fidelidade e Firmeza



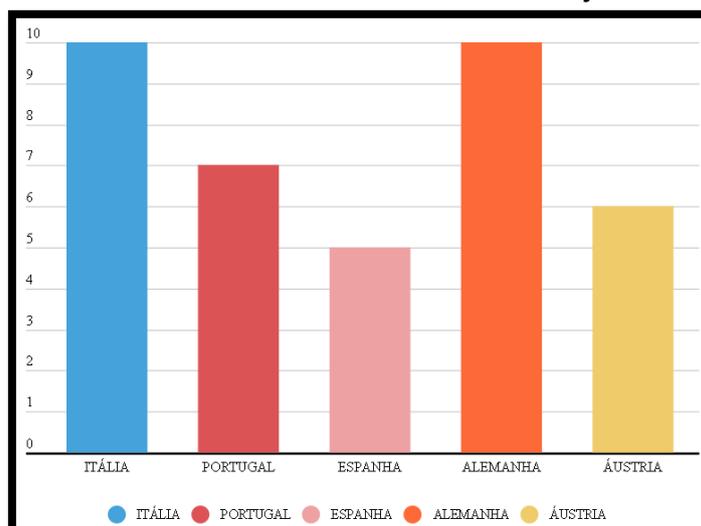
Fonte: Registro de Membros - Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Gráfico 10: Nacionalidades dos membros da Loja Luz e Ordem



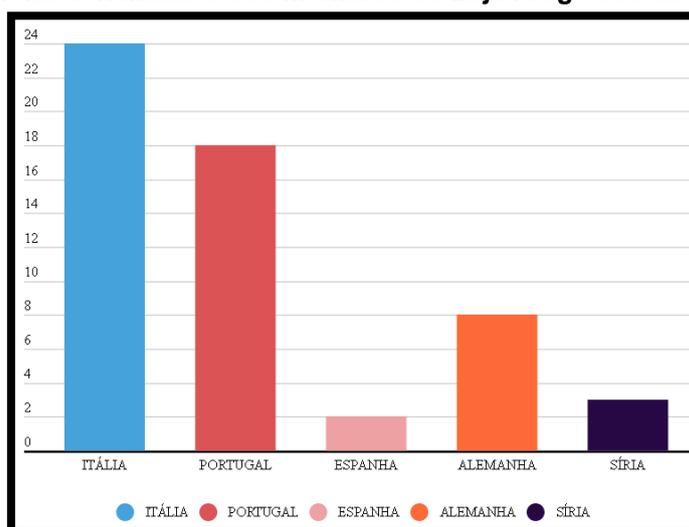
Fonte: Registro de Membros - Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Gráfico 11: Nacionalidades dos membros da Loja Orientação



Fonte: Registro de Membros - Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Gráfico 12: Nacionalidades dos membros da Loja Progresso da Humanidade



Fonte: Registro de Membros - Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Nas Lojas percebemos a constância da presença italiana, portuguesa, espanhola e síria na maioria, menos na Loja Orientação, que tinha poucos membros sírios. Quanto aos sírios, é interessante perceber uma transição de uma loja para outra de alguns indivíduos, como Miguel André Seade, que passou pelos quatro templos. Apesar de ter sido identificado como sírio, ele era libanês (FRANCISCO, 2017, p. 296). Outros indivíduos que se transferiam de Templos eram Ahmed-el Hawat, libanês, identificado por Francisco como comerciante ambulante, e Antonio Miguel Nejar que era sírio e comerciante de fazendas (2017, p. 148 e 271), e pertenceram à Loja Luz e Ordem.

Chamamos a atenção, principalmente, para os dois grupos que possuíam mais membros: italianos e portugueses. Esse fator é interessante pois reforça a bibliografia sobre a imigração urbana porto-alegrense, sobre como esses dois grupos foram majoritários na cidade.

Esses grupos se inseriram na capital porto-alegrense, em sua maioria, como comerciantes, negociantes, artistas ou profissionais liberais. Apesar da forte presença de comerciantes, negociantes, capitalistas e industriários, áreas em que, muitas vezes, os indivíduos circulam.⁹¹ Por isso, é interessante interpretar como uma grande categoria dentro das quatro lojas.

Além disso, essas profissões são as mais proeminentes e devemos levar em consideração a questão econômica dos membros da maçonaria gaúcha. Tanto que, Colussi destacava o grupo maçônico como um grupo de elite regional, não apenas pelas redes constituídas por esse grupo, mas também os próprios regulamentos e legislação maçônica “restringia a iniciação àqueles que possuíam renda para custear as diversas taxas internas, assim como avaliava-se o próprio nível escolar dos recrutados. Desse modo, status socioeconômico e intelectual eram condições primeiras para que alguém fosse convidado a ser iniciado.” (1998, p. 251).

Então, não é de se estranhar a presença de estrangeiros que possuíam um status econômico maior do que a maioria dos conacionais. Quanto aos casos especificamente de italianos, como o engenheiro Luiz Moschetti que veio ao Rio Grande do Sul como representante da FIAT e aqui permaneceu⁹² e do comerciante italiano Angelo Laporta, membros da Loja Fidelidade e Firmeza. Já na Luz e Ordem temos a presença do comerciante Francisco Sirangelo e de Virgílio Calegari, fotógrafo italiano radicado em Porto Alegre⁹³. É interessante que a profissão de “artista” de Calegari que identificamos nas fontes maçônicas é devido a seu trabalho com fotografia. Porém, quando encontramos outros indivíduos que também são identificados como “artistas” como Luiz Guaragna, são normalmente artesões⁹⁴.

⁹¹ Nicolau Rocco, em muitas fontes iniciará, inicialmente, é identificado como comerciante e, por fim, como industriário.

⁹² Disponível em: <<http://acergs.org.br/institucional/>>. Acesso em: 29 set. 2022.

⁹³ Tratamos sobre Virgílio Calegari no primeiro capítulo.

⁹⁴ O Independente, 28/06/1908. Luiz Guaragna, antes de político, era sapateiro. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Pelo fato de os italianos serem um grupo proeminente dentro dessas lojas, havia motivos para quererem se organizar tal qual os germânicos na Loja *Zur Eintracht*. Para isso, foi fundada a Loja Ausônia, filiada ao GORGS, uma loja exclusiva, em sua origem, de italianos para italianos. Fundada em 10 de janeiro de 1895 e regularizada em fevereiro do mesmo ano, foi filiada ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul até 1904, quando se filiou ao Grande Oriente do Brasil. Posteriormente retornou ao GORGS em 1909 e adormeceu em 1913, não sendo mais reerguida. Na ata de fundação constava a assinatura de vinte e um irmãos, sendo eles:

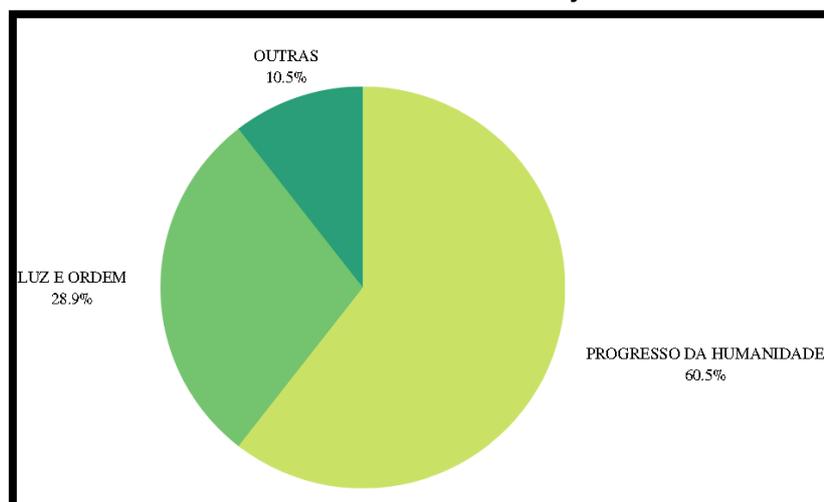
Figura 8: Lista diretiva da Loja Ausônia

Direção provisória, ano 1895 da Loja:	
Ven. . . Mestr. . .	Guiseppe Bina Gr. . . 32
1º Vig. . .	Luigi Willisich Gr. . . 14
2º Vig. . .	Felice A. Barra Gr. . . 3
Orador	Adelchi Colnaghi Gr. . . 3
Secr. . .	Virgílio Calegari Gr. . . 9
Direção do Capítulo, ano 1900:	
Artezata	Luigi Willisich Gr. . . 30
1º Gr. . . Vig. . .	Virgílio Calegari Gr. . . 30
2º Gr. . . Vig. . .	Nicolau Picardo Gr. . . 30
Gr. . . Orador	Adelchi Colnaghi Gr. . . 30
Gr. . . Secr. . .	José Paldaof Gr. . . 30
Gr. . . Tes. . .	Pedro Bertini Gr. . . 18

Fonte: DIENSTBACH, 1993, p. 505.

O quadro de membros permanente em 28 de fevereiro de 1905 contava com 38 membros, todos italianos e, em sua maioria, haviam iniciado como obreiros na Loja Progresso da Humanidade. Mesmo esta loja tendo, em números gerais, menos estrangeiros que as Lojas Fidelidade e Firmeza, ela estava no mesmo nível quanto à presença de italianos. Isso explicaria um pouco essa forte presença, conforme ilustramos no gráfico 13.

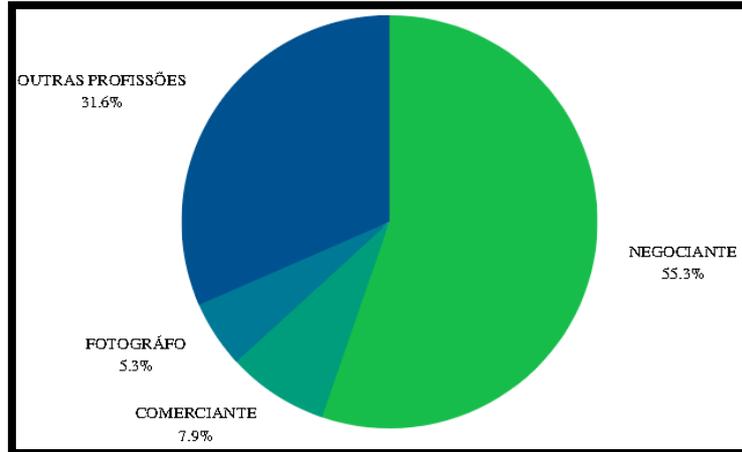
Gráfico 13: Italianos iniciados nas Lojas do GORGS



Fonte: Registro de Membros - Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Conseguimos rastrear a maioria dos membros em outros núcleos porto-alegrenses e gaúchos, como, por exemplo, Giuseppe Bina que se identificou como negociante no primeiro quadro de membros de 28 de fevereiro de 1895. Outro fator que chama a atenção é a profissão dos membros da Loja Ausônia. Em sua maioria, eram negociantes, diferentemente das lojas tradicionais porto-alegrenses tratadas anteriormente. Muitos dos que se identificaram como negociantes eram conhecidos comerciantes da capital. Então, podemos crer que as diferenças de categorias estejam ligadas à autodeterminação e identificação de cada um dos indivíduos. Afinal, a categoria de negociante traria um maior renome e reconhecimento àqueles indivíduos. Sem contar que, ao serem negociantes, mostram que estavam abertos a uma série de relações comerciais e não apenas concentrados naquela que eram mais conhecidos. Por exemplo, como comentamos anteriormente, José Viale, além de comerciante local e proprietário de cafeterias, também se relacionava com os italianos radicados em Porto Alegre, propiciando oportunidades a eles, tal como fez com Nicolau Rocco.

Gráfico 14: Principais profissões dos membros da Loja Ausônia



Fonte: Registro de Membros - Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Possuímos três quadros de membros da Ausônia entre os anos de 1895 e 1898. Os membros que se demonstram mais ativos foram João Padaolf e Luigi Willisch, sendo que o primeiro foi identificado como compositor-tipografo e há indícios de que ele era membro ativo no Partido Republicano Riograndense⁹⁵. Mesmo que teoricamente a Loja fosse de membros italianos, Paldao e Willisch eram austríacos. Diferente da Zur Eintracht, a Ausônia teve uma vida curta, após rachas internos migrou para o GOB, onde abateu colunas em 1908⁹⁶.

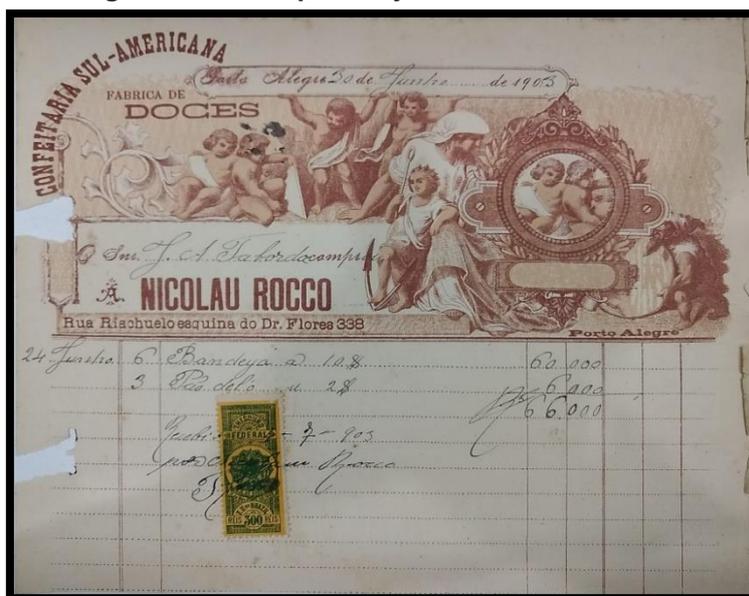
Não encontramos indícios da presença efetiva de Nicolau Rocco em nenhuma das lojas do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, porém está claro nas listas de membros da Ausônia que seus amigos mais próximos eram membros da loja. Luís Guaragna, Francisco Provenzano e José Viale eram presentes nas atividades das lojas nas quais passaram, todos iniciados na Loja Luz e Ordem. A maioria dos documentos estão incompletos, por isso, não podemos dizer que Rocco não era um dos membros. A existência das redes auxiliou a estabilização desses peninsulares e elas estavam conectadas com membros da maçonaria, irmandade da Santa Casa e Partido Republicano Rio-Grandense. Desses dois últimos sabemos que Rocco era membro, mas apenas no primeiro ocupava uma posição ativa.

⁹⁵ Há cartas enviadas para Borges de Medeiros em 1903 e 1904 disponíveis no Acervo de Borges de Medeiros do Instituto histórico geográfico. Na primeira, ele pedia um afastamento de três meses para poder retornar à sua terra natal, Viena.

⁹⁶ Ainda há campo para análise da Loja Ausônia, a qual não nos dedicaremos a fundo por não ser o problema principal da pesquisa, porém, atentamos ao fato de que existem múltiplas possibilidades para futuras pesquisas.

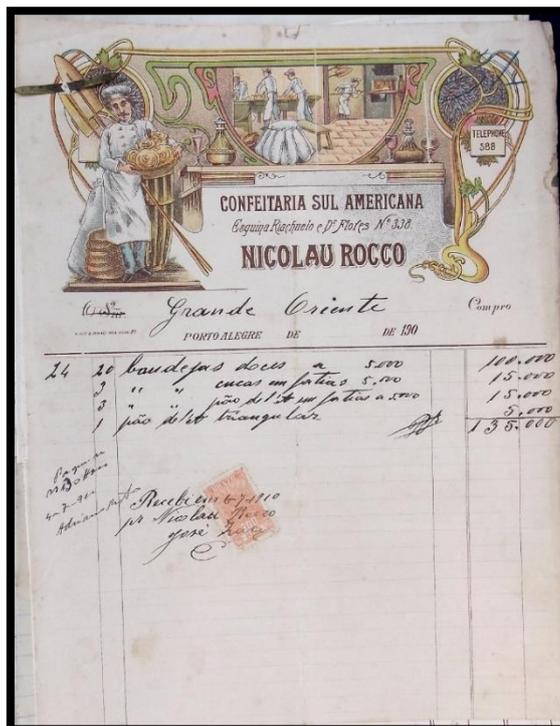
No Grande Oriente vemos a relação de Rocco, propriamente dita, com os recibos de encomendas feitas pelas Lojas. É interessante que ambos são de uma época anterior a da Confeitaria Rocco. O primeiro é de 1903 e o segundo de 1910. Os dois encomendavam (figuras 9 e 10) produtos para a comemoração da festa de São João, um dos padroeiros da Maçonaria.

Figura 9: Recibo para Loja Luz e Ordem em 1903



Fonte: Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Figura 10: Recibo Confeitaria Sul Americana ao Grande Oriente em 1910



Fonte: Arquivo Histórico Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS).

Esses dois recibos exemplificam o que possíveis redes criadas com membros maçons, ou até mesmo a presença de Nicolau Rocco como um irmão, pôde favorecer posteriormente a futura Confeitaria Rocco. Afinal, é importante lembrar que nessa época a Confeitaria Sul Americana era um pequeno estabelecimento – muito bem localizado, mas ainda assim pequeno – que competia com outros estabelecimentos que ofereciam os mesmos produtos. Além disso, o fato de Rocco ser membro de uma coletividade italiana, que estava em ascensão tanto social, política e econômica no período, que eram características fundamentais para os membros das Lojas do Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Podemos comparar este ingresso a outro membro efetivo do GORGS, Virgílio Callegari, que quando se tornou parte da irmandade era um pequeno fotógrafo, recém emigrado e que competia pelo público com outros artistas já estabelecidos em Porto Alegre, como Luís Ferragno. Ou seja, as relações constituídas a partir da presença no Grande Oriente podem ser interpretadas como uma estratégia, tanto dos membros da maçonaria como dos que buscavam a integração e ascensão.

3.3 Participação na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia

O local mais tradicional para observar atos de filantropia e benemerência é a Igreja Católica e ela está representada por irmandades. Em Porto Alegre as mais antigas eram: São Miguel e Almas (1773), Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1774), Nossa Senhora do Rosário (1786), Nossa Senhora das Dores (entre 1799/1800), Nossa Senhora da Conceição (1790), Senhor dos Passos (1803) e Divino Espírito Santo (1821) (NASCIMENTO, 2014, p. 94). O surgimento da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia remontou à tradição da fundação de Santas Casas em diferentes pontos do território metropolitano e das colônias ultramarinas de Portugal, sendo que todas seguiam os moldes estabelecidos em Lisboa (SILVA, 2009, p. 2).

Originalmente, as Irmandades das Santas Casas de Misericórdia eram organizadas como “instituições pias de assistência aos mais pobres” e os “privilégios” eram fatores estruturantes da instituição (SILVA, 2009, p. 3). A historiadora Geovana Silva (2009, p. 3) ao analisar os estudos da historiadora

portuguesa Izabel de Sá identificou que as Instituições de Caridade no contexto português significavam:

[...] ‘arenas cruciais nas lutas pelo poder ao nível local’, onde sua presença e atuação ofereciam oportunidade de afirmação social, prestígio e privilégios às famílias das elites e aos indivíduos que delas participavam. Operando em nome da caridade cristã e de compromissos espirituais, as Irmandades da Misericórdia representaram, portanto, um modelo de organização econômica, social, de poder político e patrimonial que ultrapassava em muito os aspectos meramente espirituais e devocionais (SILVA, Geovana, 2009, p. 3).

Logo, expandir esse tipo de organização para as colônias representava uma espécie de controle e de formação de uma elite que interessava à Coroa Portuguesa. Além disso, significava também a expansão da fé cristã, que foi uma das principais “parceiras” do empreendimento colonial português (SILVA, 2009, p. 3). A existência de uma irmandade da Misericórdia também demonstra que existiria, na vila ou cidade que ela foi criada, um grupo social economicamente influente e o início de um desenvolvimento urbano (NASCIMENTO, 2014, p. 96). Além disso, a existência de uma irmandade estruturada pela Coroa a tornou sinônimo de um poder real e local, logo, dentre as diversas outras irmandades existentes nas províncias, aquela organizada pelo poder real se tornava a mais importante e a que teria em seu íntimo as principais personalidades, os chamados “homens de bem”⁹⁷ (SILVA, 2009, p. 3).

Com isso, podemos identificar que a história da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre está intrinsecamente ligada ao crescimento e transformação em Freguesia e então Capital da Capitania desde 1773. Anos depois, em 1788, o “Irmão” Joaquim,⁹⁸ pertencente à Ordem Terceira de São

⁹⁷ A definição de “homens de bem” é compreendida a partir das regras de admissão à Irmandade. Os Irmãos deveriam “ser limpos de sangue”, “livre da toda infâmia”, “bom entendimento sabendo ler e escrever”, “ser abastado de meios de modo a que possa acudir ao serviço da Irmandade sem cair em necessidade de aproveitar-se dos bens que lhe corra por suas mãos”, ou seja, essas regras expressavam preconceitos de classe, credo e cor, e delimitavam o acesso aos possíveis candidatos à Irmandade, resultando numa concentração entre pessoas com capacidade econômica e reconhecido prestígio social (QUIROGA, 2008, p. 21).

⁹⁸ Quanto à origem do referido Irmão Joaquim, podemos levar em conta que, por tradição e costume português, os irmãos da Misericórdia também eram membros da Ordem Terceira de São Francisco ou do Carmo, ordem extremamente elitista, e seus membros vinham da classe de grandes proprietários rurais (RUSSEL-WOOD, 1981, p.

Francisco, teria percebido a deficiência de hospitais e locais de cura em Porto Alegre. Porém, apenas em 1803 foi fundado o Hospital da Caridade e posteriormente em 1814 foi organizado o primeiro Estatuto da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. A construção do hospital se deu a partir da iniciativa de Brigadeiro Francisco José Rocio, governador interino da província e doador do terreno (NASCIMENTO, 2014, p. 98).

Sua fundação relaciona-se de maneira incondicional à organização e manutenção de hospitais, enfermarias, atendimento a presos, doentes mentais, velhos e inválidos e a crianças abandonadas. Tal público-alvo tem sua ocorrência na cidade, acarretam e se constituem de problemas tipicamente urbanos. Evidente que as questões ligadas ao abandono, à pobreza e às doenças em geral também ocorrem no ambiente rural, mas neste contexto elas não são encaradas como um assunto que exige uma política assistencial por parte das autoridades governamentais (NASCIMENTO, 2014) p. 96).

Porém, como dito anteriormente, já existiam outras irmandades em Porto Alegre no período, que também tinham o caráter de cuidar dos desassistidos, entretanto sem a existência de um hospital. Sobre os membros destas irmandades durante o século XIX, percebemos uma divisão social clara entre elas. Enquanto a camada média da população estava reunida nas Irmandades da Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara e Nossa Senhora do Rosário, que em 1828 tornou-se Irmandade do Rosário, São Domingos e São Benedito, os mais abastados estavam nas Irmandades do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus, São Miguel e Almas, na Ordem Terceira da Nossa Senhora das Dores e na Irmandade da Igreja Senhor dos Passos, essa última vinculada à Santa Casa de Misericórdia (NASCIMENTO, 2014, p. 95).

É importante ressaltar que a Irmandade da Igreja Senhor dos Passos não possuía o maior número de irmãos, porém, foi a que mais recebeu, durante o século XIX, contribuições e ajuda financeira dos fiéis da elite católica porto-alegrense. Essa elite se formou na volta da “Caridade”, que Nascimento identifica como uma caridade que reforçava a discriminação social e étnica, e que muitas vezes funcionava como uma polícia moral (2014, p. 95). Durante esse período, as irmandades eram uma espécie de “confrarias, associações religiosas dos

113), ou seja, acreditamos que Joaquim Francisco do Livramento fosse homem destituído de riqueza (NASCIMENTO, 2014, p. 97).

leigos, e estavam encarregadas dos encargos assistenciais e espirituais dos seus membros, através das benesses para os tempos de doença, invalidez e garantia de sepultamento” (WEBER, 1997, p. 180). Ou seja, a união da Irmandade ao Hospital de Caridade, que apenas em 1822 fora reconhecido como Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (NASCIMENTO, 2014, p. 99), reforçava esse caráter que Weber trouxe, a irmandade como um local de benesses na saúde e na doença.

Quanto à formação da mesa diretiva, como já dito anteriormente, era basicamente de membros da elite gaúcha. Por isso, não era de se estranhar provedores ou irmãos da Mesa Administrativa que também ocupavam cargos políticos locais. Nascimento retoma um provérbio alentejano⁹⁹: “quem não está na Câmara está na Misericórdia” e, claro, quem buscase a ascensão social deveria se tornar vereador ou irmão da Misericórdia, ou ambos (BOXER *apud* NASCIMENTO, 2014, p. 100).

Diferentemente da filantropia feita pela Maçonaria, as doações à Misericórdia deveriam ser divulgadas. Durante o século XIX, as doações se constituíram de legados em dinheiro, que eram aplicadas diretamente em atividades sem o intermédio da instituição. Além disso, a partir da segunda metade do século XIX, a ascensão de pequenos grupos sociais, como os comerciantes estrangeiros, transformou a busca de prestígio social por meio da filantropia (NASCIMENTO, 2014, p. 100).

Com isso, a Misericórdia constituiu um estatuto próprio, adequado às peculiaridades regionais (NASCIMENTO, 2014, p. 101). Como a historiadora Maria Regina Nascimento analisou, a partir destas mudanças as Santas Casas se transformaram no sinônimo dessa nova filantropia, porém, mantendo o perfil de irmão:

Neste cenário, as Santas Casas são, de um lado, o sintoma e, de outro, a verdadeira imagem desta nova filantropia em que, a fim de desenvolver uma administração eficaz dos fundos vindos da beneficência, organizava-se numa forte estrutura oligárquica, que se opunha frontalmente à mendicidade, como um inimigo a ser combatido. (...) As Misericórdias tornaram-se o “locus privilegiado” da benevolência católica, praticada pela elite branca, letrada, possuidora de bens e de prestígio político (...) Assim é que, em Porto Alegre, tanto o hospital (iniciado em 1803), como a irmandade (com eleição da

⁹⁹ Refere-se a região de Alentejo em Portugal.

primeira Mesa em 1814-15), estiveram sempre sob o comando de homens poderosos, por vezes pertencentes à casta militar, por vezes possuidores de títulos nobiliárquicos, ou ligados à Justiça. Embora seja necessário apresentar e trazer à tona tais nomes é preciso ressaltar que mais importante do que simplesmente enumerá-los é tentar mostrar e recuperar a ideia de que estes personagens se interessavam pela administração da Santa Casa pelo fato de ser a instituição em questão o ícone da ação voltada à piedade católica. Uma caridade seletiva – vale lembrar – que não se propunha ainda a resolver a pobreza e nem a discriminação racial, mas, de certa forma, mantê-la sob vigilância e distância (NASCIMENTO, 2014, p. 102, 103 e 106).

Outrossim, a noção de caridade estava interligada a uma exposição pública de prestígio, como a pesquisadora Weber chamou de “religiosidade ostentatória”, que se caracterizava, tanto no período imperial tal como na República, como o simples fato de exercer a caridade sem questionar a escravidão ou a pobreza (WEBER, 1997, p. 181). Desse período, a autora identificava que mesmo com a separação entre o Estado e a Igreja, a “preocupação ostentatória” se manteve,

[...] a caridade era vista como um dever, mantendo-se, neste contexto, as instituições de atendimento aos "desemparedados da sorte". Isso era marcado também por um forte conteúdo místico: os fiéis acreditavam no poder absoluto de Deus no atendimento das suas necessidades, como expressam muito claramente os discursos e publicações das pessoas vinculadas à Santa Casa (WEBER, 1997, p. 182).

Esta característica se associa à análise de Pufal (2013, p. 18), que além da importância e da distinção de fazer parte da Irmandade da Santa Casa, a filantropia estava “longe de ser algo estritamente altruísta” e além da preocupação de garantir sua salvação espiritual, também tinha o interesse de ordem política, social e econômica, características que permeiam a instituição desde o século XIX. Além disso, não eram apenas os atos de filantropia que permeavam as obrigações, também havia obrigações regulamentares da própria instituição.

§2º (...) A primeira será dia da Visitação de Nossa Senhora à tarde, para escolherem os eleitores. A segunda será dia de S. Lourenço à tarde, para elegerem os Definidores, que hão de aconselhar a Mesa nos negócios de importância da Irmandade. A terceira será dia de Todos os Santos à tarde, para acompanharem a Procissão, com que se vão buscar as ossadas dos que padecerão por Justiça. A quarta será dia de S. Martinho pela manhã ao saimento que se faz por todos os Irmãos defuntos. A quinta será quinta-feira de Endoenças à tarde, para acompanharem a Procissão dos penitentes, que naquele dia se

faz em memória da Paixão de Cristo Redentor nosso, e visitarem o Santo Sepulcro em algumas Igrejas que ficarem em comodidade (Compromisso, 1857, *apud* PUFAL, 2017, p. 20).

Com isso, a capela Senhor dos Passos representava o ponto de concentração da população católica de Porto Alegre, e todas as procissões descritas tinham como ponto de início a capela localizada na Santa Casa de Misericórdia, como Weber ressaltou.

Era o ponto escolhido pela elite para desenvolver a sua "fé católica". As cerimônias são descritas como de "admirável bom gosto", destacando "a louçania com que se apresenta às vistas do crente católico, exigente na magnificência do culto e severo na exata observância das práticas impostas pelas leis que regulam os atos e cerimônias da Igreja. As atividades eram pomposas, representando uma perspectiva religiosa marcada pela exterioridade (WEBER, 1997, p. 184).

Quanto aos critérios para o ingresso na irmandade, além do citado ser "homens de bem", a partir do Compromisso de 1857, conseguimos delinear os pré-requisitos para ingressar na irmandade. Nele, estabelecia-se que o interessado deveria: professar a fé católica, com notória probidade e bons costumes, ter boa consciência e ser temente a Deus. Além disso, deveria ser modesto, caritativo, humilde e estar disposto a servir a Deus e a seus pobres. Soubesse ler, escrever e contar, de boa inteligência, ter 21 anos completos se solteiro, que não tivesse nenhum processo e nem sofrido condenação de crimes de homicídio, furto, roubo, bancarrota, estelionato, falsidade ou moeda falsa. Além disso, não poderia ter sido escravo ou casado com mulher de cor negra; que não recebesse salário da Santa Casa, que fosse abastado em bens ou pelo menos tivesse comércio, emprego ou ofício "rendoso", de maneira que pudesse acudir o serviço da irmandade, sem cair em necessidade. Ainda deveria, quando o homem tivesse até 50 anos, pagar uma joia de 50 mil réis e, se fosse mais velho, de 100 mil réis, para ser aplicada como esmola para o hospital. O compromisso seguinte de 1867 permaneceu com as mesmas exigências (PUFAL, 2017, p. 15 e 16).

Havia uma cerimônia de admissão onde o ingressante assinava o termo de admissão e recebia o diploma de membro da irmandade. A normativa garantia benefícios de mútua ajuda, em caso de necessidade comprovada do irmão. Além disso, em caso de morte, a esposa ou filhos menores de idade podiam pedir

auxílio à Misericórdia após a perda (COMPROMISSO INSTITUCIONAL SCMPA *apud* ELTZ, 2019, p. 30). Existiam também as condecorações, conforme o nível de “doação” à irmandade:

Dentre as condecorações estão as titulações de: Irmão Zelador, que prestaram serviços importantes, sem retorno financeiro, Irmão Benemérito, destinada a reconhecer aqueles que serviram à Instituição e promoveram, receita, e, por fim, Irmão Benfeitor Benemérito visando dignificar os responsáveis por contribuir com valores acima de vinte contos de réis (TOMASCHEWKI *apud* ELTZ, 2019, p. 32).

Além das doações feitas pelos irmãos, a Santa Casa também recebia verbas do governo e verbas de outras fontes, como as propriedades alugadas. Também eram organizadas subscrições, como a organizada pelo jornal Correio do Povo, entre 1901 e 1908, para a construção do pavilhão dos tuberculosos, ou formação de comissões especiais para arrecadação de verbas, como a de “senhoras italianas” em 1906, que era em prol do grande número de italianos internados na Santa Casa, e num período posterior, em 1919, quando houve o recebimento de doações especiais, com a entrega de todos os bens da Associação Protetora da Infância à Santa Casa, para que houvesse um atendimento especial às crianças (WEBER, 1997, p. 200). Ainda existiam os legados que eram doações feitas pelos Irmãos que integravam o patrimônio da Irmandade.

Como uma instituição religiosa, a sustentação financeira da Santa Casa ocorria através da concessão de esmolas de benfeitores, que integravam o patrimônio da irmandade que devia ser administrado da melhor forma para fornecer os recursos com que a instituição realizava suas atividades. Os legados podiam ser imóveis, escravos, terras, objetos, dinheiro, roupas etc. Podiam ser alugados, arrendados ou vendidos, quando o capital era convertido em apólices de dívida pública, tendo a Mesa Administrativa a obrigação de evitar a diminuição do patrimônio (WEBER, 1997, p. 192).

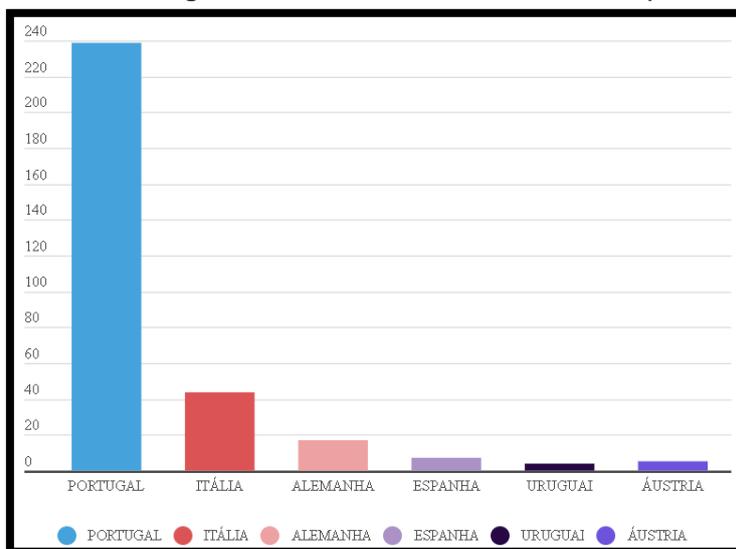
Ou seja, a irmandade funcionava como o espaço em que se desenvolvia um processo de sociabilidade entre dois grupos, os que assistem (irmãos e confrades) e os assistidos (desvalidos, doentes e pobres). A pesquisadora Amanda Eltz identificou que no primeiro grupo estavam os irmãos, no geral homens públicos, com influência política e econômica, e, principalmente, católicos, que auxiliavam as obras caritativas (ELTZ, 2019, p. 24).

Tendo em vista as definições postas para o ingresso da irmandade da Santa Casa de Misericórdia, um local em que a caridade e a distinção social andavam juntas, tal qual a visibilidade social e o prestígio político (WEBER, 1997, p. 201). Era esperado o interesse – daqueles que buscavam a ascensão social e econômica – em ingressar na irmandade. Dentre o grupo de estrangeiros que faziam parte da irmandade, conseguimos interligar o aumento da quantidade na virada do século XIX para o XX, período de um “boom” demográfico em Porto Alegre, que teve sua origem na segunda metade do século XIX.

Analisamos as listas dos irmãos no recorte temporal entre 1873 e 1924, selecionando apenas os estrangeiros. Em um primeiro momento, vemos uma forte presença lusa, que deve ser relativizada, levando em consideração a composição étnica de Porto Alegre, capital construída com base na circulação de portugueses. Logo, é esperado que eles sejam a maioria, mesmo que o número tenha diminuído um pouco no passar dos anos. O genealogista Diego Pufal identificou que, além dos lusos, também temos grupos de brasileiros de outros estados e outros grupos de nacionais, em menor número.

Os irmãos originários de outros estados brasileiros também denotam a grande migração e a circunstância que tinham determinado patrimônio ou influência, justamente por integrarem a Irmandade. Ao lado dos brasileiros, também havia espaço para alemães, franceses, italianos e uruguaios, que, ainda que de forma tímida, participavam da confraria tipicamente lusa (PUFAL, 2017, p. 18).

Gráfico 15: Estrangeiros da Irmandade da Santa Casa (1873 – 1924)



Fonte: Registro de Irmãos – Centro Histórico – Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

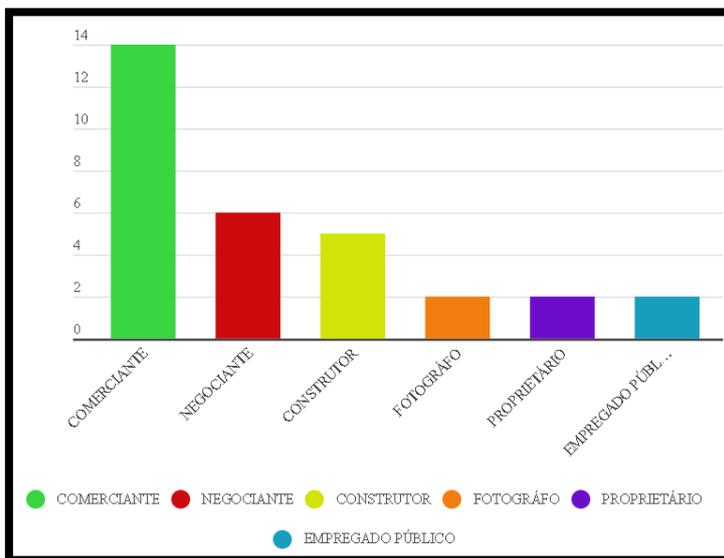
Buscando rastrear especialmente a presença italiana na irmandade, efetuamos o recorte a partir do período em que a imigração itálica passa a ser mais recorrente (década de 1870) até o período pós Primeira Guerra Mundial, em que vemos uma queda em números totais de imigrantes peninsulares (1924), a partir dos livros disponíveis. Foram pesquisados os livros de Entrada de Irmãos 3, 4, 5, 6, e 7, cada um deles seguindo o seguinte recorte: Livro 03 (1873 – 1887); Livro 04 (1887 – 1889); Livro 05 (1890 – 1894); Livro 06 (1895 – 1908), e o Livro 07 (1909 – 1924). É pertinente analisar que os dados pedidos para o registro permanecem os mesmos desde 1873 até 1924, sendo eles: nome, data de entrada, naturalidade, idade, filiação, estado, profissão, irmão provedor, data de aprovação.

Percebemos, a partir do gráfico acima, que os italianos passam a ser o segundo maior número em quantidade, ficando atrás somente dos lusitanos. Ao nos aprofundar em cada um dos livros, percebemos a evolução quantitativa de membros peninsulares na irmandade. No livro 03, temos apenas dois italianos inscritos, entre os 76 estrangeiros pertencentes à irmandade à época, sendo que a inscrição de ambos se deu numa distância de dez anos. No livro seguinte, foram encontrados apenas dois estrangeiros e ambos eram portugueses. No Livro de Entrada de Irmãos 05, dos 82 estrangeiros inscritos, sete eram peninsulares. No livro 06, dos 103 irmãos, quatorze eram italianos. Por fim, do livro 07, dos 76 estrangeiros, 21 eram italianos.

Em nível comparativo, ao analisarmos o livro com maiores registros de estrangeiros, o sexto, desses mesmos 103 irmãos, 75 eram portugueses. Ou seja, mesmo que numericamente a discrepância seja gigantesca, devemos levar em consideração a gênese da Santa Casa de Misericórdia, de ser uma instituição portuguesa em suas colônias. Isso, considerado o fato da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre ter, desde a segunda metade do século XIX, um aumento exponencial de italianos entre seus membros, é admirável. Podemos associar isso ao caráter não apenas da caridade e saúde, mas também, como um polo de conexões para ascensão social, econômica e política dos indivíduos que eram membros. Como retratou a historiadora Weber, apenas no século XX a Santa Casa começou a ter um vínculo direto com a medicina. Antes disso, eram muito mais interligadas à religião e à caridade (1997, p. 196).

Analisando as profissões dos irmãos italianos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, percebemos que as mais recorrentes eram comerciantes e negociantes, seguida por construtor, fotógrafo, proprietário e, por fim, empregado público, tal como apresentamos no gráfico abaixo.

Gráfico 16: Profissões dos italianos na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia



Fonte: Registro de Irmãos – Centro Histórico – Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Como analisado anteriormente, os italianos ao se inserirem na capital porto-alegrense desenvolveram seus trabalhos, principalmente, no ramo comercial, de pequenos e médios comércios no geral. Importante deixar claro que estamos tratando de imigrantes pertencentes à elite gaúcha, e/ou com intenções de pertencer. Porém, percebemos que por ser a irmandade um grupo de elite, tal como a Maçonaria, seus membros se encaixam entre comerciantes mais ricos da capital. Claro que não apenas o interesse de crescer econômica, social e politicamente movia os membros da Irmandade da Santa Casa, conforme reflete Pufal:

Os atos desses "homens bons", independentemente do propósito com que chegaram à Irmandade da Santa Casa, refletem os primórdios da própria Instituição e o que representaram e representam para sua manutenção e continuidade. Em meio a um espírito benevolente, o anseio de emergir economicamente e como forma de status social, é que os primeiros Irmãos ali chegaram, logrando subsidiar as misericórdias e permitindo que a Santa Casa perpassasse seus mais de 200 anos, cuja história encontra-se umbilicalmente ligada à da cidade de Porto Alegre e com a desta, portanto, se confunde (Pufal, 2013, p. 29).

Outro fato apontado pelo historiador é de que a Irmandade da Santa Casa selecionava seus membros a partir das relações de parentesco, política social e negocial e funcionava como formadora de redes pelos “homens bons”, pessoas da elite local. Logo, devemos definir que esses italianos que faziam parte da irmandade eram os com mais poder aquisitivo na capital no período, pois como veremos a seguir, para se manter na irmandade eram necessárias doações constantes, diretas ou indiretas para o hospital. Apesar de ser um grupo fechado, a cada modificação nos Compromissos, regimento que coordena a Santa Casa, a irmandade se adequava mais à realidade local, porém, ainda mantendo o critério financeiro (PUFAL, 2017, p. 18).

3.4 A filantropia como estratégia

Num panorama histórico brasileiro, a ascensão e estabilização de associações filantrópicas têm como característica a ausência de um Estado que promova bem-estar social e políticas de proteção dos mais pobres. A historiadora Cláudia Viscardi relata que esse tipo de associativismo urbano se proliferou no Brasil “a partir das últimas décadas do século XIX e meados da década de 1930”, período que retratamos nesta tese (2004, p. 99). No caso das associações de mútuo socorro, elas estão, muitas vezes, ligadas à grupos imigrantes que promoviam o auxílio aos seus membros conacionais, principalmente financeiro, em caso de necessidade (JR, 2004, P. 17).

Além do caráter de responsabilidade social empregado nesses atos filantrópicos, também é relacionada a isso a possibilidade de se estabilizar numa elite que tinha a caridade como instrumento de trocas. Por isso, é interessante perceber que, quando rastreamos a trajetória de Nicolau Rocco, vemos as interações desde antes da inauguração da Confeitaria Rocco, com atos filantrópicos. Muitas vezes, as doações ocorriam pela organização de “subscrições” divulgadas em jornais como “A Federação” e “Correio do Povo”, e é interessante que a partir delas iniciam as associações entre Rocco e membros do Partido Republicano Riograndense, do qual ele foi membro mesmo que não tenha seguido carreira política. Além disso, esses indivíduos também eram membros da Maçonaria Gaúcha e da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

Conseguimos perceber com isso que a filantropia não é apenas o ato de doar, mas também está associado a ascensão e até mesmo a estratégias para criação de redes benéficas nos âmbitos social, político e econômico.

Podemos dividir as ações em três momentos, o primeiro sendo quando Rocco doava em prol de subscrições e organizações que pediam recursos para beneficiar necessitados. Nessa primeira “fase” de doações podemos estabelecer que foi quando se estreitaram as relações entre Nicolau Rocco e outros indivíduos do PRR. Uma das relações mais duradouras foi com Marcos Alencastro de Andrade¹⁰⁰ e Antenor Amorim, dois principais líderes do Centro Republicano Júlio de Castilhos. Em 1910, o mesmo Centro Republicano abria uma subscrição para recolher doações para uma senhora, avó de Pedro Boa Nova¹⁰¹. Nesta publicação existe a lista dos doadores, entre eles Nicolau Rocco, que despendeu a quantia de 10\$000 (dez mil réis). Foram arrecadados o total de 1:453\$000 (Um conto e quatrocentos e cinquenta mil réis), maior montante doado pela comissão do Coronel Marcos de Andrade, Antenor Amorim e o tenente-coronel Aurelio Bittencourt¹⁰². Posteriormente, em 20 de julho de 1911, novamente com a liderança do Coronel Marcos de Andrade, abriu-se uma subscrição para a arrecadação de subsídio para a restauração da “histórica, artística e monumental” igreja de Viamão. O anúncio deixava claro que as doações poderiam ser enviadas para o Coronel Marcos ou para o Vigário da localidade, reverendo Francisco Baldassare. A partir desta doação vemos o início das relações com as entidades católicas da capital. Nicolau Rocco doou 30\$000 (trinta mil réis), em comparação a outro italiano irmão da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Alexandre Simoni, que doou 5\$000 (cinco mil réis)¹⁰³.

Torna-se difícil converter os valores de réis para real, não existe uma concordância de como esse cálculo deveria ser feito. Para isso, necessitamos

¹⁰⁰ Político republicano rio-grandense, parte da mesa diretiva da Assembleia Legislativa gaúcha entre 1908 e 1920, falece em 1921 em Porto Alegre. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=1vNn6SzvynA%3D&tabid=3454>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

¹⁰¹ Não deixam claro se ele era ou não correligionário do PRR e nem o que ocorreu com ele para que faltasse à ajuda.

¹⁰² A Federação, 22.12.1910, página 2. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

¹⁰³ A Federação, 20/07/1911, Capa. Nº 166. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

comparar os valores de alguns itens para sabermos o poder das quantias doadas. A assinatura anual do jornal A Federação em 1911 era de 25\$000 (vinte e cinco mil réis), equivalente a 2\$083 (dois mil e oitenta e três réis) mensais, enquanto a semestral 14\$000 (Catorze mil réis), equivalente a 2\$333 (dois mil e trezentos e trinta e três réis mensais). No outro extremo contábil, temos o contrato de Garner com João do Rio pela aquisição de cinco obras do segundo, pelo valor de 6:000\$000 (seis contos de réis)¹⁰⁴, equivalentes a 120\$000 (cento e vinte mil réis) para cada obra.

Outras subscrições realizadas foram em prol dos soldados da Primeira Guerra Mundial. As doações de Rocco foram registradas na placa em homenagem a ele, existente em *San Martino in Pensilis*, no monumento dos caídos de guerra. Em 13 de novembro de 1914, era noticiada uma subscrição em favor das famílias dos soldados belgas, aberta pelo consulado da Bélgica em Porto Alegre. As doações foram principalmente de bancos internacionais como o *London and Brazilian Bank* e Banco Comercial Franco-Brazileiro, que juntos doaram 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Entre as doações de pessoas físicas, destacam-se as de João José Pereira Parobé, José Montauray e Nicolau Rocco, todos doaram 20\$000 (vinte mil réis). A arrecadação total foi de 1:170\$000 (Um conto e cento e setenta mil réis)¹⁰⁵. Quatro anos mais tarde, o jornal retornava pedindo contribuições a favor dos soldados, seguindo o pedido do presidente norte-americano Woodrow Wilson que propunha angariar 170 milhões de dólares para a promoção do bem-estar físico, mental, social e moral do exército e marinha americana e dos exércitos aliados. Contava o periódico que o Brasil havia ficado responsável pela doação de 100 mil dólares, sendo ela organizada por Ruy Barbosa, o então conselheiro do Ministério das Relações Exteriores Brasileiras. A doação de Nicolau Rocco atingiu a soma de 100\$000 (cem mil réis), sendo o mesmo valor doado por outros indivíduos de renome político e social de Porto Alegre¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Disponível em:

<https://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Numeros/index.htm>. Acesso em: 10 nov. 2022.

¹⁰⁵ A Federação, 13/11/1914, Capa, n. 268. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

¹⁰⁶ Protásio Alves, Marinho Chaves, Ildefonso Pinto, Coronel Antônio Chaves Barcellos Filho, entre outros. A Federação, Porto Alegre, p. 10/11/1918, p. 4. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

As caridades de Nicolau Rocco, que cruzaram o oceano, foram admiradas por publicações da época, “nem foi menos generoso com sua pátria quando esta pediu aos filhos de além-mar sua ajuda para curar as feridas abertas pelos longos anos de guerra”. A Confeitaria Rocco também foi palco destas relações, como na ocorrência de uma reunião do *Comitato* feminino italiano Pró-Mutilados da Guerra, realizada em 12 de agosto de 1921. A publicação em A Federação, todavia, não informa mais detalhes da reunião e nem sobre seus membros¹⁰⁷. A filantropia e o patriotismo de Rocco eram frequentemente associados como motivos de seu prestígio na “sociedade brasileira quanto nas altas esferas oficiais” e as iniciativas filantrópicas de Rocco causaram “honra a nossa colônia italiana e poderia ser chamado de ‘pai dos pobres’”¹⁰⁸, sendo assim considerado um “grande filantropo da Colônia Italiana de Porto Alegre”.

A segunda “fase” destas doações são aquelas feitas por Rocco, “pessoa física”, ou seja, por iniciativa particular. As principais se dão por doações à Santa Casa de Misericórdia, irmandade a qual fazia parte. Para a instituição doava marmelada, pães, leite, e outros insumos alimentícios para a manutenção dos hospitalizados, como demonstrado na nota publicada no Jornal A Federação:

O sr. Nicolau Rocco, proprietário da Confeitaria Rocco, ofereceu aos doentes pobres da Santa Casa, 150kgs de marmelada, divididos em pequenos pacotes, distribuídos aos enfermos por uma comissão de senhoras, acompanhadas por empregados daquela confeitaria, sob a fiscalização das irmãs enfermeiras e do mordomo do Hospital, sr. Pedro Alexandrino de Mattos¹⁰⁹.

Em relação à Santa Casa de Misericórdia também temos pessoas que foram remetidas pela Confeitaria Rocco e/ou Nicolau Rocco para hospitalização, como no caso de Luiz Peppe, que foi funcionário da Confeitaria Rocco durante muitos anos, estando debilitado, foi remetido para a Santa Casa de Misericórdia por Nicolau, que arcou com todos os custos da internação¹¹⁰. A partir de 1916, os livros de enfermos começaram a contar com a categoria de “Remetido”, que relacionavam as informações de quem havia encaminhado o paciente para o

¹⁰⁷ A Federação, 12 de agosto de 1921, p. 4. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

¹⁰⁸ “Il signor Nicola Rocco onora la nostra colonia italiana e può essere chiamato ‘il padre dei poveri’.” CINQUANTENARIO, 2000, p. 366.

¹⁰⁹ A Federação, 04/11/1922, p. 3. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

¹¹⁰ Matrícula Geral dos Enfermos nº 19 (21/07/1915 a 12/01/1918), página 44 – Arquivo Histórico do Centro Histórico-cultural da Santa Casa de Misericórdia.

hospital. Esses poderiam ser médicos, policiais e benfeitores da capital. O surgimento da categoria pode estar relacionado à mudança de direção tanto da provedoria como do serviço sanitário da Santa Casa, tornando-a mais “técnica” e vinculada à gerência médica hospitalar (WEBER, 1997, p. 185).

Além das informações referentes à indicação de Peppe por Rocco, também descobrimos que ele tinha 75 anos à época, era italiano e viúvo, mas não havia a informação sobre a sua profissão. Diferentemente de Peppe, temos outro caso, o de Francisco Weffing, que tinha 52 anos, era natural da Áustria e foi remetido por Rocco em 1917¹¹¹. Francisco era pintor, casado, e o dado da residência era o endereço da Confeitaria Rocco (Rua Riachuelo, nº 338). Provavelmente, era um dos funcionários do palacete. Há outros três casos de funcionários que foram remetidos por Nicolau aos cuidados da Santa Casa de Misericórdia, Fraça Wilsin¹¹², Severino Gularte¹¹³ e Nicolau Tiralla¹¹⁴. Wilsin era natural da Áustria e pintor, Gularte era gaúcho e caixeiro, e Tiralla era polonês e confeitoiro. Os três declararam residência na Confeitaria Rocco. Apenas Wilsin faleceu.

Uma das características mais persistentemente encontradas sobre Rocco se relaciona com seus “atos de filantropia” que ficaram evidenciados em todos os artigos que o citaram. Entre esses “atos” destacamos a relação quase “paternal” descrita pelos periódicos da capital entre Nicolau e seus empregados, “o dono, é amigo e pai, estando, como eles, dedicado ao trabalho da manhã à noite”¹¹⁵. No jornal A Federação a relação foi descrita como uma construção de familiaridade entre os indivíduos, “Não menos generoso era com seus empregados e operários, de cuja situação cuidava desveladamente, auxiliando muitos deles a estabelecer-se no comércio e na indústria”¹¹⁶, o que foi reiterado pelo jornal Diário de Notícias, que contou como Rocco “(...) foi um protetor dos

¹¹¹ Matrícula Geral dos Enfermos nº 19 (21/07/1915 a 12/01/1918), página 139– Arquivo Histórico do Centro Histórico-cultural da Santa Casa de Misericórdia.

¹¹² Matrícula Geral dos Enfermos nº 20 (12/01/1918 a 03/02/1920), página 75. – Arquivo Histórico do Centro Histórico-cultural da Santa Casa de Misericórdia.

¹¹³ Matrícula Geral dos Enfermos nº 20 (12/01/1918 a 03/02/1920), página 80 – Arquivo Histórico do Centro Histórico-cultural da Santa Casa de Misericórdia.

¹¹⁴ Matrícula Geral dos Enfermos nº 20 (12/01/1918 a 03/02/1920), página 130 – Arquivo Histórico do Centro Histórico-cultural da Santa Casa de Misericórdia.

¹¹⁵ O INDEPENDENTE, Porto Alegre, 09/12/1918. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹¹⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30/06/1932. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

seus empregados” e havia ajudado “muitos dos quais ajudou a prosperar, proporcionando-lhe meios para se estabelecerem”¹¹⁷.

Esta “fama” de benemérito se tornou reconhecida por todos durante a epidemia da gripe espanhola (1918), por exemplo, quando em que “vendendo todos os produtos ao preço que os comprava, pois não queria se aproveitar da ocasião para tirar lucro”, ressaltou o jornal *Correio do Povo*¹¹⁸ quando de seu falecimento, “ele nunca deixou de amparar aos necessitados que a ele recorriam, distribuindo o bem, em sua longa vida”. Além disso, também distribuiu aos pobres aqueles produtos não vendidos durante o dia¹¹⁹. O almanaque da colonização italiana no Rio Grande do Sul também ressaltou o “espírito altruísta” do empreendedor.

De sentimento altruísta o senhor Rocco sempre fez de sua fortuna, a fortuna de todos aqueles que foram tocados pelo infortúnio e indigência. Sua ambição não é jogar dinheiro em entretenimento ou luxo, mas aliviar o infortúnio, ajudar os necessitados em todas as ocasiões e formas. Ninguém recorre a ele em vão. Os hospitais, os orfanatos, lares de idosos, todas as instituições de caridade são generosamente subsidiadas pelo nosso compatriota. Durante a influenza espanhola de 1918, que, como se sabe, foi um verdadeiro flagelo, certamente o Sr. Rocco merecia as bênçãos de um número extraordinário de pessoas pobres que receberam ajuda em sua casa, por toda tenebrosa época, de ovos e leite, exemplo único daquele momento em que muitos se fecharam no seu próprio egoísmo (CINQUANTENARIO, 2000, p. 365.)

O jornal *O Independente* prestou uma homenagem a Rocco o colocando em sua seção *Galeria Industrial*. A galeria foi criada em 1906 e era publicada na capa, junto às outras galerias profissionais do periódico. Sobre Rocco, o texto fala do “espírito altruísta” do empreendedor e resalta que ele fazia “benefícios sem alarde”, e que era “um cavalheiro da filantropia”. Nela, foi retomado o aspecto caridoso de Rocco durante a epidemia de gripe, o caracterizando como “a alma mais caridosa entre as caridosas” e narraram a “romaria” de pessoas que iam à Confeitaria Rocco e que Nicolau as socorria “dando-lhes leite e

¹¹⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 01/07/1932. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

¹¹⁸ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 01/07/1932. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹¹⁹ Entrevista com José Gabriel Irace concedida para Fernanda Trentini Ambiedo, em outubro de 2018. Disponível no Laboratório de Pesquisa em História Oral da PUCRS (LAPHO).

pão”¹²⁰, sendo que certa vez chegou a distribuir, para cerca de 500 necessitados açúcar, erva-mate e pão¹²¹.

Duas publicações, ambas de novembro de 1918, descrevem as doações aos miseráveis, que eram as principais vítimas da gripe. Em 10 de novembro de 1918 foram vendidos 500 litros de leites diários pelo valor de 400 réis, porém, durante as manhãs os pobres recebiam leite gratuitamente¹²². Tal como referido no parágrafo anterior, a doação de açúcar, erva-mate e pão foi feita durante a manhã, das 8 às 12 horas, em 24 de novembro de 1918 para 500 necessitados, para o controle de quem receberia os itens, foram distribuídos cartões que davam o direito ao recebimento e esses cartões eram entregues em domicílio¹²³. Entretanto, Rocco, não era o único comerciante que fazia doação de gêneros alimentícios à população e ao governo, estas doações eram regularmente noticiadas pelo jornal Correio do Povo na coluna intitulada Doações de Gêneros (ALVES, 1998, p. 236).

O Independente também utilizou a oportunidade para criticar outros industriários e comerciantes da capital gaúcha, que “aproveitando-se do momento, gananciosamente, aumentavam suas fortunas” e engrandecia Rocco “ele despendia e dava. Se era um magnânimo, tornou-se um benemérito”. Esta profusão de elogios e críticas não se concentrava apenas em Rocco. Os jornais da época procuravam informar sobre as redes de solidariedades criadas e, muitas vezes, noticiadas como “A Pobreza e as Almas Caridosas”, ou “Ações Nobres”, e davam notícias sobre os atos “louváveis”, que deveriam ser copiados pelos que tivessem as mesmas condições. Aqueles que não o faziam, recebiam o repúdio dos periódicos (ALVES, 1998, p. 237).

Estas redes de solidariedades, muitas vezes, organizadas por mulheres da alta sociedade porto-alegrense e gaúcha, tinham como palco principal a Confeitaria Rocco. Entre os anos de 1920 e 1928, sucessivas festas de arrecadação lá ocorreram, como a Festa de Caridade, primeiramente divulgada em 21 de junho de 1921. Posteriormente, os detalhes foram publicados após a

¹²⁰ O INDEPENDENTE, Porto Alegre, 09/12/1918, capa. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹²¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 21/12/1918, p.4. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹²² A Federação, 10/11/1918, p. 2. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹²³ A Federação, 22/11/1918, p. 3. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

ocorrência da festa em 29 de junho. Foi um chá dançante promovido por “distintas senhoritas” - cujos nomes não são citados -, e que o objetivo era reverter verbas em benefício da pobreza. Foram recolhidos 2:810\$000 (dois contos e oitocentos e dez mil réis) doados pelos que compareceram e mais 2:070\$000 (dois contos e setenta mil réis) entre estabelecimentos bancários. O valor total foi de 4:880\$000 (quatro contos e oitocentos e oitenta mil réis) foi utilizado pela comissão para adquirir 320 cobertores e 35 chales da Companhia de Fiação e Tecidos, posteriormente foram distribuídos aos pobres.

O próximo Festival de Caridade ocorreu por iniciativa de Carlinda Borges de Medeiros¹²⁴ e Carolina Annes Dias¹²⁵, esposas de líderes políticos e sociais do Rio Grande do Sul. O evento desta vez era em prol das obras de reconstrução do Convento do Carmo¹²⁶. Para isso, foram convidadas senhoras e senhoritas da elite local para participarem de um chá de caridade¹²⁷. O evento ocorreu em 20 de maio e levantou 3:535\$000 (três contos e quinhentos e trinta e cinco mil réis). Deduzidos os custos da orquestra, da condução de um piano e do porteiro, que totalizou 335\$000 (trezentos e trinta e cinco mil réis), resultou então como saldo líquido o valor de 3:200\$000 (três contos e duzentos mil réis) que foram prontamente entregues às irmãs carmelitas pela comissão organizadora. O restante dos custos do aluguel do salão, luz e os chás foram fornecidos gratuitamente por Nicolau Rocco, que também contou com o auxílio da Aliança do Sul para a instalação da luz elétrica e a Confeitaria Peres e Cardoso ofereceu os biscoitos de fabricação própria¹²⁸. Outros eventos que ocorreram em 1922 foram em prol da construção de um abrigo infantil, com entrada custando 5\$000 (cinco mil réis), dando direito ao chá dançante na Confeitaria Rocco, entre 9h30min e 13h30min¹²⁹.

Esta notoriedade da tal “bondade austera”¹³⁰ de Rocco foi reconhecida principalmente após o seu falecimento. Em 30 de junho de 1932 os jornais da

¹²⁴ Esposa de Borges de Medeiros, então Presidente do Estado.

¹²⁵ Esposa do médico, professor e deputado Heitor Annes Dias.

¹²⁶ Localizado no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre.

¹²⁷ A Federação, 17/05/1922, Capa. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹²⁸ A Federação, 27/05/1922, p. 3. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹²⁹ A Federação, 26/10/1922 p. 2, 14/11/1922 p. 5, 05/12/1922. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹³⁰ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02/07/1932. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

capital gaúcha anunciavam o falecimento de Nicolau Rocco, o confeitiro e dono da conhecida “Confeitaria”. Os principais periódicos de Porto Alegre traziam em suas páginas uma necrologia de Rocco e, com pesar, orientavam os passos de despedida. Eles anunciavam que Nicolau conquistou “numerosos amigos e admiradores” graças a sua bondade e “espírito de filantropia”, ele também havia se dedicado aos “interesses do partido republicano” e tinha se tornado um dos “mais prestimosos e leais correligionários políticos”¹³¹.

Ressaltamos que essa comoção com o passamento de Rocco esteve intimamente relacionada com a sua posição social “afortunada”, em função do enriquecimento. A historiadora Constantino ressaltou que se tornava possível individualizar meridionais apenas quando eles emergiam socialmente, categoria onde Rocco se encaixava, conforme a análise da pesquisadora. Também foram citados outros indivíduos como Gennaro Grecco e Gennaro Scalzilli nascidos na Campania; Pasqual Sirangelo e Natale Grimaldi, Calabreses; Lo Pumo e Provenzano, sicilianos (1991, p. 98).

Rocco manteve suas relações com a colônia italiana e com os nacionais, participando de ambos os grupos como agente organizador de uma série de associações, como destacou o periódico A Federação: “fazia parte de várias associações e grêmios de ação social e beneficente, exercendo, por vezes, cargos de responsabilidade na direção de muitas delas”. Infelizmente não temos registro da presença de Rocco em outras associações italianas, além da citada anteriormente, que teve uma breve vida. Porém, sabemos que ele manteve relações com membros ativos das lojas maçônicas da capital. Mesmo não havendo documentos que comprovem a sua relação como irmão, possuímos notas de prestação de serviços às principais lojas, como a Luz e Ordem. Ou seja, mesmo não sendo comprovadamente um irmão, ele aproveitava as conexões com os maçons, afinal, os italianos membros da Ausônia eram os mesmos aos quais Rocco estava mais intimamente ligado, como Luis Guaragna e Francisco Provenzano.

As instituições de que sabidamente Rocco fazia parte eram as ligadas à filantropia e ao catolicismo. Além da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia,

¹³¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30/06/1932. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Rocco também era membro da Sociedade da União e Progresso¹³², inaugurada em 1908 e uma das primeiras instituições sem restrição étnica no Rio Grande do Sul (JR, 2004, p. 137). Em outubro de 1922 a sociedade estava completando quatorze anos e se relatava que para as festividades da Aliança Católica, Nicolau Rocco, sócio benemérito, dispôs 100\$000 (cem mil reis) para os festejos e cedeu gratuitamente um dos salões da confeitaria¹³³.

O ato de doar não representa somente benevolência e bondade, mas também modelos de comportamento historicamente datados e analisados. Segundo a interpretação da historiadora Ana Quiroga, o modelo assistencial brasileiro segue o modelo das irmandades da Santa Casa de Misericórdia espalhadas pelo território:

[...] tinham como operador de legitimação a caridade cristã e compromissos espirituais em relação aos necessitados. Ele representou, entretanto, um grande modelo de organização econômica, social, de poder político e patrimonial articulando e exercendo funções fundamentais à manutenção da dominação colonial no país, numa atuação muito mais ampla que a mera assistência aos mais pobres, como era apresentado socialmente (2011, p. 6).

Além de ser um modelo elitista,

Entretanto, no caso da América Latina e do Brasil, como sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, o modelo filantrópico assumiu dimensões ainda mais elitistas e conservadoras. Elitistas, no sentido em que eram muito poucos os que tinham acesso a uma formação científica e profissional mais elevada. Conservadoras no sentido que sua atuação visava estabelecer ou introduzir determinadas correções e novas modalidades de atuação nas diferentes áreas, sem tocar (ou pelo contrário, aperfeiçoando) as estruturas do capitalismo que aqui se expandia (2011, p. 7).

A noção de elite passa a agregar o fator da benevolência como uma ideia de “utilidade social”, que se transforma numa justificativa das ambições nacionais e pessoais em que “os interesses privados eram vistos como coletivos” (RANGEL, 2013, p. 71). Com isso, a filantropia, além de ter os aspectos de assistência aos necessitados, também funcionava como uma perpetuadora das

¹³² Mais informações sobre a União e Progresso podem ser vistas na tese de doutorado em História: As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940) de Adhemar Lourenço da Silva Jr, 2004.

¹³³ A Federação, 04/10/1922, p. 5. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

desigualdades e distâncias sociais entre os benfeitores (filantropos) e os necessitados ou indigentes (QUEIROGA, 2011, p. 9).

Não podemos definir que a ascensão social e econômica de Nicolau Rocco, de uma pequena confeitaria ao Palacete Rocco, se deu por ele ser um “*self made man*” ou qualquer outra categoria que associe um crescimento econômico e social apenas por fatores individuais, que ignorem quaisquer fatores externos, como a origem, os saberes adquiridos por esses imigrantes no seu local de origem e aplicados na localidade que os recebiam, as competências qualificadas – mesmo que poucas – educação, pequenos ou grandes capitais financeiros para investimento e, especialmente, as redes sociais construídas na localidade.

Nicolau ao mesmo tempo que fortalecia os laços com os nacionais, permanecia retomando os recursos étnicos que caracterizam certos grupos de peninsulares da capital. Podemos definir esses recursos como a técnica aplicada, os símbolos, o modo de viver, tal como também as relações e as estratégias concebidas como redes de contato (SCHMIDT, 2015 p. 89). A transformação desses aspectos culturais em recursos étnicos se torna necessária como um meio de manter as conexões entre os imigrantes (SCHMIDT, 2015, p. 37). Em um primeiro momento podem ser interpretados como manifestações da identidade desses grupos, porém, não são apenas as representações, mas meios de se integrar à sociedade receptora e permanecerem conectados com o seu local de origem.

Ao mesmo tempo, não é de se estranhar que esses novos membros de uma elite que ainda estava sendo formada passem a reproduzir os modos de viver da elite já estabelecida. Nicolau Rocco é reconhecido até os dias de hoje como um grande filantropo e um grande empreendedor e isso se deu por estas relações construídas por quase quarenta anos, seja com os irmãos maçons e partidários do PRR, seja como irmão da Santa Casa de Misericórdia. Compreendendo essa imagem de filantropo e a importância que a filantropia teve para uma elite da capital gaúcha, podemos passar a entender o Nicolau Rocco empreendedor.

4 A CONFEITARIA ROCCO

4.1 Estrutura e funcionamento da Confeitaria

Em 1997 ocorreu o tombamento do prédio da Confeitaria Rocco, que mais do que o seu proprietário, se tornou um lugar de memória. Ela se tornou um “marco testemunhal de outra era”, como define Nora. Em torno do prédio que abrigou a Confeitaria Rocco, criou-se a construção do

[...] aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaiciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 13).

Tanto que sobre as motivações que surgiam para o tombamento, e posteriormente a patrimonialização, gravitavam as memórias de quem lá conviveu. Em 16 de fevereiro de 1997, o jornalista Eduardo Veras apresentou ao público um levantamento sobre a Confeitaria, com título “Um palacete na rua da Ponte”, no qual elencava os motivos e a importância de que o tombamento ocorresse, utilizando-se das memórias daqueles que um dia passaram pelas mesas da confeitaria e experimentaram “a melhor bomba de Porto Alegre” que então havia se tornado histórica¹³⁴. Nessa reportagem, buscam as memórias de Carlos Reverbel, então com 84 anos, e Olga Reverbel, de 79 anos, que contavam como “A casa Rocco era escala obrigatória para os estudantes das escolas superiores de medicina e de engenharia”. Essa característica da confeitaria, de recepcionar os estudantes, condiz com a “segunda fase” de sua história, desde que José Irace passou a administrar integralmente com a morte de Nicolau em 1932 até 1958.

O tombamento da confeitaria foi solicitado pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural (Conpahc) em 1994 e em janeiro de 1997 foi decretado o tombamento do edifício. Esse processo segue um movimento que ocorreu em

¹³⁴ Zero Hora, 16-02-1997 – “Um palacete na rua da Ponte”, sem página.

Porto Alegre, durante as décadas de 1980 e 1990, em que dezoito bens imóveis, incluindo a Confeitaria Rocco, foram tombadas.

Tabela 10: Imóveis tombados em Porto Alegre (1980 - 2000) – Em ordem alfabética

Imóvel tombado	Data
Antiga Fábrica de discos “A eléctrica”	1996
Confeitaria Rocco	1997
Calçamento da Rua da Praia	1989
Casa à Av. Independência, nº 1005	1995
Casa Godoy	1996
Casa à Duque de Caxias, nº 1691	1990
Casa à Rua Riachuelo, 645	1980
Casa Torelly	1990
Cervejaria Brahma	1990
Prédio à Rua Riachuelo, nº 933, 935, 937	1997
Chalé da Praça XV	1998
Edifício Tuiuti	1990
Esquina Democrática	1997
Estátua do Laçador	1992
Hospital São Pedro	1987
Solar Conde de Porto Alegre	1998
Travessa dos Venezianos	1983
Viaduto Otávio Rocha	1988

Fonte: Disponível em:

<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=8&p_secao=87>. Acesso em 5 jan. 2023.

Conforme Jeniffer Cutty, desde o início da década de 1970 houve movimentos locais organizados em prol da preservação. As ações anteriores a esta data dependiam do apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A autora destaca que Porto Alegre foi pioneira em elaborar

planos urbanísticos e, pela primeira vez, promulgar uma Lei Orgânica Municipal na qual constava a preocupação com o patrimônio cultural da cidade (2007, p. 247).

A partir da Lei Orgânica foi criada uma comissão que formulou uma primeira listagem de 59 bens a serem preservados. Considerando critérios de ordem histórica, artística e cultural, a lista indicava prédios, conjuntos e elementos arquitetônicos, de propriedade pública ou privada e de usos residenciais, comerciais e institucionais. Para a arquiteta Elena Graeff: “[...] esta foi, portanto, a primeira versão de um inventário de bens significativos para a história da identidade da cidade” (GRAEFF, 2001, p.40), na qual se encontra, nitidamente, a predominância de exemplares de valor histórico ou daqueles que representam características relacionadas à arquitetura de origem portuguesa ou dita açoriana. No âmbito das ações físicas, verificamos, a partir deste período, intervenções através do uso do fachadismo, ou seja, com a intenção de preservar apenas as fachadas ou algum elemento isolado da edificação, prática que persiste até hoje (CUTTY, 2007, p. 247).

A partir de 1989 a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) começou a inventariar a área central de Porto Alegre. Boa parte da listagem feita em 1977 já havia sido descaracterizada ou demolida (CUTTY, 2007, p. 248). Já em 1993, um ano antes de iniciar o processo que levou ao tombamento da Confeitaria Rocco, iniciou-se um novo processo de planejamento participativo que gerou, em 1996, a realização do Congresso Cidade Constituinte no qual

[...] foram discutidas e aprovadas diretrizes que contemplaram aspectos como a implantação de um Programa de Corredores Culturais para a Cidade visando, prioritariamente, à qualificação das áreas comerciais do Centro através do patrimônio arquitetônico, instalação de equipamento de mobiliário urbano, disciplinamento da publicidade e do uso do espaço público (do comércio informal), a ser proposto em conjunto pelas instituições e associações ligadas à preservação, comércio, indústria e moradores da área central da cidade (CUTTY, 2007, p. 248).

Logo, o tombamento e a posterior patrimonialização são resultados de políticas públicas e interesse local de construir lugares de memória. Isso foi definido por Nora como “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (1993, p. 21). Ou seja, a Confeitaria Rocco se transforma em um lugar de memória, pois agrega o sentido material, afinal, é um edifício grandioso no centro de uma capital; é funcional por se tratar de um local que, se houver interesse,

poderá ser colocado em funcionamento; é simbólico pois reflete a memória de um grupo, seja por acontecimentos ou experiências e também permite a cristalização da lembrança do que um dia foi a grande confeitaria e a transmissão disso para a coletividade atual.

Nos últimos vinte anos, o palacete passou pela última grande reforma estrutural em 2006. O periódico “Zero Hora” anunciava “O resgate da Rocco” e nesse artigo trazia uma fotografia de Nicolau e outra do prédio da confeitaria. Para justificar o uso desse prédio, que a história até então apenas remontava esparsos fatos da trajetória de seu proprietário, foram retomados os dados do “Almanaque dos Cinquenta Anos da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul”, apresentava tanto o criador como a criatura, para então ressaltar a sua importância histórica para a capital e justificando a escolha dele para o evento “Casa Cor”¹³⁵.

No mesmo periódico, no dia seguinte à publicação citada, trazem mais informações sobre a recuperação do prédio pela iniciativa privada da mostra de arquitetura, paisagem e decoração “Casa Cor”¹³⁶. Durante as reformas para esse evento, foi descoberto um sistema de iluminação nos olhos das cabeças de leões que estão posicionadas na entrada do palacete. Mesmo com a reforma, algumas coisas não voltaram a funcionar como outrora. A luz que acendia ao pão ficar pronto, não voltou a funcionar, nem a chaminé da antiga fábrica expelia fumaça.

A reforma do prédio foi muitas vezes comemorada pelos periódicos locais, como o do “Comércio”¹³⁷ e do “Centro”¹³⁸, porém, ela foi momentânea. Após o fim da passagem da “Casa Cor”, a Rocco fechou suas portas e até hoje aguarda uma definição do seu futuro. O jornalista Igor Natusch escreveu um artigo publicado na “Zero Hora”, do qual, em tom de súplica alerta aos leitores sobre as necessidades de restauro da antiga “Confeitaria” e de como é interesse da família, herdeiros de José Irace (sobrinho de Nicolau Rocco), que o prédio seja reformado e aberto ao público¹³⁹. Para compreendermos a trajetória de Rocco e

¹³⁵ Zero Hora, 24-08-1997, “O Resgate da Rocco”, sem página.

¹³⁶ Zero Hora, 25-08-2006, “Prédio será recuperado”, sem página.

¹³⁷ Jornal do Comércio, “O passado ganha nova vida”, 03-04-05-11-2006, sem página.

¹³⁸ Jornal do Centro, edição 102, “Município recebe prédio da antiga Confeitaria Rocco restaurado”, 2006.

¹³⁹ Zero Hora, 07-11-2019, “Confeitaria Rocco sonha em retomar esplendor”, sem página.

sua Confeitaria, retrocederemos para os primeiros movimentos de expansão da Confeitaria Sul Americana e a sua transformação para Confeitaria Rocco.

Em 1902, após quase uma década à frente da Confeitaria Sul-Americana, Nicolau Rocco decidiu empreender novamente e transformar a pequena confeitaria na esquina das ruas Riachuelo e Dr. Flores na gigantesca Confeitaria Rocco. As obras iniciaram no mesmo ano e duraram mais de dez anos. Durante esse período, Rocco fortaleceu suas relações sociais como vimos no capítulo anterior, com indivíduos da alta sociedade ingressando em grupos que propiciavam uma ascensão social.

Durante esta década de reformas, a confeitaria não deixou de funcionar nem prestar serviços aos clientes. Em 12 de fevereiro de 1905, o jornal “O Independente” publicava uma nota sobre os melhoramentos da ainda chamada Confeitaria Sul-Americana, relatando que com esses “grandes melhoramentos no seu estabelecimento (...) fica em condições de atender a todas as exigências, pois possui não só um competente habilíssimo que se acha à frente da confeitaria, como um completo sortimento de líquidos para todos os paladares”.

Primeiramente, teve como arquiteto Salvador Lambertini, porém com a sua morte prematura, foi substituído pelo conhecido Manuel Itaquí que já havia sido responsável por outras obras na cidade (DOBERSTEIN, 2002 p. 50). Os dados referentes à construção se confundem, a literatura sobre o tema diz que, entre 1910 e 1912, o palacete foi erguido, porém os jornais da época demonstram que a construção se deu ao longo de uma década, sendo construído aos poucos, conforme as condições e sem nunca ter deixado de atender o público.

Fernando Corona, que iniciou sua carreira como escultor na construção do palacete, contava que o estilo do edifício seguia os mesmos dos prédios anexos à Escola de Engenharia de Porto Alegre e que os detalhes do movimento arquitetônico chamado Arte Nova traziam a experiência e estilo do engenheiro Manoel Itaquí¹⁴⁰, um dos principais profissionais da área à época. Corona ainda menciona que a estrutura do prédio era mista, de alvenaria de tijolo e vigamento

¹⁴⁰ Enciclopédia Rio Grandense, vol. 3, p. 226.

e ferro duplo. A Escola de Engenharia da capital fez as esquadrias¹⁴¹ e caixilhos¹⁴² sendo o engenheiro Rodolfo Ahrons o responsável.

O estilo *Art Nouveau* está presente nas sacadas com gradis decorados e nos elementos florais bastante destacados nas fachadas, pilastras e nas separações das cortinas metálicas. Ademais, existem elementos ecléticos, como grandes colunas com cabeças de leões erguidas, que interligam os andares superiores, assim como elementos decorativos característicos do positivismo presentes em outros prédios da capital, “como a figura feminina emoldurada por uma lira ladeada por duas crianças segurando cada uma, um elemento que lembra uma tocha” (MORAES, 2003, p. 102). As esculturas foram feitas por Fernando Corona, ainda como escultor iniciante, e José Gaudenzi que foi responsável pela modelagem das figuras dos “atlantes” localizados sobre as pilastras. Enquanto o atlante novo simbolizava a América, o velho representava a Europa, trazendo assim as duas identidades do empreendedor no seu prédio (DOBERSTEIN, 1992).

É pertinente pensar na localização da confeitaria. Ela nasce no coração de Porto Alegre. Esse “coração” compreendia, no século XIX, as ruas da Ponte, da Igreja e a da Praia, respectivamente as ruas Riachuelo, Duque de Caxias e dos Andradas (FRANCO, 1983, p. 20). Eram ruas que se tornaram o centro comercial, ocupado por imigrantes de diversas etnias, e que recebiam negociantes das mais diversas regiões do sul do Brasil, de cidades como Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo, Taquari e Santo Antônio da Patrulha (CONSTANTINO, 1991, p. 81). A Confeitaria Rocco situa-se na esquina das ruas Riachuelo e Dr. Flores, junto à Praça Conde de Porto Alegre, antiga Praça do Portão.

Em 1908 houve o registro de marca, deixando de ser Sul América para se tornar Confeitaria Rocco, divulgada na seção da Junta Comercial do Jornal A Federação em 18 de setembro, quando ainda faltavam cinco anos para a

¹⁴¹ Esquadria é o nome dado às peças que emolduram e se ajustam em vãos, como janelas e portas, essenciais para que o seu projeto fique exatamente do jeito que você sempre sonhou. Elas podem ser instaladas nas aberturas de uma construção, tanto as que dão acesso ao exterior quanto as de passagem internas. Disponível em: <<https://blog.instacasa.com.br/esquadrias-instacasa/>>. Acesso em 19 nov. 2022.

¹⁴² Os caixilhos são as peças que mantêm as janelas, portas, portões etc. juntos. Disponível em: <<https://www.aarquitectura.com.br/blog/caixilhos/>>. Acesso em 19 nov. 2022.

inauguração. Durante esses anos, entre a construção e a inauguração, Nicolau Rocco se dedicou a fortalecer os laços com nacionais na capital, ingressando no Partido Republicano Rio-Grandense, na Guarda Nacional, na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e provavelmente na Maçonaria Gaúcha¹⁴³. Entre estas relações, temos as conexões de Rocco com Marcos de Andrade e Antenor Amorim, ambos republicanos, sendo que o primeiro exerceu o papel de Deputado Estadual durante três legislaturas (1909, 1913 e 1917) e o segundo foi um assessor direto de Borges de Medeiros durante os seus anos na frente do governo do estado. Eles, além de se ocuparem, dos atos de filantropia, viajavam pelo estado visitando outros correligionários, como no caso da excursão à Caxias do Sul para visitar o moinho de Aristides Germani¹⁴⁴. Naquele período, como veremos no próximo subcapítulo, o PRR buscava se aproximar da região colonial italiana que havia sido, em sua maioria, partidária do federalismo de Silveira Martins, logo, esta excursão tinha o valor não apenas de exaltar o papel de Aristides Germani, mas também aproximar a região colonial da capital em nível político.

Naquela ocasião A Federação relatava sobre a importância do Moinho Germani e que, mesmo tendo uma produção artesanal possuía “uma machina de ferro, constando tudo o mais de peças de madeira feitas pelo seu proprietário e autor”¹⁴⁵. A produção, apesar de vendida apenas para cidades da região, era de qualidade comparável às farinhas estrangeiras. Como resultado da visita, foram concedidos cinquenta sacos de farinha a Francisco Moraes, administrador da casa de correção e ao capitão Nicolau Rocco, para ser utilizada na Confeitaria Rocco.

Ainda em Caxias do Sul, nesta mesma viagem, o grupo de correligionários se expandiu. O então deputado estadual e vice intendente de Caxias, Major Penna de Moraes, ofereceu um almoço para os visitantes da capital. Os convidados eram: Marcos de Andrade, Antenor Amorim, Arthur Severo Fialho,

¹⁴³ Como explanado no capítulo anterior as relações de Rocco com a Santa Casa e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul e como elas foram benéficas à estabilização de Rocco na sociedade porto-alegrense.

¹⁴⁴ Aristides Germani era nascido em Corte di Frati, provincia de Cremona na Lombardia, emigrou em 1885 para Caxias do Sul onde seu tio Emanuele Santini vivia. Utilizando sua experiência adquirida como moleiro no Moinho Pellini se empregou no Moinho de Giuseppe Vaccari, e posteriormente em 1892 adquiriu seu primeiro moinho.

¹⁴⁵ A Federação, 13/04/1912, p. 4. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

os tenentes-coronéis Luiz da Rocha Faria e Francisco Antonio de Moraes, majores João Pompilio de Almeida e Penna de Moraes, capitães Nicolau Rocco e Luiz Guaragna, esses dois últimos eram italianos e membros da mesma coletividade. Durante o jantar, buscaram exaltar o vice intendente que posteriormente agradeceu homenageando o chefe do partido republicano, dr. Borges de Medeiros.

Posteriormente, em outubro de 1912, houve a inauguração de uma fábrica de calçados em Novo Hamburgo de propriedade da empresa Becker & Irmãos¹⁴⁶. A ida foi realizada em um trem expresso que levou os convidados para a localidade. A lista de convidados foi imensa e contavam com representantes de diversos setores da política, indústria e comércio gaúchos. Dentre eles, encontramos novamente o grupo que viajou à Caxias do Sul, ou seja, os peninsulares Nicolau Rocco e Luiz Guaragna estão entre os convidados. O jornal A Federação fez uma rica análise e descrição dos ambientes da fábrica. Tanto na visita ao moinho em Caxias como na fábrica de calçados fica claro o “estilo” de reportagem feito pelo jornal, que exalta a modernidade e inovação desse empreendimento.

Em outubro de 1912 houve a instalação da estátua Conde de Porto Alegre¹⁴⁷ na praça de mesmo nome, a frente das obras que estavam em fase final da Confeitaria Rocco¹⁴⁸ (figura 11).

¹⁴⁶ A Federação, 08/10/1912, Capa.

¹⁴⁷ A Estátua do Conde de Porto Alegre foi erguida em 1885, sendo realizada na oficina do escultor italiano Adriano Pittanti. Quando ficou pronta foi instalada na Praça da Matriz, na frente do Palácio do Governo do Estado. Porém, com a mudança de logradouros ocorrida em 1912 pelo prefeito da cidade, José Montauray, foi transferido para a praça que foi nomeada Conde de Porto Alegre.

¹⁴⁸ A Federação, 14/10/1912, p. 3. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Figura 11: Praça Conde de Porto Alegre com a Confeitaria Rocco ao fundo



Fonte: Grupo Amigos da Confeitaria Rocco.

Para aproveitar o momento da inauguração da praça, foram convidados a conhecer o edifício os seguintes indivíduos:

[...] dr. Borges de Medeiros, em companhia dos drs. Protasio Alves, André da Rocha¹⁴⁹, director da Escola de Direito, coronéis Marcos de Andrade, director político e deputado estadual, Antenor Amorim, presidente do Centro Republicano, e Luiz da Silveira Nunes, administrador dos correios, major Francisco Alvarenga, sub-intendente do 2º distrito e um dos redatores desta folha (A FEDERAÇÃO, 14/10/1912, p. 3.).

A visita à construção da confeitaria não reflete apenas um interesse de Nicolau Rocco de ser bem-quisto pelos dirigentes políticos, mas também uma parte da política do Partido Republicano,

Outro efeito de sentido cristalizado tendeu a associar a prática política do Partido Republicano a uma aliança estratégica com a burguesia nascente, com a classe média e com a zona de colonização ítalo-germânica, em oposição ao esquema supostamente conservador da oposição federalista, identificada à elite estancieiro-mercantil e às regiões da campanha e da fronteira (AXT, 2004, p. 5).

¹⁴⁹ Diretor da Escola de Direito.

Portanto, a associação e publicidade feita pelo jornal do partido beneficiaria todos os envolvidos. Durante a visita, os convidados foram recebidos por Rocco que aproveitou para mostrar os espaços do edifício. Nessa publicação temos a primeira descrição interna da confeitaria:

No piso ladrilhado existente na parte superior da alterosa construção os visitantes se demoraram por algum tempo apreciando o panorama que dali se descortina, tanto para o lado dos rios afluentes do Guaíba como para as colinas vizinhas da cidade. Daí desceram todos ao subterrâneo, onde puderam observar as instalações e confecção dos produtos da confeitaria (A FEDERAÇÃO, 14/10/1912, p. 3.).

Ainda ressaltavam que a opinião unânime dos presentes foi considerar o edifício muito bem adaptado e o destaque estava em ser o primeiro do seu gênero a existir na cidade. Ao se despedirem, felicitaram o “Capitão Rocco” pelos melhoramentos da confeitaria. Alguns meses depois, já em 1913, o jornal O Independente, em sua coluna Novas Edificações, publicação de capa, ressaltava o crescimento da cidade, exemplificado nas grandes construções, entre elas, o Palacete Rocco:

[...] Acima estampamos a fotografia de um dos mais belos palacetes que se tem levantado nestes últimos tempos em Porto Alegre. Mandou-o levantar o nosso amigo capitão Nicolau Rocco, operoso proprietário da “Confeitaria Rocco”, que nele será instalada. Funcionava ela nesse mesmo local, há muitos anos, em prédio velho e de antiga construção. Como se acreditasse a confeitaria, e o seu comércio se desenvolvesse, seu proprietário resolveu construir um palacete, e o construiu a golpes de esforço. Hoje, ao envez do velho prédio, ostenta-se, embelezando as ruas Riachuelo e Dr. Flores, um magnífico edifício, uma beleza de arquitetura moderna. As principais sociedades bailantes realizam as suas festas nos vastos e luxuosos salões superiores do prédio. Ainda não foi inaugurada nele a “Confeitaria Rocco” que funciona em prédio fronteiro, mas o será logo que estiverem prontificadas suas instalações. Estampando o clichê acima, é nossa intenção homenagear o capitalismo progressista na pessoa do cidadão Nicolau Rocco¹⁵⁰.

A inauguração da confeitaria se deu em 20 de setembro de 1913 e, dias antes, já publicavam convites nos periódicos locais.

Amanhã, às 6 ½ horas da tarde será inaugurado o confortável e bello edifício mandado construir pelo capitão Nicolau Rocco, para a sua confeitaria. O referido edifício que se compõe de três andares, sendo

¹⁵⁰ O Independente, 14/06/1913, Capa.

um térreo e dois superiores, acha-se montado com todo luxo, apresentando lindíssimo aspecto.¹⁵¹

Na mesma publicação descreviam os andares da confeitaria, o térreo estava aparelhado de grandes salas, no primeiro andar ocorreriam as recepções, bailes, concertos, banquetes e havia sido pintado por Frederico Sable¹⁵². Já no subsolo existia a fábrica de doces com dois fornos, um a carvão e outro à lenha. Os convites haviam sido distribuídos às autoridades civis e militares, à imprensa e aos representantes consulares.

A escolha da data não simbolizava apenas a importância histórica que ela tem para o Rio Grande do Sul, por ser a comemoração da Revolução Farroupilha (1835-1845). Ela simbolizava, também, a ocupação de Roma pelo exército italiano em 1870, completando assim a unificação da península e tornando a cidade eterna capital do Reino da Itália (DE RUGGIERO, 2014, p. 930). O 20 de setembro representava para parte dos italianos no estrangeiro um símbolo da sua nacionalidade e identidade. Então, a utilização desta data representava a identidade ítalo-gaúcha e ainda era reforçada por uma política castilhistas de integração a partir dos cultos civis comuns aos dois povos (DE RUGGIERO, 2014, p. 935).

Na edição do dia 22 de setembro de 1913, o jornal A Federação trazia uma reportagem sobre a inauguração do palacete. Nela contavam que no primeiro andar havia sido instalada uma mesa em formato de “V”, onde foram servidos doces e finos licores e Nicolau Rocco estava presente recepcionando todos os convidados. Os jornalistas Alcides Chagas e H. Vieira Braga foram representando A Federação e escreveram a reportagem. O salão do térreo foi aberto ao público em geral e receberam muitos visitantes. O que chamou a atenção durante a visita foi a decoração luxuosa dos andares térreo e superior, com lindíssimas pinturas, flores e jarras. Também atentavam ao primor das portas de metal que haviam sido preparadas pelo Instituto Electro-Technico da Escola de Engenharia¹⁵³.

¹⁵¹ A Federação, 19/09/1913, p. 5. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁵² Não há mais informações sobre este pintor, mas, posteriormente, os salões foram reformados e pintados por Fernando Schlatter em 1921.

¹⁵³ A Federação, 22/09/1913, p. 4. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Quanto à fábrica no subsolo, os jornalistas ressaltavam a modernidade do maquinário. A confeitaria possuía descascadoras de amêndoas, raladoras de coco, raladoras de queijo, batedores de ovos e ainda dois motores elétricos, tendo um à força de três cavalos e outro de dois. Ainda havia as masseiras e algumas mesas de mármore e outras de zinco. Para a produção de doces de calda, marmelada, goiabadas etc., estava disponível uma bateria com tachos de diversos tamanhos. Os fornos, como comentado anteriormente, eram alimentados a carvão e à lenha. Esse forno último seria, posteriormente, substituído por um a gás. Nas outras partes do subsolo havia os depósitos de camarões, objetos para a confecção e decoração de balas e doces, açúcar, ovos etc. Existiam quarenta e dois operários que trabalhavam apenas na fábrica sob a direção de Nicolau Rocco.

Uma semana depois, na edição de 27 de setembro de 1913, o próprio Nicolau publicou uma nota agradecendo a presença de todos que prestigiam a inauguração,

Agradecimento: Nicolau Rocco vem por este meio patentear a sua imorredoura gratidão a todas as pessoas que o cercaram de atenções pela inauguração de sua “confeitaria”, realizada no dia 20 do corrente: não podendo entretanto deixar de salientar o digno engenheiro dr. Manuel Itaquy pelo zelo e proficiência com que desempenhou a sua importante tarefa de concluir a edificação do prédio, ao não menos digno engenheiro dr. Monteiro Tourinho que gentilmente fiscalizou toda a instalação elétrica, ao senhor José Gaudenzi que forneceu os respectivos desenhos para a confecção dos armários, vitrines e mais mobiliário, a imprensa local que se dignou tecer elogios a minha modesta casa, aos cavalheiros convidados, às exmas famílias que compareceram e ao público em geral, a todos apresento os meus mais sinceros agradecimentos.¹⁵⁴

Em março de 1914 a revista gaúcha Kodak foi convidada pelo proprietário para visitar a confeitaria. A reportagem contava que o “gerente do estabelecimento o sr. José Iraça [Irace], que, com actividade e zelo, attende a todos os ramos de negócio da casa”¹⁵⁵. José Irace era sobrinho de Rocco e veio para o Brasil no final da década de 1890 para trabalhar com o seu tio. Outros funcionários de importância eram Frederico Kartz, que dirigia as oficinas,¹⁵⁶ e

¹⁵⁴ A Federação, 27/09/1913, p. 3. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

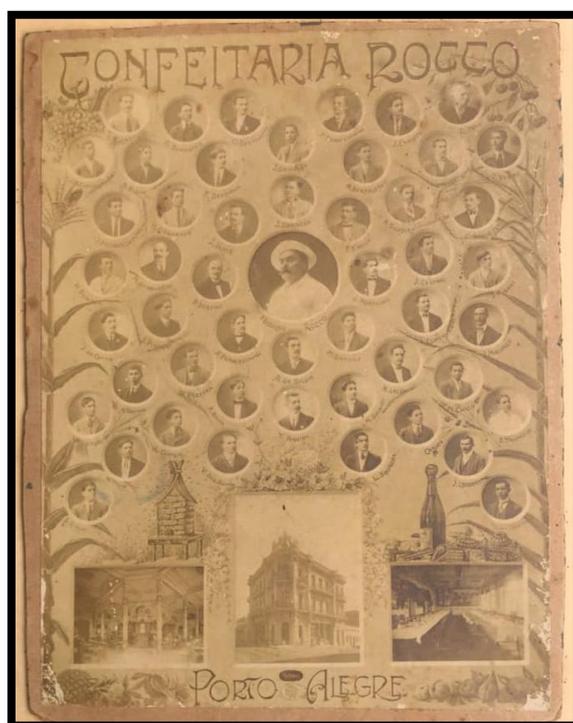
¹⁵⁵ KODAK, Porto Alegre, 18/03/1914.

¹⁵⁶ “dirige as oficinas o sr. Frederico Kartz, um profissional de competência” KODAK, Porto Alegre, 18/03/1914.

Americo Silva, que possivelmente foi responsável pelo funcionamento dos salões e atendimento ao público¹⁵⁷.

Não encontramos fontes que nos possibilitem identificar e particularizar todos os funcionários que passaram pela Confeitaria Rocco. Entretanto, temos acesso a um quadro de funcionários, que acreditamos ter sido feito durante a década de 1910 pelo fotógrafo Virgílio Calegari. Através dele podemos identificar alguns indivíduos e realizar algumas inferências, como, se eram nacionais ou estrangeiros (figura 12).

Figura 12: Quadro de Funcionários Confeitaria Rocco



Fonte: Acervo Privado José Gabriel Irace.

Nesse quadro são contabilizados quarenta e sete funcionários, se descontarmos José Irace, gerente do estabelecimento, e Nicolau Rocco. Desses, dois estão com os nomes ilegíveis, sendo que um tem apenas o primeiro nome transcrito, “Carlos”, e no restante são os sobrenomes que se apresentam. Na fábrica trabalhavam, em 1914, trinta operários¹⁵⁸. Provavelmente, os demais que estão na imagem trabalhavam no atendimento ao público.

¹⁵⁷ “(...) affidando tutta la gestione dell’importante azienda ai suoi fidatti ed affezionati cooperatori sigg. Giuseppe Irace, Americo Silva e Federico Karz.” CINQUANTENARIO, 1925, p. 365.

¹⁵⁸ KODAK, Porto Alegre, 18/03/1914.

Tabela 11: Lista de funcionários da Confeitaria Rocco

S. Giollo	T. M. Chico	L. Cumcous	H. Osquardio
L. Garcia	J. Trunculo	J. Machado	F. Dekmann
R. Bomer	M. dos Santos	J. da Costa	J. O. Goulart
V. Dallagnol	A. Gatino	J. Pigozzi	P. Franceschini
A. da Silva	C. Schneider	P. Franceschini	A. Bertoletti
T. Aquino	J. Cestari	W. Presser	F. Karst
M. Satyro	J. Filisberto	R. Longhi	A. Silveira
M. Baldini	M. Attanassio	O. M. Chico	J. Carletti
L. Baltazar	H. Bender	A. Bidin	L. Peppe
Carlos	P. Bertini	R. Schuster	J. Veras
R. Lacchini	G. Portolani	O. Bortoletti	P. Pereira

Fonte: Acervo Privado José Gabriel Irace.

Nessa mesma edição da Kodak foi publicada uma série de fotos da visita dos editores. Nelas percebemos os ambientes que tantas vezes foram descritos pelos periódicos da época, o salão (figura 13), as partes da fábrica (figuras 14-17), o forno, e principalmente a pluralidade étnica e etária dos funcionários reiterada por estas imagens. Na figura 18 nomeada “Um dos Fornos” percebemos que, dos quatro funcionários, três são adolescentes, provavelmente com idades entre 14 e 15 anos. Outro fator importante é que em sua maioria são homens brancos e, como notamos na listagem acima, os sobrenomes em sua maioria são italianos, o que demonstra um certo interesse em propiciar oportunidade àqueles que eram recém-chegados e/ou procuravam oportunidades na capital gaúcha.

Figura 13: Salão da Confeitaria Rocco



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 14: Pastelaria



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 15: Outro aspecto da Pastelaria



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 16: Fábrica de Doces



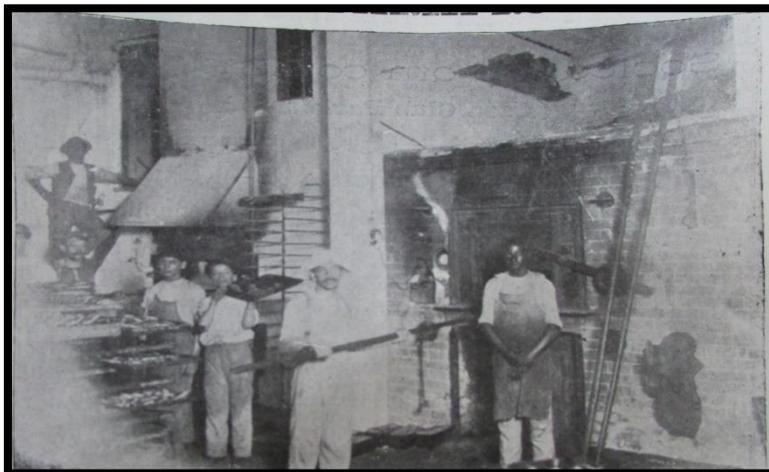
Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 17: Fábrica de Doces



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 18: Um dos fornos



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

O neto de José Irace, José Gabriel, contou em entrevista concedida à autora que a confeitaria teve “três momentos específicos. Na época de Nicolau Rocco era uma fábrica de doces, tanto que dizem que era a primeira fábrica do estado, fazia doces e pães, mas não tinha o movimento que começou a ter na época do meu avô”. Isso se comunica com os anúncios e reportagens feitos sobre a confeitaria. O foco era a fábrica e a inovação que ela trazia a Porto Alegre, tanto que, ainda em 1914, era anunciado que a confeitaria dispunha, a partir daquela data, de um carrinho para fazer entregas aos fregueses em suas casas¹⁵⁹. Ou seja, ter um automóvel apenas para entregar as encomendas era algo muito inovador e demonstrava o capital econômico da confeitaria. Percebemos também a importância dada por Rocco em anunciar nos jornais os seus produtos fabricados no subsolo da confeitaria. No final do ano de 1914 anunciava “Natal, Anno Novo e Reis: Grande exposição de torta, bolos, bandeja de doces, bomboneiras etc. Para todos os preços na Confeitaria Rocco”¹⁶⁰.

Para elucidar sobre esta relação industrial da confeitaria, dois anos depois desta reportagem, em 1916, o capital acumulado do empreendimento era de 200\$000 e a produção alcançava 320\$000. Era uma das maiores indústrias italianas da capital, com total de 80 operários. Para fins de comparação do cenário industrial de Porto Alegre, a segunda maior empresa era “A. Maisonave & C.” e tinha como número de produção 240\$000 e apenas 28 funcionários (BORGES, 1993, p. 65). Além do que era produzido no subsolo da confeitaria, também havia produtos externos que eram vendidos, como por exemplo o licor “Strega” de origem italiana, cidade de Benevento (cidade limítrofe entre a Campania e o Molise), que era de importação exclusiva da confeitaria,¹⁶¹ e os produtos da empresa Carlos H. Oderich e Cia, de São Sebastião do Cahy, como conservas de carnes e legumes¹⁶². No anexo 01 podemos verificar parte desses produtos vendidos, como manteigas, cafés, mel, compotas e os bolos de casamento confeccionados pela própria confeitaria.

Em virtude da circularidade nos salões da confeitaria, em 1917 anunciavam que para “corresponder a aceitação que lhe dispensa o público

¹⁵⁹ A Federação, Porto Alegre, 22/01/1914. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁶⁰ A Federação, Porto Alegre, 24/12/1914. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁶¹ Revista Kodak, 18/03/1914.

¹⁶² A Federação, Porto Alegre, 24/08/1916. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

desta capital” a confeitaria passava a realizar todas as noites concertos instrumentais no salão de bebidas e, nas quartas-feiras e sábados, ocorriam programas especiais¹⁶³. A partir desta data vemos uma preocupação maior na organização de eventos e recepção de pessoas. Esse é o segundo momento que José Gabriel Irace descrevia na entrevista concedida, uma época em que a confeitaria se tornava não apenas uma fábrica de doces, mas também um local de festas e, para isso, se voltou à realização de eventos e recepções. Com isso, uma década depois desse “direcionamento” para se tornar um centro de eventos, vemos a preocupação de propiciar aos clientes o que tinha de mais luxuoso. Eram jogos de pratos de porcelana e cristal, talheres de prata vindos da Europa para atender “ao mais luxuoso banquete”, sem contar “o pessoal competentíssimo, com superior coleção de deliciosos vinhos estrangeiros, de importação direta”¹⁶⁴. Ainda anunciavam que os salões eram cedidos gratuitamente das 19h às 24h para festas de casamentos, batizados e quaisquer reuniões em que precisasse de serviço de mesa.

Na primeira e última ida à Europa que Rocco fez desde que emigrou para a América Latina, e que durou 3 anos, ele trouxe diversas inovações para a sua Confeitaria. Entre elas, havia um forno “Sam” a vapor. O jornal relatava que esse tipo de forno era de fabricação da Sociedade Industrial Americana e era usado em grandes centros, sendo que no Brasil existiam somente sete deles. Para a inauguração do tal forno foi oferecida uma festa pelo próprio Nicolau, em que compareceram cerca de duzentas pessoas, “representando todas as classes sociais”. Nesta festa, também foram servidos churrascos e talharins regados a chopp e finos vinhos¹⁶⁵.

Referente a essa viagem, no livro Caderno de pesquisas: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937, da pesquisadora Rosemary Brum Fritsch, encontramos a referência à publicação do dia três de janeiro de 1931 do jornal Correio do Povo sobre Nicolau Rocco, que havia recém retornado da viagem e ofereceu, a uma série de pessoas, cigareiras trabalhadas com a imagem da confeitaria (figuras 19 e 20). Entre os presenteados estavam funcionários do próprio jornal e clientes especiais do estabelecimento. Elas

¹⁶³ A Federação, Porto Alegre, 13/12/1917. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁶⁴ A Federação, Porto Alegre, 29/10/1927. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁶⁵ A Federação, Porto Alegre, 21/11/1931. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

teriam sido produzidas em Milão, em uma metalúrgica local e em poucas unidades.

Figura 19: Cigarreira de recordação da Confeitaria Rocco (frente)



Fonte: Disponível em: <<https://gibanet.com/confeitaria-rocco/>>. Acesso em 28 nov. 2022.

Figura 20: Cigarreira de recordação de Nicolau Rocco (atrás)



Fonte: Disponível em: <<https://gibanet.com/confeitaria-rocco/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

Encontramos informações mais detalhadas sobre ela no blog “gibanet”, que trazia a memória de Wilson Coelho Silva. O sr. Coelho Silva contava que desde criança via a cigarreira, que pertencia ao seu pai, que a guardada em casa. Ela havia sido adquirida numa rifa feita por um italiano que trabalhava junto com o pai de Wilson na antiga Light de São Paulo, nas oficinas de Cambuci. Esse colega italiano contava que ela havia pertencido ao seu pai, porém, não temos mais detalhes sobre quem eram esses indivíduos. Esta cigarreira foi um dos presentes dados aos funcionários mais antigos, jornalistas do Correio do Povo e A Federação, e, talvez, aos consumidores mais assíduos da Confeitaria, tal como recontou Wilson, que aqueles que Rocco tinha mais apreço haviam recebido o presente¹⁶⁶.

4.2 A coletividade italiana e a Confeitaria Rocco

A integração entre Rocco, a confeitaria e a sociedade porto-alegrense aconteceram em virtude das boas relações construídas com membros da elite gaúcha, porém, percebemos que também havia a manutenção das relações com os membros de uma elite europeia e em especial italiana.

A inauguração da Confeitaria Rocco ocorreu em simultâneo às festas da inauguração do monumento de Giuseppe e Anita Garibaldi¹⁶⁷ em Porto Alegre, ocorrida também em 20 de setembro de 1913. O monumento de mármore de Carrara, que chegou a Porto Alegre em 18 de maio de 1913, e era obra do marmorista e escultor italiano Filadelfo Simi (DE RUGGIERO, 2021, p. 16). Ele custou quase 25 contos de réis e foi resultado de um longo processo em que a comunidade italiana contribuíra com doações financeiras a partir de um comitê formado por Paulo Paganani, Francisco Provenzano, Isano Mucillo e Alexandre Picini, membros de uma burguesia italiana ascendente em Porto Alegre.

¹⁶⁶ Disponível em: <<https://gibanet.com/confeitaria-rocco/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹⁶⁷ Mais informações sobre os debates sobre a construção do Monumento de Giuseppe e Anita Garibaldi podem ser encontradas em: Um “símbolo da fraternidade dos dois povos”: O monumento a José e Anita Garibaldi em Porto Alegre (1913) publicada na revista MÉTIS – história & cultura por Prof. Dr. Antonio de Ruggiero em 2021.

Além dos membros do comitê, reuniram-se na sede da associação “Vittorio Emanuele II” o total de cinquenta e cinco delegados¹⁶⁸ das associações italianas gaúchas, tanto da capital como interior do estado (DE RUGGIERO, 2021, p. 28). Posteriormente, ocorreu um cortejo até a Praça Garibaldi, localizada no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. O caminho percorrido pelos representantes teve como origem a Rua Sete de Setembro, no centro da capital gaúcha. Dentre os locais passados pelo cortejo, estava a praça Conde de Porto Alegre, localização da Confeitaria Rocco.

O cortejo foi decorado pelas bandeiras italiana, brasileira e riograndense. A estátua de Garibaldi e Anita representava a união dos dois mundos, com Giuseppe representando o herói que lutou bravamente na América e na Europa, acompanhado por Anita, sua esposa, brasileira, que bravamente lutou ao seu lado. O culto a Garibaldi foi recuperado pelo movimento republicano riograndense que o transformou em um mito e símbolo da revolução que buscou a independência do estado (DE RUGGIERO *apud* CONSTANTINO; OSPITAL, 1999, p. 145). Nesse momento Garibaldi não retornava com as vestes do fardamento militar utilizado na Unificação, mas sim, com o poncho, uma vestimenta típica do gaúcho e, aos seus pés, estava Anita, simbolizando o papel de mulher guerreira (CONSTANTINO, 2007, p. 102).

Após a inauguração, o “Comitato pró-monumento” ofereceu uma festa de despedida aos representantes das colônias italianas na Confeitaria Rocco e no mesmo dia ocorria a inauguração da fábrica do estabelecimento. Compareceram na reunião os srs.: Dr. Paternó e senhora, Nicola Muculo, Paganino, Francisco Provenzano, Carmine Grimaldi, Adelchi Conalghi, Francisco Juliani, Benevenuto Crocetta, Luiz Tormiazzi, Baruff Francesco, Cezar Girondi, João Tonin, Candido Giacometti, Alexandro Marco, Cezar Tassinoni, Oristo Corzi, F. Francesco, Verdi

¹⁶⁸ Compareceram João Costalino Carlan, da “Fratelanz e União Italiana” de Cruz Alta; Pelegrino Pighene, da “Vittorio Emanuel III” de São João de Montenegro; Emilio Zanoda, da “Giovani Emanuel”; Caetano Delfinne, da “Elena de Montenegro”; Jeronymo Turca, da “Humberto I” de Silveira Martins; Henrique Tonne, da “Ducca de Abruzzi”; Heitor Ferrante, do “Club Aliança” de Bento Gonçalves; José Rochi, da “Humberto I”; Angelo Martins, com a bandeira brasileira, Salatino Carmine, da “Principessa Pio Monte” de Mariana Pimentel; Hermegildo Soligne, da “Giuseppe Mazzini” da Tristeza; Victorio Luard, da “Garibaldino” de Garibaldi; Ferucio Fasalo, da Regina e Margarida, de Bento Gonaçalves; Rodolfo Baghireli, da “Caxiense”; e “Stella d’Italia” de Garibaldi. A Federação, 22/09/1913, Capa. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Eduardo, Accorsi Clodoreo, Verdi Giuseppi, Pedro Pichini, Paolo Feltini, Mario Christofel, Antonio Ferrari, L. Rosa Lucia, Assunto Bertagno, Gabriel Giannettini, Vittorio Verdi, Nicolau Rocco, Cezar Verdi, Baldone Giuseppe, Fortinio Dionisio, Giovanni Oreste, Crestacio Bernardo, Pedro Venturelli, Giovanni Genta, Pelegrino Teghesi, Feliciano Valle e Paulo Bidan¹⁶⁹.

Durante o evento, Paulo Bidan saudou a colônia italiana e parabenizou pela inauguração do monumento, depois, Stefano Paternó efetuou um discurso sobre a união ítalo-brasileira e, por fim, Adelchi Colnaghi saudou o Brasil e exaltou a união italiana. Posteriormente, Stefano Paternó e Paulo Bidan saudaram Nicolau Rocco, o proprietário do estabelecimento onde ocorreu a confraternização. Ao fim da festa, todos os presentes aproveitaram para conhecer o edifício junto a Nicolau e parabenizá-lo pela inauguração da nova fábrica¹⁷⁰.

Depois desse evento, o próximo ocorrido na Confeitaria Rocco foi a recepção e chá de honra em homenagem a Embaixada Italiana, ocorrida em 03 e 04 de agosto de 1918. Na ocasião, o Embaixador Vito Luciani visitava a capital gaúcha e foi recepcionado pela elite gaúcha e italiana residente em Porto Alegre. Um dos principais eventos foi uma exposição de produtos na Avenida 13 de Maio¹⁷¹. Lá estavam organizados três pavilhões: o nacional, o italiano e o rio-grandense. No alto dos pavilhões havia ornamentos com as cores brasileira e italiana. Acompanharam Luciani, o intendente municipal José Montaury, membros da colônia italiana e representantes da imprensa. Além deles, os líderes do governo do estado, como o major Lourenço Galant, representando Borges de Medeiros, presidente do estado, o Coronel Marcos de Andrade, vice-presidente do estado, Arnaldo Fonseca, cônsul português, cav. Chilossatti, cônsul italiano, Samuel Lee, cônsul norte-americano, além de membros da colônia italiana, oficiais do Exército e Brigada Militar. Esta exposição era de produtos fabricados por empresas de italianos ou descendentes e foi idealizada pelo governo gaúcho. na tabela 11 relacionamos os participantes:

¹⁶⁹ A Federação, 22/09/1913, p. 2. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁷⁰ A Federação, 22/09/1913, p. 2. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁷¹ A Avenida 13 de Maio, segundo logradouro público do Bairro Menino Deus, concebido em 1848. Teve também os nomes de Rua Santa Teresa (1º nome), Rua do Menino Deus, atualmente, Avenida Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/9317>>. Acesso em 2 jan. 2023.

Tabela 12: Expositores italianos e italo-brasileiros

Nome	Produto exibido
Cav. Virgílio Calegari	Exposição de trabalhos fotográficos
José Sanguinetti	Cama de casal, guarda-casaca, toilette, bidê, penteador, cadeira, gandola, roupeiro.
Irmãs Frare, de Bento Gonçalves	Estojo com sedas e casulos.
Luiz Arcangelo Berna	Cabeça nova sem estufamento, aranha nova, rodas novas, caixa para carrinho cavalinho de madeira e de ferro e quadros de mostruário.
Stefano Rocco	Produtos farmacêuticos
Domenico Vignani	Marco de arco grande, vão de porta de duas folhas, um mostruário de madeira.
Mosé Cecconi Irmão	Fernet, vermouth, vinhos, etc.
João Bettamin	Peças de palha, chapéus de palha, diversos.
Ernesto Rocco	Trompa, pistão, bombardino
Virgílio Giudici	Violão e bandolins
Santo Meneghetti	Amostras de moldura, balaústres, lambiquis, lança, tirante de ampros 2 20 palmos, tirante grapia-punha 92 palmos, taboas de forro, assoalho, caixão aplainado, diversos quadros fotográficos, bandeiras brasileira e italiana.
Crivellaro & Difini	Latas de banha e quadros com diploma
Divini & Irmão	Latas de manteiga marca Lua, quadro com diploma
João Martinello	Pares de sapatos para senhoras, botinas para senhoras e perneiras para homens.
José Dariano & Irmão	Mobília de madeira esmaltadas com 8, sofá de vime, cadeiras de braços, cadeiras primeiras, floreira de vime, caminha de vime, costureiros.
Cypriano Micheletto & Irmão	Machina automática, motor elétrico com quadro, transmissão com correia, esqueleto de carro-automovel, roda de automovel e quadro com fotografia.
Conte Maranghello	Fardo de carne seca
Luiz Pettazi	Manteiga
Adolpho Zanella Irmão	Grades de ferro para janelas
Mazzali & Irmão	Fundição ferro e bronze
João Colombo	Vaso de granito artificial e pedra para mesa de centro
Lucas & Xavier	Latinhas com pó, inseticida, espelhos, vidros de formicida, latas vazias, forma para [ilegível], quadro com diploma e retrato da oficina.
Januario Scalzilli	Fernet, meias pura de Cação, tipo cabelo, [ilegível], garrafas de vermouth, groselha, litros de conhaque, chantrase, meias garrafas de ritter, conhaque.
[ilegível]	Champagne
Paulo Doment	Litros aperitivos, g. manta Glacial, Colonia, Marinheiro, Licor Chrystal, litro Gondoleiro, Mistrá, garrafa aniz, Kimal, aniz marinheiro, extra, Licos Kerman, licor Rosa, Marasqui Flor Amor.
Abramo Schiarem	Vassouras grandes, faqueira e brocha.

Matin Accani & C.	Barris de vinho velho, vinho bordeaux, porto e rhenó
Jornal "La Patria"	Coleção completa do jornal, Almanaque de 1917, de 1918, e álbuns da exposição de Caxias.
Luiz Guagna(ra)	Sapato branco, botinas, sapatos, borzeguins, borzeguins de abotoar, para homens, borzeguins de pelica, borzeguins de bezerro amarelos.
Fortunato Fravi & C	Originais de fábrica e quadros
Saverio Leonetti	Gramofones, discos e matrizes.
José Monaco	Dúzias de sabonetes de coco, dúzias de barras (coco), blocos sabonetes côco e pedaços sabão comum
Roque Guaranha	Violões, banderita e cavaquinho
Luiz Ugolini	Caixas pequenas, sabão, caixas grandes sabão pães, caixas cristaes de soda e retrato da fábrica e moldura.
A Verdi e Polidoni	Latas de colorau, azeite doce, manteiga, pacotes de chás de mate, alpiste, farinha de milho, erva para chá, vinho amostra e graspa.
Benjamin Beriese	Vinho Bordeaux, Barbeira, branco reino, Moscatel, graspa e barris pequenos
Rubbo Irmão	Barris de vinhos de nacionais e caixas de farinha de milho
Raphael Papalea	Tijolos refratários.
Cogliate Baldassare	Água de soda Estrella, gazosa, cipria e creme de cidra.
M. Cadoria & N. de Angeli	Colunas de granito e tinteiras.
Eugenio Giulian	Barril de graspa, aguardente, vinho nacional especial.
Antonello Fava & C.	Feijão [ilegível], Cavallo, preto, branco, carioca, lentilhas, farinha de mandioca (aliada), farinha de aveia, erva matte, (aliada) e queijo parmesão.
Leonardo Ferrone	Album contendo desenhos geométricos, recortes para homens e senhoras, executados pelas alunas da Escola.
F. Schifino & C.	Par de borzeguins, sapatos de senhoras, botinas de senhoras e alpinos.
Damiani Irmãos	Caixas de Massas alimentícias
Pyraz Fiorenzano	Banheiro, [ilegível], lata vazia de um quilo e lata para leite, porta-concha, escarradeira e conchas.

Fonte: A Federação, 03 de agosto de 1918, p. 2. Tabela formulada pela autora.

Nicolau Rocco não participou desta exposição, porém, outros membros da elite ítalo-brasileira estiveram presentes mostrando seus produtos. Percebemos que os participantes, no geral, eram fabricantes de produtos alimentícios, vestuários e materiais para construção civil. Posteriormente, alguns desses indivíduos também fizeram parte do Almanaque comemorativo dos 50 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, como Santo Meneghetti e Virgílio Calegari. Entretanto, a Confeitaria Rocco foi o responsável pelo menu

servido no restaurante do pavilhão aos convidados de honra. De fato, o almanaque de 1925 citava Nicolau Rocco como um dos principais indicados a receber o reconhecimento das autoridades italianas com o título de “*Cavaliere del Lavoro*”, como um indivíduo que havia alcançado ascensão no mundo do trabalho.

A carta de apresentação do menu tinha como capa a bandeira brasileira e a legenda era “À embaixada italiana – oferece o Governo do Estado do Rio Grande do Sul – em 3-8-918”¹⁷², também tinham os emblemas do Rio Grande do Sul e da Itália. O cardápio contava com produtos riograndenses como “fiambres sortidos; mayonaise de peixe-rei; entrada – Sopa de verduras, vol-au-vent de galinha, filet de vitella á jardineira, costeleta de cabrito com ervilhas, peito de peru com presunto e gelatina, espargos a molho branco, frutas e doces, vinho Rheno, vinho Tinto, Café, Licores e Charutos e Champagne.”¹⁷³.

Além dessa exposição, também houve outra na Villa Nova, idealizada pelo proprietário da colônia, Vicente Monteggia. Nessa feira, os estandes não eram apenas de italianos e/ou ítalo-brasileiros, mas contavam com muitos moradores da colônia de Monteggia, em sua maioria brasileiros. Após esta visita, Nicolau Rocco ofereceu um chá de honra à Embaixada Italiana.

A Confeitaria Rocco foi decorada na parte externa com as bandeiras do Brasil e da Itália em suas sacadas e dos demais países aliados – em referência à Primeira Grande Guerra, que estava em seus últimos meses de conflito. Além das bandeiras também havia iluminação por dezenas de lâmpadas com as cores italianas espalhadas pelas fachadas central e lateral e enfeitado com folhagens naturais. No interior do edifício, as escadarias e os salões também estavam decorados com folhagens e bandeiras, sendo que o principal estava ornamentado com as bandeiras brasileira e italiana, entrelaçadas acima das mesas distribuídas pelo espaço em que seria servido o chá. Estas mesas estavam adornadas com ramos de violetas que estavam amarradas com fitas com as cores da Itália e do Brasil¹⁷⁴.

O público que compareceu era daqueles que já acompanhavam o embaixador Luciani e suas famílias, membros da colônia italiana, representantes

¹⁷² A Federação, 03/08/1918, p. 2. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁷³ A Federação, 03/08/1918, p. 2. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁷⁴ A Federação, 05/08/1918, Capa. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

da política gaúcha e convidados. Entre os convidados, o jornal A Federação nomeou:

Entre os convidados, achavam-se os drs. Protasio Alves, vice-presidente do Estado, e secretario do Interior, e Ildfonso Soares Pinto, secretario das Obras Públicas; general Tito Escobar, comandante da 7ª Região Militar, e seus ajudantes de ordens, 1º tenentes João Anibal Duarte e Aureliano Coutinho; dr. José Montauray, intendente municipal; Coronel Marcos de Andrade, vice-presidente da assembleia dos representantes; coronel Affonso Emilio Massot, comandante geral da Brigada Militar; general Ildfonso Pires de Moraes Castro, comandante da 10ª brigada de infantaria, e seu ajudante de ordens, tenente Affonso Ribeiro; dr. Dillon, consul de S. M. Britannica, dr. Sinval Saldanha, director geral da Secretaria do interior, coronel Antenor Amorim, pelo centro republicano Julio de Castilhos; dr. Oscar defeminis, consul do uruguay, dr. Arnaldo Fonseca, consul de Portugal, barão de La Vayssière, consul da França; Mansueto Bernardi, oficial de gabinete da presidência do Estado; Samuel Lee, consul norte-americano; capitão Francisco Xavier da Costa, conselheiro municipal; dr. João Carlos Machado, 1º promotor público; Archimedes Fortini, pelo “correio do povo”; capitão Lourival Cunha, pela “Kodak”, Ilerminio de Freitas pela “Mascara”; Tertuliano Gonçalves, pelo “Imparcial”; Pery Oliveira, pelo “Independente”, e o nosso companheiro Moacyr G. Ilha. (A FEDERAÇÃO, 05/08/1918, Capa).

Já os membros da colônia italiana, organizadores das recepções ocorridas anteriormente, foram os médicos Campelli, José Ravelli, Biaggio Rocco e Arrigo Cini, os empreendedores Giulio Bozano, Stefano Rocco, Isaac Muccilo, Fausto Cauduro, Carlos Lubisco, Januarío Grecco, cav. Humberto Ancarani, Attilio Marsij, Angelo La Porta, Rafael Guaspari, Alexandre Piccini, Carlos Difini, Natale Grimaldi, Pedro Bonotto e o jornalista Benevenuto Crocetta. Eles utilizavam um distintivo com as cores italianas.

Durante a ocasião, o Embaixador Luciani fez um discurso emocionado agradecendo a colônia italiana gaúcha pelas diversas recepções organizadas durante a sua passagem. Nessa fala, ele ressaltou a “solidariedade com que é recebida sempre a embaixada italiana, que tinha a impressão de que no Rio Grande do Sul encontrava um desdobramento da sua própria Pátria”¹⁷⁵ e ainda ressaltou a presença de seu filho como combatente na Primeira Grande Guerra (1914 – 1918) e de como se orgulhava pelo filho “ir cumprir o seu dever de italiano”. Após o discurso, a festa continuou até às 12 horas e as senhoritas italianas ofereceram fitas com as cores nacionais e italianas entrelaçadas mediante contribuição para a Cruz Vermelha Italiana.

¹⁷⁵ A Federação, 05/08/1918, Capa. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Como resultado desta visita foi editado um álbum comemorativo intitulado Lembrança da visita da real embaixada italiana no Rio Grande do Sul, em agosto de 1918. Esse álbum pode ser considerado um complemento ao álbum comemorativo de cinquenta anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, pois traz novos comerciantes que não fizeram parte do segundo álbum (figura 21 e 22). Diferentemente do comemorativo de 50 anos, Nicolau Rocco não tem uma participação notável, por mais que sua confeitaria tenha sido um dos principais contribuintes do evento, ele não aparece com tanto destaque quanto outros empreendedores.

Figura 21: Chá Oferecido à Embaixada na Confeitaria Rocco



Fonte: Álbum Lembrança da visita da real embaixada italiana no Rio Grande do Sul.

No ano seguinte, o Embaixador Conde Alexandre Bosdari fez uma excursão aos estados meridionais brasileiros para conhecer a situação de seus conterrâneos. Para recebê-lo em 26 de março de 1919, foi organizado um chá em honra de seu nome pela colônia italiana gaúcha, também na Confeitaria Rocco¹⁷⁶. Naquela ocasião, novamente, as bandeiras do Brasil e da Itália se encontravam entrelaçadas, porém, destacavam-se os escudos dos dois países.

¹⁷⁶ A Federação, 22/03/1919, p. 3. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Figura 22: Outra foto do chá oferecido à Embaixada



Fonte: Álbum Lembrança da visita da real embaixada italiana no Rio Grande do Sul.

Quando o conde chegou ao prédio, foi recebido ao som da marcha real italiana e foram atiradas, pelas senhoritas presentes, pétalas de rosas em sua homenagem. Por fim, o poeta Mansueto Bernardi fez um discurso em homenagem a Bosdari. Nele, ressaltavam-se a sua ida às regiões de colônia do estado, como Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Alfredo Chaves e a posição dos italianos da capital, como ele que era italiano de nascença e cidadão brasileiro.

No dia 31 do mesmo mês foi oferecido um Banquete de Gala pela colônia Italiana ao Embaixador novamente na Confeitaria Rocco. Nesse evento, os líderes maiores do PRR participaram, como Borges de Medeiros e Protásio Alves¹⁷⁷, os cônsules de Portugal e França e parte da mesma comissão que organizou as exposições e recepções ocorridas em 1918 também esteve presente neste banquete (figura 23). Esse grupo foi nomeado como Comitato Pró Pátria, e tinham como membros:

Dr. G. Campelli, dr. Alberto Albertini, dr. Biagio Rocco, dr. Arturo Apollinari, professor Augusto Menegatti, cav. Virgilo Calegari, Carlos

¹⁷⁷ A Federação, 01/04/1919, p. 5. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Lubisco, Francisco Provenzano, Agostinho Piccini, José Ricciardi, Francesco Bonomo, Eugenio Giulian, Pietro Ellara, Januario Greco, Carlo Difini, Fausto Cauduro, Benevenuto Crocetta, A. Boni, Oreste Franzoni, Luiz Ugolini, Fausto Gagliardi, Francisco Baldino, Francisco La Porta, Luiz Michielon, Luiz Rocco, Salvador Difini, professor Amadeu Lucchesi, José Bertaso, Julio Bozano e o nosso companheiro tenente Paulo Bidan (A FEDERAÇÃO, 01/04/1919, p. 5).

Figura 23: Festa do Consulado italiano



Fonte: Acervo Privado – José Gabriel Irace.

As festas consulares italianas e/ou organizadas por comissões apenas de italianos e ítalo-brasileiros se seguiram durante a década de 1920. Um dos grandes eventos ocorridos foi a festa de aniversário da fundação da cidade de Roma, em 18 de abril de 1925, organizada pelo Consulado italiano em Porto Alegre.

É importante ressaltarmos que nesse período já havia alçado o poder Benito Mussolini e o fascismo se desenvolvia tanto em território italiano como nas colônias ítalo-brasileiras. Até 1935 a relação ítalo-brasileira se reforçava na consolidação das colônias italianas em território brasileiro, por isso, antes da década de trinta, e nos primórdios do fascismo italiano, a principal preocupação era a manutenção da cultura italiana nos imigrantes a partir das “Casas da Itália”, que no período não eram utilizadas com uma bandeira “anti-brasileira”. Com a ascensão de Mussolini em 1922, procuraram investir na divulgação dos

“aspectos positivos” da doutrina fascista, utilizando meios tradicionais como “conferências, a concessão de bolsas de estudos a jovens brasileiros, viagens de estudos subvencionadas e a propagação das realizações fascistas, através de publicações oficiais.” (SEITENFUS, VER ANO, p. 45). João Bertonha interpretou que a política externa fascista italiana era “menos agressiva” durante a década de 1920, pois dirigia a propaganda aos italianos e descendentes já funcionava sem maiores esforços (2000, p. 86).

Logo, um evento organizado pelo consulado para a colônia italiana residente, no ano de comemoração dos cinquenta anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, se tratava provavelmente de um ato de exaltação da cultura e história italiana, seguindo um dos principais preceitos fascistas, o nacionalismo. Além disso, no evento ocorreu a distribuição dos diplomas aos expositores que participaram da Exposição Agropecuária de 1918 em que o deputado e então embaixador Victor Luciani visitou.

Participaram da ocasião as figuras mais representativas da colônia porto-alegrense, como João Campelli, presidente da comissão central das festas do cinquentenário, Julio Bozano, vice-consul da Itália; o cav. João della Ragione, Julião Azzario e os presidentes das associações ítalo-brasileiras. Já como representantes da política gaúcha estavam presentes o dr. José Montaury, então presidente da Comissão Executiva do PRR e sr. Othelo Rosa, secretário da Presidência que representou dr. Borges de Medeiros¹⁷⁸. O discurso feito por Arduini exaltava a pátria mãe da maioria dos presentes, exaltando o hino e a importância histórica da cidade de Roma, com uma ode à “Cittá Eterna”. Posteriormente foram entregues os diplomas aos expositores de 1918.

O último evento com a confeitaria ainda sob a direção de Nicolau Rocco foi a homenagem ao cônsul geral da Itália Manfredo Chiostrì. Foi um banquete de despedida a Chiostrì, que voltava à Itália após quatro anos como cônsul em Porto Alegre. Ele era identificado pelo periódico A Federação como “uma das mais significativas personalidades da Itália Fascista” e que retornava para a Itália para desempenhar um “elevado cargo no Ministério das Relações Exteriores do

¹⁷⁸ A Federação, 20/04/1925, p. 5. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

seu paiz” e que deixava “indubitavelmente innumeras sympathias não somente no seio da colonia italiana, mas também no nosso meio social”¹⁷⁹.

Tanto Arduini como Chiostri buscaram, durante seus períodos como cónsules, a retomada da italianidade dentro da colônia italiana riograndense, principalmente por meio das instituições escolares¹⁸⁰, a organização do Almanaque Comemorativo Cinquentenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875 – 1925 e as festas ocorridas pela Confeitaria Rocco (figura 24).

Figura 24: Festa da colônia italiana em 1925



Fonte: Acervo Privado – José Gabriel Irace.

Porém, percebemos que não havia uma participação efetiva de Nicolau Rocco nessas ocasiões, fora as recepções ocorridas em 1918 em homenagem ao embaixador e deputado Luciani. A análise das fontes demonstrou que as relações entre Rocco e seu país de origem se desenvolvia a partir das relações com Provenzano, Guaragna e Gallo – que não possuíam também um papel

¹⁷⁹ A Federação, 05/02/1932, p. 4. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁸⁰ VER Rech, Gelson Leonardo. Educação e italianidade: a opção pelas congregações religiosas italianas. Conjectura: filos. e Educ. vol.23 n. 2 Caxias do Sul 2018 Epub 17-Set-2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-46122018000300008&lng=pt&nrm=iso#B017>. Acesso em: 25 jul. 2022.

efetivo nestas ocasiões – e com os nacionais partidários do PRR. Essas relações com os nacionais vão se desenvolver a partir de teias formalizadas durante a primeira década do século XX, com a presença nas associações já analisadas e a Confeitaria Rocco se tornou o palco das relações desses grupos e da coletividade Italiana. Até meados de 1924, quando Nicolau Rocco ainda estava oficialmente à frente do seu estabelecimento, a confeitaria possuía a característica de ser o local oficial das comemorações ítalo-brasileiras, como no caso dos seiscentos anos da morte de Dante Alighieri, o último grande evento ítalo-brasileiro ocorrido nos salões da confeitaria.

A celebração em 1921 foi organizada por um comitê ítalo-brasileiro com homenagens solenes nos dias 7, 14 e 20 de setembro. Essas, como analisou Antonio de Ruggiero, não foram escolhidas aleatoriamente “(...) no dia 7, se comemorava a Independência do Brasil, no dia 14 a morte de Dante, e no dia 20 a ‘tomada de Roma’ junto com a Revolução Republicana dos farrapos” (2021, p. 15). Porém, indícios demonstram que a homenagem que deveria ter ocorrido no dia 14 de setembro foi cancelada¹⁸¹. As três palestras ocorreram no salão principal da Confeitaria Rocco, que à época já havia se tornado lugar-símbolo da burguesia italiana de Porto Alegre.

4.3 As festas da burguesia porto-alegrense

Quanto à burguesia porto-alegrense, o Palacete Rocco se tornou sinônimo dos grandes carnavais na época. Apesar da confeitaria ter sido inaugurada apenas em setembro de 1913, desde o início de 1912 já aconteciam recepções no local. Provavelmente, ela nunca deixou de funcionar, tanto que encontramos recibos emitidos pela Confeitaria Sul-Americana entre 1908 e 1912, fase final da construção da Rocco. A primeira notícia que temos sobre uma comemoração ocorrida lá foi em 2 de maio de 1912 em honra das promoções ocorridas na Repartição dos Correios. Posteriormente, no ano de inauguração, vemos as primeiras festas em que a Confeitaria Rocco se tornou referência, os carnavais.

¹⁸¹ Tanto o jornal A Federação como o Correio do Povo, ao relatarem os eventos ocorridos transpõem essa data.

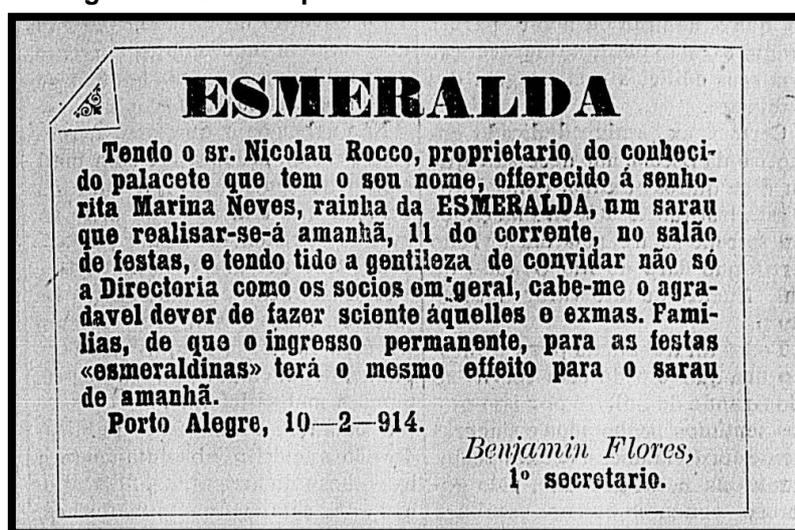
Foi publicado em 15 de março de 1913 um direito de resposta de Nicolau Rocco à Sociedade Carnavalesca Tenentes do Diabo, uma das agremiações mais antigas de Porto Alegre. Esta agremiação denunciava que Nicolau Rocco não havia cumprido um compromisso firmado de lhe ceder o salão, que estava em obras, mas sim à Sociedade Carnavalesca Esmeralda, outra agremiação de tradição da cidade. Nessa mesma publicação ele reitera ter cedido o salão para a S. C. Esmeralda, pois foi a primeira a pedi-lo para a realização de um baile. Infelizmente, não temos o contraponto publicado em 12 de março de 1913 no Correio do Povo, pois os acervos que possuem esse jornal, ou não têm a edição em especial, ou não disponibilizam o acervo anterior ao ano de 1940.

A edição de 18 de março de 1913 de A Federação trazia uma reportagem sobre a festa no salão que esteve em disputa nas publicações anteriores. A festa foi dedicada à rainha daquela sociedade e às diretoras, e ainda se comemoravam os quarenta anos da fundação e a eleição da nova diretoria. A publicação ressaltava a imponência do edifício, que ainda estava sendo construído à época, e contavam que “construído a capricho para o fim que se destina, saraus, banquetes, conferências, etc, oferece em suas dependências o conforto e elegância necessários para todos os serviços reclamados pela assistência como vestiários, buffet, etc”. Nessa reportagem vemos o início da essência do que a Confeitaria Rocco se tornaria nos anos seguintes. Um local para saraus, banquetes e conferências. Tanto que, posteriormente, a Sociedade Esmeralda se manteve recorrente na confeitaria. O próximo evento ocorrido nos salões foi também da Sociedade Esmeralda, sendo o “Baile das Camélias”, que fora oferecido pelas diretoras da sociedade e pelo comitê organizador. Nesse evento, a revista Kodak foi convidada para fotografar a festa e o concurso promovido pela revista.

Referente ao ano seguinte à inauguração da confeitaria, começamos a rastrear uma das principais festas que o local recebeu, o carnaval. Além da S. C. Esmeralda, recebeu também a Tenentes do Diabo, a Sociedade Satellite Porto-Alegrense e a Fidalgos de Veneza. Como vemos, venezianos também faziam seus eventos na Confeitaria Rocco. Em especial a esse primeiro carnaval com a confeitaria em funcionamento, Nicolau Rocco ofereceu um “belíssimo ramalhete de flores artificiais” para a rainha da festa da Sociedade Esmeralda,

d. Marina Neves¹⁸². Nesta ocasião o sarau oferecido por Nicolau Rocco contou com surpresas como o “Grupo das Caturritas”, que conforme o jornalista de A Federação garantiu “pelas imunidades dos dominós, pintou a manta, trazendo a todos de canto chorado e, especialmente, o estado maior da *Esmeralda*”¹⁸³. A orquestra foi dirigida por Pasqual Truda e à meia noite foi servida uma taça de champagne. O diretor da sociedade, Napoleão Gonçalves, em nome de Rocco, ofereceu a festa à rainha e Augusto Carvalho agradeceu o confeitiro pela promoção (figura 25).

Figura 25: Convite para sarau oferecido à Marina Neves



Fonte: A Federação, 10/02/1914, p. 4.

Em março de 1914, Nicolau Rocco prestigiou a rainha da festa da Tenentes do Diabo, Therezinha Lovoura. Nesse evento ofereceu um festival que foi organizado pela própria diretoria da Tenentes. A Federação contava que “Nessa elegante reunião serão, talvez, ultimadas certas combinações que dizem respeito ao brilho do passeio de gala e no qual, segundo nos consta, haverá surpresas do “arco da velha”¹⁸⁴. A foto abaixo, provavelmente, era daquele dia. Essa edição da Revista Kodak foi dedicada à Confeitaria Rocco e apresentou

¹⁸² O reinado de Marina Neves foi analisado na tese “Festas Carnavalescas da elite de Porto Alegre: Evas e Marias nas redes do poder (1906-1914)” da historiadora Caroline Pereira Leal defendido no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2013.

¹⁸³ A Federação, 12/02/1914. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁸⁴ A Federação, 17/02/1914. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

em suas páginas fotos do espaço e fotos das festas ocorridas naquele ano em função do carnaval (figura 26 – 32).

Figura 26: Baile de Gala da Tenentes do Diabo



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 27: Baile Burlesco da Tenentes do Diabo na Confeitaria Rocco



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 28: Baile Burlesco - Sociedade Eden Familiar



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 29: Baile Burlesco - Eden familiar no primeiro pavimento da Confeitaria Rocco



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 30: Baile oferecido por Nicolau Rocco à Sociedade Esmeralda



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 31: Movimento do Público nos dias de Carnavais



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

Figura 32: "Grupo de Senhoritas que tomaram parte do banquete e baile"



Fonte: Revista Kodak, 18/03/1914 – Porto Alegre (MUSECOM).

O carnaval da Rocco seguia o padrão das comemorações anteriores ao palacete. As principais eram os bailes de máscaras. A historiadora Caroline Leal analisando o período e as festas carnavalescas da capital, verificou que esse tipo de baile era noticiado de forma negativa “eram os ‘decantados bailes masqués’ uma das ‘tristes manifestações carnavalescas’ que se vira no ano de 1905” (LEAL, 2015, p. 285). Essas festas eram representadas pelas sociedades mais antigas da cidade, Esmeralda e Venezianos, que desde 1874 promoviam seus desfiles nas ruas da capital gaúcha. Com o surgimento delas, o carnaval da cidade conquistou um caráter mais elitizado (KRAWCZYK, GERMANO, POSSAMAI, 1992, p. 17). Posteriormente, surgiram outras sociedades que adotaram o mesmo estilo de carnaval, como: Congos, Floresta Aurora, Germânia (LEAL, 2015, p. 293).

No entanto, tais associações não eram representantes dos valores burgueses, o que fez o cronista recordar dos tempos de Esmeralda e Venezianos, essas sim verdadeiras emissárias de “luxo”, “gosto” e “nobreza”. Agora eram os representantes de outros segmentos que faziam a festa, à qual o “burguês honesto” não levaria a família (LEAL, 2015, p. 294).

Então, utilizar um local como a Confeitaria Rocco – que era representante da elite de Porto Alegre – para consagrar seus carnavais, auxiliava em distinguir

o que eram festas de “luxo”, “gosto” e “nobreza” do que era identificado como bagunça e mal gosto. Tanto que os periódicos da época tratavam os carnavais da Rocco como os mais organizados, bonitos, e de qualidade.

No início do século XX surgem outras sociedades menores como Os filhos do Inferno, Saca-Rolhas, Pierrots, entre outras. A festa de rua continua sendo na Rua da Praia. Estima-se que em 1912 havia mais de trinta mil pessoas no centro de Porto Alegre comemorando o carnaval (KRAWCZYK, GERMANO, POSSAMAI, 1992, p. 19). Posteriormente, as sociedades carnavalescas passaram a realizar bailes para associados, como os da Confeitaria Rocco, e do mesmo modo, havia bailes nos salões de clubes como Leopoldina, Germania, Floresta Aurora e Theatro São Pedro (KRAWCZYK, GERMANO, POSSAMAI, 1992, p. 21).

A Confeitaria Rocco foi palco dos carnavais da elite porto-alegrense por quase 12 anos. Porém, com a abertura de novos locais, como a construção da sede do Clube Caixeral, que anteriormente fazia uso recorrente dos salões da Rocco, o uso do palacete começou a decair. Rosemary Fritsch data de 1924 o início do declínio de interesse para a realização das festas na confeitaria.

O clube, durante 10 anos, aluga os principais salões da cidade para seus eventos. Como as demais sociedades carnavalescas e recreativas, o Clube Caixeral, o Palacete Rocco, o Teatro Apolo, o Bar Florida e o Teatro São Pedro alocam, quando necessitam, salões para os finos recitais e palestras proferidas por ilustres. Sabemos por Sanmartin que, em 1924, o Clube Caixeral finaliza sua nova sede, razão pela qual começa a decair a utilização do palacete Rocco. Os salões são para os bailes elitizados, prática comum na Sociedade Esmeralda, Sociedade de Filosofia, Sociedade dos Venezianos e Sociedade Filhos do Inferno, com a presidência do moranes Domingos Faillace (2006, p. 332).

Outro fator para o declínio do Carnaval na Rocco foi a substituição destas grandes sociedades carnavalescas por contingentes de cordões e blocos populares em bairros como Cidade Baixa, Bom Fim e no 4º Distrito (KRAWCZYK, GERMANO, POSSAMAI, 1992, p. 21).

Além do carnaval, Rocco ofereceu à sociedade um sarau dançante em agradecimento ao baile de gala ocorrido em 14 de julho de 1914. Nesse primeiro sarau, a organização ficou sob responsabilidade do próprio Nicolau Rocco¹⁸⁵.

¹⁸⁵ A Federação, 22/07/1914, p. 6. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Porém, o segundo, ocorrido em 22 de agosto de 1914, foi organizado por um grupo de diretoras, que já havia organizado o primeiro baile de gala. Na comissão de honra do evento estavam representantes da polícia, brigada militar e consulado de Portugal¹⁸⁶. Esse evento já direcionava os caminhos que a confeitaria tomou a partir da segunda metade da década de 1910, tornando-se um dos palcos da política gaúcha.

4.4 A confeitaria como cenário da política na capital

Para compreendermos o processo que tornou a Confeitaria Rocco um ponto de referência, conectado ao Partido Republicano Riograndense, distinguiremos os termos “partido político” e “política”. Para Bobbio política se define como:

O termo política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado (...) passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou o conjunto de atividades que, de alguma maneira, tem como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado (*apud* ABREU, 1996, p. 25).

A partir da interpretação de Bobbio, Max Weber definiu partido político como “uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente.” (*apud* ABREU, 1996, p. 25).

No caso da Confeitaria Rocco, ela se tornou o principal local de confraternização, recepções e demais festas do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade de Porto Alegre. O federalismo gaúcho surgiu a partir de um “poder privado regional” que simbolizava os interesses dos estancieiros do Rio Grande do Sul “como fração da classe dominante local, queriam o Estado Imperial como porta-voz e defensor de seus interesses, se esses não eram atendidos apregoavam e difundiam ideias autonomistas” (TARGA *apud* SÊGA e PERISSINOTTO, 2011, p. 109).

O Partido Republicano Rio-Grandense foi fundado com objetivo de fomentar o republicanismo no estado e derivou-se do Clube Republicano de Porto Alegre que em fevereiro de 1882 havia proposto uma convenção para eleição de um grupo com poderes para organizar um partido republicano gaúcho (SÊGA e PERISSINOTTO, 2011, p. 109).

Os grupos formadores do partido se baseavam em relações de reciprocidade, como explica Landé:

Os grupos não corporados (...) se baseiam em relações diádicas de reciprocidade que anelam em alianças deste tipo diversos indivíduos entre si, tendo como resultado grupos com estrutura “multissegmentada” e “sistemas de líderes-seguidores”, nos quais “cada um dos seguidores imediatos do líder principal possui seguidores pessoais próprios, e estes por sua vez são líderes por seus próprios méritos (LANDE *apud* GRIJÓ, 1999, p. 66).

Podemos entender que esse sistema de conexões foi integrado por Nicolau Rocco, possivelmente, pela sua relação com Luiz Guaragna, conselheiro municipal pelo partido em 1908, e a partir da participação no PRR e na Guarda Municipal buscou se aliançar com nacionais e se conectar aos grandes nomes do partido, como no caso da homenagem organizada por ele a Julio de Castilhos.

A existência dessas redes que se apoiavam e obedeciam a um sistema de líderes-seguidores, como Grijó exemplifica, a partir de lideranças como Julio de Castilhos e as sucessivas dissidências¹⁸⁷ já eram perceptíveis. Isso se torna relevante na trajetória de Nicolau Rocco quando, junto a Josino de Azevedo e Alcides Baptista Pereira, convidavam os demais oficiais da Guarda Nacional para se reunirem na sede do Club Militar da capital para organizarem o depósito de uma coroa de bronze no monumento do “patriarca riograndense, dr. Julio de Castilhos”¹⁸⁸ como um ato de homenagem daqueles membros¹⁸⁹. A figura de Julio de Castilhos se tornou emblemática para os republicanos riograndenses, principalmente após a sua morte, como a historiadora Carina Martiny analisou:

¹⁸⁷ Sobre as dissidências ocorridas no Partido Republicano Riograndense ler: Tassiana Saccol (2018).

¹⁸⁸ A Federação, 21/02/1913, p. 3. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁸⁹ Mais informações sobre o monumento de Julio de Castilhos em Porto Alegre pode ser encontrado em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199529/001101028.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 15 dez. 2022.

Nos anos 1880, se envolveu com a constituição do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e com a criação do jornal partidário A Federação, no qual atuou, por muito tempo, como redator. Depois da instalação da República, em 1889, quando o PRR, mesmo minoritário, foi alçado ao poder no estado, se ocupando da máquina burocrático-administrativa, ele se tornou a figura central não somente do partido. Em 1897, seu nome apareceu como possível candidato à presidência da República. Após seu falecimento, em 1903, seu sucessor, Borges de Medeiros, se encarregou de preservar a imagem do chefe a posteridade com a construção de monumentos glorificadores (2018, p. 18).

Logo, homenagear Julio de Castilhos, o líder mais importante do republicanismo gaúcho, poderia significar a busca para integração e reconhecimento aos correligionários mais antigos. As relações com o PRR se intensificam nos anos seguintes, conforme vimos no capítulo anterior. Nicolau Rocco já havia consolidado as suas relações com alguns membros de importância, como o Coronel Marcos de Andrade e Antenor Amorim, dois líderes do partido na capital gaúcha. Em 10 de setembro de 1914 foi organizada uma recepção para o coronel que regressava de uma viagem ao Rio de Janeiro. Nesse evento, os comensais ficaram a cargo da Confeitaria Rocco e Nicolau estava presente na mesma como um dos correligionários convidados¹⁹⁰.

A partir desta reportagem, vemos a presença de Rocco em uma série de ocasiões para membros do partido, como por exemplo as cerimônias religiosas e romaria cívica em homenagem ao primeiro aniversário de morte¹⁹¹ do senador Pinheiro Machado¹⁹². Nessas ocorrências, Rocco aparece como um dos presentes, não possuindo um papel ativo nas ocasiões. Diferentemente do que ocorre quando a Confeitaria Rocco é citada, no geral ela é o centro das recepções e/ou presta os serviços de banquetes para as comemorações.

¹⁹⁰ A Federação, 14/09/1914, Capa. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁹¹ Pinheiro Machado foi morto em 08 de janeiro de 1915 no Rio de Janeiro pelo padeiro Francisco Manso de Paiva. A investigação demonstrou que não teve cunho político o assassinato, mas foi motivado pelas críticas dos jornais da época ao senador. Mais informações: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2015/09/08/assassinato-do-senador-gaicho-pinheiro-machado-completa-100-anos-nesta-terca-feira>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

¹⁹² A Federação, 08/09/1916, Capa. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

A Confeitaria Rocco foi escolhida como local do banquete da posse de Borges de Medeiros¹⁹³ como presidente do estado em 1918. Para esse evento, foram convidados os representantes eleitos à Assembleia do Estado, aos membros da Bancada Rio-Grandense do Congresso Federal e correligionários do partido republicano e ocorreu no Salão Nobre da confeitaria, acreditamos que esse salão seja àquele que possui a decoração em afrescos¹⁹⁴. Na publicação seguinte, do dia 24 de janeiro de 1918, o jornal A Federação noticiou, novamente, que a posse presidencial de Borges de Medeiros ocorreria às 16 horas, na Assembleia dos Representantes, para um mandato de cinco anos, entre 1918 e 1923. Posteriormente, às 21 horas, seria realizado o banquete organizado pelo recém-empossado presidente do estado¹⁹⁵.

Há uma série de possibilidades para indicar a escolha da Confeitaria Rocco como o local do banquete da posse de Borges. Entre elas estão, o fato de a confeitaria ter se tornado um dos principais centros de confraternizações desde a sua inauguração em 1913, as relações entre Nicolau Rocco e os dirigentes do Partido Republicano riograndense e a imponência do prédio localizado no coração da capital gaúcha. Mas um elemento que ressalta aos olhos é a política, que era proferida em forma de discurso na segunda metade da década de 1910, mas não posta em prática, de “valorização da classe média e incorporação do proletariado à sociedade e de investimentos direcionados para a zona de colonização” (AXT, 2004, p. 5). Portanto, realizar a posse numa confeitaria que já havia sido local de manifestações e greves por melhoria de condições dos trabalhadores durante a construção do palacete¹⁹⁶.

Por exemplo, se, em 1917, Borges de Medeiros interveio no mercado para garantir certas conquistas aos trabalhadores urbanos, foi, fundamentalmente, por- que arrostava um momento de crise de hegemonia política e não pretendia abrir uma outra frente de atrição. Mas, em 1919, quando a rede de compromissos sob seu comando reafirmara-se plenamente, Borges determinou a perseguição das lideranças sindicais e o fechamento de sindicatos, rechaçando qualquer possibilidade de apoio às reivindicações dos trabalhadores (AXT, 2004, p. 5 E 6).

¹⁹³ Antônio Augusto Borges de Medeiros foi presidente do estado do Rio Grande do Sul de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928. Após a morte de Júlio de Castilhos, tornou-se líder do PRR.

¹⁹⁴ A Federação, 23/01/1918, p. 5. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁹⁵ A Federação, 24/01/1918, p. 4. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁹⁶ A Federação, 14/01/1911, p. 4. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Além das conexões construídas por Rocco e outros conacionais com os republicanos, é possível afirmar que o republicanismo gaúcho, desde o final do século XIX, a partir da morte de Júlio de Castilhos, se dedicou a “revitalizar a colonização”, buscando a retomada ideológica da população da região das colônias – afastada do republicanismo desde a Revolução Federalista de 1893 a 1895, como analisou Constantino:

As antigas colônias passaram a ser cuidadosamente protegidas enquanto desenvolvia-se um projeto de nacionalização. O ingresso de italianos passou a caracterizar-se pela imigração espontânea em detrimento da subvencionada, segundo diretrizes que foram expressas nas *Teses Financeiras e Econômicas do Partido Republicano Riograndense* (CONSTANTINO, 2007, p. 101).

Logo, aproximar-se desses italianos que ingressavam espontaneamente na capital gaúcha fazia parte de um discurso que remontava a última década do século XIX. Outro fator de relevância desta busca pelos imigrantes italianos urbanos foi o retorno e ressignificação de Giuseppe Garibaldi, como o líder de dois mundos (CONSTANTINO, 2007, p. 101). Como analisamos no subcapítulo anterior, Nicolau Rocco inaugurou sua confeitaria junto com a festa ítalo-brasileira de inauguração do monumento a Garibaldi, no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre.

Em 26 de janeiro de 1918 ocorreu esse primeiro grande evento político na Rocco. A Federação descrevia que o Salão Nobre havia sido “finamente ornamentado”, possuindo um busto de Júlio de Castilhos, “circundado de flores e das bandeiras Nacional e do Estado”¹⁹⁷. Compareceram cinquenta e duas pessoas do mais alto escalão político da época, como José Montauray, intendente de Porto Alegre, Protásio Alves, secretário do interior, Marcos de Andrade, deputado estadual, João Simplício e Ildefonso Simões Lopes, deputados federais, Coronel Afonso Emilio Massot, comandante da Brigada Militar.

A organização do salão seguia o modelo comum aos eventos ocorridos na confeitaria, com mesas organizadas em formato de “U” (figura 33 - 35), conforme foto abaixo, e com um menu que unia diferentes sabores,

¹⁹⁷ A Federação, 26/01/1918, Capa. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Antepasto sortido: - canja a jardineira, mayonnaise de salmão, [ilegível]. Entrada: talharim à italiana, frango com ervilhas, peru com presunto. Salada russa, espargos em molho branco, frutas, doces sortidos, gelados, café, charutos e champagne (A FEDERAÇÃO, 24/01/1918, p. 4.).

Figura 33: Banquete político em homenagem ao Dr. Moraes Fernandes



Fonte: Revista Máscara, Ano 1, número 10 – Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Figura 34: Caixa de charutos exclusivos Confeitaria Rocco



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

Figura 35: Caixa de charutos exclusivos Confeitaria Rocco



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

Além disso, se fez presente também, durante o banquete, uma orquestra de cinco músicos. Na parte externa do Palacete Rocco, “cuja fachada se achava feericamente iluminada”, duas bandas da Brigada Militar executaram diversas peças. Esse “estilo” de banquete era comum na confeitaria e até mesmo o cardápio escolhido, muitas vezes, se repetia, tanto que na posse presidencial de 1923, quando Borges de Medeiros fora reeleito, o banquete oferecido no Theatro São Pedro foi realizado pela Confeitaria Rocco. Demonstrando assim que muitas vezes a referência não era apenas o prédio, mas a qualidade de seus produtos. Nesse caso, o menu servido foi “sopa de aspargos, vol-au-vent ostras, mayonesa lagosta, fillet com champignon, peito de peru com salada russa, frutas, doces, café, licores, charutos e champagne”¹⁹⁸. Percebemos que os licores, doces e bebidas eram o “carro-chefe” da confeitaria, correspondendo ao que vimos anteriormente, em que esses eram os “centros” dos anúncios (figura 36). Essa prestação de serviços se repetia em diversos eventos, como na recepção ao Ministro Simões Lopes, que fazia uma excursão às minas de carvão da região¹⁹⁹.

¹⁹⁸ A Federação. 29/01/1923, Capa. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁹⁹ A Federação, 04/02/1922, p. 3. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Figura 36: Carta de bebidas e anúncio do serviço de bordo promovido pela confeitaria²⁰⁰



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

Se seguiram diversos banquetes em homenagem aos principais membros do partido republicano, muitas vezes oferecido pelo jornal A Federação²⁰¹, como o ocorrido em 26 de março de 1923 para Lindolfo Collor,²⁰² em virtude de sua posse como deputado no Congresso Nacional.

Entretanto, o grande evento da década de 1920 foi em homenagem ao então deputado, Getúlio Vargas. Essa ocasião foi organizada pelos correligionários do PRR. O evento pode ser entendido como resultado dos esforços de Vargas em prol da pacificação entre o governo gaúcho e o governo federal. Desde o assassinato de Pinheiro Machado, a política gaúcha se fechou em termos de influência e jogo político no cenário nacional. Não bastava a eleição de um novo senador, era necessário alguém que conseguisse se comunicar bem entre as duas vertentes (ABREU, 1996, p. 36 e 37).

A partir da década de 1920 começou a se desenhar uma divisão dentro do PRR, de um lado tinham os políticos tradicionais do partido, como Borges de Medeiros, e de outro a chamada “geração de 1907”, representada por Getúlio Vargas, João Neves, Lindolfo Collor, Paim Filho, Flores da Cunha e Maurício Neves (ABREU, 1996, p. 37). Todos exerceram mandatos na Assembleia dos representantes, inclusive Lindolfo Collor foi diretor da redação do jornal A

²⁰⁰ Mais informações sobre o Cruzador Rio Grande do Sul pode-se encontrar em: <<https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/RioGrandeDoSulCruzador1910-1948.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

²⁰¹ A Federação, 26/03/1923, p. 5. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

²⁰² Na época era deputado estadual pelo Rio Grande do Sul (1921 – 1924).

Federação, entre 1919 e 1923. Provavelmente, por isso, houve o banquete citado em homenagem ao diretor que deixava seu cargo para assumir como deputado estadual.

Desde o final da Revolução de 1923²⁰³ que Vargas se tornara um nome de referência na política gaúcha. Desde os esforços de conciliar o governo de Borges de Medeiros e Bernardes em 1923, usava sua posição como deputado para condenar as inconsistências políticas dos apoiadores das revoltas locais de 1924 e a prisão de um opositor de Borges em 1925. Após isso, estabeleceu-se como um dos principais líderes gaúchos, tanto no âmbito estadual e federal.

Com isso, realizar um evento em homenagem ao principal deputado gaúcho em nível nacional era parte de um reconhecimento pelos seus feitos, por mais que tenham sido criadas dissidências no PRR. Nesse grande banquete ocorrido em 26 de janeiro de 1926, meses antes de Getúlio se tornar ministro da Fazenda, podemos perceber a importância que ele estava agregando dentro do partido (figura 37). Nessa ocasião, houve três discursos, de João Neves, de Getúlio Vargas e do desembargador Manoel André da Rocha, que ergueu um brinde em honra a Borges de Medeiros²⁰⁴.

²⁰³ A revolução de 1923 se deu como reação a eleição para presidente da república de Arthur Bernardes, apoiado por São Paulo e Minas Gerais, no lugar de Nilo Peçanha, candidato apoiado pelos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A “Reação Republicana” contestou o resultado e culminou em diversos levantes, primeiramente no Rio de Janeiro (o mais conhecido o levante do Forte de Copacabana). Já no Rio Grande do Sul, os Federalistas, que haviam apoiado Arthur Bernardes, se uniram a figuras dissidentes dos Republicanos que tinham como líder Assis Brasil. Nesse contexto Borges de Medeiros concorria pela quinta vez para a presidência do estado contra Assis Brasil e “enfrentava a hostilidade da oposição”, com Borges saindo vencedor da disputa – mesmo com rumores de fraude de ambos os lados, foi proclamada a guerra civil em 25 de janeiro de 1923. Durante a Guerra Civil de 23 havia a possibilidade de uma intervenção federal no estado gaúcho e para resolver este problema a figura de Getúlio Vargas se ressaltava como deputado, as suas boas relações com o governo federal garantiu a não intervenção. A Revolução de 1923 se findou em dezembro de 1923 com o Pacto de Pedras Altas que garantia o mandato de Borges de Medeiros, mas proibia nova reeleição (D’ARAÚJO, 2011, p. 21-22).

²⁰⁴ A Federação, 26/01/1926, p. 5. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Figura 37: Confraternização do Centro Republicano Júlio de Castilhos



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

A relação entre Rocco e do Partido Republicano Rio-Grandense foi intensificada a partir das conexões feitas com o jornal do partido no passar dos anos. O jornal *A Federação* foi um “instrumento vital da atividade político-ideológica dos republicanos gaúchos” e foi considerado por Quintino Bocaiúva o “primeiro jornal doutrinário do Brasil” (RÜDIGER, 1984, p. 14 e 16).

Esse jornal circulava diariamente, com exceção dos domingos, com quatro páginas, divididas em cinco ou sete colunas cada uma, e eventualmente seis, no formato standard (RAUSCH e HOHLFELDT, 2007). Ele tinha um caráter político partidário em que representava as iniciativas do Partido Republicano Riograndense e servia para circulação de anúncios publicitários e editais informativos, além de ser o veículo oficial do governo gaúcho para decisões tomadas no decorrer dos anos em que ficaram no poder da presidência do estado.

O jornal não tinha espaço para improvisações, era elaborado com cuidado e, muitas vezes, de caso pensado. Os artigos, muitas vezes, eram submetidos ao chefe do partido que poderia devolver com mudanças ou “aplausos” (FONTOURA *apud* RAUSCH e HOHLFELDT, 2007, p. 3). A materialidade desses impressos se torna fundamental para compreendermos o seu papel na sociedade que circulava. É necessário compreender a função social desta fonte.

Os jornais do período, principalmente na passagem entre os séculos XIX e XX, se profissionalizaram, mas sem deixar a sua vertente opinativa e de intervenção a vida pública (LUCA 2006, p. 136). Sobre isso, Rüdiger elucida que:

A federação torna-se coordenadora da Imprensa republicana, que se multiplica pelo Estado, vindo a constituir autêntico bloco. Numa época e que eram difíceis as comunicações, e por conseguinte as articulações políticas, A Federação era a correia de transmissões de orientação ideológica do PRR (RÜDIGER, 1984, p. 17).

Nicolau Rocco publicava suas respostas contra o jornal Correio do Povo, como no caso dos Tenentes do Diabo, mencionado anteriormente; divulgava a abertura da sua fábrica e confeitaria; convidava os dirigentes, tanto do partido como do jornal, para conhecerem as dependências, ainda em construção; posteriormente, enviava anualmente, tanto no aniversário do jornal como no final do ano, uma cesta de doces e licores produzidos pelo palacete. Como resposta, A Federação, anualmente, enviava suas felicitações quando do aniversário de Nicolau e realizava as festas privadas da redação na confeitaria. Em fator comparativo, não vemos o mesmo acontecer, com a mesma frequência, com outros jornais da capital, como O Independente e o Correio do Povo²⁰⁵. Até mesmo as publicidades da confeitaria estavam concentradas no jornal A Federação. Não foram encontradas, em quantidade comparável, publicidades da Rocco em outros periódicos – jornais ou revistas, como foram encontradas no jornal do Partido Republicano.

Evidenciamos que essas conexões com o periódico republicano riograndense não significa apenas uma boa relação com um dos principais jornais gaúchos, como também o fortalecimento com os correligionários que faziam parte do periódico e assim fortalecendo seus laços com o partido. Porém, essa união não era evidentemente entre Nicolau Rocco e A Federação, mas entre a Confeitaria Rocco e o jornal republicano.

A partir da década de 1920 a Rocco passa a ser diversas vezes citada na mesma edição, afinal... Onde eram os carnavais? Na Confeitaria Rocco. Onde

²⁰⁵ Quanto ao Correio do Povo é importante ressaltar que foram acessadas poucas edições, em virtude das condições dos arquivos que as possuem. No arquivo privado do jornal o acesso está liberado apenas para exemplares publicados a partir da década de 1940.

eram os grandes banquetes políticos? Na Confeitaria Rocco. Onde receberiam os políticos de renome da época e os principais poetas? Na Confeitaria Rocco. Com isso, Nicolau se tornou apenas um coadjuvante, com o seu grandioso empreendimento se tornando o protagonista. Ele, por vezes, era citado como um dos muitos correligionários que faziam parte das homenagens e comissões ou prestava condolências. Isso pode estar conectado ao fato de que, em 1924, a confeitaria mudou de razão social, passando se chamar Irace & Cia, pertencendo a José Irace – sobrinho de Nicolau, Americo Silva, Frederico Karst e Nicolau Rocco²⁰⁶. A causa disso, possivelmente, é uma espécie de “aposentadoria” de Rocco, repassando a parte burocrática para seu sobrinho e seus dois funcionários de confiança. Porém, ele permaneceu sendo quem trazia as inovações técnicas e identificado como o proprietário do palacete até a sua morte em 1932.

4.5 Últimos anos em Porto Alegre

Durante os anos em que Nicolau Rocco esteve na América, não podemos afirmar que esqueceu de sua pátria mãe ou de seus familiares que permaneceram em San Martino in Pensilis e arredores. Porém, ele não retornou ao seu país até o ano de 1927, quando foi em direção à cidade de Rio Grande para tomar um transatlântico que o levou para Itália. A Federação contava que era uma viagem de passeio e que na despedida compareceram vários amigos, entre eles o sr. Armando Godoy de Medeiros, representando o dr. Borges de Medeiros²⁰⁷. Desde 1924 ele havia passado a direção da confeitaria para seu sobrinho e seus dois funcionários de confiança, Américo da Silva e Francisco Karz. Logo, realizar a viagem após sua provável aposentadoria era o esperado. Pouco antes de viajar, finalizou a escrita do seu testamento, aos 69 anos, deixando-o com seu sobrinho José Irace, em 24 de setembro de 1927. Viajou para Rio Grande em 28 de setembro do mesmo ano.

Esta viagem durou três anos e ele trouxe inovações tecnológicas à confeitaria, como tratamos anteriormente. Também não esteve sozinho

²⁰⁶ Dicionário Commercial do Estado do Rio Grande do Sul, Editor-Proprietário Polynico Lanza, Porto Alegre, Rua General Câmara n. 44. Acervo Benno Mentz – DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural (PUCRS).

²⁰⁷ A Federação, 28/09/1927, p. 5. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

enquanto viajava pela Europa. Seus fiéis amigos, Rocco Gallo e Luiz Guaragna o acompanharam na viagem que percorreu a península²⁰⁸. Além de Veneza, as fontes indicam que Rocco também passou por Milão e Florença (figura 38), antes de retornar à sua terra natal, San Martino in Pensilis.

Figura 38: Nicolau Rocco e amigos em Veneza



Fonte: Revista do Globo, ano II, vol. II, 26/01/1930.

Lá foi recebido pela “*Società Operaia San Martino in Pensilis*”²⁰⁹ onde participou de uma reunião em 27 de janeiro de 1929. Rocco foi nomeado um sócio honorário da sociedade, com a justificativa de que havia retornado à sua terra natal após fazer fortuna na América, para ajudar as famílias pobres,

²⁰⁸ Revista do Globo, 26/01/1930.

²⁰⁹ A Sociedade Operária San Martino in Pensilis foi criada em 1879 e reúne até hoje os trabalhadores da cidade. Mais informações:
<<https://www.facebook.com/people/Societ%C3%A0-Operaia-San-Martino-in-Pensilis-Anno-di-fondazione-1879/100063651728141/>>

associações e escolas²¹⁰. Foi nesta passagem que foi inserida a coroa de louros em bronze no monumento dos caídos de guerra²¹¹.

Durante essa viagem, Nicolau buscou inovações tecnológicas para a confeitaria, trouxe presentes aos entes queridos de Porto Alegre e em San Martino deixou para trás marcas que permeiam a memória da cidade até os dias de hoje. Durante a sua passagem no baixo Molise se reuniu com seus familiares e mandou construir um jazigo familiar perpétuo para sua família residente em San Martino in Pensilis. Esse túmulo está localizado na parte antiga do cemitério, no primeiro corredor, local onde ficam os jazigos das famílias mais antigas da cidade e das mais poderosas economicamente à época, acreditamos que o prédio tenha sido construído no terreno cemiterial (figura 39 - 40) que pertencia à família Rocco anteriormente.

Figura 39: Jazigo Família Rocco



Fonte: Foto da autora, março de 2022 – San Martino in Pensilis.

²¹⁰ Quaisquer fontes sobre este assunto não foram encontradas, afinal, o Arquivo Municipal de San Martino in Pensilis passou por incêndios na década de 1940 e boa parte da documentação foi perdida.

²¹¹ Imagem no primeiro capítulo.

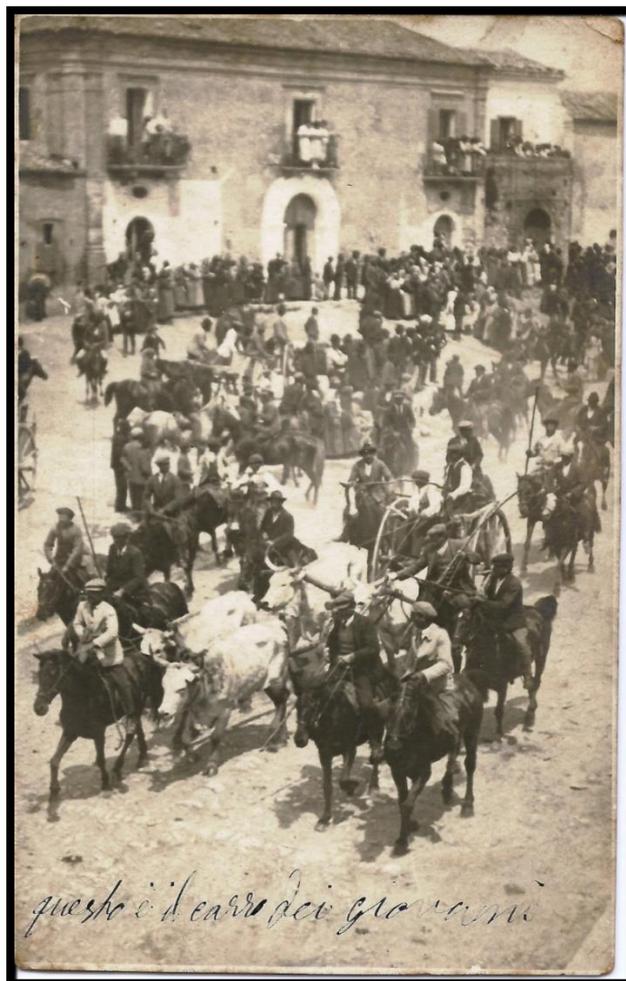
Figura 40: Jazigo família Rocco



Fonte: Foto da autora, março de 2022 – San Martino in Pensilis.

Não conseguimos estimar quanto tempo Nicolau permaneceu em San Martino in Pensilis, porém, dentre o seu acervo de fotografias existem algumas fotos do evento nomeado de *La Carrese*. Esse evento, como explicou Giuseppe Zio, consiste em uma corrida de quatro equipes em carros guiados por bois e ocorre em 30 de abril, anualmente, desde 1911. Conta-se a lenda que quatro nobres das cidades de San Martino, Chieuti, Larino e Campomarino, encontraram o corpo de um monge que possuía um medalhão gravado com a imagem de um leão. Esse corpo passou a fazer milagres e os nobres passaram a brigar pelas relíquias. Para acabar com a disputa o corpo do monge foi colocado em uma carroça puxada por bois que seriam substituídos em um trecho pré-estabelecido e o corpo ficaria na cidade em que a carroça pararia. Segundo a lenda, ela parou em San Martino in Pensilis no local onde fica a igreja de San Leo (figura 41).

Figura 41: "La Carrese" San Martino in Pensilis



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

Nicolau retornou a Porto Alegre em janeiro de 1931, quase quatro anos após o início de sua viagem à Europa. Além das inaugurações dos novos fornos importados e as informações tratadas anteriormente, sua presença na sociedade porto-alegrense foi diminuindo ao passar do ano de 1931, até sua morte em 1932, aos 74 anos.

Rocco faleceu em sua residência no dia 29 de junho de 1932. Contava-se que pouco antes de “cerrar os olhos, ainda insistiu com os que o tratavam para levá-lo até aquele posto, onde queria morrer”²¹², pois ainda, apesar da idade avançada, estava à frente do seu negócio. Deixavam claro também que o Major Nicolau Rocco havia deixado apenas um parente na capital gaúcha, sendo ele José Rocco Irace, seu sobrinho e gerente da confeitaria havia alguns anos. Nos

²¹² A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30/06/1932. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre diz que Rocco era industrialista, italiano, solteiro, e morreu por uma pneumoinfeciãocardeorenal²¹³. O Correio do Povo assinalava o fato de que a tal doença que o levou fora em razão de uma “rápida e insidiosa enfermidade”.

O velório e o enterro foram encomendados na Igreja Senhor dos Passos, pois como Nicolau era parte da irmandade da instituição, eles possuíam um cuidado especial para o tratamento da despedida. Além das informações anteriormente citadas, também é assinalado que ele teve uma condução especial para irmãos e era categorizado como parte da 2ª ordem²¹⁴.

Nicolau Rocco entrou na irmandade como irmão benfeitor e permaneceu nessa categoria até sua morte²¹⁵. Nas homenagens de despedida de Rocco, a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia se manifestou pelos anos de doação à instituição, incorporando parte do caixão na escadaria da igreja da instituição²¹⁶.

Durante o velório estiveram presentes “amigos, admiradores, representantes de várias associações locais, e pessoas de todas as classes da sociedade”, e houve um “contínuo vai-vem de pessoas de todas as classes sociais a casa mortuária”, o Correio do Povo indicou que “organizou-se extenso cortejo de automóveis que acompanhou o féretro até ao cemitério”²¹⁷.

Os jornais buscavam citar diversos representantes da elite política da capital que prestaram sua solidariedade ao José Irace. Podemos retomar alguns dos citados: o então chefe do Partido Republicano, Borges de Medeiros telegrafou para incumbir Armando Godoy de Medeiros de representá-lo. Já o Centro Republicano Júlio de Castilhos esteve representado pelo coronel Antenor Amorim, seu presidente efetivo. O General Flores da Cunha foi representado

²¹³ Livro de óbitos Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (170, p. 897). Arquivo Histórico do Centro Histórico-cultural da Santa Casa (CHC Santa Casa).

²¹⁴ Em 23 de abril de 1918 Nicolau Rocco adquiriu um **Jazigo Perpétuo** no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia no valor de 1:600\$000 (Um conto e seiscentos mil reis). (Folha 424), Arquivo Histórico do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa (CHC Santa Casa).

²¹⁵ Livro de Compromisso dos Irmãos de 1898 – 1916. Arquivo Histórico do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa (CHC Santa Casa).

²¹⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30/06/1932, Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional; CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 01/07/1932. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

²¹⁷ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 01/07/1932. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

pelo seu assistente militar major Camillo Duarte. Compareceram também representantes de Sinval Saldanha, secretário do Interior; do Major Alberto Bins, prefeito municipal e outras autoridades.

Esse “vai-e-vem” de membros do Partido Republicano Rio-Grandense estava relacionado à filiação de Nicolau, ocorrida por volta de 1910, e mesmo que a participação dele não fosse efetiva como político, o partido servia para que ele pudesse se relacionar com a alta sociedade da capital.

O jornal A Federação relembra essas ligações e que “manifestou simpatia pelos ideais do nosso partido, ao qual serviu dedicadamente”, mantendo sempre uma boa relação com a equipe de redatores do periódico, “eram da Confeitaria Rocco as primeiras felicitações que recebíamos nessas ocasiões, sempre acompanhadas de um valioso presente de doces e bebidas, e isso com uma constância de muitos anos, bem significativa de sua profunda estima pelo órgão republicano”²¹⁸.

Posteriormente ao falecimento, esperava-se que as referências ao indivíduo fossem aos poucos desaparecendo dos periódicos gaúchos. Porém, não apenas notícias referentes a “burocracias” quanto ao destino dos pertences do falecido estampavam os jornais da capital gaúcha, encontramos também artigos sobre a “bondade austera” anteriormente citadas. Dois artigos foram publicados pelo colaborador F.B.²¹⁹ do jornal Correio do Povo do qual usou o espaço cedido pelo jornal para declarar sobre como foi abatido pela notícia do falecimento de um indivíduo que “não conhecia” e que o levava a memória dos doces que o alimentou durante a infância. Esse artigo foi publicado em dois de julho de 1932, contava-se apenas alguns dias da morte de Nicolau e os ânimos ainda estavam aflorados em busca de trançar as despedidas e as missas em respeito ao falecimento.

Segundo F.B., o “velho comerciante de doces” era caracterizado pela “maneira superior que fazia benefícios sem alarde”, e que nunca controlava os benefícios dados e os distribuía “com o sorriso incensador do agradecimento”²²⁰. Ao engrandecer o finado, detalhava os traços que outros industriários deveriam

²¹⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 30/06/1932. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

²¹⁹ Nas edições analisadas não há informações sobre a identidade deste colaborador.

²²⁰ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02/07/1932. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

se espelhar e como deveriam manter a memória sobre como “foi um grande homem a criatura de nobre modéstia que desapareceu há dois dias” e que “enquanto passam os estadistas do mundo todo, ficam os artistas como representantes eternos das nacionalidades”, ou seja, considerava Rocco como um artista de sua profissão e que por mais que nunca tivesse tido a “oportunidade de falar com o velho confeitoiro” sabia das “qualidades excepcionais de cidadão”, e prometia que passaria um tempo sem entrar na Confeitaria Rocco “para não sentir saudade de um homem que nunca soube quem fui”.

Por fim, nesse mesmo artigo, questionava o porquê de tal sentimentalismo “Porque será isso, se homem que morreu nunca escreveu um livro que me impressionasse, nunca foi deputado nem “leader” fascista, nem guerreiro, nem sonhador, nem nada? Talvez seja por isso mesmo...”²²¹.

Mesmo havendo se passado quase dois meses do falecimento de Rocco, percebemos um retorno ao indivíduo pelo colaborador F.B. que, ao criticar os indivíduos que se enchem de egoísmo, ele procurava citar as exceções e dizia que havia “raríssimas” e que de “tão raras que me seria difícil citar duas” e por isso citava a única que lembrava “Nicolau Rocco”. O ato “comovedor” do industrialista foi ter deixado como herança a cada um dos seus operários um conto de réis, enquanto que os mais antigos empregados receberiam “cinco contos cada”. Após dizer isso, clamava aos leitores que “quem souber de dois casos semelhantes de generosidade, que os cite, que ganhará um prêmio”²²², F.B. trouxe também que o “generoso morto” havia instituído tais doações não apenas por não ter deixado herdeiros forçados, e sim “a sua vontade testamentada nada mais é do que o reflexo de uma vida inteira dedicada ao trabalho e ao bem do próximo”²²³.

Nos meses seguintes ao falecimento de Rocco, seu herdeiro e testamentário, José Irace, deu abertura ao processo de inventário aos bens do

²²¹ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02/07/1932. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

²²² CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02/07/1932. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

²²³ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02/07/1932. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

tio²²⁴. O advogado Huberto Selbach se responsabilizou pelas questões burocráticas referentes ao inventário de Rocco. O testamento de Nicolau Rocco foi escrito em 24 de setembro de 1927, possuindo cinco páginas, escrito a próprio punho em folhas timbradas com imagens da Confeitaria Rocco. Nelas o indivíduo se identificava como “cidadão brasileiro nascido em *San Martino in Pensilis* na Itália com 69 anos de idade proprietário e industrialista sem herdeiros”²²⁵ e que estava em “perfeito juízo”. Durante o ano de 1927, Nicolau esteve doente e, por isso, a escrita do testamento foi realizada cerca de cinco anos antes do seu falecimento.

Ele destinou os bens que tinha na Itália, primeiramente, à Luiza e Marianinna Rocco, filhas de seu irmão mais velho Vincenzo Rocco - já morto, deixando casas a elas. Enquanto os terrenos que possuía na cidade de origem, os destinou a sua irmã Victoria Rocco, mas caso ela já tivesse morrido quando da partida de Rocco, os bens passariam para suas filhas²²⁶. Quanto aos seus bens em Porto Alegre, citou as casas e terrenos que possuía e que esses deveriam ficar aos cuidados de seu sobrinho, José Irace²²⁷.

Quanto a valores numéricos, ele indicou que, caso, sua irmã Victoria Rocco de Irace sobrevivesse a ele, deveriam enviar cem mil liras italianas todo início de cada ano, mas que essa quantia ficava a critério do filho de Victoria, José Irace. Dispunha que as filhas de Victoria que estavam em San Martino in Pensilis, deveriam receber duzentas mil liras italianas cada uma. Quanto as filhas de Vincenzo Rocco, devia ser enviado duzentas mil liras italianas para cada.

E por fim, quanto a filha de Bassomaria Rocco, também irmão de Nicolau, receberia cinquenta mil liras italianas. Destinou à família Sbrocco, filhos da irmã Maria Concetta Rocco Sbrocco, o que José Irace considerasse que mereciam. Como Victoria Rocco faleceu cerca de um mês antes de Rocco, apenas as filhas

²²⁴ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 31/7/1932. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

²²⁵ Testamento de Nicolaó Rocco, Provedoria de Porto Alegre, nº 36, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS, Porto Alegre.

²²⁶ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 01/07/1932, p. Victoria Rocco Irace faleceu cerca de 30 dias antes que Nicolaó Rocco. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

²²⁷ Testamento de Nicolaó Rocco, Provedoria de Porto Alegre, nº 36, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, Porto Alegre.

dela Magdalena e Luiza receberam, cada uma, o total de 139:200\$000, que foram divididos como mesadas no valor de 2\$000 réis.

Distribuiu também cinco contos de réis à Maria Hoffmann, que havia se criado em sua casa, e dez contos de réis à senhora Anaceta Vaccaro, que trabalhou na casa de Nicolau. Doou também cinco mil contos de réis a uma série de empregados, porém os nomes estão incompletos, conforme a transcrição que segue “Zagge Fernando Eugênio –[ilegível]- Antônio. Euzeio não me lembro seu nome Cecilio –[ilegível]-”. Esta herança foi citada por F.B., colaborador do jornal *Correio do Povo*, enquanto exaltava o espírito de bom industrialista de Rocco “deixando entre os inumeros legados um conto de réis para cada um dos operários de seu estabelecimento, sem excepção, a não ser aquela em que especifica cinco contos para cada um dos empregados mais antigos”²²⁸. Segundo a minuta de herdeiros, foram cinquenta e um funcionários que receberam no total 51:000\$000, eles não estão discriminados nominalmente na minuta.

Seguindo a tradição católica, Rocco também buscou reiterar sua religiosidade, desde a primeira frase do testamento em que escreveu: “Em nome de Deus amém” e ao declarar que, como “católico apostólico romano cuja religião nasci e me criei” estava partilhando os seus bens, conforme sua fé e seus sentimentos de justiça. Estas disposições espirituais eram comuns. A pesquisadora Maria Lucília Araújo define que os testamentos do final do século XIX e início do XX tinham a característica de orientar aos que ficavam como que deveria ser a despedida. A autora ainda divide o testamento, seguindo uma lista de “definições” que eram dadas pelo morto.

Logo após, determinavam-se as disposições espirituais ou bem da alma com a escolha da mortalha e do lugar da sepultura, indicação do acompanhamento ou constituição do cortejo fúnebre, número dos ofícios e missas com as respectivas intenções, custo de cada uma das cerimônias, legados de caridade e legados religiosos. Terminada a parte religiosa, iniciavam-se as disposições materiais ou herança, com a enumeração dos herdeiros e legatários, a atribuição da terça, a repartição da herança, o pagamento e a cobrança de dívidas, a reserva de usufruto, a estipulação de encargos e pensões e a nomeação do testamenteiro (ARAÚJO, 2005).

²²⁸ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 08/1932. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Estas características são percebidas no testamento de Rocco, além da orientação de como deveriam ser divididos seus bens, sejam eles para os familiares, amigos e conhecidos, ele retomaria o discurso sobre o cortejo de despedida e como o restante de seus bens deveriam ser divididos aos pobres da capital gaúcha. Possuía um terreno com dimensões de 06 metros de largura por 06 metros comprimento no “cemitério do Senhor da sua Santa Casa de Misericórdia” e que seu sobrinho deveria “mandar edificar alguma casa a capricho do testamenteiro, gastando mais ou menos uns cinquenta contos de réis” e que o jazigo haveria de servir tanto para si como para a família de José Irace²²⁹. Para a construção do mausoléu foi legado o total de 50:000\$000 réis.

Quanto aos orfanatos da capital, ele pede que fosse distribuído cinquenta contos de réis para cada órfã pobre que contrair casamento. A todo orfanato que existir em Porto Alegre era para ser dado cinco contos de réis, eles receberam 5:000\$000 cada, sendo eles o Orfanato Piedade, S. Benedicto, S. Tereza, Pão dos Pobres e S. Rafael.

Também indicava que cada um de seus afilhados, que apresentassem documentação provando o batizado, receberiam cinco contos de réis, porém ele não os nomeia, o único que é referido é “Giulio Ognebene” que não deveria levar nada pois “não merecia”. Na minuta de herdeiros foi nomeada uma das afilhadas, Ondina Vieira, filha do farmacêutico e comerciante Sotero Vieira que recebeu 5:000\$000. Além de Ondina, foram listados as seguintes pessoas Alfredo Filho, Raul Rocco, Lia Salamoni, Maria Fernandes, Antonio A. Bomacha, Thages Fernandes e Hermengildo Sguario, que acreditamos que também eram afilhados, apesar de não termos encontrado os rastros, pela forma como foi organizada a minuta. Além deles, também receberam legados, Giuseppe Gaudenzi, o escultor responsável pelos Atlantes do Palacete Rocco.

Tina e Lídia Campelli deveriam receber 50.000 (cinquenta mil liras italianas) cada uma. Essas seriam filhas do Dr. Giovanni Campelli,²³⁰ conforme informado no jornal Correio do Povo. Sabemos que Campelli foi um membro

²²⁹ Ver nota 36 [Jazigo Perpétuo].

²³⁰ Indica-se que esse indivíduo é o médico Giovanni Campelli, médico italiano no corpo do Hospital Beneficência Portuguesa em Porto Alegre. Ele foi presidente geral e promoveu o comitê misto ítalo-brasileiro durante as comemorações dos cinquenta anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (SCHWARTSMANN, 2013, p. 86 e 234).

ativo da coletividade italiana, que organizou diversos eventos na Confeitaria Rocco durante a década de 1920. Acreditamos que existia uma relação de amizade entre eles para que suas filhas fossem lembradas no testamento.

Para testamenteiro e procurador, Nicolau indicou José Irace, e atentamos ao fato que caso José não sobrevivesse a Nicolau, o testamento deveria ser fechado e lacrado e entregue a justiça do país – Brasil - e pedia que fossem cumpridos todos os seus detalhes. As testemunhas do testamento foram Luiz Guaragna, Rocco Gallo, Jacintho Rainoni, João Spolidoro, Lourenço Piccardo, Francisco Provenzano. Nicolau Rocco doou em seu testamento o valor total de 1.178:000\$000 réis.

4.6 A Confeitaria e a memória da cidade de Porto Alegre

Rocco manteve a prática de colecionar fotos do crescimento urbano de Porto Alegre no início do século XX. Esse costume de guardar fotografias perpassou a vida de Nicolau e de seu sobrinho José Irace. Atualmente, apenas em posse de José Gabriel Irace, um dos herdeiros da Confeitaria Rocco, existem 86 imagens encomendadas por Nicolau e por José, da cidade de Porto Alegre. Elas eram imagens feitas pelo fotógrafo italiano Virgílio Calegari.

Podemos considerar que o ato de colecionar seja universal, sendo que nas mais diversas culturas existe a prática de construir coleções, sejam elas particulares ou coletivas. O indivíduo que se dedicou a colecionar o fez a partir de escolhas e da hierarquização do que, pessoalmente, achava importante colecionar, afinal, “coleccionar, nesse sentido, significa estabelecer ordens, prioridades, inclusões, exclusões e está intimamente associado à dinâmica da lembrança e do esquecimento, sem a qual os indivíduos não podem mover-se no espaço social.” (ABREU *apud* FERRAZ, 2014, p. 184).

Não podemos simplesmente adivinhar ou até mesmo atribuir quais eram os objetivos de Rocco e seu sobrinho em colecionar estas fotografias da cidade, afinal, apenas o colecionador pode responder quais valores e significados que esta coleção apresenta para ele. Nós como historiadores podemos identificar que este ato de unir, organizar e identificar cada fotografia seja uma forma de manter a memória da cidade viva, com isso “o colecionismo está atrelado à

necessidade do indivíduo de se posicionar socialmente por meio dos objetos como suportes de memória, traçando sua relação entre o grupo e entre presente e passado, sempre de forma indireta” (COSTA *apud* FERRAZ, 2014, p. 184).

Como documento de coleção, a fotografia é fruto de uma iniciativa pré-concebida, que visa à acumulação de um determinado tipo de imagem, segundo critérios e contextos próprios da atividade colecionista, de caráter privado e intencional. Certas peças de coleção são consideradas fonte de prazer estético e permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. As fotografias, mais que prazer estético, constituem-se em documentos/ monumentos, no sentido usado por Le Goff (1984), e portam informações estéticas, culturais, históricas e até mesmo científica (FERRAZ, 2014, p. 187).

O hábito da fotografia nas primeiras décadas do século XX era uma experiência restrita às elites das cidades, afinal, elas conseguiam sustentar a compra de equipamentos ou contratar fotógrafos profissionais (MOTTER e PEGORARO, 2016, p. 13). Sobre este hábito de colecionar fotografias na capital gaúcha, Etcheverry analisou que “coleccionar as fotografias de Porto Alegre seria, de certa forma, colecionar a cidade” (2007, p. 18). Assim cada fotografia revela a trajetória e experiências sociais, tanto de quem as fotografa como de quem as coleciona (MOTTER e PEGORARO, 2016, p. 16).

Figura 42: Hidráulica Municipal (DMAE)



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

Figura 43: Praça Argentina - Década 1920



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

Além das fotografias da cidade, Rocco também colecionava fotos dos eventos ocorridos na confeitaria, não apenas os grandes eventos políticos e culturais da cidade, mas os casamentos, festas de aniversários, recepções em que a confeitaria promovia o cardápio. Como a foto demonstra, um casamento ocorreu no salão principal da confeitaria, da filha de Caetano Difini, proprietário de uma casa de vinhos em Porto Alegre.

Sobre a fotografia Schvambach reflete que:

Ela une, realidade com o passado, captura a matéria e o ato na sua bidimensionalidade como também, consta que o objeto fotografado realmente esteve lá, naquele espaço-tempo, ou seja, como um certificado legitimador da cena (SCVAMBACH, 2008, p. 155).

Isso torna fundamental a coleção das imagens, tanto da capital gaúcha, como também dos eventos que ocorreram dentro da confeitaria, perpetuando certas passagens naqueles salões (figura 44).

Figura 44: Festa de casamento na Confeitaria Rocco (década 1920)

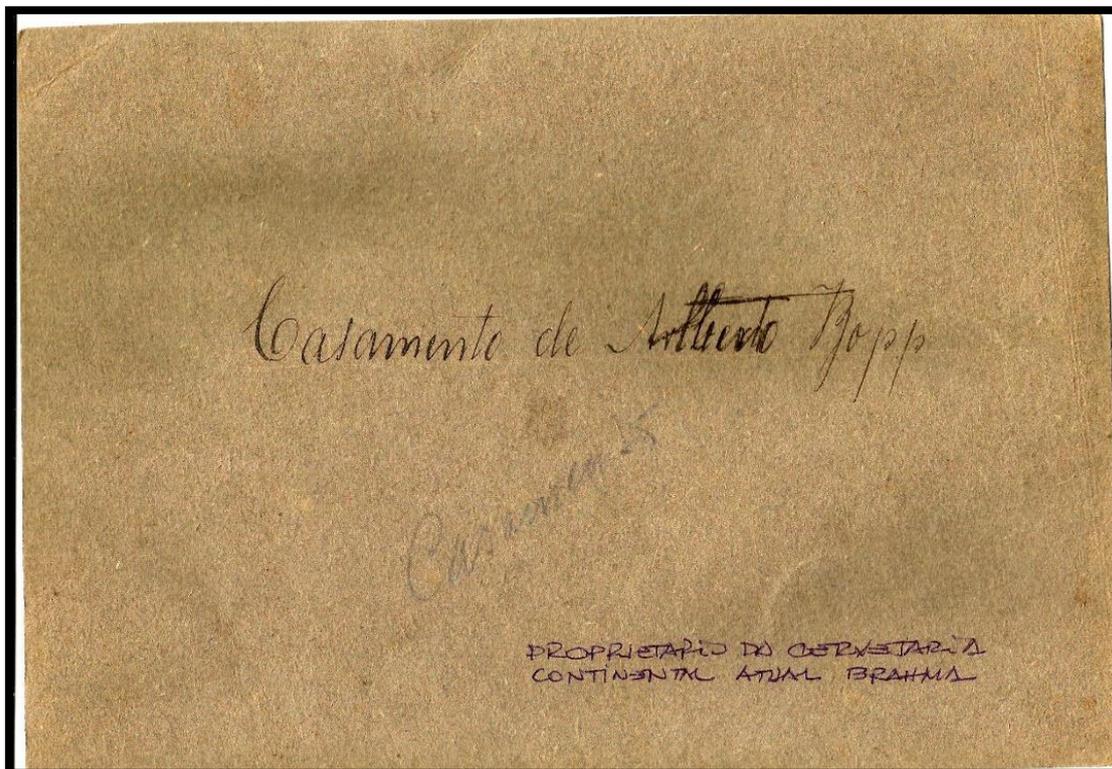


Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

As fotografias eram, em sua maioria, devidamente identificadas, por isso, conseguimos afirmar a qual ocasião corresponde cada imagem (figura 45 e 46). A identificação das imagens é algo essencial quando mantidas em acervos, pois, no passar do tempo elas são passíveis à perda da identidade, serem confundidas ou deturpadas. A pesquisadora Camargo reflete que essa medida de identificação é importante, mesmo em acervos pessoais ou familiares, “pois a memória muitas vezes não pode ser capaz de lembrar-se de todos os fatos ocorridos e em que circunstâncias determinadas fotos foram tiradas.” (2014, p. 15).

Desde sempre as imagens foram vulneráveis às alterações de seus significados em função do título que recebem, dos textos que “ilustram” das legendas que as acompanham, da forma que são paginadas, dos contrapontos que estabelecem quando diagramados com outras fotos etc. (KOSSOY *apud* SCHVAMBACH, 2008, P. 155).

Figura 45: Envelope com identificação da fotografia



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

Figura 46: Casamento de Alberto Bopp



Fonte: Acervo privado – José Gabriel Irace.

As fotografias refletem a elite porto-alegrense que sustentava, ocupava e criava significados à Confeitaria Rocco. Essa mesma elite que se relacionou e consumiu ativamente as transformações de Porto Alegre na primeira metade do século XX, agiu em prol do tombamento de diversos espaços na cidade como reação às mudanças ocorridas a partir da década de 1960, que aprofundaram as diferenças sociais. Os espaços que antes pertenciam exclusivamente a esta elite, foram fechados, deteriorados e muitas vezes mudaram de público. Estas mudanças foram analisadas por Cutty:

A verticalização – que pode ser entendida como uma influência modernista ou como a importação da imagem de cidades “capitalistas” e de um modelo experimentado nos Estados Unidos – representou, além do impacto morfológico (do “arranha-céu”), uma nova forma de morar e de trabalhar, permitindo, inicialmente, uma intensa revalorização econômica e simbólica das áreas centrais das cidades brasileiras. Entretanto, sua aplicação abusiva, sem controle de qualidade do espaço e do conforto da população, sem relação adequada com a caixa das ruas e sem previsão de vagas de estacionamento, trouxe, muito rapidamente, suas consequências negativas, degradando a área central já a partir da década de 1960. A alta densidade ali instalada e os problemas decorrentes, como trânsito caótico e falta de segurança, afastaram a população residencial daquela área. Ao Centro coube, a partir daí, a função especializada de um ponto de negócios, serviços e compras, com um fluxo elevado de pessoas durante o dia e restrito à noite. Esse esvaziamento fora dos horários comerciais sofreu uma inversão a partir das sucessivas crises da década de 1980, quando as antigas edificações passaram a ser ocupadas pelos setores populares, em busca de uma excelente acessibilidade, de aluguéis baratos e da grande movimentação (CUTTY 2007, p. 249).

Esta elite cultural reagiu à estas transformações com um sentimento de perda do espaço de sua memória, “Suas referências ainda estão nos antigos cafés, nas livrarias e confeitarias sempre citadas, mas muitas delas inexistentes. A Rua da Praia abrigou muitos desses lugares e, ainda hoje, é a grande interface urbana e social do Centro de Porto Alegre.” (XAVIER *apud* CUTTY, 2007, p. 250). Logo, como reação contra à deterioração da memória, a partir da nova Lei Orgânica de Porto Alegre, em 1977, se iniciou a busca de uma espécie de reapropriação dos ambientes, que um dia, pertenceram a eles.

A legislação referente à tombamentos de bens imóveis e móveis foi primeiramente discutida e legislada em 1937, pelo Decreto-lei nº 25, que pretendia que ela fosse uma forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Posteriormente, em 1988, o conceito de patrimônio cultural foi ampliado com a

Constituição Federal e incluiu o tombamento como uma das formas de preservação. Além disso, a partir do Decreto-Lei nº 25, criou-se uma norma geral nacional a ser aplicada, tanto em âmbito municipal, como estadual e federal. Rabello conceituou que “O principal efeito da imposição do tombamento é conservar os bens materiais, coisas móveis ou imóveis que são reconhecidas como portadoras de valores culturais” (RABELLO, sem data, p. 2).

Logo, tanto Nicolau Rocco como a sua confeitaria fizeram e ainda fazem parte da memória de muitos porto-alegrenses e viajantes que passaram pela cidade e tomaram um café naquela que foi a principal confeitaria da capital gaúcha. Até mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecê-la em funcionamento, como eu não tive, a reconhecem pelo esplendor e solidez de sua construção, afinal o prédio completa em 2023 seus 121 anos.

5 CONCLUSÃO

Nesta tese, tratou-se da vida de Nicolau Rocco, um imigrante italiano oriundo de San Martino in Pensilis que chegou a Porto Alegre no final do século XIX, após viver em Buenos Aires por quase dez anos. Poderíamos dizer aqui que foi mais uma história de superação, da fuga da miséria e que o talento e o mérito de Rocco e de sua confeitaria os transformaram no que hoje são, parte da história de Porto Alegre.

Reconstruir a origem de Rocco e sua família foi fundamental para compreendermos as condições e o contexto privilegiado que Nicolau deixou em San Martino in Pensilis. Esse privilégio não era apenas econômico, mas também social e cultural, afinal, a população da região em sua maioria era de analfabetos, que não eram proprietários de suas terras, ou seja, prestavam serviços e/ou alugavam terras mediante pagamentos que eram condicionados na produção dos grãos. Por isso, emigrar do Distrito de Larino e até mesmo do Molise para muitos era uma fuga das necessidades e crises agrárias que atingiram a península itálica entre 1880 e 1890. Entendemos que para Rocco a emigração não seja a fuga, mas, uma espécie de expansão de seus recursos. Afinal, ele, ao ir para Buenos Aires na primeira metade do ano de 1880, seguia uma tendência regional dos muitos que emigravam para Argentina e Estados Unidos.

Os motivos para a escolha de Buenos Aires, provavelmente estão conectados a um contexto maior de emigração como foi analisado no primeiro capítulo. A partir dos atos de morte onde constam as informações de pessoas que faleceram fora da cidade natal (especificamente da jurisdição a que San Martino in Pensilis pertencia), constatamos que de doze imigrantes encontrados no continente americano, oito morreram na Argentina. Isso nos leva a concluir que o movimento migratório de Rocco, primeiro a Buenos Aires, era a escolha esperada para um imigrante daquele período, sem ignorar a influência de Don Donato Barruco, que pode ter sido mais efetiva na decisão de reemigrar.

Contudo, é importante ressaltar que não esgotamos os temas referentes à imigração molisana, nem para a Argentina, apesar de haver uma historiografia bem estabelecida sobre o tema, nem para o Brasil ou até mesmo outros destinos latino-americanos. Sabemos que os molisanos estão presentes nas cidades brasileiras, porém, provavelmente por serem um número pequeno perto dos

grandes contingentes de venetos, calabreses, toscanos, etc., estão ainda subnotificados. Ainda há possibilidade de estudar este grupo que se integrou, não apenas com os nacionais, mas também com os outros peninsulares, muitas vezes se apropriando da cultura de outra região em detrimento da sua.

Outro tema que não se extingue aqui é a imigração transfronteiriça entre Brasil, Argentina e Uruguai. Os indícios sobre a trajetória de reemigração de Rocco podem nos levar a outras experiências parecidas. Como ele, por exemplo, o amigo, no mesmo período histórico, se moveu pela fronteira do Uruguai para o Brasil. Existe uma multiplicidade de questões envolvidas que ainda podem ser respondidas e esmiuçadas com pesquisas históricas.

A principal pergunta norteadora desta pesquisa foi: Quais foram as estratégias de Nicolau Rocco para ingressar e se estabelecer como uma referência na sociedade porto-alegrense? Para isso, fomos em busca de diversos documentos, não olhando somente o indivíduo Nicolau, mas também sua coletividade de peninsulares que reproduziram as mesmas escolhas que ele. Primeiramente, observamos que, ao chegar a Porto Alegre, Rocco já possuía relações com um dos primeiros imigrantes italianos e mais conhecido na comunidade do período, José Viale. Certamente, isso abriu portas e possibilitou que novas conexões fossem feitas e firmadas.

Porém, ao adentrarmos a fundo nessa história de vida, percebemos uma série de estratégias, não apenas de Nicolau, mas também de um grupo de peninsulares que vivia e trabalhava nas principais vias da cidade. As conexões com o PRR, a Maçonaria, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, Guarda Nacional, Clubes e Associações étnicas italianas, propiciaram a Rocco, e não somente ele, resultados expressivos em sua carreira. Posteriormente, ele passou a se relacionar com membros de uma elite emergente de comerciantes italianos do centro da capital, como Luiz Guaragna, Francisco Provenzano e Rocco Gallo, que ao lado da elite imigrante pré-estabelecida de germânicos e lusitanos, achou útil aproximar-se aos grupos dominantes locais.

Com isso, a entrada deles no PRR, Guarda Nacional, Maçonaria, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, possibilitou que seus projetos fossem vistos e apreciados. Para Rocco, estas relações efetivaram que seu estabelecimento, mesmo quando era dono de uma pequena confeitaria chamada Sul-Americana, fosse apreciado e divulgado internamente e graças à ação dos

grupos e não apenas em publicidades. ~~, tanto que,~~ Na análise documental foram poucas as vezes que encontramos realmente uma propaganda da Confeitaria Rocco para o público. Talvez a tradução disso seja que o público que Rocco deveria receber não era da classe média mas sim, era essencialmente de uma elite militarizada, republicana, católica e branca que conhecia a pessoa e sua obra nos mínimos detalhes. Isso só foi possível porque houve escolhas conscientes de Nicolau.

Logo, não podemos ignorar que, tanto Rocco como os demais sujeitos por aqui revisitados, tornaram-se parte dessa elite gaúcha a partir de suas relações interpessoais. E, no caso específico da trajetória abordada, a sua origem e os recursos financeiros e culturais foram fundamentais para que ele atingisse o nível social, político e econômico que alcançou no final de sua vida. A filantropia se estabelece como uma prática e estratégia destes imigrantes em Porto Alegre. Não que os atos não fossem em virtude de uma benevolência, porém, associado às decisões e ao fato de que esses indivíduos faziam parte de associações que tinham por objetivo os atos filantrópicos. A filantropia de Nicolau Rocco foi a principal característica pessoal que permaneceu sendo ressaltada após a sua morte, tanto que nas reportagens sobre a Confeitaria Rocco, redigidas nos últimos 25 anos, ao falar dele se fazem referências diretas à sua ação filantrópica.

O crescimento do nosso protagonista não foi apenas social e político, mas também econômico. Podemos mensurar isso a partir da minuta do seu testamento em que os valores legados ultrapassaram 1.178:000\$000 contos de réis, um valor muito acima da média. Claro que, não ignoramos o fato de que ele provavelmente veio para a América com uma boa reserva financeira para investir, primeiro na Argentina e posteriormente no Brasil, e o seu crescimento econômico foi conforme suas conexões. Afinal, o público da confeitaria era o da elite gaúcha, então, as suas finanças iam ao encontro dos padrões de atendimento a esse grupo.

Confeitaria Rocco, por sua vez, está até os dias de hoje na memória daqueles que a frequentaram ou simplesmente para aqueles que descem a Rua Dr. Flores em direção ao Guaíba e a encontram silenciosa e com suas portas cerradas há mais de 50 anos. Sobre ela, ainda há muitas possibilidades para estudar a fundo o funcionamento, as diferentes gerencias que teve após o

falecimento de seu dono histórico, o processo de patrimonialização e tombamento. Ou seja, esta tese não se encerra por aqui e deve ser lida como um estímulo de novas pesquisas sobre a sociabilidade porto-alegrense.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: a construção de um mito, 1928-30**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 132.
- ALVES, Gabriela. **Os braços da salvação: a mobilização de auxílio aos infectados pela gripe espanhola (Porto Alegre, 1918)**. Mostra de Pesquisas do Arquivo Público, 2007, p. 227-245.
- ALVIM, Zuleika. **Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870 – 1920**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 189.
- AMBIEDO, Fernanda T. **Fábrica de Massas Alimentícias José Pappalardo: Um imigrante italiano em Porto Alegre (1932 - 1968)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- ANJOS, Marcos Hallal. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996
- ARAÚJO, Maria Lucília. **Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos**. *Histórica: Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, 2005, p. 1-7.
- AVELAR, Alexandre de Sá. SCHMIDT, Benito Bisso (ORGs). **O que pode a biografia**. – São Paulo: Editora Letra e Voz, 2018.
- AVRAM, Maria **The legacy of transhumance in national park of Abruzzo, Lazio and Molise (PNALM): rediscovery and exploitation**. In: *Geo J Tour Geosites 4* (2009), p. 153-159. Disponível em: <http://gtg.webhost.uoradea.ro/PDF/GTG-2-2009/06_OK_Avram.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- AXT, Gunther. **Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: A prática política no RS**. In.: *Cadernos IHU Ideias*, Unisinos. 2004, ano 2, volume 14, p. 02 – 23.
- BAILEY, Samuel. **The Village-Outward Approach to Italian Migration: A Case Study of Agnonesi Migration Abroad, 1885–1989**. *Studi Emigrazione* 29, 105 (1992)
- BAO, Carlos Eduardo. **A invenção da italianidade no Brasil: contribuição para um olhar descontínuo**. XXVIII Simpósio Nacional de História. IN: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434420372_ARQUIVO_BAO,CarlosEduardo__AinvencaodaitalianidadenoBrasil__ANPUH2015.pdf. 2015. p.17

BARAUSSE, Alberto. BASTOS, Maria Helena Câmara. DE RUGGIERO, Antonio. **O jornal Stella d'Italia (1902 – 1925)**. Disponível em: <<http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stella-ditalia-1902-1925/>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

BERTONHA, João Fábio. **Divulgando o Duce e o Fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943**. In.: Revista de História Regional, vol. 5, nº 2 – Inverno 2000, Departamento de História UEPG, p. 83 – 112.

BEVILACQUA, Piero. **Breve Storia dell'Italia Meridionale: Dall'Ottocento a oggi**. Roma: Donzelli Editore, 2005, p. 236

BEVILACQUA, Piero. DE CLEMENTI, Andreina. FRANZINA, Emilio. **Storia dell'emigrazione italiana: I Partenzi**. Roma: Donzelli Editore, 2009, p. 703

BEVILACQUA, Piero. DE CLEMENTI, Andreina. FRANZINA, Emilio. **Storia dell'emigrazione italiana: Il Arrivi**. Roma: Donzelli Editore, 2009, p. 846 Bollettino dell'Emigrazione. Ministero degli Affari Esteri. Commissariato dell'Emigrazione. Anno 1905, n. 12. Roma, Bertero, 1905. Lo Stato di Rio Grande del Sud (Brasil). Relazione del. cav. E. Ciapelli. In.: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes diplomáticas: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2016.

BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e Trabalho**. Porto Alegre: Est Edições, 1993, p.172.

BRITTO, Natalia. **Industrialização e Desindustrialização Do Espaço Urbano Na Cidade De Pelotas (RS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas e da informação, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Rio Grande (FURG), 2011.

BRUM, Rosemary F. **Uma cidade que se conta: imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre (1920 - 1937)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CAMARGO, Juliano Leal. **Galeria Chaves: um exemplo de revitalização no Centro Histórico de Porto Alegre**. 2014 Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107322/000945838.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 6 jan. 2023.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. 1. Ed., São Paulo: Contexto, 2019. 219p.

CAMPOS, M. **As redes migratórias e sua dimensão espacial**. In: ENCONTRO NACIONAL ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS, 16., 2015, Belo Horizonte, MG. Anais.

CARELLI, Mario. **Carcamanos e comendadores: os italianos de São Paulo. Da realidade à ficção – 1919-1930.** São Paulo: Editora Ática, 1985.

CHARÃO, Egiselda Brum. **Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945-1965): história de uma imigração esquecida.** Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CONEDERA, Leonardo de O. **A Imigração Italiana no Pós-Guerra em Porto Alegre: Memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946 – 1976).** 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CONEDERA, Leonardo. **Músicos do novo mundo: A presença de musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950)** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CONTI, Fulvio. **O italiano supremo: Dante Alighieri e a identidade da nação.** Tradução: Tamara Zambiasi. Caxias do Sul: Editora da UCS, p. 292, ano 2021.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Italiano na cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras.** Passo Fundo: UPF Editora, 2000, p. 85.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto – alegrense e permanência da identidade entre moraneses.** Porto Alegre: EST, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Redes sociais e ocupação de espaços econômicos: imigrantes italianos em Porto Alegre.** IN: FAY, Claudia Musa. DE RUGGIERO, Antonio (ORG). Imigrantes empreendedores na história do Brasil: Estudos de caso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 33-42.

COPSTEIN, Raphael. **O estrangeiro no município do Rio Grande.** Boletim Gaúcho de Geografia, v.4, 1975, p. 1- 46. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/bgg/article/download/37629/24283>. Acesso em: 20 jul. de 2021.

COPSTEIN. Raphael. **Naturalizações no Município de Rio Grande 1834/1889.** In: Caderno de Sábado. Correio do Povo, 2/12/1972, p. 12.

CUTTY, Jeniffer. **Porto Alegre e seus patrimônios no século XX: evolução de conceitos, valores e feições na materialidade urbana.** Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 243-257, jul/dez 2007 Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_b5480db8bd_0010051.pdf> Acesso em 6 jan. 2023.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas** (Série Parlamentares; n. 62). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, p. 763.

DE RUGGIERO, Antonio. **Emigrati Toscani nel Brasile Meridionale 1875-1914**. Tese (Dottorato in Storia) – Dottorato di ricerca in Studi Storici per l'età Moderna e Contemporanea, UNIFI, Firenze, 2011

_____. Os italianos nas cidades do Rio Grande do Sul: redes de sociabilidade e associativismo étnico (1870-1914). In: BARAUSSE, Alberto.

ASCENZI, Anna. SANI, Roberto. LUCHESE, Terciane Ângela. **Migrações e História da Educação: Saberes, práticas e instituições, um olhar transnacional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2021, p. 395 – 424.

_____. **Um “símbolo da fraternidade dos dois povos”: O monumento a José e Anita Garibaldi em Porto Alegre (1913)**. Revista

MÉTIS – História & Cultura, v. 20, n. 39, p. 14 – 33, jan./jun. 2021, p. 15 – 33.

DEVOTO, Fernando J. **Storia degli italiani in Argentina**. Roma: Donzelli Editora, 2007, p. 501

DI CICCIO, Pasquale. **Il Molise e la transumanza**. Isernia: Cosmo Ianone, 1997, p. 460.

DOBERSTEIN, Arnoldo W. **Porto Alegre, 1900 - 1920: Estatuária e ideologia**. 2. ed. rev e ampl. - Porto Alegre: Ed. da Cidade; Letra & Vida, 2011. 167 p.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: Escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 448.

ETCHEVERRY, Carolina M. **Visões De Porto Alegre Nas Fotografias Dos Irmãos Ferrari e de Virgílio Calegari**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007.

FACCHINETTI, Luciana. **A imigração italiana no segundo pós-guerra e a indústria brasileira nos anos 50**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FARINATTI, Luís. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

FERRAZ, Rosane Carmanini. **Entre usos e funções: a prática do colecionismo de fotografias no século XIX e sua difusão no Brasil Imperial**. In.: São Paulo, Unesp, v. 10, n.1, p. 183-198, janeiro-junho, 2014

FILHO, Omar L. de Barros, SEELIG, Ricardo Vaz, BOJUNGA, Sylvia. **Os caminhos de Garibaldi na América**. Coleção Sujeito & Perspectiva vol. 3, p. 197, 2007.

FRANCISCO, Julio Cesar Bittencourt. **Dos cedros aos pampas: Imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, identidade e assimilação (1890-1949)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História,

Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FRENCH, John. **Resenha: Carcamanos e Comendadores. Os italianos de São Paulo: Da realidade à ficção (1919-1930) por Mário Carelli**. In.: Luso-Brazilian Review, Vol. 25, No. 2, 1988, pp. 99-101.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis transgressores: ibéricos, indígenas e africanos no mercado muar platino**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2003.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo; **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S. A. p. 244, 1989.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Foi o PRR um “partido político”?** In: Revista Logos, v. 11, n. 1, maio 1999, p. 65 - 68

GUILHERME, Regina Zimmermann. **O marmorista italiano Leone Domenico Lonardi em Porto Alegre (1927-1961): Um estudo de caso sobre imigração qualificada, redes sociais e transnacionalismo**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **O Mito do imigrante no imaginário da cultura**. MÉTIS: história & cultura – v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 20

IMÍZCOZ, José María. **Actores, redes e processos: reflexiones para una historia más global**. Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA, 2004, vol. 5, p. 115 – 140.

ISSLER, Bernardo. **A morte como notícia ou anúncio**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2004.

JAQUES, Biane P. **Rede social, memória e identidade: a elite imigrante portuguesa em Pelotas-RS, 1910-1992 – Análise biográfica de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne**. Tese (Doutorado em História) –

Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

KARSBURG, Alexandre. **O Eremita do Novo Mundo A trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2012.

KRAWCZYK, Flavio. GERMANO, Iris. POSSAMAI, Zita. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 66.

LEAL, Caroline Pereira. **A decadência do carnaval na óptica da imprensa porto-alegrense em fins do século XIX e início do XX**. Ideias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP, v.6, n.2, p.283-300, jul/dez. 2015.

KÜHN, Fábio. SCOTT, Ana Silvia Volpi (ORG). **Porto Alegre 250 anos**. De uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII a XIX). Editora: Oikos, São Leopoldo, p. 272, 2022.

LO STATO di Rio Grande del Sud. Rapporto del cav. E. Ciapelli, R. console in Porto Alegre. Bollettino dell'Emigrazione, n.12, 1905. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. (org.) **L'emigrazione italiana nel Rio Grande del Sud brasiliano (1875-1914): fonti diplomatiche**. Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna: Longo Editore, 2018.

LUZ, João H. **Jacob Kroeff Jacob Kroeff Filho Jacob Kroeff Netto: o hoteleiro, o coronel, o intendente - 1855 a 1966**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MANCINI, Michele. **La società operaia: di San Martino in Pensilis nel contesto della realtà locale e regionale (1879 – 2009)**. Campobasso: Palladino Editore, 2009.

MANFROI, Ninarossa Mozzato da Silva. **Bleyer, Sartori e Bertoni: singulares imigrantes colonizadores de ideias**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2013.

MANSUR NETO, Elias. **O que você precisa saber sobre a maçonaria**. São Paulo: Universo dos livros, 2005, p. 128.

MASSULO, Gino. **Storia del Molise: a cura di Gino Massulo**. Roma: Donzelli editore, 2006, p. 715.

MORAIS, Deyvid. **Vidas contadas: As biografias nos obituários de um jornal local**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2017.

MOTTER, Fernanda. PEGORARO, Everly. **Visualidade urbana: as fotografias e os relatos de passado do guardião de memórias de Guarapuava (1930)**. In.: Revista Brasileira de Iniciação Científica, Itapetininga, v. 3, n. 4, 2016, p. 12 – 24.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. MATHEUS, Marcelo Santos. **A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (Alegrete, século XIX)**. Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica, volume 28.2 – julho/dezembro de 2010.

MOREL, Marco. Verbetes Maçonaria – CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MA%C3%87ONARIA.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

MUELLER, Edison. **A Heráldica – ontem e hoje**. Disponível em: <<http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/07/heraldica.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2022.

NASCIMENTO, Maria Regina do. **A Irmandade do Senhor dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia: história, caridade e experiências de urbanidade em Porto Alegre/RS. Séculos XVIII e XIX**. In.: Paralellus: Revista Eletrônica em Ciências da Religião - UNICAP. Recife, v. 5, n. 9, p. 93 - 118, jan/jun, 2014.

NERY, Olívia. **Leal, Santos & C. - A história da Fábrica através do seu biscoito: produção, venda, consumo e musealização**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

PESARESI, Cristiano. **La caduta demográfica del Molise dal 1861 al 2011, com um sguardo sul futuro**. Bollettino della Società geografica italiana, vol. XIII, 2014, p. 391-412.

PESARESI, Cristiano. **L'esodo dal Molise tra il 1952 e il 1980. Nuove destinazioni e riflessi socio-economici**. In: Revista Glociale, Rivista molisana di storia e scienze sociali. 2011, p. 117-129.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. SÊGA, Rafael Augustus. **Republicanism Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de estado: aproximações e distinções (1873 – 1930)**. In: Almanack, Guarulhos, n. 02, p. 101 – 11, 2º semestre de 2011.

POMATTI, Angela. **Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura - 1890 a 1930**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

QUIROGA, Ana Maria. **Assistência Social no Rio de Janeiro: desqualificação dos atendidos, racismo científico e filantropia**. 2011. In.:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18111> acesso em 24/12/2023.

RABELLO, Sonia. **O Tombamento**. Disponível em: <[http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf\(1\).pdf](http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf(1).pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2023.

RADÜNZ, Karina Tanise. **Confeitaria Rocco**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Arquitetura Comercial, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7765>>. Acesso em 24 jul. 2021.

RANGEL, Rosangela Faria. **Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013. 223.

RAPPORTO DEL R. Console cav. Avv. Edoardo dei conti Compans de Brichanteau (25 marzo 1892). In: MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Emigrazione e colonie: rapporti di RR. Agenti diplomatici e consolari. Roma, tip. Bertero, 1893, In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. (org.) **L'emigrazione italiana nel Rio Grande del Sud brasiliano (1875-1914): fonti diplomatiche**. Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna: Longo Editore, 2018.

RAUSCH, Fábio. HOHLFELDT, Antonio. **A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização**. In.: Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, entre 6 e 9 de setembro, na Universidade de Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/79785285597288332880849065416339393004.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2021.

ROMANELLI, Vittorio. **Memoria sull'organismo agrario del Circondario di Larino (Provincia di Campobasso) 1879**. Isernia: Cosmo Ianone, 1986.

RÜDIGER, Francisco. **“A Federação” e o processo político-ideológico rio-grandense (1884 – 1937)**. In.: Comunicação & Cultura (Museu Hipólito da Costa) 1, 1984, p. 10 – 20. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7-xo0NklQMqZ1d6ZF91VF9tRik/view?resourcekey=0-kokiYZ0ipSzWiEx_aWb0Qw>. Acesso em 20 dez. 2022.

SABOYA, Eugênio. **A imigração molisana na América do Sul: um olhar historiográfico**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2021.

SALLES, Maria do Rosário. **Médicos italianos em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1997.

SANTOS, Jeaniny Silva dos. **São Miguel das Missões na gestão Aloísio Magalhães: Políticas de memória e de gestão do patrimônio no Brasil (1979 – 1982).** Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, PUCRS. 2021.

SASSI, Luigi. **Uomini e Fatti della Storia di San Martino in Pensilis: A cura di Giuseppe Zio.** Associazione Culturale LAGRANDEONDA.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas.** Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHWARTSMANN, Leonor C. Baptista. **Entre a mobilidade e as inovações: a presença de médicos italianos no Rio Grande do Sul (1892-1938).** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

SCHWARTSMANN, Leonor. **Entre a mobilidade e as inovações: A presença de médicos italianos no Rio Grande do Sul (1892 - 1938).** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SCOTTI, Zelinda. **Que loucura é essa? Loucas e loucos no Hospital São Pedros em Porto Alegre (1900-1925).** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SEITENFUS, R. **I rapporti fra Brasile e Italia negli anni 1918-39.** In: Rovílio Costa; Luis Alberto De Boni; Angelo Trento. (Org.). La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile. 1ed. Turim: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, v. 1, p. 37 - 52.

SCHMIDT, Diogo Serafim. **Valores étnicos e empreendedorismo: Estudo sobre a mentalidade empreendedora de descendentes de alemães e italianos no Rio Grande do Sul.** 146 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Claudia Neves da. MONTEIRO, Fernando. **Maçonaria e maçons: entre a fala assistencialista e a prática da assistência social como política pública.** In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS. Vol. 10 nº 19, Janeiro-Junho de 2018.

SILVA, Gabriela U. **História e aspectos do cotidiano da hospedaria de imigrantes do Cristal, Porto Alegre (1890-1898).** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOSKA, Gabriela Barbosa. **Confeitaria Rocco: Instituto de Gastronomia.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível

em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182815/001076234.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2021.

SUANO, Marlene. **Italiani nel Molise, Italianos do Brasil**. Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1999

TRINDADE, Rhuan T. Z. **Um cientista entre colonos: Ceslau Biezanko, educação, associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2015.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008

TRUZZI, Oswaldo. NETO, Mário. **Economia e empreendedorismo étnico: Balanço histórico da experiência paulista**. Fórum - Sociologia Econômica • Rev. adm. empres. 47 (2) • Jun 2007.

VARGAS, Jonas. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007.

VARGAS, Jonas. **Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.

VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz;

FARINATTI, Luís Augusto (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

VENDRAME, Maria Inês; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Ensaio de Micro-História, Trajetórias e Imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

VENDRAME, Maíra. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no Sul do Brasil (1878 - 1910)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ZIO, Giuseppe. **I benedettini a San Martino in Pensilis: Il Muraglione e il Monastero di San Nicola**. 2020. Disponível em: <<https://www.quartadimensione.eu/2020/05/15/i-benedettini-a-san-martino-in-pensilis-il-muraglione-e-il-monastero-di-san-nicola-di-giuseppe-zio/>>. Acesso

em 30 mai. 2022.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio-Grandense - 1889/1928**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

Fontes de acervos

ACERVO PRIVADO NICOLAU ROCCO E JOSÉ IRACE. Porto Alegre.
ARQUIVO DO ESTADO DE CAMPOBASSO. Atti sull'emigrazione – Cartoline illustrate scritte dall'emigrante ad amici e parenti n. 46 (1905 – 1987) – fascicolo 6.

ARQUIVO DO ESTADO DE CAMPOBASSO. Atti sull'emigrazione – Lettere scritte di Michele Tabano di S. Elia di Pianisi, emigrato a Filadelfia, al fratello Antonio Tabano residente a S. Elia a Pianisi – Archivio privato valente n. 22 – fascicolo 7.

ARQUIVO DO ESTADO DE CAMPOBASSO. Atto Notai – Vietri Michele Maria – San Martino in Pensilis (1861 - 1863) – Livro 6. Campobasso, 29 de novembro de 2021.

ARQUIVO DO ESTADO DE CAMPOBASSO. Atto Notai – Vietri Michele Maria – San Martino in Pensilis (1864 - 1876) – Livro 7. Campobasso, 29 de novembro de 2021.

ARQUIVO DO ESTADO DE CAMPOBASSO. Atto Notai – Vietri Michele Maria – San Martino in Pensilis (1877 - 1887) – Livro 8 e 9. Campobasso, 02 de dezembro de 2021.

ARQUIVO DO ESTADO DE CAMPOBASSO. Atto Notai – Vietri Michele Maria – San Martino in Pensilis (1888 - 1900) – Livro 10. Campobasso, 02 de dezembro de 2021.

ARQUIVO DO ESTADO DE CAMPOBASSO. Lista de alistamento – serie San Martino in Pensilis – fascicolo 68 a 71. Campobasso, 09 de dezembro de 2021.

ARQUIVO DO ESTADO DE CAMPOBASSO. Sottoprefettura di Larino – serie San Martino in Pensilis (1846 - 1869) – Pasta 61. Campobasso, 09 de dezembro de 2021.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSES VELLINHO (AHPAMV). Acervos Hemeroteca: Jornais, Revistas e Almanques. – O Independente (HEM1.1.8) (1900 – 1919). Porto Alegre.

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL. Ausonia. Porto Alegre

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL.
Eliminados (1896 – 1899). Porto Alegre

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL.
Fidelidade e Firmeza. Porto Alegre.

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL. Índice
de maçons da capital (1891 – 1920). Porto Alegre

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL. Lista
de Profanos (1926). Porto Alegre

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL. Luz e
Ordem. Porto Alegre.

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL.
Maçons rejeitados. Porto Alegre

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL.
Registro de iniciação (1890 – 1920). Porto Alegre

ARQUIVO HISTÓRICO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL.
Registros de Iniciação (1925 – 1931). Porto Alegre.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento Francisco
Provenzano. Nº do processo 956, ano: 1950.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento Jacinto Rainone,
nº do processo 294, ano 1950.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento José Correa de
Oliveira, nº do processo 1921, ano 1875.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento José Irace, nº do
processo 1422, ano 1957.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento Luiz Guaragna,
nº do processo 98, ano 1934.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento Luiz Piccardo, nº
do processo 1539, ano 1951.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento Marcolina
Bernardes Maywald, nº do processo 1775, ano 1944.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento Maria Molinaro
Provenzano, nº do processo 1723, ano: 1929.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento Nicolaó Rocco.
Nº do processo 36, ano: 1932.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento Rocco Gallo, nº do processo 2131, ano 1958.

BIBLIOTECA NACIONAL HEMEROTECA DIGITAL. A Federação.
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Atas de reuniões da Provedoria (1912 – 1934). Porto Alegre.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Livro de entrada de irmãos (03, 04, 05, 06, 07). Porto Alegre.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Livro Matrícula Geral dos Enfermos nº 19 (21/07/1915 a 12/01/1918). Porto Alegre.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Matrícula Geral dos Enfermos nº 20 (12/01/1918 a 03/02/1920). Porto Alegre

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Registro de Óbito (28/06/1932). Porto Alegre

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Registro de compra Jazigo Perpétuo. Porto Alegre.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Relatórios da Provedoria (1913 – 1932). Porto Alegre.

MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. Correio do Povo. Porto Alegre.

MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. Revista Kodak. Porto Alegre.

MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. Revista Máscara. Porto Alegre.

PORTALE ANTENATI. Atti di morte – Circondario di Larino (1870 – 1910).
<https://antenati.cultura.gov.it/>

ANEXOS

AS SENHORAS DE FINO PALADAR
SÓ CONSOMEM
**MANTEIGA
POPULAR**

EM PACOTES
DE
250 grm



UNICO RECEBEDOR: **CONFEITARIA ROCCO**
Grupo Amigos da Confeitaria Rocco

EXIJA O NOSSO CAFÉ COMO
GARANTIA DE UM PRODUCTO
PURO
EM PACOTES:



(1K) (1/2K) (1/4K)

KILO 3\$000
Grupo Amigos da Confeitaria Rocco



LEITE



Bolo de noiva — Preço 90\$000



Grupo Amigos da Confeitaria Rocco

Bolo de noiva — Preço 60\$000



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br